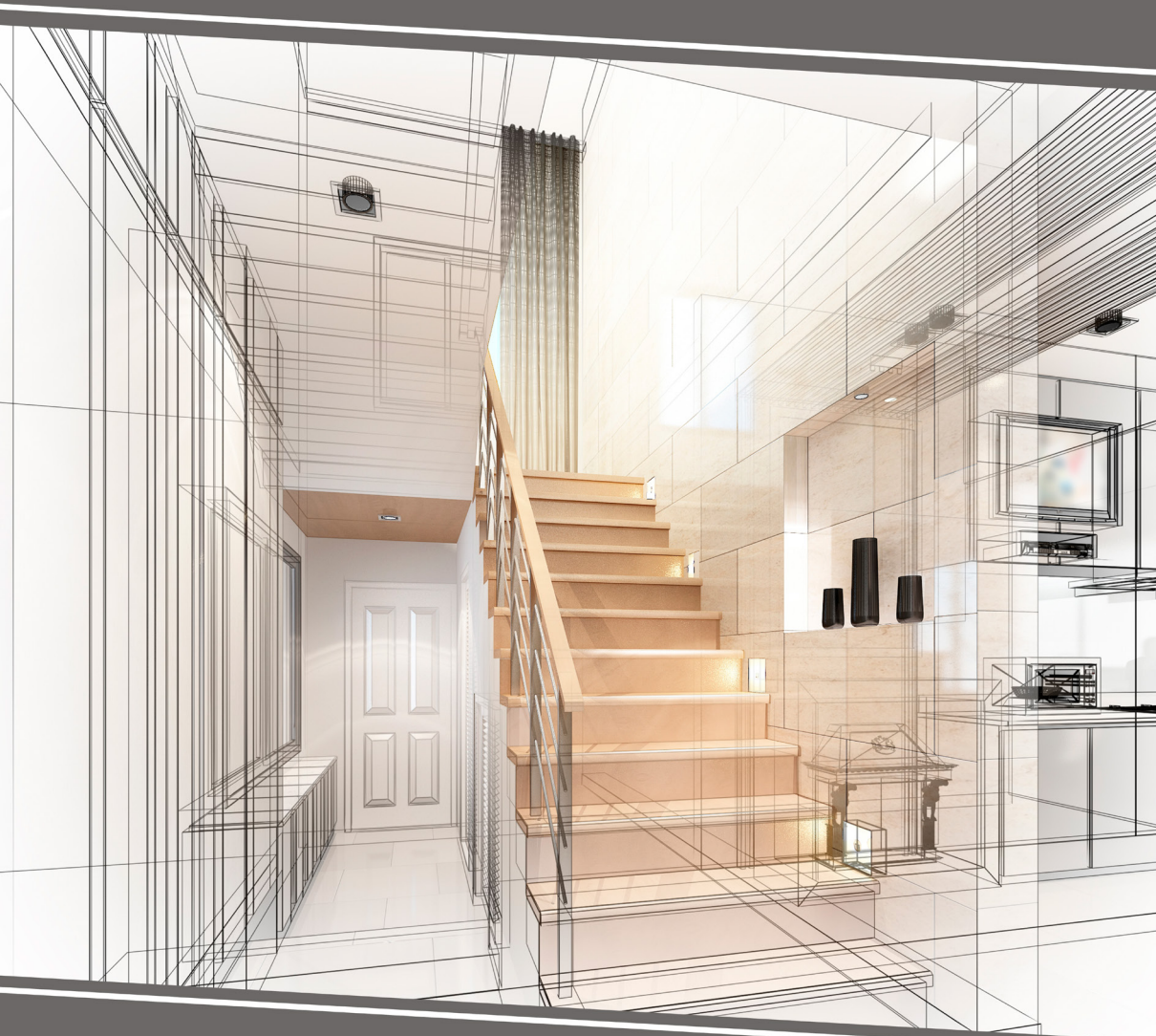


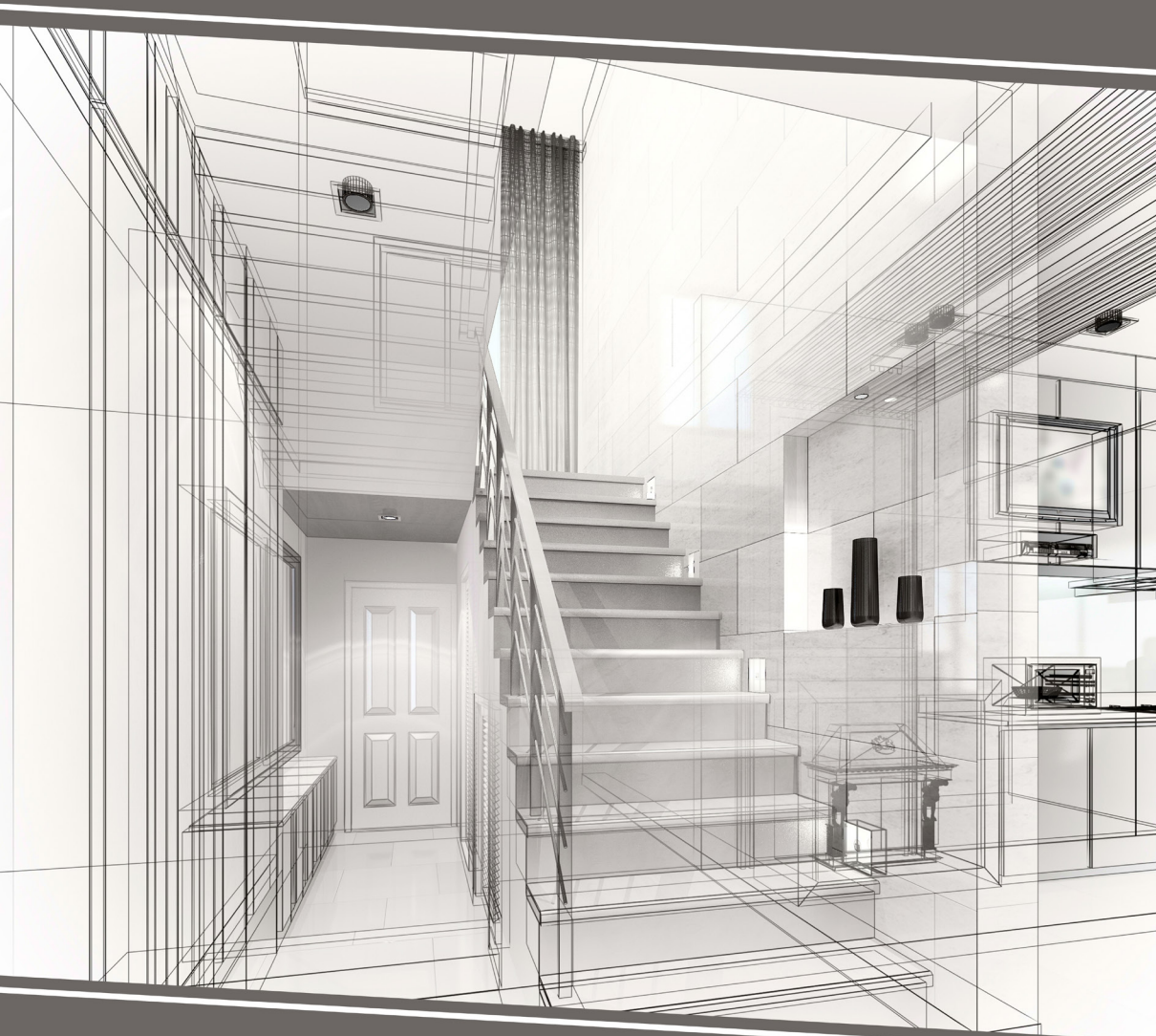
DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS: ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN



Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS: ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN



Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Divergências e convergências: arquitetura, urbanismo e design

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Divergências e convergências: arquitetura, urbanismo e design / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-894-6

DOI 10.22533/at.ed.946211803

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Vivemos em constante transformação, nossas verdades são testadas o tempo todo. A ciência busca as respostas para questões que surgem a cada momento e isso faz o mundo girar, modificar-se em muitos de seus aspectos. A pesquisa científica traz para o universo da arquitetura, do urbanismo e do design novas realidades, discussões teóricas que nos fazem compreender nossa produção passada e para onde estamos caminhando e as discussões acerca da prática nos oferecem novas propostas para a concretização de projetos e planos.

Este livro discute várias dessas questões, oportunizando reflexões que iniciam com a prática docente, o uso de mapas conceituais nas disciplinas de ateliê das faculdades, assim como a neurociência sendo aplicada à essas disciplinas. Pensando ainda na educação aborda-se a educação patrimonial, seguindo pelo tema do patrimônio os artigos tratam de festas tradicionais, os complexos industriais e a arquitetura de uma edificação que abriga um museu.

Trazendo as discussões para questões atuais surge a preocupação com a arquitetura e a urbanização, em tempos de programas sociais que incentivam a construção de habitações de interesse social e seu impacto nas cidades, a análise de mobilidade urbana e as identidades desse urbano.

Os artigos apresentam a sustentabilidade tanto na escala do urbano quanto nas edificações e passa às análises de nossas construções, dentro de sua funcionalidade e de satisfação dos usuários dos espaços. Aborda-se na sequência o processo de projeto e como ele acontece no contexto atual. A arquitetura de Daniel Libeskind é o tema do próximo artigo e finaliza com uma discussão extremamente atual, pertinente e necessária que é a atuação de negros e mulheres no campo da arquitetura e urbanismo.

Os temas são tão variados como é nossa realidade, complexa e diversificada. Esses artigos despertam o interesse para compreender essas constantes transformações vividas cotidianamente.

Boa leitura e muitas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MAPAS CONCEITUAIS: COMO DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA METODOLOGIA PROJETUAL

Carlos Ademar Monteiro Duarte Filho

Emanuela Cristina Montoni da Silva

Flaviana Nogueira de Lima

Luiz Felipe Oliveira Luna de Farias

Tacyana Cinthya Matos Batista

Vinicius José Lopes Cursino

Victoria Kamille de Castro Almeida

DOI 10.22533/at.ed.9462118031

CAPÍTULO 2..... 10

DESIGN, NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO: CENÁRIOS INOVADORES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE PROJETO

Raíssa da Silva Borges

Rosana Silva Vieira Sbruzzi

DOI 10.22533/at.ed.9462118032

CAPÍTULO 3..... 34

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: O CASO DO MONUMENTO DA BALAIADA EM CAXIAS-MA

Neuza Brito de Arêa Leão Melo

Walber Angeline da Silva Neto

Gabriela Jordâna Lima Mota

Ana Karine Lima Pereira

DOI 10.22533/at.ed.9462118033

CAPÍTULO 4..... 43

A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO COMO AMÁLGAMA DA PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL EM CÓRREGO DAS PEDRAS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (MT)

José Pereira Filho

DOI 10.22533/at.ed.9462118034

CAPÍTULO 5..... 57

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO AÇU: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Irene Aguiar de Oliveira

Felipe Machado de Castro

José Luís Vianna da Cruz

DOI 10.22533/at.ed.9462118035

CAPÍTULO 6..... 69

MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA: INTERPRETAÇÃO ARQUITETÔNICA

Pyetro Brum Ilha

Magali Nocchi Collares Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.9462118036

CAPÍTULO 7..... 72

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E DESURBANIZAÇÃO: COMO SERÃO AS CIDADES BRASILEIRAS PÓS MCMV?

Danielle Costa Guimarães

Angela Maria Gordilho Souza

DOI 10.22533/at.ed.9462118037

CAPÍTULO 8..... 79

MOBILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE NOS PLANOS DIRETORES DE GOIÂNIA

Luana Chaves Vilarinho

DOI 10.22533/at.ed.9462118038

CAPÍTULO 9..... 94

CIDADE: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Elisabete B. Castanheira

DOI 10.22533/at.ed.9462118039

CAPÍTULO 10..... 113

SUSTENTABILIDADE NA CIDADE: DA RESILIÊNCIA URBANA AO LIXO ZERO

Emília Wanda Rutkowski

Thalita dos Santos Dalbello

DOI 10.22533/at.ed.94621180310

CAPÍTULO 11..... 127

A ARQUITETURA SUSTENTÁVEL NO AMBIENTE CONSTRUÍDO: UMA ANÁLISE DA OBRA DE CARLA JUAÇABA

Pyetro Brum Ilha

Magali Nocchi Collares Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.94621180311

CAPÍTULO 12..... 133

AVALIAÇÃO DA FUNCIONALIDADE ARQUITETÔNICA EM HABITAÇÕES DE DIMENSÕES REDUZIDAS DE FLORIANÓPOLIS

Cláudia Queiroz de Vasconcelos

Fernando Barth

Lisiane Ilha Librelotto

DOI 10.22533/at.ed.94621180312

CAPÍTULO 13..... 145

APRECIÇÃO DA BIBLIOTECA DOM MARCOS A. NORONHA AO PARECER DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Thayná Moreira Silva

Ana Cláudia Souza Almeida Dias

DOI 10.22533/at.ed.94621180313

CAPÍTULO 14.....	150
DESAFIOS PARA ABORDAGENS BASEADAS EM PROJETO: PROJETISTAS COMO FACILITADORES NO PROJETO PARTICIPATIVO	
Gil Garcia de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.94621180314	
CAPÍTULO 15.....	160
A DESCONSTRUÇÃO DA FORMA POR DANIEL LIBESKIND	
Marco Aurélio Gimenes de Oliveira	
Tháís Pichioni Pellozo	
Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.94621180315	
CAPÍTULO 16.....	178
NEGROS E MULHERES NA ARQUITETURA E URBANISMO	
Franciely Ferreira Cruz	
Giselly Barros Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.94621180316	
SOBRE A ORGANIZADORA	192
ÍNDICE REMISSIVO.....	193

CAPÍTULO 1

MAPAS CONCEITUAIS: COMO DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA METODOLOGIA PROJETUAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 22/01/2021

Carlos Adelmar Monteiro Duarte Filho

Instituição: Centro Universitário Cesmac
Maceió- Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/1947121797369329>

Emanuela Cristina Montoni da Silva

Instituição: Centro Universitário Cesmac
Maceió- Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/5915950393329876>

Flaviana Nogueira de Lima

Instituição: Centro Universitário Cesmac
Maceió- Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/0816893002695397>

Luiz Felipe Oliveira Luna de Farias

Instituição: Centro Universitário Cesmac
Maceió- Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/3155545325369031>

Tacyana Cinthya Matos Batista

Instituição: Centro Universitário Cesmac
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/1378228763082582>

Vinicius José Lopes Cursino

Instituição: Centro Universitário Cesmac
Maceió- Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4212614172878520>

Victoria Kamille de Castro Almeida

Instituição: Centro Universitário Cesmas
Maceió- Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/0462311949230820>

RESUMO: Este projeto foi feito com a intenção de verificar se a implantação da nova metodologia iria melhorar o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, além de analisar as vantagens de sistematizar um método de projeto que utiliza os mapas conceituais. Foi pensando nisso, que ao longo do processo, foi decidido que o mesmo teria como principais objetivos a sua implantação na matéria de Projeto Arquitetônico, a utilização da mesma como ferramenta de aprendizagem cognitiva, e por fim, a avaliação da sua aplicação e da aceitação do público. O desenvolvimento da pesquisa se deu através de apresentações, questionários sobre o mapa conceitual desenvolvido através da Metodologia Montoni Batista, realizados nas turmas do 2º ao 10º período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Cesmac. Ao longo das apresentações e análises, foram realizadas adaptações para que a utilização do mapa fosse mais ágil e prático. Com estas as alterações, foi feito uma apresentação de slide dinâmica, fazendo o uso de “botões”, que apresenta o Método Montoni Batista, o mapa conceitual, os conceitos, o esquema, entre outras informações tornando assim, o entendimento do assunto mais simples e rápido. Com isso, foi possível analisar que a utilização da metodologia, a sua forma de apresentação dinâmica e a sua disponibilização, seria de grande ajuda tanto para os professores, quanto para os alunos, pois a sua flexibilidade estará trazendo mais embasamento teórico ao curso e preparando o usuário para o mercado de trabalho, de modo que este esteja ciente das inúmeras possibilidades que poderá produzir através dos mapas conceituais.

PALAVRAS - CHAVE: Dinâmico, Esquemas, Mapas conceituais, Metodologia, Projetos arquitetônicos.

CONCEPTUAL MAPS: HOW TO DEVELOP A NEW PROJECT METHODOLOGY

ABSTRACT: This project was made with the intention of verifying if the implementation of the new methodology would improve the development of architectural projects, besides analyzing the advantages of systematizing a design method that uses conceptual maps. It was with this in mind that throughout the process, it was decided that its main objectives would be the implementation of the Architectonic Project, its use as a cognitive learning tool, and finally, the evaluation of its application and public acceptance. The development of the research was made through presentations, questionnaires on the conceptual map developed through the Montoni Batista Methodology, carried out in classes from the 2nd to the 10th period of the Architecture and Urbanism course at Cesmac University Center. Throughout the presentations and analysis, adaptations were made so that the use of the map was more agile and practical. With these changes, a dynamic slide presentation was made, making use of “buttons”, which presents the Montoni Batista Method, the conceptual map, the concepts, the scheme, among other information thus making the understanding of the subject simpler and faster. With this, it was possible to analyze that the use of the methodology, its dynamic presentation form and its availability, would be of great help to both teachers and students, because its flexibility will be bringing more theoretical basis to the course and preparing the user for the job market, so that the user is aware of the countless possibilities that he can produce through the conceptual maps.

KEYWORDS: Architectural projects, Conceptual maps, Dynamic, Methodology, Scheme.

A Metodologia Montoni Batista, que tem como objetivo formar um estudo de tópicos de métodos arquitetônicos utilizando a dinâmica de um mapa conceitual, foi criada pela professora de Arquitetura e Urbanismo, Emanuela Montoni e pela professora de Sistemas de Informação, Tacyana Batista.

Este projeto foi feito com a intenção de verificar se a implantação dessa nova metodologia iria melhorar o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, além de analisar as vantagens de sistematizar um método de projeto que utiliza os mapas conceituais.

A utilização do mapa irá dispor dos conceitos do método Montoni Batista, juntos aos conhecimentos prévios do estudante, sendo essa a principal característica da teoria da Aprendizagem Significativa, resumida na frase: “O fator isolado mais importante que influencia o aprendizado é aquilo que o aprendiz já conhece” (Ausubel, 1963).

Utilizando-se das ideias da teoria do Aprendizagem Significativa de Ausubel, Joseph D. Novak, idealizou os Mapas Conceituais como ferramentas de sistematização de conhecimentos metacognitivos, pois os mesmo ilustravam a forma que o conhecimento interagia, assim como as aplicações na nova metodologia vem a utilizar de um mapa conceitual por poder ajudar o processo de análise do projeto, uma vez que sistematiza

as formas com que um projeto podem ser analisadas de forma clara, relacionando e articulando cada tópico (NOVAK,1996).

Nos estudos realizados por Novak (2004), o mesmo pode analisar que ao nos depararmos com uma grande quantidade de informações, nosso cérebro tenta criar ligações, pois os dados quando dispersos são facilmente mal interpretados ou mal utilizados. Os resultados desses estudos realizados, indicaram as principais vantagens da utilização dos mapas conceituais, que veio a ser o motivo da escolha para a aplicação do Método Montoni Batista, que são: a percepção de um novo significado das informações quando o indivíduo as vê sobre uma estrutura, e uma sistematização das informações, isso quer dizer, pode existir um fluxo ou uma hierarquia de conceitos, uma integração explícita do mesmo que não irá deixá-los dispersos, adicionando assim, novas características. Ou seja, essas vantagens indicam que as informações dispostas em um mapa conceitual se tornam mais simples e bem integradas.

As atividades desenvolvidas na presente pesquisa, foram realizadas com os alunos e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário CESMAC. Tendo assim, como área trabalhada a própria Instituição de Ensino A matéria citada acima faz parte da matriz curricular do 2º ao 10º período. Este projeto teve como finalidade agregar valor ao docente e discente, como também, atingir a toda a comunidade (estudantes e profissionais de arquitetura), pois o conhecimento deverá ser compartilhado.

Os questionários realizados com os docentes e discentes, foram necessários para que pudéssemos analisar se o método seria eficaz ou não e quais os seus possíveis problemas, pois com o método estruturado de forma mais eficaz possível sua utilização dentro e fora do ambiente acadêmico seria mais dinâmico, afinal é essa a característica esperada na aplicação desta forma de sistematizar informações no Método MB. E para isso, o mesmo precisou ser posto em prática.

O Público alvo do projeto, como dito anteriormente, são os estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário- CESMAC. Entretanto, pode ser estendida para outros profissionais, bem como todos os estudantes que estejam ligados direta ou indiretamente com a logística do projeto, ou seja, alunos de Sistemas de Informação, alunos de outras instituições que tenham interesse em expandir o conhecimento, pois o estudo é enriquecedor a todos da comunidade acadêmica.

A primeira etapa da pesquisa, teve como ponto de partida, a apresentação do embasamento teórico do Método Montoni Batista, onde os tópicos foram apresentados separadamente, juntamente com os conceitos, aplicações e exemplos.

Na segunda etapa, foi realizado uma coleta de dados sobre o Método Montoni Batista e seu Mapa Conceitual, e uma avaliação antes da utilização prática, avaliando os mesmos pontos que foram levantados quando pesquisado acerca do Método utilizado atualmente na Instituição; tivemos como resultado a conscientização dos professores de procurarem formas mais dinâmicas de trabalhar com a elaboração projetual. A mesma

podendo ser utilizada para as explicações em salas de aula, pois como o novo método possui linguagem simbólica, ajudará ao aluno a fazer uma ligação entre a figura utilizada no ícone e o seu significado.

Na terceira etapa, um trabalho de Projeto Arquitetônico para ser feito empregando o Método MB utilizando como apoio o mapa conceitual interativo estipulado, foi aplicado. Este trabalho foi analisado sob a perspectiva da metodologia adotada pela instituição.

Na quarta etapa, houve a análise dos trabalhos realizados através da perspectiva do método Montoni Batista;

Na quinta etapa, foi realizado a coleta de dados sobre a implementação do novo método;

Na sexta etapa, a análise no mapa elaborado a partir da metodologia estudada foi realizada. A mesma levou em consideração as informações coletadas a partir da implementação inicial.

Na sétima etapa, foi realizado uma segunda coleta de dados referente a implementação do Método Montoni Batista e o seu mapa;

Na oitava etapa, todos os dados concebidos para fundamentar a elaboração do projeto, foram analisados, assim como um estudo comparativo da implementação das metodologias, foi realizado.

E na última etapa, foi confeccionado um material original de estudo e um mapa conceitual definitivo para a implementação do Metodologia Montoni Batista. Posteriormente foram analisados relatos dos alunos e professores durante a realização das atividades na disciplina em estudo.



Figura 1. Oficina da Metodologia MB ofertada aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, cursando do 2º ao 10 período – CESMAC, 2019.

Fonte: Dados de pesquisa

Após as alterações, foi elaborada uma apresentação que utilizou a função de Hiperlink da Microsoft PowerPoint, no qual a apresentação fica com aparência de um site, em que os docentes e discentes podem percorrer percorram os itens da forma como desejarem. Ao ter acesso a página inicial, a nova metodologia se representará símbolos, utilizando mapa conceitual, juntamente com dois botões, que representam a legenda e o esquema, respectivamente. A apresentação também possuirá uma tabela que contém a explicação e a função de cada símbolo, assim como mostrado na figura 2 e na tabela 1.

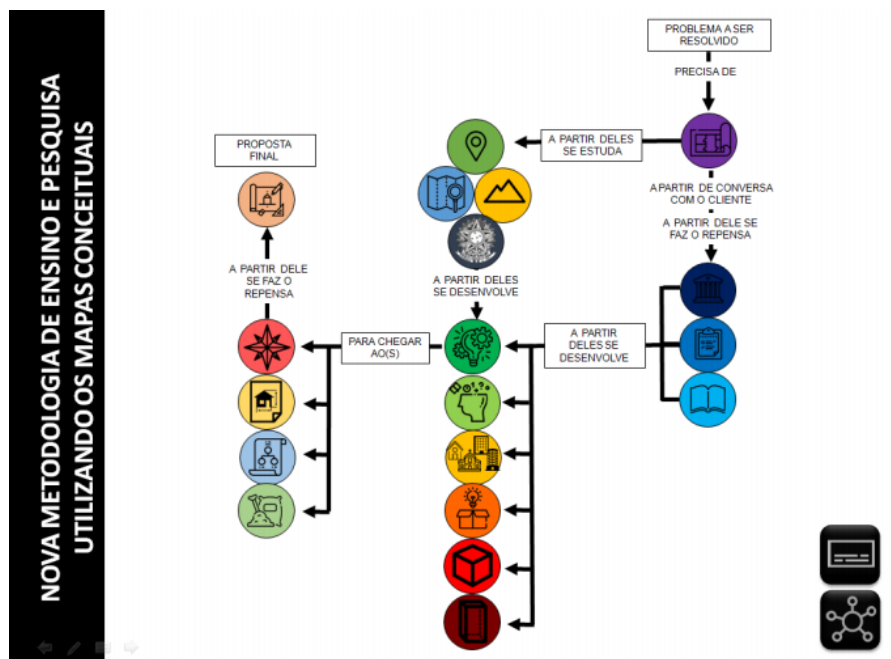


Figura 2. Página Inicial do desenvolvimento da Nova Metodologia Projetual

Fonte: Dados de pesquisa

SIMBOLOGIA	SIGNIFICADO	FUNÇÃO	EXPLICAÇÃO
	Legenda	Abrir uma nova página, no qual consta as simbologias e seus significados	Esse símbolo corresponde a letras na parte inferior de uma tela, semelhante a legendas de vídeos e filmes
	Esquema	Abrir uma nova página, no qual está consta as categorias do método	Esse símbolo corresponde aos conceitos se interligando
	Página Inicial	Retorna para o mapa principal	Esse símbolo corresponde a uma planta baixa no qual tem todas as divisórias previstas para atender as necessidades previstas.
	Programa de Necessidades	Abrir a página referente a Programa de Necessidades	

	Referencial Arquitetônico	Abrir a página referente a Referencial Arquitetônico	Esse símbolo representa o Partenon, uma das maiores referências arquitetônicas
	Análise Programática	Abrir a página referente a Análise Programática	Esse símbolo representa uma lista de checagem, as checagens feitas durante uma análise
	Pesquisa Referencial	Abrir a página referente a Pesquisa Referencial	Esse símbolo representa um livro, principal exemplo de onde vem as referências numa pesquisa
	Localização	Abrir a página referente a Localização	Esse símbolo representa um ponto de localização, utilizado em mapas digitais
	Análise do Entorno	Abrir a página referente a Análise do Entorno	Esse símbolo representa um mapa e uma luneta, objetos os quais os conceitos se relacionam com a ideia de analisar um local
	Análise do Terreno	Abrir a página referente a Análise do Terreno	Esse símbolo representa uma montanha, um tipo de relevo, que é um dos pontos levados durante a análise de terreno
	Legislação	Abrir a página referente a Legislação	Esse símbolo representa o brasão do governo brasileiro, detentor da legislação a ser seguida
	Conceito	Abrir a página referente a Conceito	Esse símbolo representa uma ideia (lâmpada) e sua aplicabilidade (engrenagens), sendo ideias aplicáveis os conceitos
	Referencial Simbólico	Abrir a página referente a Referencial Simbólico	Esse símbolo representa símbolos saindo de uma mente, que indica a forma com que os símbolos interagem com as ideias
	Tipologia	Abrir a página referente a Tipologia	Esse símbolo representa diferentes construções, indicando as diversas tipologias
	Partido	Abrir a página referente a Partido	Esse símbolo representa a uma ideia a ser criada, uma vez que o partido faz com que coloque o conceito em prática, então é como se o aluno estivesse saindo da caixa e tendo novas ideias.
	Estudo da Volumetria	Abrir a página referente a Estudo da Volumetria	Esse símbolo representa um cubo, uma forma geométrica o que tem como volumetria uma das suas características
	Geometria	Abrir a página referente a Geometria	Esse símbolo representa uma forma geométrica
	Zoneamento	Abrir a página referente a Zoneamento	Esse símbolo representa uma rosa dos ventos, que está ligada a localização





	Pré-Dimensionamento	Abrir a página referente a Pré-Dimensionamento	Esse símbolo representa um desenho das dimensões de uma casa
	Organo-Fluxograma	Abrir a página referente a Organo-Fluxograma	Esse símbolo representa um exemplo de um fluxograma ou organograma
	Materiais Construtivos	Abrir a página referente a Materiais Construtivos	Esse símbolo representa um exemplo de materiais utilizados numa obra
	Desenvolvimento Desenho Técnico	Abrir a página referente a Desenvolvimento Desenho Técnico	Esse símbolo representa um desenho arquitetônico

Tabela 1. Desenvolvimento da Nova Metodologia Projetual

Fonte: Dados de pesquisa

O mapa conceitual funciona de forma interativa, onde as suas séries de slides interagem entre si, pois utilizam botões. Ao qual, o slide principal fornece o acesso a todos os slides de conceito apertando os botões coloridos. Além de ser possível acessar a tela de legenda e esquemas (figura 3), a tela de conceitos, ao ser selecionada, o mapa fica preto e branco, exceto a definição atual, assim o aluno pode ter uma noção de onde está e para onde ir. Já em relação aos slides de conceitos, o usuário pode acessar os significados, conceitos, e voltar para o mapa principal apenas apertando o botão da página inicial. Então como é possível perceber, o mapa conceitual e o conjunto de slides, faz com que o usuário tenha uma visibilidade maior do assunto. Os professores podem também utilizar essa ferramenta para a explicação da metodologia projetual.

ESQUEMA

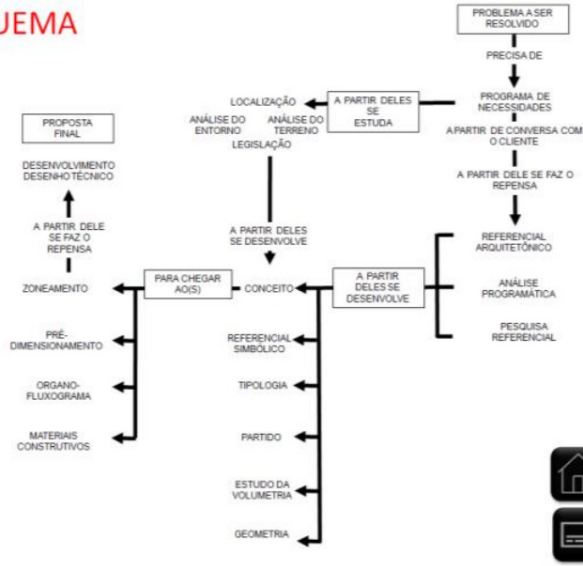


Figura 3. Tela de Esquema

Fonte: Dados de pesquisa

Logo, foi possível concluir que a união entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Sistemas de Informações, em prol desta pesquisa, teve como resultado, a elaboração da nova metodologia, será de fundamental importância, já que os mapas conceituais no âmbito da arquitetura e a utilização dos métodos são um exemplo da melhor aplicabilidade de um sistematizador de informações. E a sua disponibilidade irá trazer mais embasamento teórico ao curso e preparará os alunos e os professores para o mercado de trabalho, de modo que os mesmos estejam cientes das inúmeras possibilidades que podem produzir através dos mapas conceituais. Esse aprendizado funcionará de maneira que o conhecimento de cada um seja registrado desde o início ao término do aprendizado.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

NOVAK, J. D. E GOWIN, D.B., **Aprender a aprender**, Plátano Edições Técnicas, 1996. Tradução ao português, de Carla Valadares, do original Learning how to learn. 212p.

NOVAK, J. D.; GONZÁLEZ, F.; CANÁS, A. J **Concept maps: theory, methodology, technology**: Proceedings of the first international conference on concept mapping. Pamplona, Spain: Universidad Pública de Navarra, 2004.

SILVA, E.C.M., LIMA, F.N., FARIAS, L.F.O.L., BATISTA, T.C.M., CURSINO, V.J.L. MAPAS CONCEITUAIS: Como uso da metodologia de ensino e pesquisa para o estudo de desenvolvimento de Projeto Arquitetônico, **VIII CONINTER**, Maceió/AL, n.8, out.2019.

SILVA, E.C.M., LIMA, F.N., FARIAS, L.F.O.L., BATISTA, T.C.M., CURSINO, V.J.L. Mapas Conceituais: Como uso da metodologia de ensino e pesquisa para o estudo de desenvolvimento de projeto arquitetônico. **Brazilian journals editora**, São José dos pinhais, v.4, p. 77-81, 2020

SILVA, E.C.M., LIMA, F.N., FARIAS, L.F.O.L., BATISTA, T.C.M., CURSINO, V.J.L. MAPAS CONCEITUAIS: Como uso da metodologia de ensino e pesquisa para o estudo de desenvolvimento de Projeto Arquitetônico, **VIII CONINTER**, Maceió/AL, n.8, out.2019.

SILVA, E.C.M., LIMA, F.N., FARIAS, L.F.O.L., BATISTA, T.C.M., CURSINO, V.J.L. Mapas Conceituais: Como uso da metodologia de ensino e pesquisa para o estudo de desenvolvimento de projeto arquitetônico. **Brazilian journals editora**, São José dos pinhais, v.4, p. 77-81, 2020

CAPÍTULO 2

DESIGN, NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO: CENÁRIOS INOVADORES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE PROJETO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 02/02/2021

Raíssa da Silva Borges

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo
Jacareí - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/0921654125210918>

Rosana Silva Vieira Sbruzzi

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo
Jacareí - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/2913213970925313>

RESUMO: A neurociência, ao ser aplicada ao ensino e aprendizagem, evidencia alguns métodos eficazes, principalmente no âmbito atual de uma pandemia, onde o ensino à distância é essencial para a saúde de todos. No caso de disciplinas de criatividade e criação, como as de projeto, é imprescindível que o ensino desenvolva habilidades práticas e profissionais. Nesta pesquisa, estudaremos a aplicação de metodologias inovadoras para o aprendizado de projeto nos cursos de Design de Interiores (DI), com o objetivo de identificar as melhores práticas pedagógicas para um ensino empírico e próximo à realidade da profissão, apontando abordagens capazes de abraçar as condições de cada aluno e proporcionando meios de incentivo para um aprendizado mais participativo. A ausência de um ensino que acompanhe o recebimento contínuo de informação e as mudanças

constantes na atuação do profissional podem resultar em uma formação improfícua e incapaz de lidar com a mutabilidade do mercado. Para tanto, desenvolveu-se um estudo sobre alguns conceitos da neurociência aplicada à educação, analisando criticamente as metodologias utilizadas no cenário de ensino virtual, com o objetivo de entender o funcionamento do processo de aprendizagem ligado à emoção, à experiência e ao relacionamento interpessoal dos alunos dos cursos de DI do IFSP, Campus Jacareí.

PALAVRAS - CHAVE: neurociência; neuroeducação; design de interiores; projeto; ensino; aprendizagem.

DESIGN, NEUROSCIENCE AND EDUCATION: NEW SCENARIOS ON PROJECT TEACHING AND LEARNING

ABSTRACT: Neuroscience, when applied to teaching and learning, highlights some effective methods, especially in the current context of a pandemic, where distance education is essential for everyone's health. In the case of creativity and creation disciplines, such as the design ones, it is essential that teaching develops practical and professional skills. In this research, we will study the application of innovative methodologies for project learning in Interior Design (ID) courses, with the objective of identifying the best pedagogical practices for empirical teaching and close to the reality of the profession, pointing out approaches capable of embracing the conditions of each student and providing ways of incentive for a more participative learning. The absence of a teaching process that accompanies the

continuous receipt of information and the constant changes in the professional's performance may result in an unprofitable training, unable to deal with the changing market. To this end, a study of some neuroscience's concepts applied to education was developed, critically analyzing the methodologies used in the virtual teaching scenario, in order to understand the functioning of the learning process linked to emotion, experience and the interpersonal relationship of the students enrolled in the ID course of IFSP, Campus Jacareí.

KEYWORDS: neuroscience; educational neuroscience; interior design; project; teaching; learning.

1 | INTRODUÇÃO

O atual cenário líquido de incertezas e mudanças inconstantes e repentinas, que caracteriza o mundo global contemporâneo cria um vasto caminho de dificuldades em relação ao ensino, demandando práticas educacionais que atendam às imposições dessa nova sociedade (BARBOSA, VIEIRA SBRUZZI, FERREIRA, 2020). Como acompanhar o incessante recebimento de informações e a imposição de conteúdo, sendo o sistema educacional tão tradicional e estático?

São exigidas mudanças que permitam trazer respostas eficazes às novas demandas que se apresentam na atualidade, e os espaços formativos têm papel fundamental no atendimento a essas respostas. Nesse contexto, as Instituições de Ensino buscam atender aos anseios e demandas por meio de metodologias que garantam qualidade e efetividade do ensino. Nesse cenário, é imprescindível repensar e reinventar as abordagens educacionais e, principalmente, os ambientes de ensino e aprendizagem de projeto. (VIEIRA-SBRUZZI, 2020).

Para diversas áreas do conhecimento, esta realidade se faz passível de mudança, e isso fica mais evidente em áreas que envolvam métodos de aprendizagem e disciplinas práticas, como no ensino de projeto em cursos de Design de interiores (DI). As práticas pedagógicas que balizam e subsidiam ações para a concepção projetual estão no centro do debate do ensino de projeto no campo da Arquitetura e do DI, possibilitando redesenhar as competências e habilidades dos futuros profissionais projetistas a partir de uma formação reflexiva e colaborativa. É importante buscar alternativas e apontar possibilidades nos processos de ensino e aprendizagem dos cursos de DI para tornar os componentes curriculares mais significativos para os alunos (DEWEY, 1980), contextualizando os conteúdos escolares à vida real.

A presente pesquisa foi planejada para um trabalho contínuo de investigação da aplicação de novas metodologias de ensino e aprendizagem que respondam de modo eficaz e efetivo às demandas colocadas, a partir de uma compreensão dialética: de um lado tendo a experiência e vivência enquanto participante ativa do processo educacional, sendo aluna do curso superior de Tecnologia em DI do IFSP - Instituto Federal de São Paulo (Campus Jacareí), e, de outro, como pesquisadora de Iniciação científica e observadora

das metodologias adotadas e aplicadas com as turmas do referido curso.

É importante ressaltar que essa pesquisa de Iniciação científica é um recorte da pesquisa de doutoramento intitulada “Neurociência e Educação: o ensino reflexivo de projeto de interiores nos cursos de Arquitetura e Design”, realizada pela professora e pesquisadora Rosana S. Vieira Sbruzzi no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Tecnologia e Cidade da UNICAMP, e no âmbito da Rede de Pesquisa e Inovação DASMind-UNICAMP (Design, Art, Space and Mind)¹, numa cooperação entre UNICAMP e IFSP. Relaciona-se ainda, ao projeto “Cenários inovadores nos cursos de Design de Interiores”, que se desenvolveu nos anos de 2019 e 2020 no âmbito dos editais 80 e 318 da Pro Reitoria (PRE) do IFSP, relacionados a propostas que visavam contribuir para o desenvolvimento e disseminação de práticas pedagógicas e currículos inovadores nos campi do IFSP. O termo “cenários inovadores” foi entendido em sua ambiguidade: com sentido de “cenários de aprendizagem”, mas também como “cenários de experimentações no ambiente físico”.

A neurociência, dedicada a entender e explicar a forma como o sistema neural influencia no comportamento humano, tem descobertas ainda muito recentes na educação que são temas de aprofundamento, principalmente para as áreas de criação e criatividade. O estudo da forma como o cérebro recebe e processa as informações e aprendizados e como reage a eles é um grande referencial para repensar como deve ser um ensino prático e criativo de projeto.

Essa pesquisa de I.C. contribuiu para ampliar essas possibilidades e investigar novas práticas e suas aplicações concretas no curso de DI do IFSP, a partir da aplicabilidade de metodologias significativas e métodos da neurociência ao longo do segundo semestre de 2020. Cabe aqui um parênteses, para contextualizar o momento em que a pesquisa foi realizada, e que alterou significativamente o seu curso.

No início de março de 2020 eclodiu no Brasil e no mundo uma pandemia devido ao novo Coronavírus (COVID-19), e nos deparamos com a contaminação em passos acelerados, infectando milhões de pessoas. Com o intuito de minimizar a contaminação foram adotadas medidas de bloqueio e paralisação das principais atividades dos seres humanos, como fechamento de escolas, universidades, espaços culturais, comércios não essenciais e ambientes públicos. As recomendações dos órgãos competentes para a população era para seguir em isolamento em suas residências e adotar o distanciamento social. Com isso, grande parte da população começou a desenvolver suas principais atividades externas dentro de suas casas, como o trabalho, o estudo, a prática de atividades físicas e a socialização, e com as atividades de ensino e pesquisa não foi diferente.

Adotou-se o ensino remoto emergencial, e a experiência do isolamento e

¹ A Rede de Pesquisa e Inovação DASMind-UNICAMP ((Design, Art, Space and Mind) foi constituída no ano de 2018 pelos professores Dra. Rachel Zuanon Dias (IA/FEC), Dr. Claudio Lima Ferreira (IA/FEC) e Dr. Evandro Ziggianti Monteiro (FEC) e visa desenvolver investigações teóricas e aplicadas nos campos transdisciplinares da Arquitetura, do Urbanismo, do Design e da Arte, relacionados às áreas das Ciências Cognitivas, Neurociências, Inteligência Artificial, Bioengenharia, Ciências da Saúde e Educação.

distanciamento social, embora necessários para a proteção da saúde física da população, trouxe mudanças significativas em todas as esferas da vida, como na economia, na sociedade, e na educação, podendo-se afirmar que muitas situações e hábitos serão - e já estão sendo - completamente abolidos e substituídos por novas maneiras de lidar com um vírus à solta e um isolamento social nunca visto anteriormente. A pandemia enaltece, de forma clara e transparente, a desigualdade socioeconômica no Brasil, afetando, principalmente, a educação e o trabalho. A partir do momento em que a ordem maior foi ficar em casa e tentar manter todas as atividades rotineiras de forma remota e, em sua maioria, online, percebeu-se que nem todo mundo tinha um ambiente em plenas condições para estudo e trabalho, uma convivência familiar adequada, ou uma rede de internet para tal. Assim, coube investigar os novos modos de ensino e aprendizagem que devem ser, neste contexto, adotados por docentes e discentes, num contexto de pandemia e distanciamento social. A pesquisa então desenvolveu-se em meio a esse novo cenário.

2 | JUSTIFICATIVA

O ensino tradicional atual leva o aprendizado como uma obrigação do estudante. É comum que as instituições ofereçam um conteúdo excessivo, sendo transmitido de forma maçante e monótona. Para Mora (2017), o formato vigente de ensino ainda não é capaz de despertar a curiosidade, que é o mecanismo cerebral capaz de detectar a diferença na monotonia diária. Estudos recentes na neurociência apontam uma descoberta sobre o aprendizado significativo, onde é necessária uma motivação constante para acender uma emoção no aluno para processos sucedidos em ensino e aprendizagem. No campo do Design e de outras disciplinas criativas e projetuais, um aprendizado mais profundo e durável é essencial para a atividade da profissão e a formação multifacetada de um profissional consciente e preparado para a dinâmica do mercado.

É fundamental que as abordagens teórico-práticas realizadas através do ensino à distância sejam aplicadas em ambientes que simulem os reais, gerando um processo de conhecimento empírico da práxis do projeto e de sua execução, tornando os conteúdos mais significativos e contextualizados à vida real. Estudos recentes mostram que o aluno dificilmente presta atenção em informações que não se relacionem ao seu cotidiano e que não estejam relacionadas ao seu arquivo de experiências pessoais. Soma-se ao fato a dificuldade de apreender informações e conhecimentos que não sejam significativamente relevantes para o seu bem-estar e sobrevivência.

Portanto, a introdução de resoluções de casos reais e ou simulativos, por exemplo, nas aulas práticas de Projeto de Interiores nos cursos de DI, pode estimular a criatividade e a atenção do aluno, contribuindo em sua formação. Por isso a aprendizagem significativa é tão importante. Para Dewey (1980) o pensamento liga o que o sujeito observa com os conteúdos de sua consciência e com o que estes significam para ele. Desse modo Dewey,

com seu lema “*learning by doing*”, concentra sua análise nas relações entre ensino teórico e ação prática e nos métodos de pensamento e de pesquisa que o aluno deve adquirir. Segundo Dewey (1980) o pensamento reflexivo tem uma função instrumental e origina-se no confronto com situações problemáticas. Nesse cenário o educador no campo do ensino de Projeto de interiores em cursos de DI deve atuar na mediação do processo, usando recursos didáticos que favoreçam o aprendizado crítico-reflexivo do estudante, de forma ativa e motivadora.

De acordo com estas sugestões, o ensino de projeto e as práticas de sala de aula podem ser modificados pelos professores, que poderiam aplicar novas teorias de ensino e aprendizagem baseadas em descobertas recentes em cognição. Os estudos mais recentes no campo cognitivo se apresentam através das neurociências, que abre um caminho promissor de investigação para beneficiar o ensino e aprendizagem de Projeto de Interiores nos cursos de Design. O estudo de alguns fundamentos das neurociências, especialmente a neurociência cognitivo-comportamental, que relaciona-se diretamente com a aprendizagem, abre um leque de possibilidades pouco exploradas pelo setor educacional aplicado ao campo do saber em DI. O pensamento de que estímulos cerebrais que envolvam a emoção e o contexto do aluno para uma aprendizagem efetiva são cientificamente comprovados como essenciais para o recebimento de um conhecimento é uma intenção desta pesquisa.

Dentre as contribuições que as neurociências podem trazer à Arquitetura e ao Design, pretende-se aqui lançar um olhar mais atento sobre os processos cognitivos envolvidos no processo de projeto, e nos métodos de ensino de projeto, quando trabalha-se com o repertório projetual. Desse modo, passa-se a compreender as construções mentais que constituem um repertório a partir das memórias, de como elas são construídas, armazenadas, consolidadas e posteriormente evocadas de um acervo projetual para serem utilizadas em um novo projeto.

Além disso, a partir do momento em que o local de aprendizagem do aluno se faz em sua moradia por motivos de saúde e higiene em meio à pandemia, busca-se apontar diferentes métodos de abordagem que sejam capazes de abraçar as condições de cada aluno e ainda propiciar a criatividade destes em ambientes distintos. Pretende-se ainda, contribuir com a discussão sobre a formação e atuação em Design de Interiores na situação contemporânea de uma pandemia, onde repensamos o espaço de trabalho, a necessidade de um local adequado, mas a dispensabilidade de algumas atividades que foram impossibilitadas com a obrigatoriedade do isolamento social.

3 | OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Contribuir com a discussão e com possibilidades de inovação nos processos de

ensino e aprendizagem de Projeto no curso de Design de interiores do IFSP, a partir da aplicabilidade de práticas pedagógicas e metodologias significativas baseadas na neurociência cognitivo-comportamental, no contexto de pandemia e isolamento social.

3.2 Objetivo específicos

- Investigar e inferir possibilidades de aplicação dos métodos da neurociência aplicados à educação - neuroeducação - no ensino e aprendizagem de Projeto no campo do Design de Interiores, tornando os componentes curriculares mais significativos, contextualizando os conteúdos escolares à vida real e simulando atividades efetivas de um profissional;
- Contribuir com a discussão e apontar possibilidades metodológicas para a reformulação dos currículos dos cursos de Design de Interiores do IFSP a partir das abordagens investigadas;
- Contribuir com a diminuição da evasão escolar nos cursos de Design de Interiores do IFSP;
- Apresentar experiências de aplicação de conceitos da neurociência em ambientes de aprendizado, contribuindo para o conhecimento destas metodologias em outras instituições e difundir uma prática de ensino mais eficaz e significativa;
- Apontar possibilidades de espaços de aula diferenciados, com novos “ambientes de aprendizagem”, repensando os arranjos físico-espaciais de ensino e absorção de conhecimento, e a possibilidade de criação destes espaços em casa. Com o isolamento social, espaços que propiciem a criatividade dos alunos têm que ser criados virtualmente, o que depende do acesso e do domínio da tecnologia por todos os participantes do processo, e, muitas vezes, é limitado pela falta de personificação para um curso tão subjetivo e humano;
- Idealizar cenários de experimentações no ambiente físico, reconhecendo as potencialidades dos espaços domésticos e a capacidade de transmissão de um conteúdo de forma assertiva e profícua, com ensino transdisciplinar que transmita a complexidade das relações sociais no contexto da contemporaneidade.

4 | METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos a estratégia metodológica baseou-se em 2 eixos com procedimentos específicos: 1) revisão da literatura e entendimento do referencial teórico adotado, estabelecendo uma forma de compreensão a partir de dois enfoques de investigação que se complementam, e 2) aplicação das metodologias ativas a partir da ótica da neuroeducação no curso de Design de Interiores do IFSP.

4.1 Eixo 1. Revisão da literatura e entendimento do referencial teórico adotado

O primeiro enfoque baseou-se em referenciais teóricos que pressupõem pensar na aprendizagem como um processo global, complexo e contínuo, com o intuito de produzir um entendimento das metodologias ativas e significativas e como elas podem contribuir com os objetivos do projeto. Para isso, estudamos autores que colocam o aluno como sujeito ativo de seu processo de aprendizagem, como a ideia do pensamento reflexivo de John Dewey (1959, 1980, 1985), Donald Schon (2000). O segundo enfoque buscou trazer uma nova dimensão para a pesquisa com a investigação dos recentes estudos da neurociência e sua aplicabilidade na educação, por meio da neuroeducação. A neuroeducação baseia-se na tríade “neurociência, psicologia e educação” e aborda como a neurociência pode ajudar a explicar comportamentos de aprendizagem.

As Neurociências contemplam estudos científicos do sistema nervoso, suas estruturas, funções, mecanismos celulares e aspectos fisiológicos. Direta ou indiretamente, as grandes questões da neurociência aplicada à educação estão relacionadas aos processos de comportamento e à cognição, por isso, o recorte desta pesquisa aproxima-se da neurociência cognitivo-comportamental, que estuda os fenômenos, habilidades e processos cognitivos complexos presentes nos indivíduos, como a inteligência, a memória, a percepção, a tomada de decisão, a atenção, a aprendizagem e os comportamentos e hábitos de uma pessoa, relacionados às subjetividades presentes no processo projetual. A neurociência cognitivo-comportamental ocupa-se também das emoções e sentimentos, e de componentes afetivos como empatia, ansiedade, depressão, sono, entre outros, todos fundamentais para as relações com os processos de aprendizagem. Seu objetivo principal é compreender as influências do sistema neural no comportamento humano. (BARBOSA, VIEIRA-SBRUZZI, FERREIRA, 2020). Nessa pesquisa, focamos nos aspectos emocionais e das relações entre memória, repertório e aprendizagem. Para isso utilizamos os referenciais de Mora (2013, 2017), Lent (2008, 2010, 2019) e Damásio (2000, 2004, 2011).

Além disso, foram feitas leituras de filósofos e pedagogos, estudiosos sobre reflexões, sensações e experiências no campo da neurociência e da educação e como isso influencia no aprendizado, com o objetivo de encontrar formas e metodologias mais adequadas que proporcionem maior autoconhecimento e automotivação. Tais leituras e referências embasaram a classificação de temas / conceitos, que depois foram analisados conjuntamente para aplicação no curso de Design de interiores, conforme tópicos a seguir:

4.1.1 *Pensamento reflexivo*

Diante de uma situação problema, Dewey apresenta o pensamento reflexivo, uma solução instrumental de ensino para professores. Objetivando o enfrentamento inteligente destas situações, fundamentamos este conceito essencial para uma aprendizagem

significativa, que pode ser dividida em dados e ideias, sendo ‘dados’ as condições observadas e tomadas como um obstáculo, e ‘ideias’ a solução daquele problema, posteriormente utilizada empiricamente para outros momentos.

O indivíduo, ao se deparar com uma situação complexa, passa por um momento de percepção deste sentimento, sendo notório o início do pensamento reflexivo. Este é o primeiro passo, onde, diante do cenário em questão, há uma interrupção de atos com o objetivo de selecionar ações adequadas para lidar com tal situação, a “ocorrência do problema”.

Entender o que está acontecendo e fundamentar o contexto como um problema é o segundo passo do pensamento reflexivo, envolvendo a “intelectualização do problema”. Deve-se perceber o motivo da falta de ação naquele momento, intentando uma solução.

O terceiro passo, este mais dependente do conhecimento individual, da criatividade e de experiências vividas, constitui na análise clara do problema e no pensamento de soluções sensatas e racionais, não podendo se deixar levar pelo instinto imaginativo, sendo ele, envolvido pelo conceito de “hipótese”. Então, é necessária a idealização destas soluções e o desenvolvimento das ideias, a partir do “raciocínio”, na quarta etapa.

O quinto passo sintetiza a prova da hipótese proposta, aplicando ações necessárias para o alcance do resultado idealizado. É interessante se atentar ao fato de que a diferença do pensamento reflexivo para qualquer outro pensamento proveniente de uma situação com o objetivo de solucioná-la, muitas vezes pautada na experiência e erro², é exatamente a reflexão tomada nas etapas de hipótese e raciocínio. A partir dela, em ocasiões em que nos deparamos novamente com uma situação complexa, vivenciamos uma operação intelectual por meio da qual se afirma a verdade de uma proposição em decorrência de sua ligação com outras anteriores, já reconhecidas como verdadeiras. Assim, percebe-se como o pensamento reflexivo é entendido mentalmente como uma experiência vivida.

Neste contexto, podemos aplicar o pensamento reflexivo tanto no ensino, quanto na aprendizagem. Um professor capaz de lidar com problemas em sala de aula identificando a situação e criando hipóteses racionalizadas por um pensamento empírico, é capaz de ensinar de forma fluida e significativa, sem seguir uma rotina que não envolva todos os alunos. Schön traz o conceito de reflexão, dividindo-o em três momentos: reflexão na ação, reflexão sobre a ação, e reflexão sobre a reflexão na ação. Este processo ocorre durante todo o acontecimento, uma vez que há reflexão durante, e após a prática, e ainda um ato meditativo com uma visão externa do ocorrido, totalmente fora do contexto, sendo essa a mais importante, pois a situação é revista por nós mesmos a partir de outro ponto de vista. É esta última etapa que desenvolve o profissional, tendo como objeto de entendimento e análise a sua própria ação, e não a deixando levar como um ato natural.

Como dito anteriormente, o pensamento reflexivo também pode ser aplicado na 2 Instrumento muito utilizado na psicologia, onde a tentativa é um meio de aprendizado pautado na experiência de passar por determinada situação onde o erro é uma consequência. Tendo a mentalidade de programar um experimento bem estruturado e uma resposta analítica do ocorrido, este método pode ser eficaz para futuras situações problema.

aprendizagem. O aluno que identifica um problema e começa a criar hipóteses e meios para solucioná-lo de maneira racional, terá um conhecimento muito mais significativo comparado a qualquer outra experiência no nível de tentativa e erro. A partir deste comportamento, justifica-se a aplicação de metodologias baseadas em projeto ou problema. Baseado no estudo de Fuentes (2006), que cita a metodologia descrita por Guillermo Gonzáles Ruiz, ainda podemos vincular as etapas do pensamento reflexivo às fases de um projeto de Design - analítica, criativa e executiva. Nessas fases, primeiro define-se o problema e são identificados os subproblemas, traçando caminhos racionais para a solução destes. A fase criativa se iniciará com um *brainstorming* e, então, a escolha ideal entre as opções obtidas. Assim, a materialização da ideia é a fase executiva, onde se deve revisar o problema e colocar em prova o produto final.

4.1.2 *Emoção como protagonista para a aprendizagem*

A emoção, etimologicamente com o significado de interação com o externo, é a resposta mental e, conseqüentemente, corporal diante de estímulos que rodeiam o indivíduo. Para Mora (2013), as emoções são a base mais importante que sustenta os processos de aprendizagem e memória. Elas mantêm a curiosidade, a atenção e o interesse em descobrir tudo o que é novo, sendo responsável, principalmente, por evocar memórias de forma efetiva.

Lent (2008) afirma que a emoção pode ser dividida em duas grandes categorias: a expressão e a experiência. A experiência é subjetiva, tudo que o corpo sente e que não é perceptível para o mundo externo; conseqüentemente, sabe-se menos sobre o assunto. Já a expressão da emoção é, como o próprio nome diz, o que transparece sobre a emoção, gerando respostas comportamentais e visuais, como alterações em outros sistemas do corpo. Não se pode identificar exatamente o movimento neural causado por um sentimento, por exemplo. Porém, segundo Damásio, emoções são involuntariamente expressadas e, no sentido comportamental, é possível mapeá-las.

Contrapondo a teoria do dualismo cartesiano, Damásio utiliza-se do pensamento de Espinosa, o qual mantém a dualidade mente/corpo, mas afirma que existe dependência e infinitas interações entre as partes, não havendo decisão sem emoção, não sendo possível separar a atitude racional de algum pensamento subjetivo anterior.

Damásio enfatiza a maneira como os indivíduos se tornam o que são a partir das emoções; “o sentimento é a essência do ser”. Em *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*, Damásio (1996) cria uma nova versão, talvez muito mais precisa, do princípio de Descartes: “sinto, logo existo”, porque os sentimentos continuam atuando após o pensamento racional.

Não à toa, é senso comum sempre hesitarmos em levar em conta a emoção para a escolha de alguma ação. A hipótese do marcador somático (Damásio, 1996) apresenta,

pois, um resultado contrário: de que a emoção não atrapalharia o processo de tomada de decisão, mas sim, sutilmente, seria responsável por todo o pensamento reflexivo até a solução da situação, empenhando um papel impreterível no processo de raciocínio.

As emoções são essenciais para a tomada de decisões e, como consequência, para o aprendizado. A emoção, sendo provocada por fatores externos e, posteriormente, gerando sentimentos, ativam as memórias, que, em momento de aprendizado, podem tornar-se uma experiência significativa. Mora (2013) correlaciona esta afirmação com situações simples e corriqueiras de um estudante, apontando a forma como a emoção está sempre ligada a qualquer pequena decisão:

En el estudiante, adolescente o universitario, en particular, y en su oficio de aprender, las decisiones se toman cada día, cada hora, cada minuto, y desde elegir qué carrera estudiar en la universidad hasta ese cotidiano asistir o no a clase un día, estudiar por la tarde tras las clases de la mañana, con qué asignatura comenzar, [...] Y así un largo etcétera donde miles de pequeñas decisiones se basan en las emociones, es decir, en lo que más nos gusta versus lo que menos, en el placer versus displacer. [...] Refiere a ese componente de las emociones, genuinamente humano, que son los sentimientos, esto es, a la reacción subjetiva de las emociones. Las emociones son mecanismos inconscientes.

Freud, ao analisar os princípios do prazer e a busca instintiva por situações que trazem um sentimento de bem estar, apresenta uma ideia muito clara sobre o funcionamento psicanalítico dos eventos mentais:

Na teoria da psicanálise não hesitamos em supor que o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio de prazer, ou seja, acreditamos que o curso desses eventos é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, que seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer.

A intenção bem sucedida de um aprendizado, desta forma, é gerada por uma tensão inicial, seja ela uma curiosidade, uma coincidência, ou até uma obrigação, mas está sempre acompanhada de um momento onde há uma produção de prazer ou, no mínimo, uma falta de desagrado. Entendemos que um indivíduo está sempre disposto a receber conhecimento, quando este alcança algum nível, mesmo que ínfimo, de um sentimento agradável.

Na mesma linha, podemos citar a ligação dos termos 'prazer' e 'desprazer' com uma escala de estabilidade. Neste caso, e inter relacionando ao contexto atual, a estabilidade pode vir de diferentes âmbitos do indivíduo, como sua educação, seu estado financeiro, emocional, físico, psíquico, social, e até da satisfação de suas necessidades básicas. Fechner (*apud* Freud, p. 1) apresenta a teoria de que os impulsos conscientes também podem estar ligados ao sentimento ou não de estabilidade, sendo, respectivamente, um momento de maior ou menor prazer aquele que se “eleva acima do limiar da consciência”.

Exemplos reais onde podemos basear a questão de estabilidade são alguns casos nas turmas analisadas durante o desenvolvimento desta pesquisa. Alguns alunos, após o período em que o IFSP e todos os seus cursos ficaram suspensos, ainda tiveram problemas familiares diretamente influentes em suas vidas acadêmicas. Seus familiares ou pessoas próximas perderam empregos durante a pandemia, quando, com o isolamento, muitas empresas e contratantes não conseguiram manter seus funcionários. Os alunos que, até então, se dedicavam somente aos estudos, precisaram se dispor a novos empregos com o objetivo de obter uma compensação financeira para a família. Dessa forma, podemos observar um momento de instabilidade e, conseqüentemente, menor geração de prazer, inclusive nas atividades acadêmicas. Com uma preocupação exterior e uma necessidade de atender às prioridades, o indivíduo fica psicologicamente indisponível para aprender e absorver um novo conhecimento. Assim, há reações que objetivam uma estabilidade financeira, movimentando o curso dos eventos mentais por uma tensão desagradável, com intenção de uma ‘evitação de desprazer’, resultando em uma indisponibilidade de ‘produção de prazer’.

4.1.3 Memória e aprendizagem

Existe uma estreita relação entre a memória e a aprendizagem. A memória é um elemento fundamental no processo de aprendizagem, pois trata-se da sede de todas as informações captadas e armazenadas ao longo da vida. Podemos considerar três principais processos ou fases da memória: 1 – aquisição - quando há o recebimento da informação e registro da mesma pelo cérebro, 2 – consolidação – quando essa informação que está sendo armazenada é estabilizada nas redes neurais, provocando mudanças nas células neuronais, mesmo que o indivíduo não esteja mais em contato com a informação recebida, e 3 – evocação – a “lembança” daquela informação. (LENT, 2019, VIEIRA-SBRUZZI, 2020). Memorizar é a capacidade de codificar e recuperar informações, entretanto o processo de armazenamento é definido como aprendizagem (LENT, 2019).

A memória é vital para a aprendizagem em ambientes formais e informais. Para Espinosa (2008), sem memória de longo prazo, os alunos estão destinados ao fracasso na educação e a uma existência não funcional para a sociedade.

Dentre os conceitos filosóficos de memória, a memória associativa é o tipo que propicia a aquisição de conhecimento, relacionando coisas novas com coisas já conhecidas. Memórias associativas ligam informações passadas de conceitos já conhecidos, a novas situações e novos problemas. Esta ligação pode ser evocada pelos professores com atividades que recuperem as memórias associativas, como analogias, metáforas, simulações, hipóteses, projetos, ensaios (Schwartz & Fischer, 2006; Wolfe, 2008), coagindo o aluno a recorrer ao conhecido antes de conquistar o desconhecido.

A aplicação do conceito de memória na educação, sugere metáforas para lidar

com problemas de ensino e aprendizagem. Memórias emocionalmente valiosas são sobre coisas pelas quais o aluno se apaixona e aprende porque gosta. As memórias emocionais também são formadas pela interação com o outro e são, então, rememoradas não só por fazerem sentido, mas também por terem um significado da vida do indivíduo.

Percebe-se a importância da emoção tanto para o aluno quanto para o professor, que deve estar atento para levar a emoção como condutor principal de suas palavras, de modo que elas cheguem ao aluno de forma sólida e convincente. Hoje, é notável que no ensino padrão e ortogonal são ensinados conceitos cognitivamente complexos de forma neutra, insípida, desconectados do significado emocional. Para Mora (2013), isso é um erro, porque nada pode ser conhecido mais do que o que amamos, o que nos diz algo”.

Ostrower (1997), ao relacionar o termo com a criatividade e os processos criativos, ainda diz que “a memória articula os seres necessários para a criatividade, faz-se conhecer, no curso das ações, como uma espécie de guia aceitando ou rejeitando certas opções e sugestões contidas no ambiente”.

4.1.4 Repertório

É incontestável a importância da formação de um repertório no processo de aprendizagem das artes projetuais. Durante o ensino, mesmo que tradicional, todas as referências apresentadas são passíveis de geração de repertório, desde as aulas de história da arte até os estudos de casos contemporâneos. A evocação da memória em momentos de problemas projetuais pode rememorar um repertório adquirido durante o curso, em alguma viagem ou em lembranças inconscientes da infância, sendo a resolução sempre um conjunto de experiências passadas vividas pelo aluno ou profissional.

Em meio ao processo projetual, exploram-se todas as referências conceituais e iconográficas acumuladas por percepções pessoais, resultando na criação de um produto que une, de forma elaborada e, muitas vezes, inconsciente, desenhos e partidos já captados anteriormente. Toda criação é o conjunto de uma invenção ou ideia baseada em uma primeira percepção, alterando somente o que se julgar necessário, como *nada se cria, tudo se transforma*.

Ortega (2003), baseado na definição do ato de projetar segundo Martínez (apud ORTEGA, 2003, p. 2), traz uma definição de repertório.

Tal definição pressupõe, justamente, que o ato de criar advém de conhecimentos prévios de seu autor - a criação do espaço arquitetônico não vem do nada, mas sim, do repertório de imagens pré-figuradas na mente, de seu “acervo cultural”, com o qual constrói sua arquitetura.

No campo da criação e criatividade, inserindo-se no âmbito da idealização de espaços que forneçam conforto e bem estar, o repertório é um elemento essencial para resolução de problemáticas que surgem em meio ao desenvolvimento de um projeto. A

experiência de um profissional se alicerça, exatamente, na sua capacidade de solucionar pequenos problemas trazidos pelo cliente com o objetivo de simplificar seu dia a dia através do espaço. O repertório é o responsável por essa habilidade, conforme Brandão (2000):

Os conceitos, como aqueles que elaboramos durante a produção de um projeto, não surgem do nada, mas da reflexão sobre a nossa própria experiência dos espaços e daquilo que nos fornece a tradição que lhes concerne. Assim, [...] cumpre elaborar a reflexão sobre nossa experiência desses espaços, sobre a imagem, os significados e sentidos que a tradição nos transmite e que se depositou como repertório da cultura.

4.2 Eixo 2. Aplicação das metodologias ativas a partir da ótica da neuroeducação no curso de Design de Interiores do IFSP

4.2.1 Pesquisa qualitativa de relato de experiência

Alguns métodos de pesquisa precisaram ser repensados para atender as novas formas de ensino oferecidas em meio ao isolamento social. Com a proibição por leis estaduais e recomendações de organizações de saúde para evitar aglomerações que poderiam se tornar focos de contágio do Covid-19, as instituições de ensino precisaram fechar suas portas e se adequar para suprir as necessidades de formação de seus discentes. Com o início do ensino à distância no IFSP - Campus Jacareí, muitos métodos de ensino foram alterados, como o início de aulas assíncronas, a avaliação dos alunos por submissão de atividades na plataforma, apresentação de trabalhos por meio de reuniões de vídeo ou gravações, a nova forma de contagem de presença, entre outras mudanças. As novas metodologias de ensino, que antes seriam aplicadas no próprio campus, tiveram que ser repensadas para um ambiente virtual, até então sem precedentes. A pesquisa, também prevista para aplicação em ambiente escolar, teve que se adequar alguns meses após o início da pandemia para se adaptar ao 'novo normal'.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Na submissão foram consideradas amostras da pesquisa as turmas que atualmente cursam o 1.º e o 5.º semestre do Curso Superior em Tecnologia em Design de Interiores e o último módulo do Curso Técnico em Design de Interiores.

Foi escolhido o método de pesquisa qualitativa e observativa para analisar o processo de adaptação do ensino virtual. Desde o início do Ensino à Distância nas aulas do ensino superior e técnico dos cursos de Design de Interiores no IFSP, Campus Jacareí, tem sido muito comum uma insatisfação geral dos alunos. O motivo é unânime: existe uma grande dificuldade para alunos - e professores - em conciliarem os estudos com seu estado emocional, o trabalho doméstico, um horário e um espaço adequado para aprendizagem, o emprego, o cuidado com os outros moradores da casa, entre outros. E assim, foi imprescindível manter um *feedback* constante entre professores, alunos e coordenação,

procurando sempre soluções mais justas e positivas para todos os envolvidos.

5 | DESENVOLVIMENTO E ANÁLISES

A partir da bibliografia estudada, via-se um campo de aplicação das teorias da neurociência cognitivo-comportamental aplicada à educação nos cursos do IFSP, protagonizando as disciplinas de projeto. Tal abordagem apresenta métodos eficazes, principalmente no âmbito atual, onde o ensino à distância é essencial para a saúde de todos.

O ensino e a aprendizagem são partes de um contexto bem mais amplo, onde o estado social, físico, psicológico, econômico e histórico são fatores influenciadores da transmissão e do recebimento da informação pelo indivíduo. Portanto, foi constatado, com embasamento teórico, que o aprendizado e a emoção são conceitos dependentes um do outro, sendo que um conhecimento só é realmente absorvido se, com o seu acolhimento, for gerado algum tipo de emoção.

Assim, adentramos o universo de uma metodologia de ensino significativa, ou seja, a prática de um ensino que componha a vida do indivíduo, não só no momento da aprendizagem, quando ele lembra e associa o processo educativo à situações e experiências cotidianas na contínua reconstrução do pensamento, mas “também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subseqüentes” (DEWEY, 1959).

O filósofo defende uma reflexão contínua, definindo a educação como o início de um processo de pensamento instrumental para enfrentar situações problemáticas, essencial para a operação de uma sociedade democrática. Em suas palavras (DEWEY, 1985):

A educação é o processo da renovação das significações da experiência, por meio da transmissão acidental em parte, no contato ou trato ordinário entre os adultos e os mais jovens, e em parte intencionalmente instituída para operar a continuidade social.

Dewey também promove uma consciência socioeducacional, afirmando que a educação é o meio ideal para a disseminação de um certo conhecimento, além da transmissão de um patrimônio cultural provindo deste e da conservação da ordem social. Desta forma, pode-se dizer que a prática de uma educação como modo de vida, onde se vive aprendendo no cotidiano através de experiências, deve ser algo democraticamente social, essencial para uma comunidade que se desenvolverá de forma diferente do ensino tradicional atual, onde intenta-se preparar um indivíduo para a vida sem um aprendizado contínuo e moldável às mudanças de um mundo globalizado e dinâmico.

Neste contexto, é imprescindível evidenciar a desigualdade, causada prioritariamente pelo posicionamento social, no sentido da recepção de conhecimento. Com a pandemia, ficaram claros os empecilhos para a manutenção de muitos alunos no prosseguimento do curso. A educação se faz um item variável de acordo com o grupo social que ela abrange.

Defendendo uma educação democrática, Dewey afirma que se estimula uma maior interação, interesse e cooperação entre os membros que compõem a sociedade, criticando as concepções pedagógicas ortogonais e apresentando suas ideias como uma contínua reconstrução da experiência, um processo necessário para a vida em sociedade.

Outro ponto importante a se considerar, é a forma como os alunos lidam emocionalmente com uma pandemia de uma proporção que chocou o mundo inteiro. Para Mora (2013), o aluno só é capaz de aprender se tiver prazer, se sentir motivado para absorver determinado conteúdo. “É necessário despertar a curiosidade, que é o mecanismo cerebral capaz de detectar a diferença na monotonia diária”, segundo Mora em entrevista ao El País em 2017. Em uma situação de isolamento social, a ausência de uma rotina obrigatória pode ser favorável ou não para um aprendizado mais eficaz. Questões como a maior disponibilidade de tempo - em contrapartida à falta de tempo causada, muitas vezes, pelo aumento da demanda de trabalho no *home office* ou de afazeres domésticos -, a busca por capacitação e atualização, e o crescimento da oferta de conteúdo *online*, podem ser indicadores de um cenário favorável para a aplicação de novos métodos de ensino incrementais e disruptivos.

O ensino provavelmente nunca mais voltará a ser o que era antes da pandemia, pois deixou de ser praticado em um ambiente tradicional, organizado ortogonalmente em fileiras de carteiras, e passou a alcançar os alunos, mais intimamente, em diferentes ambientes, sejam eles adequados ou improvisados, mas cada um com sua singularidade. O aprendizado à distância abriu um leque de possibilidades em relação ao espaço, a horários, a prazos e a ferramentas de avaliação. Professores foram levados a se adaptar a plataformas, gravação de aulas e aulas ao vivo, e alunos entenderam que precisariam de uma disciplina diferente, que provavelmente, nunca tiveram antes. Em casa, com maior liberdade de escolha e flexibilidade de horários, o jovem precisa de muito mais organização, dedicação e planejamento para acompanhar e, de alguma forma, absorver o conteúdo exposto no meio digital.

A pandemia teve, então, grandes implicações na maneira como os alunos do ensino superior vivem e trabalham, ao objetivar a formação acadêmica regular, que acabou afetando profundamente o bem-estar físico e mental dos estudantes.

Um dos pontos importantes para o aprendizado de projeto é a utilização de ferramentas práticas e *softwares* específicos para criação, como uma tarefa empírica, simulando o exercício da profissão. Esta foi uma das dificuldades com o início do ensino a distância: a falta de acesso a computadores aptos para o funcionamento de programas de criação e modelagem.

Com o estudo e o empenho se tornando de total responsabilidade e comprometimento do aluno, fica em voga a importância de uma avaliação incessante do processo de ensino aplicado a aulas *online*. A instituição e o corpo docente encontram-se em uma situação de análise contínua dos métodos utilizados e de sua eficiência. Fica claro também, que

a situação emocional, psíquica, financeira, espacial e familiar do aluno entram em jogo em seu processo de aprendizagem. É um cenário muito novo e efêmero para todos os integrantes deste processo. Os docentes também precisaram se adaptar à tecnologia, às plataformas e à geração de um conteúdo contínuo e frequente.

Em conversa com os alunos da classe do primeiro ano do Curso Superior em Tecnologia de DI, percebeu-se uma visão positiva da forma de lidar com o estudo durante uma pandemia. O corpo discente, em grupo criado pela sala por um aplicativo de comunicação, concordou em formar um evento quinzenal denominado pelos próprios de “barzin”. O encontro foi planejado para ser um espaço livre e acessível para qualquer tipo de conversa, desabafo, interação, e ainda, para realização de atividades culturais e sociais, como saraus, ideia discutida na última reunião do gênero. Este tipo de contato entre alunos, cria um ambiente reconfortante, um espaço receptivo e propenso para interações cada vez mais profundas. Ao falar e se abrir para o próximo, o pensamento construído se transforma em memória autobiográfica, conceitualmente um acervo individual provindo de atividades empíricas pessoais.

Por ter tido pouco tempo para integração entre turmas e adaptação ao ambiente, uma vez que foi necessário o afastamento poucas semanas após o início das aulas, estes alunos ficaram impossibilitados de criar vínculos significativos. Este fato tem sido um dos temas abordados nas discussões semanais; a dificuldade de formar grupos de trabalho, de iniciar debates sobre tópicos disciplinares, a introspecção durante as aulas virtuais, e uma interação em meio à própria turma, seriam grandes problemas se não fossem olhados de forma positiva. Embasando-se na neurociência, o estímulo recebido juntamente à percepção entre os alunos de que o outro também está passando pela mesma coisa, compartilhando das mesmas angústias, gera um desenvolvimento emocional que desencadeia em ações resolutivas.

Este distanciamento e falta de integração entre a turma, no entanto, pode ser uma prévia do mercado de trabalho, tanto na relação profissional-cliente, quanto no vínculo de trabalho entre profissionais. O desafio de lidar com pessoas desconhecidas e ser capaz de alinhar pensamentos, ideias e expectativas, é uma forma de pensar como um *designer*, criando uma personalidade mais coletiva e solidária com o próximo, seja ele cliente, comunidade ou colega de trabalho, mas sempre com um objetivo comum de um produto final.

Os alunos perceberam por si próprios benefícios em ser uma turma que pouco se conheceu antes da pandemia. Como alunos, notou-se que eles estavam se colocando mais no lugar do próximo, se ajudando entre si e percebendo que não estavam sozinhos, apesar de distantes geograficamente. Treinar e ampliar o olhar do *designer* é essencial para ser capaz de identificar problemas e solucioná-los, para aprender a ler as pessoas, a entender a personalidade delas e transcrever isso em um projeto de interiores ou arquitetônico. Deve-se enxergar esta experiência com reconhecimento de sua importância no crescimento do

aluno a fim de se tornar um profissional apto e com um pensamento além da formação acadêmica tradicional. O aluno capaz de entender este momento único como um fator enriquecedor, pode tornar-se um profissional diferenciado.

Em reunião com esta mesma turma, considerando que cerca de metade do grupo estava presente, notou-se que a maioria tinha a intenção ou já teve vontade de trancar o curso, motivada pelo afastamento. Mas que, em contrapartida, não ocupar a mente durante este período poderia trazer um grave prejuízo emocional. Foi alegada uma certa dificuldade comum em ficar frente à tela do computador por várias horas, ter domínio de diferentes ferramentas, conseguir dar conta da demanda ofertada pela faculdade e entregar as atividades solicitadas em tempo hábil, e, ao mesmo tempo, ser capaz de se manter estável emocionalmente. Também era consensual da turma a rejeição por uma oferta de conteúdo mais compacta e sucinta que levaria a um ensino incompleto.

Em um período tão atípico e singular, onde os indivíduos se encontram com emoções afloradas, sem muita visão e expectativa do futuro próximo, os alunos se mostraram desanimados e improdutivos, com constantes bloqueios de criatividade, uma vez que todos estavam impossibilitados de contato com o exterior, com novas pessoas, com ambientes inspiradores, sem conversar sobre diferentes assuntos e interagir com o mundo lá fora. Assim, os alunos se dedicaram a novos *hobbies*, experimentando diferentes atividades que puderam estimular a criatividade.

5.1 Análise da pesquisa aplicada

A pesquisa aplicada durante um período de 15 dias teve a participação de 22 alunos que se voluntariaram para contar suas experiências após um período de, aproximadamente, 3 meses de vivência do ensino virtual. Da amostra convidada, o número de participantes foi pequeno, mas, considerando o contexto pandêmico, a situação emocional, psicológica, e até econômica, a quantidade foi um dos fatores menos importantes. A pesquisa, em sua maioria com perguntas dissertativas objetivadas a motivar o relato íntimo e subjetivo do participante, demandava tempo e disposição emocional. Contudo, foram obtidos resultados grandiosos e esclarecedores de como o referencial estudado tem, de fato, muita influência no ensino e aprendizagem e, mais especificamente, na área projetual.

O questionário aplicado foi dividido em alguns setores. O primeiro setor colhia informações sobre a amostra, como o nome, se desejado informar, o nível de formação e o semestre mais recentemente cursado; as perguntas que seguiam eram sobre o ensino à distância, qual a opinião do aluno sobre, sua visão anterior e posterior ao oferecimento do ensino virtual; o terceiro setor se referia ao ensino de projeto, como as aulas deveriam ser, o que era essencial e como isso foi tratado em ambiente virtual; o setor de número quatro coletou informações mais pessoais, sobre o ambiente doméstico do aluno e seu estado emocional; e a quinta parte questionava sobre as expectativas futuras tanto no curso quanto na carreira profissional. Farei a análise da pesquisa considerando esta divisão.

Dentre os participantes da pesquisa, mais de 90%, ou seja, 20 alunos, eram do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores. Destes, a maioria se encontra próxima à formação, no penúltimo ou último semestre.

Do total dos entrevistados, doze se posicionaram contra o ensino à distância, por eles considerado incompleto e robotizado, e nunca se interessaram em cursar. Sete alunos achavam que funcionaria para disciplinas teóricas, mas que não era o ideal para disciplinas práticas em cursos de criação como Design e Arquitetura. O restante tinha um posicionamento favorável a este tipo de ensino ou considerava a melhor opção perante a necessidade de formação e entrada no mercado de trabalho.

Como esperado, e sendo um ponto muito discutido pelos docentes no momento que foi essencial a volta às aulas de modo virtual, os alunos ficaram muito inseguros com o que estaria por vir. Um sentimento comum entre eles foi o medo de não absorver conteúdo suficiente para uma formação próxima, ou de atrasar a formação, da qualidade do ensino e da dedicação discente cair muito, e da falta de acompanhamento por parte dos professores. Mais de 63% dos entrevistados, 14 pessoas, pensaram em trancar o curso em algum momento. O mesmo número de estudantes não teve sua opinião alterada após o início do ensino à distância. O motivo era sempre relacionado à perda de qualidade do ensino atrelado ao nível de empenho do aluno que provavelmente precisaria ser aumentado ao mesmo tempo que haveria um aumento de demandas domésticas. Antes da oferta do ensino à distância, o IFSP ficou cerca de cinco meses com as aulas suspensas, o que fez com que alunos começassem a trabalhar para ajudar familiares que perderam o emprego, tivessem demandas domésticas, precisando cuidar da casa ou de alguém durante horários variados, precisassem cuidar de familiares que se adoentaram durante este período, etc. Os alunos perceberam outras prioridades e precisaram se adaptar a novas realidades familiares.

Também foi comprovada na pesquisa a grande preocupação pela falta de um local adequado para estudo e a ausência de recursos e ferramentas que suprissem a demanda prática e projetual do curso. Nestes casos, muitos professores moldaram a entrega de acordo com a disponibilidade de recursos dos alunos, deixando livre toda forma de desenvolvimento e representação dos projetos. O IFSP também providenciou computadores e internet banda larga para os alunos que não tinham condições de ter os mesmos a fim de participarem das aulas.

Entre os alunos que pensaram em trancar o curso após o início das aulas virtuais, alguns perceberam que, diferentemente da visão anterior sobre o EAD, o curso demandou bem mais que o esperado; foi difícil conciliar a quantidade de trabalhos em um curto período de tempo; houve falta de apoio necessário para desenvolver projetos, de retorno de diversas atividades feitas para entendimento do conteúdo e de flexibilização; algumas disciplinas foram consideradas estar bem abaixo do nível esperado, além de muito conteúdo solto e ofertado de maneira desorganizada.

A opinião sobre o ensino de projeto no curso foi unânime em relação à qualidade, prática, apoio dos professores, absorção de conhecimento e metodologia. Porém, no momento em que esta prática se iniciou à distância, ficou clara a diferença entre duas disciplinas em todas a amostra do curso superior, dificultando a assimilação de novas informações em uma das disciplinas. Em uma das respostas dadas pelos alunos, na qual o assunto se repete, são citadas duas disciplinas de projeto, onde percebe-se que cada uma foi tratada de forma diferente: “Teve uma matéria de projeto que mal tivemos matéria, base, e zero acompanhamento de processo, nada de interação proposta pelas professoras, então basicamente jogaram um projeto novo que desconhecíamos totalmente os métodos e matérias, e fizemos sozinhas com auxílio da Internet. Em contrapartida, teve uma matéria de projeto que foi maravilhosa, as professoras conseguiram nos acompanhar, deram base, nos ajudaram a aprimorar, e no fim a sala inteira apresentou melhora, e ainda houve muita interação da turma, foi incrível!”. Em outros relatos, considerando a disciplina elogiada, alunos citam a empatia e a preocupação dos professores com o bem estar e estado emocional da turma, com conversas frequentes durante as aulas; a flexibilização do calendário escolar; a organização e explicação síncrona de cada conteúdo; a base e acompanhamento explicativo dos professores diante do conteúdo disponibilizado; a proposição de trabalhos e atividades que relacionam o dia a dia do aluno no ensino virtual, seu ambiente e vivência durante este período, ao invés de propostas pouco conhecidas pelos alunos.

Ainda sobre as disciplinas de projeto, os alunos citam como elementos que não funcionaram no ensino: a escassez de detalhes e informações técnicas para trâmites que acontecem na realidade da profissão; a comunicação entre professor e aluno, o retorno de algumas atividades durante o processo, e a falta de detalhamento nos *feedbacks*; um *feeling* entre as expectativas criadas pelos professores e uma lacuna de informações teóricas e repertório projetual que ficavam na base do achismo para os alunos; referências enviadas pelos professores eram muito superficiais e não atendiam ao nível de projeto que eles desejavam; a demanda de projetos em grande escala juntamente com a falta de conteúdo; a falta de contato e integração social; o uso de *softwares* que não foram suficientemente ensinados; curto prazo de entrega e cobrança exagerada para alcançar devido às dificuldades do EAD; conteúdo solto, sem explicação; grande conflito de informações.

Com o objetivo de trazer os ‘cenários inovadores’ para a os ambientes domésticos, uma disciplina de projeto também propôs trabalhos relacionados ao momento e ao ambiente contemporâneo do aluno. As atividades propunham projetos de mobiliário residencial, de mobiliários que solucionassem problemas de higiene e distanciamento gerados com a pandemia, de mudanças que o próprio aluno adaptou em sua casa para torná-la mais confortável durante o período de isolamento. Nestes trabalhos, notou-se um envolvimento muito maior enfatizando a proximidade e a propriedade que o aluno tinha sobre o assunto

tratado, uma vez que ele estava vivendo aquilo diariamente.

Na etapa final da pesquisa, o participante é questionado sobre a experiência vivida e o futuro da profissão. 80% dos alunos respondeu que a integração existente nas aulas presenciais era um ponto muito importante para o aprendizado, não só entre os próprios alunos mas também para com os professores, e que fazia muita falta no ensino virtual. Porém, como dito em comum em algumas respostas, foi percebido que a turma desenvolveu uma união devido à necessidade. Foram feitas vídeo chamadas para apresentar projetos para os colegas, para conversar e tirar dúvidas sobre alguns trabalhos, para compartilhar sentimentos e expectativas, para dividir experiências profissionais. Observa-se a resolução de um problema de forma experimental, os alunos foram capazes de identificar obstáculos e arquitetar maneiras de adaptação diante do novo formato de ensino.

A vivência, apesar da dificuldade, trouxe algumas vantagens apontadas pelos próprios alunos. Entre elas estão: a otimização de tempo e produtividade em comparação ao tempo de deslocamento até a faculdade; o fato poder realizar as tarefas juntamente com a aula; o ingresso no mundo virtual; a intimidade com ferramentas que serão muito úteis na profissão; a quebra de fronteiras (ter palestras que não seriam possíveis na forma presencial por conta da distância, realizar projetos para qualquer local do país futuramente); a união da sala; o acesso mais próximo a alguns professores; a tranquilidade e segurança ao fazer reuniões remotas; a organização de tempo e espaço; mais empatia, compreensão e amizade; maturidade e valorização das pessoas; autodisciplina e auto conhecimento; a maior participação em momentos familiares. Os alunos participantes ainda consideram a experiência uma pequena prévia do que pode se tornar o exercício profissional. Os projetos devem ter uma demanda maior no modo *home office*, considerando que muito já é oferecido a clientes de forma virtual; os deslocamentos estão cada vez mais difíceis e a necessidade de economia de tempo e de se ter qualidade de vida têm trazido os profissionais para o escritório particular em casa; a locação de espaços muitas vezes se apresenta inviável; o futuro parece promissor, considerando o aumento da demanda em um ano atípico.

Desta forma, observando a receptividade dos alunos em uma das disciplinas de projeto, podemos concluir que a didática utilizada cumpriu os objetivos de uma aprendizagem significativa utilizando-se de métodos ativos baseados nos conceitos da neurociência, como o pensamento reflexivo, a conexão às memórias, o acionamento das emoções, a ligação com a experiência e com o dia a dia do estudante, a simulação de situações reais da atividade profissional, e a fusão de elementos avaliativos com o repertório adquirido - além da exposição de casos e vivências dos próprios professores ou de convidados -, principalmente durante este período. O aprendizado na disciplina foi apenas o início de um repertório empírico, de muita significância para a vida do aluno, sendo uma semente plantada para vivências futuras. Como Mora (2013) apresenta sua ideia sobre a influência da emoção e da evocação das memórias, a experiência será sempre um arquivo de aprendizados para consultas mentais em situações problemáticas futuras.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa analítica sobre a experiência das turmas que estavam vivenciando o processo singular de ensino prático à distância, foi possível observar uma aversão ao processo devido às dificuldades encontradas em relação à organização, ao estado emocional, ao aumento de trabalho externo, à falta de tempo diante da demanda, entre outros. Contudo, com o incentivo à permanência dos alunos no curso e o apoio constante do corpo docente, percebeu-se uma mudança de percepção discente, priorizando a formação acadêmica e visualizando o cenário como uma oportunidade empírica de se adaptar às novas diretrizes do mercado como profissional.

Ficou claro, em algumas respostas, que o grupo não participaria de um ensino deste tipo se não considerasse as circunstâncias em voga, que inviabilizariam a formação, o início da carreira, além de dificultarem aspectos como moradia, sustento financeiro, e a espera incerta por um ensino presencial. Porém, percebeu-se a acolhida, por parte dos mesmos alunos, da experiência e a mentalidade de que tudo que aconteceu faz parte de um momento de aprendizado. Com a pandemia, o mundo do estudo pode mudar de vez em alguns casos, e muitos alunos entenderam a importância de estarem preparados para esta dinâmica de mudança.

Com o objetivo inicial de adotar metodologias baseadas na neurociência em cenários físicos, mas com a incerteza de retorno às dependências institucionais de educação, o estudo foi completamente aplicado em âmbito virtual, o que se configurou em uma pesquisa atualizada, com propósito contemporâneo. Os resultados adquiridos traduzem soluções metodológicas e funcionais para o aprendizado de disciplinas práticas e criativas baseadas na experiência, na vivência, no repertório e nas emoções. Foi perceptível que o conhecimento e a aplicação de alguns conceitos da neurociência foram imprescindíveis para aceitabilidade entre os discentes e o sucesso da disciplina de projeto, visto alguns casos descritos na pesquisa.

Conclui-se que a prática do ensino com a utilização de metodologias ativas baseadas em teorias comprovadas sobre o funcionamento da mente são, de fato, eficazes e bem recebidas pelos alunos. O nível de satisfação em disciplinas que trabalharam com estes conceitos foi absurdamente alto comparado a outras disciplinas, sendo ambas projetuais e à distância. Percebe-se, utilizando-se do pragmatismo *deweyano*, como o pensamento reflexivo docente é essencial para um ensino significativo, com práticas provenientes da reflexão perante sua experiência, crenças e valores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, T. VIEIRA SBRUZZI, R. FERREIRA, J. **Self Autobiográfico e a construção do repertório no ensino de Arquitetura e Design**. Artigo desenvolvido no Programa de Pós-graduação DASMind - Unicamp. Campinas, 2020.

BELTRÃO, André L. F. **Estratégias pedagógicas no ensino de Design: por uma Metodologia Ativa**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Design da PUC-Rio para obtenção do grau de Mestre em Design. PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2017.

BERBEL, N. A. N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BENÍTEZ, Lorena T. **La importancia de los espacios escolares en la enseñanza-aprendizaje de los alumnos**. Facultad de Ciencias de la Educación. Universidad de Málaga, 2013/2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/62903696>. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRAIDA, Frederico. **Da “Aprendizagem Baseada em Problemas” à “Aprendizagem Baseada em Projetos”: estratégias metodológicas para o ensino de projeto nos cursos de Design**. Actas de Diseño nº 17, Ano IX, Vol. 17, Buenos Aires, Argentina, 2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **Linguagem e arquitetura: o problema do conceito**. Revista de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. vol.1, n.1, novembro de 2000. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa “Hermenêutica e Arquitetura” da Escola de Arquitetura da UFMG.

DAMÁSIO, A. **O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano**. Tradução: Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAMÁSIO, A. **O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

DAMÁSIO, A. R. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DAMÁSIO, A. R. **E o cérebro criou o Homem**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Abril cultura, 1985.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 3. ed. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DORIGON, Thaisa C. **A reflexão em Dewey e Schön**. Tese de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC. Revista Intersaberes, Curitiba, ano 3. 2008.

FERIOTTI, Maria de L; POMPEO DE CAMARGO, Dulce M. Educação, **Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade: desenvolvendo conceitos**. Rev. Teoria e Prática da Educação, v.10, n.2, mai/ago. 2007.

- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FREUD, Sigmund. **Além do Princípio de Prazer**. Livro XVIII - Obras Psicológicas de Sigmund Freud, 1856-1939.
- FUENTES, Rodolfo. **A Prática do Design Gráfico: uma metodologia criativa**. Trad. Oswaldo Antonio Rosiano. São Paulo: Rosari, 2006.
- GROPIUS, Walter. **Bauhaus: uma nova Arquitetura**. Ed. Perspectiva, 1972.
- HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudanças na Educação – Os projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Design de Interiores** – Campus Jacareí, São Paulo, 2015.
- KOWALTOWSKI, D.C.C.K et AL. **Reflexão sobre metodologias de projeto arquitetônico**. Porto Alegre, 2006: Disponível em: Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 07-19, abr/jun. 2006.
- LENT, R. **Neurociência da mente e do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- LENT, Roberto. **Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de Neurociência**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
- LENT, R. **O cérebro aprendiz: neuroplasticidade e educação**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.
- MORA, Francisco. **Francisco Mora: “É preciso acabar com o formato das aulas de 50 minutos”**. [Entrevista concedida a] Ana Torres Menárguez. El País, Madri, 22 fev. 2017.
- MORA, Francisco. **Neuroeducación: solo se puede aprender aquello que se ama**. Madrid: Alianza Editorial, D.L. 2013.
- ORTEGA, Artur Renato. **A análise de projeto para a formação do repertório arquitetônico**. Projetar 2003 – I Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa do Projeto. Natal, 2003. Acesso em: 24 dez. 2020.
- OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.
- SCHÖN, D. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- SOUSA, David A. **Cómo aprende el cérebro: una guía para El maestro en la clase**. Thousand Oaks: Corwin Press Inc. 2002.
- SCHWARTZ, M. & FISCHER, K.W. **Useful metaphors for tackling problems in teaching and learning**. About Campus, 2006.

TOKUHAMA-ESPINOSA, T. N. **The scientifically substantiated art of teaching: a study in the development of standards in the new academic field of neuroeducation (Mind, Brain, and Education Science)**. United State: Capella University, 2008. Disponível em: <https://pqdtopen.proquest.com/doc/250881375.html?FMT=ABS>. Acesso em: 25 nov 2020.

WOLFE, P. **Brain-compatible learning: Fad or fashion?** School Administrator, 2006.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: O CASO DO MONUMENTO DA BALAIADA EM CAXIAS-MA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/01/2021

Ana Karine Lima Pereira

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão - FACEMA (2019).
<http://lattes.cnpq.br/0846531587128732>

Neuza Brito de Arêa Leão Melo

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Prof. Camillo Filho - ICF (2007), Especialização em História da Arte e da Arquitetura pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Prof. Camillo Filho - ICF (2006) e Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2011) e Doutorado no Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Teresina - Piauí.
<http://lattes.cnpq.br/9073910528255006>

Walber Angeline da Silva Neto

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho/ICF (2013), Especialista em Práticas Projetuais pela Universidade Federal do Piauí/UFPI (2014) e Mestre em Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari/UNIVATES (2019). Teresina - Piauí.
<http://lattes.cnpq.br/8402296003111939>

Gabriela Jordâna Lima Mota

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão - FACEMA (2019) e Pós-Graduada em Design de Interiores, Ambientação e Produção do Espaço - Instituto de Pós-Graduação e Graduação - IPOG (2019-).
<http://lattes.cnpq.br/5711301529978516>

RESUMO: O artigo aqui presente pulveriza a ideia de que a educação patrimonial constitui-se em um importante vetor para a proteção e preservação do patrimônio arquitetônico. Tem por objetivo a apresentação de teorias que corroborem com o pensamento ora citado, com a finalidade de contribuir para a solidificação do pensamento e promover a luta pela salvaguarda destes bens. Para tanto, o trabalho usa como plano de fundo o caso do monumento da balaiada em caxias-ma e se justifica pela necessidade de se discutir as recentes intervenções urbanas proposta para aquele entorno. Assim, o trabalho divide-se em 4 partes. No primeiro momento foi levantado o aporte teórico que ratifica as ideias aqui expressas; em seguida, construiu-se um breve histórico da cidade, bem como de sua participação na revolta da balaiada; na terceira etapa produziu-se um levantamento arquitetônico do monumento, para fins de catalogação; e por fim, as considerações finais, encerram o texto apontando o pressuposto defendido.

PALAVRAS - CHAVE: Arquitetura, Patrimônio, Revolta da Balaiada, Caxias, Maranhão, Educação Patrimonial, Mirante, Mirante da Balaiada.

PATRIMONY EDUCATION AS A TOOL FOR PRESERVING ARCHITECTURAL PATRIMONY: THE CASE OF THE BALAIADA MONUMENT IN CAXIAS-MA

ABSTRACT: This article pulverizes the idea that the patrimonial education constitutes an important vector for the protection and preservation of the architectural patrimony. Its purpose is the presentation of theories that corruger with the thought, as an contributing to the solidification of the thought and to promote the fight for the safeguard of these builds. Therefore, the text take the case of balaiada monument in caxias-ma and is justified for the need to discuss the recent urban interventions proposed for that environment. The research divides in 4 parts. In the first moment it has been raised the theoretical contribution that ratifies the ideas here expressed; therefore, a brief historical of the city was built, and his participation in the balaiada; in the third stage an architectural survey of the monument was produced for cataloging purposes; and therefore, the final considerations, close the text pointing the defended assumption.

KEYWORDS: architecture, heritage, balaiada revolt, caxias, maranhão, heritage education, patrimony, lookout, balaiada's lookout.

1 | INTRODUÇÃO

Patrimônio Cultural é um termo amplamente empregado desde o início da década de 1970, e revela um novo olhar sobre os bens compreendidos importantes para um determinado grupo ou comunidade, materiais e imateriais, portadores da identidade, de valores que ressaltam e distinguem as diversas culturas.

A Arquitetura torna-se importante, neste sentido, sobretudo, pelos aspectos materiais, por carregar em suas formas traços da História, marcas de costumes e tradições, e dessa forma, revela-se por amparar, também, os aspectos simbólicos que compõem a memória e formam identidade. Contudo, o despertar para esses valores, para o (re)conhecimento, para o envolvimento e a apropriação desses bens pela comunidade só é possível através da Educação Patrimonial.

A falta de conhecimento gera o afastamento, a sensação de estranheza e o não cuidado. Para que a memória e identidade permaneçam, é preciso manter os valores e, por consequência, o patrimônio. A preservação só faz sentido com o reconhecimento. Como manter a essência de um bem cultural sem compreender os significados nele imbricados?

Essa questão pode ser percebida, atualmente, no Monumento da Balaiada em Caxias, cidade maranhense cuja história é marcada pelo movimento social feito pelos Balaios, ocorrida entre meados de 1838 e 1841, e que gerou um dos maiores conflitos do período de transição e mudanças no fim do Brasil Colonial. Contudo, o monumento já reconhecido como um espaço significativo e carregada de significados para a população, inclusive tombada na esfera estadual, passa atualmente por intervenções, que se não bem estruturadas e amparadas pelo saber e pelo entendimento dos valores que a cercam e a ela são atribuídos, podem comprometer o patrimônio cultural arquitetônico local, e assim, a história da cidade.

Portanto, o presente estudo tem por objetivo discutir a educação patrimonial como instrumento na preservação do patrimônio arquitetônico a partir do caso do Monumento da Balaiada em Caxias, Maranhão. Para tanto, faz-se necessário entender a história do lugar, da arquitetura e as influências sentidas; busca-se entender os valores atribuídos pela comunidade e pelos órgãos competentes no trato patrimonial; investigar conceitos que amparem a discussão; e realizar levantamentos cadastrais diversos que auxiliem no entendimento do caso.

Os métodos de pesquisa envolvem a pesquisa bibliográfica e documental, pois através de fontes como livros, documentação iconográfica, fotográfica, cartográfica e a coleta de documentos e dados oficiais chega-se ao aporte teórico do estudo. E a pesquisa de campo, quando por meio de levantamento arquitetônico e da produção de imagens, a fim de se compreender melhor a área e ação proposta na intervenção discutida.

Para bem intervir no patrimônio arquitetônico é preciso conhecê-lo e o caminho para essa premissa é a Educação Patrimonial, que busca comover e despertar nas pessoas, além do sentimento de apropriação, o senso crítico, o olhar aguçado, que pode contribuir para a premência dos valores e para rejeição de ações que, por ventura, possa desqualificar bens tão representativos.

2 | APORTE TEÓRICO

No final do século XX veio à tona discussões que colocaram em crise os paradigmas explicativos da História, que tinham por base as abordagens totalizantes, a história dos grandes eventos e dos grandes homens. Contudo, num mundo transformado, principalmente devido aos grandes conflitos daquele século, como a Segunda Grande Guerra Mundial, a realidade não poderia ser mais reduzida a um esquema de verdades absolutas. Teve início a busca por novas questões, novos problemas, temas e campos de estudo, e as fontes foram diversificadas.

Nessa conjuntura aconteceu o que os historiadores passaram a reconhecer como a História Cultural, caracterizada pela multiplicidade de abordagens e objetos, trabalhando e pensando a cultura como um conjunto de significados construídos e partilhados pelos homens para explicar o mundo ⁽¹⁾.

É nesse mister que discute-se aqui o caso do Monumento da Balaiada em Caxias, e a intervenção pela qual está passando, pois ele retrata um dos maiores movimentos sociais do Meio Norte, batalha reconhecida na história que retrata o movimento de insatisfação e a luta dos maranhenses contra as desigualdades sociais marcantes no estado e no país, a época. Sob o viés da Nova História, as cidades passaram a ser um dos principais objetos de estudo, pois constituem uma forma de escrita na História. Elas são verdadeiros receptáculos de memórias ⁽²⁾.

Discute-se os monumentos urbanos entendendo-os como uma edificação, um sítio

histórico, uma escultura, que por sua história e trajetória torna-se marcante para a sociedade, para a comunidade. Defende-se ainda que existem os monumentos construídos para celebrar e relembrar um episódio, um evento, um personagem, como é o caso do Museu Memorial do estudo aqui apresentado; e os monumentos não intencionais, remanescentes do passado e consagrados como símbolos coletivos e como referências da memória, como ocorreu com as ruínas do antigo quartel que sediou o conflito do balaios no Morro do Alecrim. Não conservar ou intervir levemente em bens como esses, em locais como o aqui apresentado, é o mesmo que apagar a memória, passar uma borracha no texto escrito ao longo do tempo.

O que se percebe no caso em estudo, em Caxias, é que apesar do reconhecimento oficial por parte do poder público (tombado pelo IPHAN em 1990), não há ainda um entendimento adequado sobre o bem, fato sentido na proposta de intervenção a qual ele vem sofrendo. As várias ameaças sofridas pelos bens culturais, como a falta de manutenção ou então a dotação de infraestrutura moderna descaracterizando tais espaços, revela “uma causa subjacente comum: a alienação da população, o divórcio entre o povo e as autoridades, a distância que separa as preocupações corriqueiras e o *ethos* e políticas oficiais” ⁽³⁾. Essa carência demonstra a falta de Educação Patrimonial, instrumento cada vez mais indispensável na construção da memória, da identidade e assim, do meio urbano, das cidades.

Educar Patrimonialmente não é impor cultura, nem impor identidade, mas sim, estimular através do conhecimento, a percepção e a valorização dos bens. A Educação Patrimonial deve gerar uma “autonomia de pensamento crítico e leitura da realidade local, de forma que a comunidade passe a reivindicar aquilo que lhe é de direito.” ⁽⁴⁾

É indispensável, portanto, que os protagonistas das ações no patrimônio arquitetônico, em sua maioria, agentes estatais, compartilhem desses valores junto à comunidade que os cerca. Sem essa premissa, não há como falar de preservação adequada.

Assim, discutir Educação Patrimonial é abordar também a questão da cidadania, um dos princípios fundamentais estabelecidos pela Carta Magna de 1988. Ao compreender cidadania como o direito de viver decentemente, independente de sexo, raça, credo ou classe social, que todos tem direitos iguais à vida, à emprego, à saúde, à educação, à moradia e à memória histórica, entende-se que é através da Educação Patrimonial que os indivíduos podem garantir o direito a memória e a valorização do patrimônio cultural, sobretudo, através de sua preservação, o que implica em intervir de modo adequado e responsável.

3 | A HISTÓRIA DE CAXIAS E A BALAIADA

Os registros da origem da cidade de Caxias são cobertos de muitas incertezas, mas evidências apontam para a existência de tribos indígenas – gamelas e tapuias - ainda em

meados do século XVIII, às margens do Rio Itapecuru, bem como o aparecimento de uma grande fazenda de gados que empregava muitos funcionários e que vizinhos à propriedade fundaram ali um pequeno arraial ⁽⁵⁾.

No mesmo século, menciona-se o nome Aldeias Altas como primeiro nome da princesa do sertão, ainda em referência às aldeias indígenas que ocupavam aquele espaço. Somente no século seguinte, quando elevada a categoria de vila, apareceu o registro do nome Caxias das Aldeias Altas e em 1836, com a emancipação política do logradouro o nome atual Caxias.

A cidade manteve então como entreposto comercial da região, mas consolidou sua importância na história, quando de sua participação na revolta da Balaiada que assim como a Inconfidência Mineira em Minas Gerais, foi uma revolta que fomentou no Maranhão e em parte do Piauí, em meados dos anos de 1835, como resposta à “injusta dicotomia” existente entre o povo comum, mestiço e estagnado socialmente e a nobreza de Portugal com seus fidalgos e abastados representantes.

Iniciou-se quando da tentativa do então rei D. João III em povoar o território maranhense, por meio do plantio da cana-de-açúcar, dominando desta forma, as terras maranhenses e gerando riquezas para a metrópole ⁽⁵⁾.

Conta-se que Raimundo Gomes Vieira Jataí, natural do Piauí, vaqueiro que fizera parte da guerra da Independência do Maranhão, pelos idos de 1839, trazia uma boiada, e quando passando pelo atual município de Nina Rodrigues, a 247 km de Caxias, teve alguns de seus tocadores de gados presos pelo subprefeito para serem recrutados. Os pedidos de libertação de seus companheiros não foram atendidos, e Raimundo jurou que voltaria no dia seguinte para soltá-los, veio à tona, então, os motivos da Balaiada ⁽⁵⁾.

Postuladas as afirmativas, o texto que aqui segue aponta a Balaiada como marco histórico da cidade de Caxias, revelando o caráter de resistência da população contra o abuso de poderes. É desta maneira, um importante vetor da construção da identidade caxiense, reflexo dos tempos idos. Após as sucessivas batalhas restou à cidade, o luto, a dor pela perda de pessoas queridas e as ruínas.

Hoje, a cidade de Caxias é o quinto maior município do estado do Maranhão, apresentando uma população estimada pelo IBGE (2017) de 162.657 de habitantes em uma área que ocupa 5.196,769 km² no território nacional. Distanto 360 km da capital São Luís, a urbe encontra-se distante da capital do estado vizinho Piauí, apenas 77 km, tornando-se assim, importante ponto de comércio e serviços da região. Notadamente entendida como uma cidade histórica percebe-se, em alguns momentos, o interesse da população e do poder público em resgatar a história caxiense, bem como os elementos que a compõem, como a arquitetura e seus variados exemplares.

4 | O MONUMENTO E A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O Morro do Alecrim, situado no perímetro histórico caxiense, abriga as ruínas do antigo Quartel da Balaiada e, desde 2004, o Museu Memorial da Balaiada. Juntos, esses dois bens, ligados por peças e grandes esculturas dos líderes da revolta, formam um complexo. Esse espaço conta sobre um momento de luta, de combate à opressão. Seu significado está associado à força e a resistência.

O forte da Balaiada (figura 1) é um vestígio concreto da revolta homônima e, embora se encontre em ruínas, configura-se como principal instrumento de rememoração da historiografia de guerra caxiense. Situado no Morro do Alecrim, parte alta da cidade, o monumento arquitetônico oferece uma perfeita ligação entre o bem edificado e a identidade local, contribuindo para a memória urbana, elo entre o povo e o espaço que ocupa.



Figura 1 - Ruínas do Forte da Balaiada

Fonte: Pereira e Mota, 2017

De pedra calcária e cal, possui um formato retangular ainda possível de se precisar, e dispõe outrora de uma porta principal e 24 janelas. O monumento possui 55,78 metros de comprimento e aproximadamente 9,30 metros de largura, sendo dividido em 6 salões, dos quais um ainda permanece erguido (figura 2).

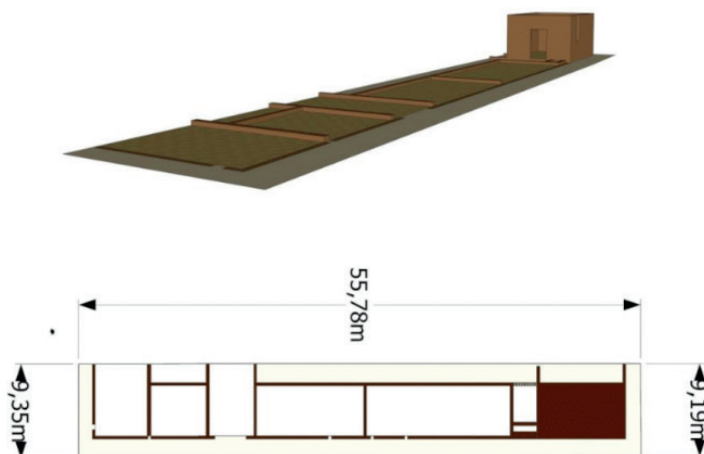


Figura 2: Maquete Eletrônica da Ruína

Fonte: Pereira e Mota, 2017

Recentemente, está em discussão uma obra proposta pela Prefeitura Municipal de Caxias que visa construir um mirante no Morro do Alecrim. Esse espaço terá uma passarela que circunda todo o morro e um santuário, com uma imagem de Nossa Senhora das Graças de 30 metros de altura. Essa obra está incitando opiniões diversas.

Ressalta-se aqui que a intervenção em locais entendidos patrimônio cultural devem ser feitas com muito cuidado. As adequações às inovações da contemporaneidade são sempre bem vindas, mas desde que seja preservada a essência e as características que fizeram de tais espaços, representativos. Essas ações devem ser embasadas, sempre, pela norma, quando essa houver, pelas premissas, documentos, entendimentos que permeiam esse campo, e pelas teorias que envolvem esse fazer. Dentre as ações mais temidas nesse âmbito, está a criação de falsos históricos, e, principalmente, a criação e imposição cultural.

No Morro do Alecrim e principalmente no que restou do Quartel da Balaiada, ao se propor a construção de uma imagem de caráter monumental, ao lado de um substrato arquitetônico tão frágil que é a ruína, e que por isso precisa de especial atenção, por carregar em si o valor de antiguidade latente, pode ser o mesmo que criar uma barreira, ou instalar um letreiro fortemente luminoso cuja atenção seja totalmente desfocada para sua presença. Ademais, esse espaço de memória é marcado por ser o berço de um conflito, e não por ter a religiosidade expressa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, no ano de 2021, o Mirante no Morro da Balaiada encontra-se totalmente construído e acabou tornando-se um dos pontos de referência e cartão postal da cidade de Caxias - Maranhão. O monumento de Nossa Senhora das Graças (de 30 metros de altura), entretanto, não foi construído.

Atualmente, as ruínas servem de palco para fotografias feitas pelos visitantes do Mirante, porém, ao passar dos anos sofreu com as intempéries climáticas. Diante de tal situação, muros menores vieram a ruir e um dos muros mais altos encontra-se em estado de alerta, onde uma escora foi colocada para impedi-lo de cair.

O mirante da Balaiada, como é conhecido na cidade, é um local de ponto de encontros, passeios, possui área com quiosques de alimentação, artesanato local e passarela que leva ao famoso mirante com vista para a parte baixa da cidade - o mesmo conseguiu revitalizar a área e trazer visibilidade ao local.

Infelizmente, mesmo que tenha sido implantado na área onde ocorreu a Revolta da Balaiada, estando ao lado do Museu da Balaiada e suas devidas ruínas, a prefeitura não teve iniciativa de educação patrimonial para com a sociedade, conscientizando a população da importância daquele local e reforçando os cuidados em preservar o pouco que nos resta das ruínas. Em contrapartida, ao longo dos anos foi possível observar um aumento de visitas ao Museu da Balaiada, mostrando que o interesse da população em relação ao patrimônio da cidade vem aumentando, sendo necessário um melhor direcionamento em relação à educação patrimonial a fim de que a população possa despertar o interesse em preservar a história de sua cidade.

A ampliação do conhecimento nos campos da Arquitetura e Urbanismo, propiciados pelo surgimento de cursos na cidade, vem contribuindo para a promoção da educação patrimonial e proteção de parte deste acervo – principalmente o acervo arquitetônico. Contudo, essas ações não são suficientes, não conseguem abraçar todas as vertentes que o patrimônio histórico abrange.

A Educação Patrimonial timidamente incitada encontra obstáculos fortes propiciados por esse tipo de ação. Neste sentido, o presente artigo se coloca como objeto de exposição de uma parte desse conjunto, servindo de aporte para a discussão da educação patrimonial, bem como de promoção da memória de identidade caxiense. Percebe-se que a falta de conhecimento e assim, de educação patrimonial pode, muitas vezes, induzir a um caminho tortuoso. Gestores e profissionais que não entendem de fato o verdadeiro significado do patrimônio cultural podem querer enaltecer, de modo errôneo, espaços singelos, seja empregando elementos de escala grandiosa, seja utilizando materiais altamente contemporâneos, ou até mesmo tradicionais, mas que podem tirar a harmonia da paisagem. Justamente por carregar essa condição modesta, muitos bens e espaços patrimoniais são maculados por aqueles que ainda não compreendem que inexiste cultura

maior ou menor, mas sim, simplesmente cultura, inerente a cada povo, e tendem a maquiagem os espaços e os bens arquitetônicos com artifícios que os desqualificam e retiram seu real significado.

Infelizmente, ainda demandada pelo Estado, a educação é muitas vezes, também, mal interpretada. Algumas ações tentam erroneamente impor uma cultura, através, por exemplo, de obras de intervenção como a aqui discutida. Mas em seu real significado, a educação patrimonial se bem disseminada, promove o reconhecimento e assim, pode promover a apropriação, o senso crítico, o olhar aguçado, a necessidade da preservação. Um povo que não tem isso, não tem como discutir, como avaliar se as ações propostas para seus espaços representativos são ou não coerentes.

REFERÊNCIAS

- 1 PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- 2 ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- 3 FUNARI, P. P. A.; FUNARI, R. dos S. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, A. L. R. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.
- 4 TUMELERO, I. L. A inserção dos conteúdos de Educação Patrimonial e arqueologia no ensino fundamental no município de Seara, Santa Catarina. In: SOARES, A. L. R. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.
- 5 COUTINHO, M. **Caxias das Aldeias Altas - Subsídios para Sua História**. Caxias: Prefeitura de Caxias, 2005.
- 6 BRASIL. IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XV, Maranhão e Piauí**. Brasil: IBGE, 1959.

CAPÍTULO 4

A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO COMO AMÁLGAMA DA PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL EM CÓRREGO DAS PEDRAS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (MT)

Data de aceite: 01/03/2021

José Pereira Filho

Doutor em Sociologia, Professor Titular da Cadeira de Metodologia e Técnicas de Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa de doutorado, tendo como título: “RESISTÊNCIA À EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO AGRONEGÓCIO A PARTIR DA PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL E IMATERIAL DOS SITIANTES DA COMUNIDADE CÓRREGO DAS PEDRAS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (MT)”. Objetivou-se analisar a dinâmica social referente às formas de sobrevivência das famílias que vivem em mini e pequenas propriedades denominadas sítios, espaço de terras férteis, ocupadas no início da década de 60, onde residem e trabalham. A análise tem como foco a produção da vida material e imaterial, em um cenário de resistência ao avanço do agronegócio. Para a presente reflexão, elegemos a festa de São Sebastião, sacra e profana, um dos elementos importantes das tradições da Comunidade Córrego das Pedras, *locus* da pesquisa. A festa se coloca nos processos de resistência em um cenário de expansão do agronegócio no Estado de Mato Grosso e no Município de Tangará da Serra, calcado em concentração de grandes extensões de terras, denominadas latifúndio,

voltadas a monocultura da soja e milho e criação extensiva de gado de corte. Nesse cenário, os(as) sítiantes da comunidade subsistem ao tempo, em suas frações de terras, caracterizadas como mini e pequenas propriedades rurais denominadas sítios, produzindo e reproduzindo uma dinâmica específica de vida e gerando cultura. É um espaço de resistência ao modelo de desenvolvimento proposto para o Estado e região. O desenvolvimento da pesquisa se deu, principalmente, através da historiografia oral, sendo as observações presenciais e as entrevistas os principais instrumentos de geração de dados.

PALAVRAS - CHAVE: Festa; cultura; tradição; resistência.

ABSTRACT: This article is the result of a doctoral research entitled: “RESISTANCE TO THE EXPANSION OF THE FRONTIERS OF AGRIBUSINESS FROM THE PRODUCTION OF MATERIAL AND IMMATERIAL LIFE OF THE SMALL FARMERS FROM CÓRREGO DAS PEDRAS COMMUNITY LOCATED IN TANGARÁ DA SERRA (MT) CITY”. Our objective was to analyze the social dynamics regarding the forms of survival of the families who live in mini and small properties called *sítios*, a space of fertile land, occupied in the early 1960s, where they live and work. The analysis focuses on the production of material and immaterial life, in a scenario of resistance to the advances of agribusiness. For this reflection, we have chosen a sacred and profane feast called “Festa de São Sebastião”, one of the most important elements of the *Córrego das Pedras* Community traditions, the locus of the

research. The feast takes place in the resistance processes in a scenario of expansion in Mato Grosso state, and in the region of Tangará da Serra city, based on a concentration of large tracts of land, called agricultural latifundium, aimed at monoculture of soybean and corn and extensive beef cattle breeding. In this scenario, the small farmers of the community subsist over time, in their fractions of land, characterized as mini and small rural properties called *sítios*, producing and reproducing a specific dynamics of life and generating culture. It is a space of resistance to the development model proposed for the State and region. The research was developed mainly through oral historiography, with face-to-face observations and interviews as the main data generation tools.

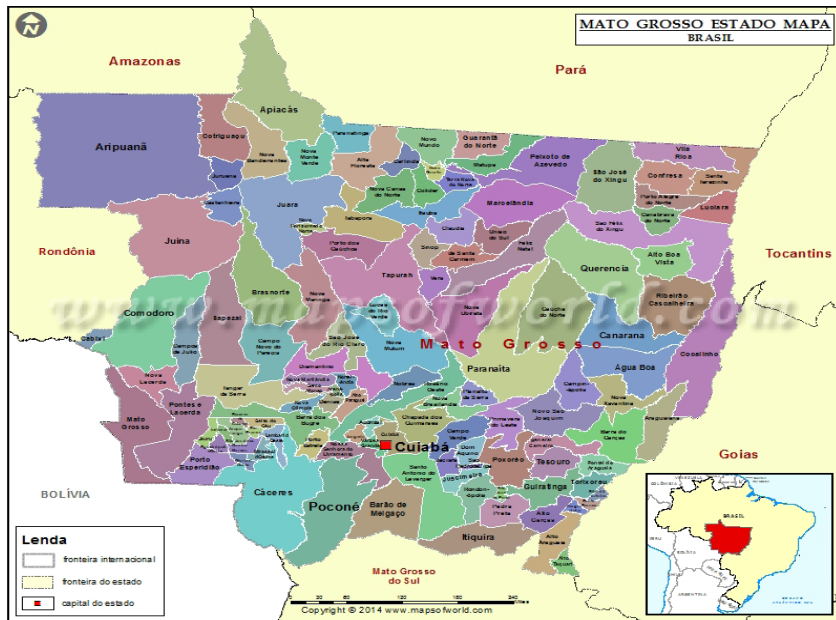
KEYWORDS: Feast; Culture; Tradition; Resistance.

1 | INTRODUÇÃO

O processo de colonização do Município de Tangará da Serra situado no sudoeste do Estado de Mato Grosso iniciou-se nos finais da década de 1950 tendo como uma das características principais a existência de minis, pequenas e médias propriedades rurais denominadas sítios, com a consequente formação de inúmeras comunidades rurais. Esse espaço se tornou referência da vida coletiva das famílias do campo, existindo, ainda hoje, significativo remanescente de comunidades rurais.

A Comunidade Córrego das Pedras, situada a 12 km do eixo central da cidade, constitui-se em uma das primeiras ocupações rurais, iniciada no início da década de 60, precisamente no ano de 1964, quando para lá migrou um grupo de mineiros, paulistas e paranaenses, em busca de melhores condições de vida.

Trata-se de um *locus* que preserva parte da população remanescente do processo migratório inicial e, que, ao longo do tempo, produziu relações de vida material e imaterial que incluem: a tradicional festa de São Sebastião, com culinária advinda da tradição mineira e paulista; celebrações religiosas; variada produção agrícola, pecuária leiteira e de corte e hortifrutigranjeiros. Grande parte dessa produção é comercializada na feira-do-produtor Rural (às quartas-feiras e domingo) na cidade de Tangará da Serra.



www.google.com.br/mapadetangarádaserra. Acessado em: 24 nov.2016.

Houve então, de nossa parte, a preocupação em analisar a forma de permanência dessas famílias em suas propriedades, produzindo vida material e imaterial, em um contexto permeado pelas grandes fazendas e atividades de produção do agronegócio. O período analisado compreende desde a implantação do loteamento rural e urbano em Tangará da Serra, a partir do ano de 1959, até o ano em curso.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizamos a historiografia oral com realização de entrevistas com os(as) sítiantes, conhecedores do processo de ocupação das terras da Comunidade Córrego das Pedras e da trajetória da vida comunitária. Através da observação em campo, acompanhamos o cotidiano da vida coletiva e individual das famílias, com o propósito de compreender como se dão as relações no âmbito da comunidade, com foco na produção da vida material e imaterial. Utilizamos também de procedimentos quantitativos, aplicando um questionário com o propósito de caracterizar a realidade das famílias em suas propriedades.



Fonte: www.google.com.br/mapadetangarádaserra. Acessado em: 24 nov. 2016.

Conforme fontes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Município de Tangará da Serra localiza-se no bioma Cerrado e Amazônia, com área de 11.323,685 km², com população estimada de 96.932 habitantes para o ano de 2016, sendo que 52,2020%, correspondente a 5.911,185 km² de seu território é formado por reservas indígenas da “Etnia Paresi”¹, devidamente demarcadas, conformando com a existência de significativo quantitativo de minis, pequenas e médias propriedades rurais.

Dados de 2010 de IBGE permitem perceber a forte presença das minis, pequenas e médias propriedades no Município de Tangará da Serra, conforme demonstra quadro abaixo:

Área	Número	Área dos
	estab.	estab.
	Unidades	Hectares
Até 10 ha	284	1.061
De 10 a menos de 20 ha	139	1.916
De 20 a menos de 50 ha	721	24.120
De 50 a menos de 100 ha	104	7.009
De 100 a menos de 200 ha	63	8.361
De 200 a menos de 500 ha	61	19.496
De 500 a menos de 1000 ha	46	33.011
De 1000 a menos de 2500 ha	34	53.525
De 2500 ha e mais	30	241.103
Produtor sem área	2	ND
Total	1.484	389.602

Fonte: IBGE

Acessado em: 24 nov. 2016.

¹ Paresi ou Parecis – Nome dado pelos brancos para identificar a Etnia “Haliti”, que significa povo. O Município de Tangará da Serra tem 52,2020% de seu território de terras indígenas da Etnia Haliti ou Paresi, distribuídos em quatro polígonos distintos, sendo que um polígono está localizado nas confrontações com o Município de Barra do Bugres, estando parte do polígono localizado no Município de Tangará da Serra e parte no Município de Barra do Bugres.

Nesse contexto, a presente reflexão analisou a festa de São Sebastião como uma das estratégias para solidificar as relações de solidariedade e permanência na terra. Relações que se caracterizam como formas de resistência frente ao avanço do agronegócio da soja e pecuária na região.

2 | A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO COMO AMÁLGAMA DA PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL EM CÓRREGO DAS PEDRAS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA(MT)

Nossa abordagem está ancorada nas referências teóricas que permeiam as discussões sobre a temática abordada e nas nossas vivências na Comunidade Córrego das Pedras.

A festa de São Sebastião é importante elemento constituinte da cultura da comunidade, fazendo parte das tradições, invocando a culinária, as manifestações religiosas, o reencontro campo x cidade e os bate papo, mantenedores(as) da vida comunitária.

A culinária se constitui de forma particular em um tempero para a festa, expressando as origens e tradições dos(as) sítiantes, tendo por base a tradição do “caipira”, narrado por CANDIDO (1982), predominante nos hábitos alimentares dos migrantes mineiros e paulistas. Constitui-se em um componente agregador que, ao longo dos anos, manteve-se na vida individual e coletiva da comunidade, tomando vida própria, sendo um dos principais atrativos da festa. A culinária “caipira” (mineira e paulista) da Comunidade Córrego das Pedras é famosa, repercutindo no cenário da festa. Muitas pessoas vão para a festa, também em função da culinária, sendo sua expressão muito bem retratado por Lucena (2008, p. 69):

A comida de um grupo não pode ser associada exclusivamente às necessidades primárias, implica também uma forma de ser, um modo de vida, uma maneira de se relacionar social e culturalmente. É o resultado de um processo histórico que articula elementos selecionados na tradição, atualizados através do tempo, na inventiva de criar algo singular.

A culinária da Comunidade Córrego das Pedras acaba por se constituir em um diferenciador e um identificador da comunidade. A culinária – baseada na tradição caipira mineira e paulista - reforça a solidariedade interna dos membros da comunidade e também é um atrativo para as pessoas da cidade que participam da festa. Percebe-se que a comida, do ponto de vista objetivo, abranda ou mata a fome; e do ponto de vista subjetivo, se constitui em um mecanismo agregador, significativo na construção dos laços de solidariedade, criando um sentimento de pertença. A identidade caipira presente na culinária é motivo de orgulho para o sítiante, delineando um estilo de vida, ou seja, a vida do sítiante, sujeito sagaz, percebido nas músicas, no traje e na própria culinária.

A comida “caipira” é transplantado para a festa, extrapolando os limites de uma alimentação voltada a matar a fome para ser o tempero da festa.

Compõem-se assim, conforme Lucena (2008), em instrumento de valorização da cultura, e uma forma de salvaguardá-la, por meio da criação de uma identidade. No caso da Comunidade Córrego das Pedras, a culinária é um instrumento identificador da comunidade. Configura-se então em uma tradição que, sobrevive ao tempo e à modernidade, presente na memória e no cotidiano da vida dos sujeitos, das famílias e da comunidade. É memória individual e coletiva que tratamos como um elemento de resistência cultural.

Assim, utiliza-se o conceito de tradição como ferramenta para o entendimento das formas de resistência cultural: para Williams (1979, p. 158-159), tradição não é algo inerte, repetitivo. Ao contrário, é um segmento historicizado. Esse instrumental teórico permitirá a incorporação de reflexões de outros estudiosos, que privilegiaram os elementos culturais como cimento das relações sociais e não meramente como reflexos da base econômica. THOMPSON, E. P. (2016), Pierre BOURDIEU, Pierre (2008) e, entre os estudiosos brasileiros, CANDIDO, Antonio (1982), QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1988), SIMSON, Olga R. de Moraes Von (1988/91), LUCENA, Célia Toledo (2008), dentre outros, nos permitirão compreender a festa e seus recheios como *locus* da cultura e também como prática de resistência.

A realização da festa constitui-se em um ponto importante para a compreensão das relações e também das práticas culturais. Ao analisar o termo cultura, Gullar (1992) aponta para a relação da cultura com os significados de *colo* e *cultus*, que na língua de Roma significa eu moro, eu ocupo a terra e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo, sendo o *colonus* o que cultiva a terra. Já *cultus* atribuía-se ao campo que já fora plantado por gerações sucessivas, sugestionando sinal de que a sociedade que produziu o seu alimento tem memória. Assim, a partir do ponto de vista de Gullar (1992), poder-se-á definir cultura, numa perspectiva mais geral, como o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social.

Sem apontar para o fechamento de um conceito, podemos entender cultura como um processo que se produz e se desenvolve nas relações de produção da vida material. Os espaços de produção da vida material são plurais, do ponto de vista da concepção de mundo e das práticas sociais que os permeiam; são espaços de conflitos e contradições que fazem parte de um contexto social maior, que dele sofre influências e também influi, que coloca a cultura como um espaço de resistência.

Importa ressaltar, que conforme aponta Sahlins (1997), a “cultura” não tem a menor possibilidade de desaparecer enquanto preocupação fundamental de todas as ciências humanas, nesse caso particular, da sociologia, não podendo ser abandonada sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos. Argumenta Sahlins (1997), que a ordenação (e desordenação) do mundo em termos simbólicos, que ele qualifica como cultura, é a capacidade singular da espécie humana que se dá a partir do contexto das

relações sociais estabelecidas. Assim, a produção da vida imaterial está no âmago da produção e reprodução da vida, em seus distintos aspectos, objetivos e subjetivos.

Em suma, o que se verifica é que a “cultura de resistência” é uma negação do pensamento totalizador presente na modernidade. Os(as) sitiantes da Comunidade Córrego das Pedras se mantiveram em suas terras, apesar das tentações do deslocamento para a cidade (resistiram à pressão e as chantagens de mercado); permanecem em suas propriedades, estando já na terceira geração, para trabalhar na roça; reproduzem experiências culinárias de suas origens, caipiras de Minas Gerais, São Paulo e Paraná; mantém as relações comunitárias e os rituais messiânicos e de festas típicas da roça; reinventaram formas de produção, com base em produtos típicos da região e de suas origens (frango caipira, queijo minas, quiabo, jiló, milho verde, abóboras, entrecruzado com frutas e outras variedades de legumes). Enfim, teimosamente resistem à perspectiva totalizadora, usando em muitos momentos os elementos da modernidade, como maquinarias e a atividade de comércio. A festa constitui-se em uma amálgama dessa resistência.

A festa de São Sebastião ocorre no mês de setembro de cada ano. Trata-se de um evento tradicional da comunidade, que se constitui num ponto importante para a compreensão das relações e também das práticas culturais. Todo o processo que se desenvolve em torno da “festa” é muito relevante no contexto da vida individual e coletiva da comunidade, período de intensas vivências coletivas, que se dá desde a sua anunciação, preparo e realização.

O Cardápio é caipira, da roça como diz o ditado: carne de porco frita e conservada na lata, tutu de feijão à moda mineira, torresmo ou pururuca, arroz, frango caipira frito, frango caipira ao molho, frango caipira ao molho com quiabo, farofa de torresmo, mandioca, angu, couve refogada e salada (tomate com alface). Traços da tradição culinária do “caipira mineiro”², sinalizando para a ascendência de aspectos da cultura mineira nas relações estabelecidas na comunidade. Após a celebração religiosa do dia 13 de agosto de 2016 no período da noite foi feito o lançamento da festa com todos os informes referente à mesma e o convite para o envolvimento de todos e todas.

A festa envolve muito dispêndio de trabalho coletivo. Algumas pessoas vão pedir prendas (frangos, porcos e novilhas), pois os sitiantes tradicionalmente contribuem com doações de prendas; definem-se as datas para os trabalhos da organização da infraestrutura da festa, matança e preparo de frangos e de porcos, preparo de doces e bolos, entre outros afazeres. O trabalho com as aves fica a cargo das mulheres e o dos suínos, sob a responsabilidade dos homens (matança, limpeza e corte) e mulheres (fritura e enlatamento). As aves limpas são acondicionadas em freezers para preparo no dia que antecede a festa e durante a mesma. Já a carne suína, após o abate e limpeza, é fritada e

2 Segundo Candido (1982) o “caipira” é fruto de uma composição racial tipicamente brasileira de Bandeirantes e indígenas, com características culturais específicas. No nosso caso, fazemos a distinção somente para fins de distinguir a migração para a Comunidade Córrego das Pedras dos grupos de Minas Gerais e de São Paulo, que apresentam, em muitos aspectos, características sociais e culturais semelhantes, por serem “caipiras”.

aconditionada em latas com a banha de porco, bem ao estilo mineiro. Conheço bem esse procedimento, pois na infância meu pai criava, abatia, fritava e enlatava o porco. Era a principal carne para consumo da família.

A produção da comida se transforma em uma celebração iniciando com arrecadação das prendas e a preparação. Todo o trabalho é feito coletivamente.

É chegada o dia da festa, dia 25 de agosto de 2016, domingo no almoço, quase tudo pronto, exceto o arroz, o quiabo, a couve refogada, a farofa, o angu e a salada, que são preparados no dia. Cozinha é tarefa feminina, a arrumação do cenário da festa é trabalho masculino. Muita expectativa e ansiedade. Mulheres e homens da comunidade já estão presentes. As mulheres na cozinha e homens na arrumação do espaço da festa (mesas, cadeiras, bar e outros trabalhos)³. Às 10h30min começa a chegar os convidados. Chegam cedo, querem conversar e ouvir a música caipira. Ouvi as pessoas da cidade dizendo que gostam muito da festa, por isso chegam cedo. Momento de rever e reviver amizades, compadres e comadres. É momento oportuno para o bate-papo. Interessante que várias pessoas que já moraram na comunidade e se deslocaram para a cidade, retornam à comunidade. Às 11h30min serve-se o almoço, como diz o sitiante, um mundaréu de gente. Todos serão servidos e bem servidos. A comida, tradicionalmente conhecida como “à moda mineira” é farta e deliciosa.

Depois do almoço, sentei em uma mesa onde estava presente a Professora Aposentada Luzinete (para a comunidade, a “Nenzinha”), suas duas filhas e um neto. Comecei a conversar com a Professora e observei que suas filhas estavam chorando. Fiquei constrangido, pois poderia ser problemas de relacionamento familiar. Contou-me a Professora que é lembrança do passado. As meninas tinham vivido a infância ali.

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2004, p. 46/47).

A memória trouxe a lembrança do passado, de um passado agora (re)significado no presente, a partir do reencontro com a comunidade.

Para Halbwachs (2015), a memória é uma construção coletiva, o que faz sentido, pois a construção social do sujeito se dá em um contexto relacional, a partir da dimensão coletiva de suas experiências vividas, sendo o sujeito o portador dessa construção coletiva, que são as vivências sociais. A memória é algo vivido, que permanece no indivíduo: são quadros sociais constituídos pelas vivências individuais e coletivas, tendo pontos de

3 Há uma nítida divisão sexual do trabalho na festa. As tarefas femininas e masculinas se apresentam como naturalizadas. Nos limites deste texto não há espaço para aprofundarmos esta reflexão. No entanto, há outras referências de estudos de casos semelhantes, onde esta divisão dos papéis sexuais é similar.

referência que são relatados pelos indivíduos, experiências essas construídas na relação com outros indivíduos, portanto, uma construção social, que coloca o indivíduo na condição de narrador.

As lembranças da Professora e suas filhas das experiências de vida produzidas em tempo passado evidenciam o caráter coletivo da memória, memória despertada em momento presente de vida comunitária na “Festa de São Sebastião”, anualmente realizada na comunidade, a partir das experiências e lembranças individuais de cada uma delas. É também memória individual.

Mas o que mais motiva o pesquisador é o fato de lidar com memórias individuais que focalizam sempre fenômenos sociais e são reconstruídas com os olhos do presente. Tal material de pesquisa além de fornecer uma quantidade significativa de informações de caráter histórico-sociológico introduz também com frequência, na própria construção dos depoimentos, o fator da emoção que enriquece e matiza o ato de pesquisar. (POLLAK, 1989, p. 56).

Trata-se de uma necessária relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, com o propósito de compreender as relações sociais por meio do diálogo e escutas das histórias de vida e experiência singulares. É um exercício de memória individual e coletiva que, circunda a comunidade e que necessita de uma proximidade com o contexto e com as pessoas, para compreender e dar vida à vida que lá se viveu e vive.

A memória, individual e coletiva constitui-se em um processo de interação com a vida das pessoas e da comunidade, com suas experiências de vida, que são elementos da cultura. Estamos nos interagindo também com as subjetividades dos indivíduos, as experiências e sentimentos que ele traz consigo, suas vivências individuais e coletivas, componentes da sua trajetória de vida e de sua construção social como sujeito, transcendente à sua existência material. São os elementos de subjetividade que fazem parte do cotidiano das relações sociais estabelecidas.

As experiências passadas contribuem para a construção das tradições, hábitos e costumes, que acabam por determinar um modo de vida, reificadas na cultura e no cotidiano da vida individual e coletiva dos sujeitos, em permanente ebulição com a modernidade. Importa ressaltar tratar-se de experiências do presente, conectadas com o passado, passado compreendido como uma reconstrução do presente, constituindo uma unidade temporal, um tempo social passado, reificado no presente. Conforme acentua Halbwachs (2015), uma representação coletiva de tempo, que brota do ser individual. Um tempo que é o que é, “nem rápido demais nem lento demais” (HALBWACHS, 2015, p. 145), que pode ser às vezes sentido com mais rapidez no calor da vida urbana, e às vezes, mais lento no cotidiano da vida do campo, mas que é o mesmo tempo. São tempos sociais, que “mais ou menos vastos, permitem que a memória retroceda mais ou menos longe no que se convencionou chamar de passado” (HALBWACHS, 2015, p. 145), um passado que não é

fixo que exige um esforço de reconstrução à luz da memória dos sujeitos da pesquisa e da interpretação do pesquisador, mediado pelas relações estabelecidas pelo presente, com suas objetividades e subjetividades.

Halbwachs (2015) refere-se ao passado, ao presente e ao futuro, como uma relação temporal fluída, em que às vezes o passado está no tempo presente, sendo a memória o caminho de conexão entre passado e presente e vice-versa.

Os sitiante da Comunidade Córrego das Pedras são donos do seu tempo, um tempo desconectado do tempo mecânico do relógio, onde o cantar do galo (tradicional nas comunidades rurais) dá o tom do início da jornada diária de trabalho na labuta diária para produção da vida material. A dinâmica da vida do sitiante escapa da dinâmica mecânica do relógio dos tempos modernos, estando o tempo mecânico desconectado do tempo social necessário para a dinâmica da vida individual e coletiva. O(a) sitiante, que não anda sob os olhares do relógio, pauta sua jornada de vida individual e coletiva a partir da realidade de suas vidas e de suas necessidades. Assim, podem preparar a festa, ir para os eventos da comunidade (reuniões, celebrações e jornadas de trabalho coletivo), plantar e colher e outras atividades exigidas pelas relações sociais estabelecidas. Eles e elas têm marcadores sociais próprios que possibilitam formatar suas vidas sociais a partir da dinâmica de vida da comunidade, um tempo social que se relaciona com as determinantes biológicas e emocionais, que, em grande medida, são marcadores da memória individual e coletiva. Os sitiante são donos de seu tempo.

A busca da compreensão das relações estabelecidas na Comunidade Córrego as Pedras, e dos processos de existência e de resistência, tem se dado a partir da história oral, focando as trajetórias e as memórias dos sujeitos. Entendendo a memória como um elemento constituinte da identidade, permeada pelo contexto da realidade da Comunidade Córrego das Pedras, portanto, uma memória coletiva, perpassada pela pluralidade e complexidade das relações sociais estabelecidas.

A Comunidade Córrego das Pedras no processo de construção da vida material e imaterial é um espaço de convivência perpassada pelos laços afetivos e sentimentais, que, em última instância, interferem em muito na produção da vida imaterial, reproduzindo, criando e recriando cultura. Entender-se-á, que nesse caminho, a “tradicional festa de São Sebastião, realizada pela comunidade”, é um momento particular de solidificação de uma solidariedade e de estreitamento de relações, importante na dinâmica da vida coletiva.

O processo de ocupação das terras na Comunidade Córrego das Pedras ocorreu por meio de relações não conflituosas, visto que os primeiros ocupantes adquiriram suas terras, por meio de troca por serviços de derrubadas e implantação de lavouras, ou através de compra direta. Assim, há mais de seis décadas, o processo de resistência vem ocorrendo frente aos latifundiários ali estabelecidos.

Scott (2002, p. 25) define como resistência, situações cotidianas que sejam: “(a) organizada, sistemática e cooperativa; (b) baseadas em princípios ou egoístas; (c) eficazes

em termos de consequências revolucionárias e/ou (d) englobadoras de ideias ou intenções que negas as bases da dominação”.

A realidade da Comunidade Córrego das Pedras pode constituir-se em uma forma de resistência contemporânea, conformando com o item “d” acima, construída ao longo do processo histórico, na trajetória de conquista e permanência na terra pelos(as) sitiantes, formas essas, refirmadas por Scott, (2002, p. 27):

[...] quando tais atos são raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas no momento em que eles se tornam um padrão consistente, embora não coordenado, estamos lidando com resistência. [...] A obstinação e força de tal resistência decorrem diretamente do fato de que ela é firmemente enraizada na luta material vivenciada e partilhada por uma classe.

Estamos fazendo referência a uma resistência cotidiana porque ela só se explica no cotidiano.

Assim, a constituição identitária dos sujeitos da Comunidade Córrego das Pedras foi forjada na dinâmica de ocupação e permanência em suas propriedades, portanto, no processo histórico de resistir e de produzir a existência naquele contexto.

Esse processo gerou o(a) “sitiente”, possuidor de sua porção de terra, onde habita e produz vida material, produzindo e reproduzindo vida imaterial. O termo “sitiente” se constitui assim, em uma palavra identificadora dos homens e mulheres daquela localidade. Constitui-se em uma construção identitária que expressa o conjunto das relações sociais e do modo de vida dos moradores e moradoras da Comunidade Córrego das Pedras.

Trata-se de uma identidade forjada no cotidiano, no processo de relações sociais construídas e vividas, conjuminando elementos da modernidade e da tradição, em um cenário de tensão inerente a essa dualidade.

Modernidade que acelera a dinâmica de vida, propondo um mundo de relações sociais volátil, efêmeras e dinâmicas, demolidora de tradições e hábitos, que coloca a vida em uma constante provisoriade e precariedade.

O mundo moderno é um mundo em disparada: não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistente são maiores. (GIDDENS, 2002, p. 22).

Tal premissa contrasta com a tradição e com o *habitus*, apontando para uma relação de conflito entre o tradicional e o moderno.

Se de um lado a modernidade determina profundas transformações no mundo do trabalho, estabelecendo relações multifacetadas que compõem a dinâmica das relações sociais contemporâneas, marcadores de construções identitárias; por outro lado, a realidade do campo é permeada pelos elementos da tradição, presentes no cotidiano da vida dos sitiantes: na culinária, nas manifestações religiosas, nas festas tradicionais, nos hábitos e costumes de vida comunitária, que acabam por interferir na construção de uma

unidade identitária para os (as) sujeitos da Comunidade Córrego das Pedras, designada pela palavra “sitiante”, identificador dos homens e mulheres daquela localidade. Trata-se de uma construção identitária que expressa o conjunto das relações sociais e do modo de vida daquela comunidade.

Nesse paradoxo entre a “tradição” e o “moderno”, importa ressaltar o conceito de *habitus* de Bourdieu (2008), como um princípio gerador e unificador de práticas que retraduzem características de um estilo de vida do campo fundadas em grande medida na tradição, permeados pelas tensões da modernidade. Para Bourdieu (2008, p. 22), “os hábitos são princípios geradores de práticas distintas e distintivas”, fazendo com que as práticas de vida sejam mantidas, criadas e recriadas.

Considerando a dinâmica de vida dos (as) sítiantes, pode-se inferir que as tradições e os hábitos, constituintes das experiências de vida e da cultura dos sujeitos, acabam por definir o processo de resistência cotidiana, decisivo na continuidade da existência da comunidade e da permanência dos (as) sítiantes em suas terras.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta levou-nos a aprofundar discussões em torno das relações sociais no contexto da Comunidade Córrego das Pedras, a partir de nossas vivências no cotidiano da comunidade e de categorias teóricas de análise, como cultura, tradição, memória e resistência, que permeiam nossa pesquisa em andamento, conforme demonstrado. A festa de São Sebastião pode ser considerada como nucleadora da vida comunitária, de expressão cultural.

Assim, em um primeiro momento, procuramos evidenciar conceitos como o de cultura, tradição e experiência, por entender que estão imbricados no processo de compreensão da dinâmica da vida social da comunidade, e, particularmente, em relação à festa de São Sebastião, vista como uma manifestação cultural, componente da tradição.

Posteriormente, avançamos na discussão do conceito de memória, entrelaçado com o contexto da vida comunitária e da produção da vida material, ancorado em Halbwachs, por constituir-se em uma categoria chave no sentido da compreensão das relações historicamente estabelecidas na comunidade e as repercussões no cotidiano da vida presente. Memória entendida como uma construção coletiva, a partir das experiências vividas na comunidade e reificadas na dimensão individual e coletiva (na) vida dos(as) sítiantes, corroborando no processo de resistência, no tocante à produção e reprodução da vida material e imaterial no âmbito da comunidade.

A dinâmica de vida construída pelos(as) sítiantes, permeada pela modernidade e pela tradição, dinâmica essa recriada pela memória, tem, em grande medida, alicerçado a permanência dos(as) sítiantes em suas porções de terras, em um cenário local e regional de avanço do capital. Constituído-se, assim, em resistência, categoria relevante, também

apontada em nossas reflexões.

Nesse sentido, a festa de São Sebastião, memória viva na e da comunidade, expressando cultura e tradição, constitui-se em amálgama do processo de permanência das famílias em suas porções de terras, gerando vida (já há (?) três gerações) e reproduzindo e produzindo cultura, portanto, um espaço de resistência.

A partir das entrevistas e observações realizadas foi possível analisar as trajetórias de vida dos primeiros moradores da comunidade, caipiras de Minas Gerais e São Paulo. As informações obtidas foram essenciais à compreensão da culinária, coincidindo em muito com hábitos e costumes do caipira, narrado por Antônio Candido (1982) e sua importância, pois tanto a culinária enquanto componente da festa e a própria festa, são fatores de identidade cultural da comunidade. A festa é mais que a festa. É o encontro das pessoas com as pessoas e com o passado. A festa é, portanto, o reencontro dos que partiram e dos que ficaram. É o momento da (re)união de tempos e de espaços, pois, muitos dos que partiram vivem em centros urbanos.

Em suma, a festa expressa o sentimento de comunidade, fortalecendo relações, mantendo e produzindo cultura, fazendo parte da vida e da alma dos sujeitos que viveram e vivem na Comunidade Córrego das Pedras: comida, música caipira, dança, bate-papo, encontro e reencontros se constituem em temperos da festa. Trata-se de um importante patrimônio cultural da Comunidade Córrego das Pedras, que a pesquisa tem a obrigação de abordá-la como uma das temáticas centrais do seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: SCHWARCZ, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 9. ed. São Paulo: Papius, 2008.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Tradução: Plínio Denzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GULLAR, Ferreira. Colônia, Culto e Cultura. In: BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Letras, 1992.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2015.

LUCENA, Célia Toledo. Saberes e sabores do país de origem como forma de integração. Cadernos CERU, São Paulo: [s.n.], série 2, v. 19, n.1, 2008. p. 65-80.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: Estudos históricos: memória. Rio de Janeiro: SPDOC/Vértice, v. 2, n. 3, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-41.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). Rio de Janeiro: Mana.. v.3, n. 1.. Abr. de 1997. p. 41 – 73.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande; v. 21, n. 01, p. 10-31, jan.– jun. 2002.

SIMSON, Olga de Moraes Von. Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-41.

_____. Folgado carnavalesco, memória e identidade sócio-cultural. Revista Interdisciplinar de Cultura. São Paulo: Papiru, n. 03, p. 53 -60, 1991.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução: Rosaura Eichenberg. 9. Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO AÇU: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Irene Aguiar de Oliveira

Mestranda em Planejamento Regional e Gestão
de Cidades (UCAM)
Campos dos Goytacazes – RJ
<http://lattes.cnpq.br/8271161395922260>

Felipe Machado de Castro

Mestrando em Planejamento Regional e Gestão
de Cidades (UCAM)
Campos dos Goytacazes – RJ
<http://lattes.cnpq.br/8368553604684079>

José Luís Vianna da Cruz

Doutor em Planejamento Urbano e Regional
(UFRJ)
Campos dos Goytacazes – RJ
<http://lattes.cnpq.br/8177012837182276>

RESUMO: O presente artigo busca trazer à luz as características e o potencial econômico do Complexo Portuário do Açú, situado no município de São João da Barra/RJ, bem como os desafios que se apresentam para que tal potencial contribua efetivamente para o desenvolvimento econômico e social. Após uma Introdução contendo uma breve análise da história da industrialização no Brasil e realçando as suas heranças, serão abordadas as oportunidades para o desencadeamento de um novo ciclo de desenvolvimento industrial para a região norte do estado do Rio de Janeiro, apoiando-se, principalmente, nas informações

oficiais provenientes do Porto do Açú. Para além, serão abordados de forma breve, os desafios que se apresentarão para a neutralização, ou a minimização, dos impactos socioespaciais e ambientais, resultantes da operação do complexo.

PALAVRAS - CHAVE: Desenvolvimento, potencial econômico, complexo portuário, Porto do Açú.

AÇU PORT COMPLEX: POTENTIAL AND CHALLENGES

ABSTRACT: This article seeks to enlighten the characteristics and economic potential of the Açú Port Complex, located in the municipality of São João da Barra / RJ, as well as the challenges that arise when making such potential to contribute effectively to economic and social development. After an Introduction containing a brief historical analysis of industrialization in Brazil, highlighting its inheritances, opportunities will be addressed to trigger a new cycle of industrial development in the northern region of the state of Rio de Janeiro, based upon, mainly, official information provided by Porto do Açú. Furthermore, challenges brought up by efforts on neutralizing, or minimizing, socio-spatial and environmental impacts resulting from the operation of the Complex will be briefly addressed.

KEYWORDS: Development, economic potential, port complex, Porto do Açú.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Araújo (2013), o Brasil carrega

consigo heranças da ocupação humana e econômica de seu território que devem ser analisadas ao se elaborar um planejamento regional. Uma delas é a forte concentração nos espaços litorâneos, consequência do modelo primário exportador da colônia. Nesta região concentrou-se a população, as principais cidades e a base produtiva do país, gerando um contraste com as áreas centrais do território, embora este contraste venha sendo reduzido.

Tal legado contribuiu para as desigualdades regionais no Brasil, levando o governo Federal a elaborar projetos de desconcentração da economia a partir dos anos 1960. Por meio de políticas regionais explícitas, o país buscava ampliar sua base produtiva territorial, principalmente em direção ao Norte e Nordeste. A partir da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, houve uma ocupação intensa no Centro-Oeste, ao mesmo tempo em que se percebia um deslocamento da atividade industrial, não mais priorizando a região paulista, resultante, principalmente, das políticas regionais do período da Ditadura Civil-Militar de 1964. Como consequência, o Sudeste reduziu sua participação nas atividades industriais, de 80% nos anos 1970, para 62%, ao final da década de 1990 (ARAUJO, 2013). A polarização, antes concentrada no eixo Rio - São Paulo, teria se ampliado, constituindo o que seria um polígono, expandindo suas arestas para o sul do Centro-Oeste, parte de Minas Gerais e da Região Sul (DINIZ, 1995).

A década de 1980 sofreu as consequências da herança da dívida externa contraída pelos governos militares, além de uma conjuntura internacional desfavorável, interrompendo a política desenvolvimentista da Ditadura, incluindo as políticas regionais e os investimentos em geral.

A década de 90 submeteu o país ao desmonte de grande parte do aparato produtivo estatal, através das privatizações, assim como a um rigoroso ajuste fiscal e a uma desregulação de cortes neoliberais, inaugurando a era desse regime no Brasil, sem qualquer iniciativa de política regional.

Iniciativas de estratégia regional nas políticas de governo foram retomadas na era dos governos do PT (2003-2016), promovendo uma relativa desconcentração e descentralização territorial das atividades produtivas, da composição regional do PIB e, particularmente, do parque industrial.

Porém, a partir de 2010, o Brasil caminhava para um movimento de *reitoralização* e reconcentração regional da atividade econômica na faixa litorânea, consequência de novos investimentos realizados e projetados principalmente no mercado de petróleo e gás, infraestrutura de transportes e indústria naval (SIQUEIRA, 2013), como consequência de estratégia de inserção internacional da economia brasileira. Como confirmam Cruz, Terra e Almeida (2016) os investimentos para o Estado do Rio de Janeiro abrangem obras rodoviárias e ferroviárias para interligar espaços nacionais para exportação, consolidação e construção de aeroportos, portos e terminais portuários.

Esses investimentos, ao focarem na exportação de produtos primários e intermediários, reforçam a posição do Brasil e dos demais países da América Latina na

Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como fornecedores de *commodities* e produtos semimanufaturados. Essa estratégia mantém a economia nacional dependente do controle tecnológico dos países desenvolvidos e de suas grandes corporações. Países centrais especializam-se em *economia limpa*, que consiste em indústria de ponta e serviços sofisticados de alta tecnologia. Já os países periféricos aos centros de decisão são forçados a se concentrarem na chamada *economia suja*, em que a base está na produção de bens primários e intermediários (minerais, agroindústrias, siderúrgicos, etc.). Esse é o caso do Brasil e dos demais países da América Latina (CRUZ, TERRA & ALMEIDA, 2016).

Com isso, os Grandes Investimentos crescem no território brasileiro, em especial no Estado do Rio de Janeiro, voltados para exploração e produção no setor de Petróleo e Gás e nas suas infra estruturas de apoio. Por meio de tais projetos o estado poderá se tornar um corredor nacional de exportação e importação (CRUZ, TERRA & ALMEIDA, 2016). Em posição importante neste corredor está o Complexo Industrial e Portuário do Açú (CIPA), situado no município de São João da Barra, na região Norte Fluminense.

O presente artigo busca trazer à luz as características e o potencial econômico do CIPA, bem como os desafios que se apresentam para que tal potencial contribua efetivamente para o desenvolvimento econômico e social. Serão abordadas as oportunidades para o desencadeamento de um novo ciclo de desenvolvimento industrial para a região norte do Estado do Rio de Janeiro, apoiando-se, principalmente nas informações oficiais do site do Porto do Açú; bem como, de forma breve, os desafios que se apresentarão para a neutralização, ou a minimização, dos impactos socioespaciais e ambientais resultantes da operação do complexo.

2 | PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO AÇU

As obras do complexo industrial e portuário foram iniciadas em 2007. O CIPA entrou em operação em outubro de 2014. Possui uma área total de 130 km², sendo composto por nove terminais para atividades *onshore* e *offshore*, assim divididos: minério de ferro, petróleo, combustíveis marítimos, multicargas, serviços integrados para óleo e gás, além dos terminais já operados pelas empresas Edson Chouest (maior base de apoio offshore do mundo, com 9 berços operacionais), NOVeTechnip (fabricação de tubos e dutos flexíveis), InterMoor (serviços de ancoragem para plataformas) e Wärtsilä (montagem e produção de geradores e propulsores azimutais), voltados, principalmente, para apoio às atividades *offshore*. Atualmente são movimentadas cargas como granéis sólidos e líquidos, minério de ferro e petróleo (PRUMO, 2019).

No CIPA, segundo informações oficiais (PRUMO, 2019), é utilizado o conceito chinês de porto-indústria em que há integração de plantas industriais; no caso do Açú, elas estão nas áreas de petróleo, gás, indústria naval e petroquímica, visando aumentar

a produtividade global do complexo. Da área total do complexo, 40 km² são dedicados a uma unidade privada de preservação ambiental e 90 km² são destinados à retroárea e a um Distrito Industrial, para instalação de indústrias e empresas prestadoras de serviços. O CIPA se estende por 18 km ao longo da costa marítima.

O complexo é operado e administrado pelo Grupo PRUMO Logística Global, desde 2013, empresa controlada pelo fundo norte americano EIG Global Energy Partners, atuante nos setores de energia e infraestrutura. Outro acionista do complexo portuário é o fundo Mubadala, fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos. OCIPA é o único porto-indústria totalmente privado em funcionamento no Brasil e apresenta, segundo o site da empresa, uma série de características que se tornam diferenciais competitivos para as empresas que nele operarem, como ter a capacidade para atracação de dezesseis navios de grande porte, receber grandes embarcações e contêineres, além de possuir localização estratégica, sendo ponto de confluência de diversos modais de transporte e facilitando a importação e exportação provenientes de diversos pontos do território nacional, como demonstra a Figura 1:



Figura 1 - Vias de acesso ao Porto do Açu.

Fonte: Porto do Açu, 2019

O CIPA possui uma parceria com o Porto de Antuérpia Internacional (PAI), uma subsidiária da Autoridade Portuária de Antuérpia, criada para participar e investir em portos no exterior e projetos relacionados a portos em regiões estratégicas, como o Brasil (PORTO DO AÇU, 2019). Além do investimento feito pelo PAI no Açu, a parceria

inclui transferência de *know-how* abordagens comerciais conjuntas que visam otimizar a gestão e o desenvolvimento do empreendimento. Há também um acordo de cooperação com o Porto de Houston, nos Estados Unidos. Tal parceria iniciou uma nova colaboração comercial com um porto de categoria internacional, focada em ampliar o fluxo de cargas entre os dois portos. Junto com o Porto de Antuérpia, a parceria com Houston formou um dinâmico triângulo portuário entre América do Sul, EUA e Europa (PRUMO, 2019).

A localização do complexo favorece a competitividade, reunindo equipamentos, pessoal e logística de insumos para abastecer as cadeias de exploração, produção, refino e distribuição de petróleo e gás. A redução do custo graças à menor distância da Bacia de Campos faz do complexo porto-indústria uma competitiva base *offshore* do Brasil para os setores de petróleo, gás e naval. O Porto também se orienta para disputar fatias da movimentação gerada pelo advento da produção do petróleo e gás da camada do pré-sal. Ainda que esse epicentro se situe na Bacia de Santos, há produção no litoral do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Os projetos do CIPA se dividem em seis grandes *hubs*: Logística e Serviços, Petróleo, Gás, Energia, Mineral e Hub Verde. O conceito “*one-stop-shop*” inclui serviços como fornecimento de combustível marítimo, transbordo de petróleo, abastecimento *offshore*, reparos navais, movimentação de cargas a granel e geral e logística de porta a porta (PORTO DO AÇU, 2019).

3 | AS POTENCIALIDADES DO COMPLEXO

De acordo com informações disponibilizadas no site do Complexo Portuário, há projeto de construção de um heliporto para transporte de pessoal para as plataformas *offshore* e de um Centro de Caminhões para ofertar combustível, manutenção e autopeças para caminhoneiros e transportadoras, além de organizar o fluxo logístico dentro do complexo. Além disso, há previsão de operação de um condomínio logístico para armazenagem com pátios e galpões modulares e de uma área de convivência com lojas, clínica médica, agências bancárias, escritórios em geral e um hotel (PORTO DO AÇU, 2019).

Outra importante faceta do CIPA se refere à produção de energia. É importante registrar que o grupo EIG Global EnergyPartners, acionista controlador do Porto, têm suas principais atividades vinculadas a essa área. Assim sendo, em 2018, o Porto do Açu assinou contrato com a GNA (Gás Natural Açu), empresa parceira da multinacional Siemens, para um projeto de instalação de usinas termelétricas. Segundo Bernardo Perseke (2018), CEO da GNA, o projeto vai desenvolver no Porto do Açu o maior parque termelétrico da América Latina. A primeira fase do projeto conta com a instalação de duas termelétricas e a construção de um terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL). Tais usinas terão potencial de produção de 3gigawatts. A primeira delas já se encontra em fase de construção, com previsão de início das operações em janeiro de 2021. A segunda tem

previsão de início das operações em 2023. O projeto de produção de energia apresenta uma segunda fase, que consiste na previsão de construir mais três usinas termelétricas. Com 50 km de dutos conectados à rede nacional, o parque de produção energética do CIPA deverá aumentar em mais de 30% a capacidade de geração de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro (PORTO DO AÇU, 2018).

A instalação do terminal e das termelétricas é parte do Açú Gás Hub, projetada para escoar, processar e monetizar gás natural das bacias de Campos e Santos, que será desenvolvido no Complexo Portuário do Açú. O Hub visa atender as empresas que se instalarem no porto e usem o gás natural como matéria-prima ou busquem reduzir custos de energia (PORTO DO AÇU, 2018).

Analisando-se o projeto, tal como apresentado pelos controladores, no site oficial, e o conjunto de atividades em que vem se envolvendo concretamente, pode-se traçar uma breve visão panorâmica das áreas em que as oportunidades parecem efetivas.

Inicialmente, no que diz respeito ao emprego, que é um aspecto sensível às expectativas do município e da região imediatamente afetada pelo Complexo, embora os números sejam positivos, nesta fase de construção das termelétricas – para os próximos 3 anos, segundo a empresa, o desenvolvimento do projeto possui potencial de geração de cerca de 13,5 mil empregos, 4 mil diretos e 9,5 mil indiretos—o emprego em Grandes Projeto apresenta oscilações permanentes, com picos elevados nas fases de obras civis, e queda acentuada em fases de regularidade das operações. O segmento de petróleo e gás sofre efeitos permanentes da insegurança e instabilidade da geopolítica e do mercado internacionais nos preços e volumes produzidos e comercializados.

Os dados sobre emprego, no entanto, além de corresponderem a atividades de construção civil, principalmente, e, por isso mesmo, temporários, devem ser confrontados com pesquisas e estudos que identificam e projetam oportunidades de emprego nos médio e curto prazos. Enquanto as obras civis demandam força de trabalho de baixa qualificação, as operações regulares utilizam mão de obra especializada, de média e alta qualificação (PEREIRA, 2018).

A geração de emprego dependerá, de um lado, do sucesso das articulações com as empresas envolvidas nas atividades de exploração, produção e comercialização de petróleo e gás – importante destacar que a produção do pré-sal beneficia, principalmente, municípios do litoral de São Paulo e do centro-sul do litoral fluminense, situados na Bacia de Santos, enquanto o Açú se situa no norte do estado. O que favorece o Porto do Açú é o nível de integração das etapas que envolvem essas atividades e o suporte que oferece, assim como sua capacidade de receber navios dentre os maiores do mundo. O que poderá, por outro lado, fomentar o crescimento e consolidação do parque industrial ainda pouco significativo, em termos de empresas diferenciadas.

Outro indicador de oportunidades deve ser buscado nos investimentos previstos, que podem potencializar as atividades do Açú. A Federação das Indústrias do Estado do

Rio de Janeiro (Sistema FIRJAN) divulgou o panorama de investimentos no Estado do Rio para o ano de 2019, em que constam investimentos em diversos setores: Petróleo e Gás, Infraestrutura, Indústria de Transformação, Desenvolvimento Urbano e outros. Do total de R\$162,3 bilhões de investimento para o estado, 82% seriam destinados ao setor de petróleo e gás. O investimento será dividido em dez regiões do estado, com destaque para a região Norte Fluminense, que concentra municípios de grande relevância no setor, como São João da Barra, Macaé e Campos dos Goytacazes. A região norte fluminense receberia um total de R\$19,4 bilhões em investimentos (FIRJAN, 2019).

No mapa de investimentos do Estado do Rio de Janeiro, de 2019, a região Norte Fluminense aparece em destaque pela construção das termelétricas, em São João da Barra, e da Usina Vale Azul II, em Macaé. Esses dois projetos respondem por 12% do total previsto para a região. A FIRJAN acredita que tais investimentos mapeados possam reverter o quadro econômico no estado, após quatro anos de recessão (FIRJAN, 2019).

O projeto de instalação das termelétricas no Complexo Portuário do Açu possui grande importância no total de investimentos previstos para a região, como afirma Fernando Aguiar, presidente da Firjan Norte Fluminense.

Certamente, o Norte Fluminense é um importante vetor de crescimento para o estado, já que concentra a maior parte dos investimentos do mercado de petróleo e gás. A quebra do monopólio do gás natural também deverá alavancar ainda mais a região, abrindo espaço para a construção de outra refinaria no futuro, já que a necessidade de refino permanece como um dos grandes gargalos do país (AGUIAR, 2019).

No entanto, existem incertezas acerca dos efetivos investimentos na recuperação da capacidade produtiva dos poços maduros, maior problema hoje da Bacia de Campos, após 40 anos de produção; e, uma vez realizados, quais serão os volumes e o tempo de produção que serão acrescidos. O que remete a atenção para as outras frentes que o Complexo abre, como a produção de energia.

É importante considerar, ainda, que, quando se fala de oportunidades, deve-se considerar, a capacidade do Complexo do Açu possibilitar uma difusão dos seus efeitos econômicos positivos pelo território dos municípios do seu entorno, o que vai depender: da capacidade de integração de empresas e atividades econômicas locais com as atividades do Porto; utilização dos recursos gerados pela arrecadação própria do município de São João da Barra, e da renda gerada pelos salários e serviços prestados por empresas locais e regionais, para a diversificação de atividades, melhoria da infraestrutura urbana, social e econômica, que inclua nos benefícios do Complexo a difusão de condições de bem estar.

4 | OS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELO CIPA

Segundo Carlos B. Vainer (2007), os grandes projetos de investimento possuem forte potencial de organização e transformação dos espaços, assim como para decompor e compor regiões, estruturar e desestruturar redes urbanas e econômicas.

A despeito dos potenciais ganhos econômicos para a região, resta claro que um empreendimento de tal vulto gera impactos que podem “causar sérios danos ambientais, econômicos e socioespaciais, gerando conflitos e resistências” (CRUZ, 2017). Ainda na visão deste autor, o CIPA é um Grande Projeto de Investimento (GPI) portuário integrado no projeto neodesenvolvimentista, característico da economia brasileira do último decênio, implementado com o intuito de ampliar a capacidade operacional da infraestrutura brasileira de transporte e de logística.

Na esteira desse pensamento podem ser apresentadas diversas críticas à maneira como o empreendimento foi concebido e realizado, desde os procedimentos adotados pelas “diferentes esferas de Governo para viabilizar a implantação do CIPA, incluindo a expropriação de terras agrícolas e as alterações nos procedimentos adotados para acelerar a emissão das licenças ambientais, bem como os conflitos socioambientais que ocorreram em função da aplicação destas medidas” (Pedlowski, 2017). Importante trazer à luz que foram desapropriados 7500 hectares de terras, onde viviam em torno de mil pessoas que há gerações habitavam aproximadamente 200 propriedades rurais na região do CIPA. Tais famílias se mantinham principalmente por meio de agricultura familiar e pescaria artesanal. Além disso, destaque-se que no processo de licenciamento ambiental foi adotada uma estratégia de análise fragmentada dos projetos em que se decompõe o CIPA, supostamente para tornar mais célere a emissão das licenças ambientais exigidas pela legislação vigente.

Acrescente-se a esse panorama o fato de que a proximidade entre o empresário Eike Batista (principal idealizador do complexo e controlador da empresa que capitaneava o mesmo até a derrocada do grupo EBX em 2013), o ex-governador Sergio Cabral e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi fundamental para que o processo de desapropriação das terras fosse realizado de maneira a não atrapalhar o cronograma inicial de implementação do CIP, haja vista que o interesse primordial do processo de desapropriação era alheio aos danos socioespaciais decorrentes. Pesquisas de Simon, Afonso e Nascimento (2017) apontaram que os direitos dos moradores originais foram negligenciados. Além disso, a parceria entre tais agentes políticos e o idealizador do complexo também foi fundamental para que estatutos legais que poderiam dificultar a implantação do projeto fossem flexibilizados, e para que fossem disponibilizadas generosas linhas de crédito por meio do BNDES que propiciaram o início das obras do CIPA.

A análise de Latini (2016), concluiu que a fragilidade do processo de licenciamento ambiental acarretou o aparecimento precoce de alguns dos danos ambientais previstos como decorrência das obras do CIPA, tais como salinização das águas e do solo, e erosão costeira.

Pedlowski (2017). Citando o termo cunhado por Harvey (2004), conclui que “este caso se configura como um estudo bastante explícito do modelo de ‘acumulação por espoliação’, na medida em que os custos ambientais e sociais estão recaindo de forma contínua sobre os habitantes da região do entorno do empreendimento, enquanto os benefícios estão sendo acumulados de forma praticamente integral pelos seus controladores”.

Todo esse potencial de geração de crescimento econômico, geração de emprego e renda, por representar um investimento enorme para a região, gera significativas externalidades negativas, especialmente socioespaciais e ambientais. Como todo grande projeto de investimento, o CIPA pode se tornar um enclave em uma região marcada pelo subdesenvolvimento e pela desigualdade de renda. “Tais inversões de capital engendram baixos encadeamentos, sobretudo para a frente, sendo comandados exogenamente, isto é, as decisões cruciais são tomadas alhures, com a região hospedeira detendo pouca ou nenhuma capacidade de controle sobre a dinâmica endógena de funcionamento ao longo do tempo” (BRANDÃO, 2015). O risco destes investimentos é em se avançar no que Boaventura chama de *fascismo territorial*,

Que existe sempre que atores sociais com forte capital patrimonial retiram ao Estado o controle do território onde atuam, ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses. São territórios coloniais privados dentro de Estados (SOUSA SANTOS, 1998, p. 02).

Por sua própria natureza, os grandes projetos de investimentos “projetam sobre os espaços locais e regionais interesses quase sempre globais, o que faz deles eventos que são globais-locais - ou, para usar a feliz expressão de Swyngedouw (1997), *glocalizados*” (VAINER 2007).

O exame da economia política de cada grande projeto permitiria identificar de que forma atores políticos e empresas nacionais e internacionais se associam e mobilizam elites locais e regionais para exercer o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política que decompõe o território nacional em novos fragmentos glocalizados (VAINER 2007).

Conforme frisa Piquet (2007), atualmente a legislação ambiental no Brasil é bastante rigorosa e precisa ser cumprida à risca. A mesma autora diz que, desde que as empresas sejam impedidas de externalizar os custos da degradação ambiental, indiretamente as condições de vida da população serão melhoradas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve artigo buscou, através de fontes oficiais ligadas ao Porto do Açu e ao empresariado fluminense, principalmente, desenhar, por um lado, um panorama de oportunidades, através dos investimentos previstos e em curso. E, por outro lado,

valendo-se de alguns aspectos próprios da atividade principal do Porto – apoio à indústria, e ao comércio internacional de petróleo e gás – e de elementos que podem balizar a transformação das oportunidades de investimentos em benefícios ao desenvolvimento local e regional, como o emprego e a difusão territorial, econômica e social, pelos municípios vizinhos, buscou-se refletir sobre os riscos e desafios a serem considerados. Para tanto, recorreu-se a trabalhos que analisam as potencialidades positivas e negativas de grandes investimentos.

O Complexo Industrial e Portuário do Açuse apresenta como uma imensa oportunidade de desenvolvimento e geração de emprego e renda para uma região que, apesar de privilegiada em abundância de petróleo e seus derivados, que há vinte anos transfere elevadas rendas – a título de *royalties* e participações especiais – para um pequeno grupo de municípios, dentre os quais São João da Barra, não consegue romper o atraso, o subdesenvolvimento e minimizar as desigualdades sociais. Nas palavras de Vainer (1992), “em muitos casos esses grandes projetos de investimentos conformaram verdadeiros enclaves territoriais, econômicos, sociais, políticos, culturais e, por que não dizer, ecológicos, introduzindo um importante fator de fragmentação territorial”.

Como decorrência natural do porte – a área do Complexo Portuário e Industrial do Porto do Açú, incluindo o Distrito Industrial, corresponde a 40% da área total do município – e da complexidade dos projetos que compõem o CIPA, é de se esperar grandes impactos mesorregionais e macroespaciais. A potência do empreendimento representa um grande peso em relação à estrutura da região onde está localizado, e desencadeia processos de grandes dimensões, desde as obras até às operações, que ampliam os efeitos transformadores do território (BRANDÃO, 2015). Com estratégias elaboradas em múltiplas escalas, sejam elas estaduais, nacional ou internacional, o foco na escala local e microrregional, que valoriza e preserva as cidades, suas populações e ecossistema, deixa de ser uma prioridade, embora os locais, municípios e microrregiões, sejam impactadas com intenso e rápido afluxo de população, e de trabalhadores, pressionando a infraestrutura urbana, os serviços e a mobilidade (CRUZ, TERRA & ALMEIDA, 2016).

Acrescenta Lemos (2005) que

esses investimentos pontuais são bases exportadoras localizadas, desintegradas regionalmente e parcialmente integradas ao mercado nacional e internacional. Além das dificuldades de integração decorrentes do baixo nível de renda, tem-se a dificuldade de implementação de uma estratégia de desenvolvimento local, baseada na complementaridade setorial da base exportadora(...).

O grande desafio na operação do CIPA é explorar seu imenso potencial econômico, proporcionando à sociedade do Norte Fluminense usufruir dos benefícios do crescimento econômico decorrente do empreendimento, sem que isso signifique negligenciar as externalidades negativas (sociais, territoriais e ambientais) provocadas por tão grande

projeto de investimento.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Tânia Bacelar. **Tendências do Desenvolvimento Regional recente no Brasil**. In: BRANDÃO, C. A. & SIQUEIRA, H. (orgs). Pacto Federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. P. 39-51.

BRANDÃO, Carlos . 2015. **Dinâmicas Regionais no Capitalismo Sul Atlântico Brasileiro**: notas teórico-metodológicas. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política. Volume 4, Número 1, Janeiro a Julho de 2015.

CRUZ, José Luís V.; TERRA, Denise & ALMEIDA, Érica. **(Des)integração periférica e espaços regionais globalizados**. XVI Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em Globalização e Território. Monterrey/México, 2016.

CRUZ, José Luís Vianna; VILANI, Rodrigo Machado. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**: Ano XIV, Nº 55 – Março/2017. Editorial – Porto do Açu, uma expressão do neodesenvolvimentismo tupiniquim.

DINIZ, Célio Campolina. **Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995.

FIRJAN. **Estudo da Firjan mostra que Rio terá 162,3 bilhões em investimentos**. Economia do Rio, 07 maio 2019. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/noticias/rio-em-ritmo-de-retomada-1.htm>>.

HARVEY, D. **The “New” Imperialism**: accumulation by dispossession. Socialist Register, Powys, v. 40, n. 02, p. 63-87, 2004.

LATINI, J.R. **A avaliação de impacto ambiental (AIA) enquanto instrumento participativo e preventivo no contexto do neodesenvolvimentismo**: o caso do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu (CLIPA). 2016.

LEMOS, M. B.; SANTOS, F. e CROCCO, M. 2005. **Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos**. In: DINIZ, Campolina e LEMOS, Mauro B. (orgs.). Economia e território. Belo Horizonte. Editora da UFMG.

NASCIMENTO, Luciano. **Contrato de Porto do Açu deve gerar 13,5 mil empregos, diz ministro**. Jornal Agência Brasil. Brasília, 18 fev. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-02/contrato-de-porto-do-acu-deve-gerar-135-mil-empregos-diz-ministro>>.

PEDLOWSKI, Marcos A. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**: Ano XIV, Nº 55 – Março/2017. Artigo – O Complexo Industrial-Portuário do Açu: modelo de projeto neodesenvolvimentista ou caso aplicado de acumulação por espoliação?

PEREIRA, G. V. O Porto do Açu e o município de São João da Barra-RJ: impactos na dinâmica socioeconômica – 2007 a 2017. Tesis de Maestria, Campos dos Goytacazes/RJ: UFF – Universidade Federal Fluminense, 2018, 87pp.

PIQUET, Rosélia. 2007. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro. Garamond. P. 129.

PORTO DO AÇU. **Fazendo Negócios no Complexo do Porto do Açú**. 2019. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Fazendo-Neg%C3%B3cios-no-Complexo-do-Porto-do-A%C3%A7u_-WEB.pdf>.

PORTO DO AÇU. **Porto do Açú atrai mega investimento da GNA**. Imprensa, 03 maio 2018. Disponível em: <<https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-atrai-mega-investimento-da-gna/>>.

SIMON, Alba; AFONSO, Rodrigo Vilhena Herdy; DO NASCIMENTO, Camila Aguiar Lins. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**: Ano XIV, Nº 55 – março/2017. Artigo – Zona de Impacto: Conservação da Natureza, Porto do Açú e Populações Locais: O caso das Comunidades Extrativistas Artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açú - RJ.

SIQUEIRA, Hipólita. **Dinâmica regional brasileira (1990-2012)**. In: BRANDÃO, C. A. & SIQUEIRA, H. (orgs). Pacto Federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. P. 73-86

SOUSA SANTOS, B. 1998. **Os fascismos sociais**. Folha de São Paulo. São Paulo, 6 de setembro.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos B. 2007. **Planejamento territorial e projeto nacional**: os desafios da fragmentação. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, Salvador: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. P. 9-23.

MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA: INTERPRETAÇÃO ARQUITETÔNICA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/01/2021

Pyetro Brum Ilha

Universidade da Região da Campanha
URCAMP, Bagé/RS
<http://lattes.cnpq.br/2621898229354346>

Magali Nocchi Collares Gonçalves

Universidade da Região da Campanha -
URCAMP, Bagé/RS
<http://lattes.cnpq.br/0203419426444629>

Apresentação disponível em: <https://youtu.be/Ev0E4QB6bZ0>

RESUMO: O trabalho se desenvolve sobre uma análise da arquitetura presente no conjunto arquitetônico da atual sede do Museu Dom Diogo de Souza em Bagé/RS e antiga sede da Beneficência Portuguesa. Catalogando os elementos presentes na fachada, buscou-se relacionar as características dentro de um período histórico da arquitetura. É analisada a presença da arquitetura eclética na fachada do edifício, elencando os distintos elementos e ordem ao qual se relacionam. Interpretando a arquitetura presente no projeto, busca-se uma ênfase na importância da preservação do exemplar histórico para a continuidade da memória e preservação dos edifícios do ecletismo historicista como patrimônio da cidade gaúcha de Bagé.

PALAVRAS - CHAVE: Museu Dom Diogo de Souza, Ecletismo historicista, interpretação arquitetônica.

ABSTRACT: The work develops about an analysis of the actual architecture in the Dom Diogo de Souza Museum set, located in Bagé/RS and Portuguese Beneficence former home. Cataloging the elements present in the façade, we sought to relate the characteristics within a historical period of architecture. Is analyzed the presence of eclectic architecture on the the building façade, listing the different elements and order to which they relate. Interpreting the architecture present in the project, an emphasis is sought on the importance of preserving the historical specimen for the continuity of memory and preservation of historicist eclectic buildings as heritage in the south brazilian city of Bagé.

KEYWORDS: Dom Diogo de Souza Museum, Historicist eclectic, architectural interpretation.

A análise de edificações arquitetônicas é fundamental para que se entenda seu passado, com base em referências históricas é possível compreender a ideia proposta pelo projetista. O seguinte estudo realizado na disciplina de História da Arquitetura I do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Região da Campanha - URCAMP, buscou essa forma de trabalho, visando a interpretação arquitetônica do prédio histórico e atual Museu Dom Diogo de Souza, construído em 1878 por Portugueses instalados em Bagé/RS. Foi proposto, através de aplicações de elementos da arquitetura grega e romana, comparar sua relação entre passado e atualidade, analisando os elementos

que compõem a fachada da edificação, visando catalogar os componentes do prédio e entender o período arquitetônico ao qual ele corresponde. A revisão bibliográfica do trabalho foi criada com base em pesquisas e coleta de dados em livros, na internet, no acervo do museu, artigos e também no material disponibilizado pela docente e pela instituição de ensino. O Museu Dom Diogo de Souza abriga um acervo cuja importância se sobressai no exímio registro de muitos momentos da história de Bagé, município localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul. A grandiosidade do conjunto arquitetônico (figura 01) se impõe na grande área construída, sob um terreno em declive, ornamentado pela grande escada no eixo principal do volume que recebe em cada patamar uma composteira de estilo eclético.

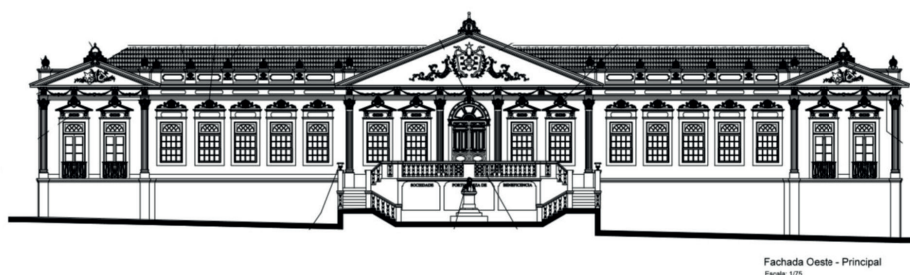


Figura 01: Fachada Museu dom Diogo de Souza.

Fonte: Restauro do Museu Dom Diogo, 2003.

O acesso principal da edificação se dá por um ático triangular encimado com um adorno no ponto de convergência. O prédio tem referência na ordem coríntia, configurado em colunas adoçadas (juntas à parede). Sua porta principal apresenta um arco pleno, enquanto seu entablamento é arrematado por uma platibanda trabalhada. Esta, por si só, recebe elementos reclinados. Internamente, as salas e o hall de entrada representam uma nova estruturação do hospital no passado, visto que a disciplinarização dos leitos e antigas salas de operação eram cânones já utilizados nos hospitais europeus. O museu apresenta um traço contemporâneo com seu anexo construído recentemente. Através do uso dos referenciais teóricos, contata-se uma analogia presente entre os vários elementos da edificação com características herdadas do período arquitetônico grego e romano (Figura 02), com predominância eclética. Por fim se conclui que o trabalho procurou enquadrar o prédio do Museu Dom Diogo de Souza dentro de um momento histórico, além de realizar uma análise de sua arquitetura. Por ser uma construção importante na época da construção e até hoje, a edificação se enquadra no estilo arquitetônico eclético, com fortes traços do século XIX brasileiro, e ainda, principalmente, com adornos gregos e romanos encontrados nas mais conhecidas obras clássicas arquitetônicas da antiguidade.

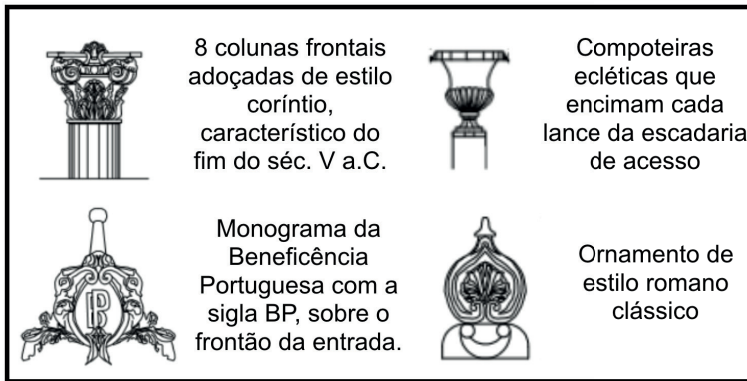


Figura 02: Elementos.

Fonte: Elementos da arquitetura Brasileira, 1987.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Larissa Patron. **RESTAURO DO MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA**. Porto Alegre, 2003.

FABRIS, Annateresa. **ELEMENTOS NA ARQUITETURA BRASILEIRA I**. São Paulo/SP. Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987.

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E DESURBANIZAÇÃO: COMO SERÃO AS CIDADES BRASILEIRAS PÓS MCMV?

Data de aceite: 01/03/2021

Danielle Costa Guimarães

Profa. UNIFAP

<http://lattes.cnpq.br/3209510542033928>

Angela Maria Gordilho Souza

Profa. PPGAU-UFBA.

<http://lattes.cnpq.br/5339777769157217>

RESUMO: O presente artigo tem o propósito de colocar em pauta a ausência de uma visão ampla sobre os impactos da produção habitacional em grande escala encontrada nas políticas públicas brasileiras. Ele apresenta um rápido panorama histórico das estratégias para a produção de habitação social no Brasil, demonstrando que pouco se avançou nesta prática desde a década de 30. O método utilizado foi o histórico-descritivo, utilizando dados disponíveis em publicações ao longo do tempo e atuais, como também de informações coletadas in loco, por meio de observação não-participante, registros fotográficos e entrevistas. Reflexões neste artigo refletem resultados parciais de pesquisa em andamento. Como resultado, apresenta-se o contraponto de duas ideias: a necessidade de produzir habitação e a necessidade de se produzir cidade, correndo-se o risco de, ao ignorar que conjuntos habitacionais são parte de cidades, é possível que se esteja produzindo não-cidades.

PALAVRAS - CHAVE: Habitação social.

Urbanização. Política pública. MCMV. Macapá.

HOUSING, URBANIZATION AND DE-URBANIZATION: WHAT WILL THE BRAZILIAN CITIES LOOK LIKE AFTER MCMV?

ABSTRACT: This paper aims to highlight the absence of a broad view on the impacts of large-scale housing production found in Brazilian public policies. It presents a quick historical overview of the strategies for the production of social housing in Brazil, showing that little progress has been made in this practice since the 1930s. The method used was the historical-descriptive one, using data available in publications over time and current, as well as information collected on the spot, through non-participant observation, photographic records and interviews. Reflections in this article reflect partial results of ongoing research. As a result, the counterpoint of two ideas is presented: the need to produce housing and the need to produce cities, taking the risk that, by ignoring that housing estates are part of cities, it is possible that non-cities.

KEYWORDS: Social habitation. Urbanization. Public policy. MCMV. Macapá.

1 | INTRODUÇÃO

A questão da habitação entra na agenda oficial do Brasil na era Vargas (1930-1945), a partir de 1933, com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), seguido de outros institutos voltados para classes de trabalhadores¹.

¹ Dados retirados do sítio do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Escola de

Embora tenham sido as primeiras instituições públicas de âmbito nacional a tratar da habitação social, os IAPs se destacam pelo ótimo nível dos projetos para as novas edificações. Introduzem a tipologia de conjuntos habitacionais de edifícios de apartamentos, em vazios da malha urbana ocupada, definindo assim novas tipologias de ocupação do espaço urbano e tendências urbanísticas inovadoras, com forte influência do movimento moderno. Esse modelo foi amplamente difundido no Brasil, sobretudo nas grandes cidades, sendo nas cidades médias utilizado o lote tradicional, com tipologias de casas, que nos documentos dos IAPs eram criticadas, pois levaria à expansão horizontal da cidade, bem mais onerosa².

Com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946, a pretensão inicial era criar uma estrutura de funcionamento bem diferente da praticada nos IAPs. Essa proposta, num contexto de demandas por reformas sociais, trazia os elementos fundamentais para uma nova atuação do Estado no setor: centralização da gestão, fontes permanentes de recursos e uma visão abrangente que buscava articular a produção de moradias com o desenvolvimento urbano (BONDUKI, 1999). Dando curso a essa proposta, mas com outro arcabouço, o governo militar, que se instala a partir de 1964, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), Lei nº 4.380/1964, definindo uma política habitacional, mais vigorosa, porém altamente centralizada e voltada para o capital imobiliário, esvaziando os movimentos sociais (REYNOLDS e CARPENTER, 1977). Os primeiros obstáculos foram encontrados logo na experiência dos anos iniciais, não bastava apenas construir moradias, era preciso dotá-las de infraestrutura adequada, recurso que lhes faltava, sendo a maioria situados nas periferias urbanas, distantes de locais de trabalho (AZEVEDO e ANDRADE, 1982).

O resultado dessa urbanização do BNH é expressivo no espraiamento das cidades, marcado pela ausência de infraestrutura urbana no entorno dos conjuntos e privatização do espaço público ocioso. Constituem novos pedaços de cidades, sem integração, com a mesma tipologia - a “standardização” fordista da produção habitacional - diminuição da qualidade de vida de quem ia viver distante (tempo e custos de deslocamento), segregação residencial (espacial), visando alcançar resultados quantitativos, em terras de menor valor, em detrimento de qualidade espacial e inserção urbana. O BNH foi extinto em 1986, deixando um saldo significativo nesse modelo de expansão metropolitana, associando polos industriais aos grandes conjuntos e loteamentos populares na periferia urbana (BONDUKI, 1999).

Na década de 1980, as pressões políticas das comunidades por infraestrutura urbana – devido a grandes ocupações de terras nas áreas remanescentes, de risco e mais distantes - fortalecem os movimentos sociais urbanos, pela redemocratização do

Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>

² Ver nesse sentido: BONDUKI, N.(1997). **Espaço público, habitação social e arquitetura moderna**. Anais do 2º Seminário Docomo Brasil. Salvador, p.4; e GORDILHO-SOUZA, Angela (2000). **Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: Edufba, 1ª. edição.

país, fazendo ressurgir o movimento pela reforma urbana, culminando na introdução do direito social à moradia e do planejamento urbano, na Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei Federal Nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade (BASSUL, 2002).

21 O PMCMV REAFIRMA A PERIFERIA DESURBANIZADA

Depois de um longo período sem grandes investimentos urbanos no Brasil, entre os anos 1980 e 1990, verifica-se na década seguinte, a retomada de investimentos federais, a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades. As novas políticas urbanas implementadas a partir de então tiveram um amplo espectro de atuação, fortalecendo a diversidade e a relação entre habitação e cidade. Na produção habitacional a partir de 2005, simultaneamente ao incentivo de produção via mercado, foram criadas as condições para uma produção subsidiada de habitação de interesse social. Para isso, implantou-se, de forma descentralizada, um novo Sistema Nacional de Habitação (SNH), com dois subsistemas, sendo um para o mercado e outro de interesse social, o SNHIS.³

Em 2006 é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que incluiu Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e, em 2009 o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para produção habitacional de interesse social, com fortes subsídios para as faixas de renda de até três salários mínimos (SM), dinamizando, de forma inédita, esse segmento, que sempre esteve aquém da produção de mercado, contudo imprimindo uma outra sistemática, mais centralizada. Esse programa logo se tornou prioritário, por trazer um processo de produção mais ágil, por meio de contratos diretos entre a Caixa Econômica Federal, instituição responsável pela operacionalização do programa, e empresas cadastradas.⁴ Assim, o PMCMV vem a contribuir para aquecimento do setor da construção civil e geração de emprego, no momento em que se intensifica a crise financeira mundial de 2008. (ROLNIK e NAKANO, 2009). Com essa produção acelerada do PMCMV em todo o território nacional, a produção de novas habitações passa a ser prioridade, atingindo não apenas as metrópoles, mas sobretudo as cidades médias e pequenas, com brusco recuo de investimentos no PAC da urbanização, voltado para as ocupações e favelas.⁵

Definido para alcançar maior agilidade de execução, o PMCMV recupera, do antigo BNH, a perspectiva de produção habitacional padronizada, atendendo basicamente a manuais com conteúdos diferenciados por faixas de renda. Corresponde a uma fase de produtividade intensiva, entretanto sem o necessário diálogo com a cidade e os déficits

3 Para essa síntese, ver GORDILHO-SOUZA, Angela M. (2014). **Cidade Seletiva e Exclusividade Urbana: megainvestimentos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador**. IN: CARVALHO, I. M et al. (Org.) **Metrópoles na Atualidade Brasileira – Transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: EDUFBA.

4 Ver GORDILHO-SOUZA (2014). *Op. Cit.*

5 A partir do anúncio da participação do Brasil Na Copa do Mundo de 2014, o PAC foi redirecionado para preparação de infraestrutura desse evento. Ver GORDILHO-SOUZA (2014). *Op. Cit.*

qualitativos acumulados.⁶ A reprodução do cenário do BNH repetiu-se, com alguns agravantes: conjuntos habitacionais fora da área urbanizada, com baixa qualidade habitacional, construtiva e urbana, sem áreas de equipamentos ou de lazer, criando-se novamente “pedaços de não-cidade”, desconectados dos centros consolidados, longe do trabalho, sem infraestrutura de transporte resolvida, equipamentos comunitários e urbanos, tampouco espaços livres apropriados para o uso coletivo. Sobre esse aspecto Maricato (2009b) lembra que:

Cada moradia urbana exige um pedaço de terra para sua realização. E não se trata de terra nua. Trata-se de terra urbanizada, isto é, terra ligada às redes de água, energia, esgoto, drenagem, transporte coletivo além de equipamentos de educação, saúde, abastecimento, etc. Trata-se, portanto de um pedaço de cidade.

3 | A PRODUÇÃO DE NÃO-CIDADE NAS CIDADES BRASILEIRAS

Infelizmente, com base nessa tradição histórica do Brasil no que se refere às políticas habitacionais, o que se vê mais uma vez, no resultado do PMCMV são investimentos em construção em total descompasso às consequências urbanísticas, verdadeiras “não-cidades” (MARICATO, 2009a). Os IAPs e a FCP, ainda que com projetos de mais qualidade, produziram de forma restrita e não foram capazes de se antecipar ao crescimento das cidades brasileiras. O BNH, que produziu habitações em grande quantidade, não atendeu às rendas mais baixas, contribuindo para direcionar a periferização urbana precária e segregação sócio espacial. Foram produzidas habitações sem condições urbanísticas de sustentabilidade e isso repercutiu até os dias de hoje no crescimento das nossas cidades.

Isso se configura como o que Lojkin (1977), já na década de 1970, chama de “a forma mais desenvolvida da divisão do trabalho material e intelectual”, no qual se segrega nas periferias, local de reprodução precária das forças de trabalho, dos grandes centros urbanos, onde se localiza o trabalho intelectual mais desenvolvido e os a administração pública. Os detentores do poder (capital) ditam as regras da destinação dos recursos públicos, são postas a perder todas as conquistas alcançadas por aqueles que lutam pela reforma da cidade brasileira e por uma nova agenda de intervenções públicas na cidade.

Num olhar mais próximo, vivenciando esses ambientes recém construídos pelo PMCMV, em estudos de caso realizados em Conjuntos em Macapá, esses pedaços de não-cidade se revelam em ambientes áridos. Notou-se a ausência quase total de equipamentos públicos e comunitários, de áreas de uso e convívio social, de espaços livres, além do isolamento com relação à cidade. De fato, há claros elementos que revelam a produção de uma periferia “desurbanizada”, apesar de vinculada à ideia do que se reconhece como

⁶ Os manuais disponibilizados trazem modelos de projetos arquitetônicos, de acordo com a modalidade da renda. Visando à celeridade na aprovação de projetos, esses modelos acabam por induzir uma padronização arquitetônica de baixa qualidade e inadequada, considerando-se as diferenças climáticas e culturais no país. Ver GORDILHO-SOUZA (2014), *Op. Cit.*

cidade, mas que não faz parte dela, no sentido o urbano entendido como integração das pessoas (e suas casas) ao espaço das cidades.

O modelo de implantação segue os moldes já conhecidos e descritos anteriormente aqui, com produção em série, em desacordo com as características climáticas locais, inclusive precedida de uma ação “arrasa terreno”, retirando toda a vegetação local para a implantação do empreendimento, que resultou em um local quente e seco (inadequado para o clima Equatorial da cidade). O Conjunto Habitacional Mestre Oscar, que segue o modelo horizontal com 528 habitações unifamiliares, foi entregue em 2013 e teve o investimento de R\$ 20 milhões (MACAPÁ, 2013). Relatos de moradores apontam a conquista do teto para morar, em tom de gratidão ao poder público pelo bem adquirido. Ao mesmo tempo em que agradecem, se ressentem do afastamento geográfico “da cidade”, limitam-se ao lazer familiar, interno às suas unidades habitacionais, nos quintais vide imagens 01, 02, 03 e 04).



Figuras 01 e 02: Imagens da fase de execução do Conjunto Mestre Oscar, na Zona Norte de Macapá-AP.

Autor: Danielle Guimarães. Data: setembro de 2012.

Alguns reclamam da ausência da finalização das obras que fazem parte do projeto original, como a praça que é um dos locais mais áridos do conjunto. Em nenhuma das visitas feitas ao conjunto pessoas foram vistas nas ruas, nem mesmo as crianças. O que se percebe é a falta tão grande de cidade, que a vida segue sem que haja a percepção do espaço público. De fato, a realização do direito à cidade só pode acontecer quando ocorre a apropriação do espaço pelos moradores que, exercendo sua cidadania, confrontam a lógica de dominação e podem então satisfazer suas necessidades e expandir suas possibilidades criativas na coletividade, possibilitando que cada comunidade e indivíduo possa manifestar suas identidades. Essa apropriação, portanto, refere-se ao uso, mais que à propriedade.



Figuras 03 e 04: Imagens do Conjunto Mestre Oscar implantado e ocupado.

Autora: Izaniilde Barbosa da Silva. Data: setembro de 2015.

Se o espaço coletivo não vigora nos projetos ou no processo de desenvolvimento sócio espacial, há um tipo de privação, que tem sido pouco formulada em pesquisas nesta área. A consciência das pessoas aos poucos deixa de lado questões relativas à produção em si e se voltar para as questões da cotidianeidade, do consumo. Mesmo para cidades com grande crescimento e pouca industrialização, como Macapá, o processo dual citado ocorre como na cidade industrial: perde-se o sentido da vida camponesa, a cidade penetra o território e a relação urbanidade e ruralidade intensifica-se. Com a “suburbanização” principia um processo, que descentraliza a cidade e “afastado da Cidade, o homem perde o sentido da obra” e a consciência urbana se dissipa: “a consciência da cidade e da realidade urbana se esfuma” (Lefebvre, 1991, p. 17, 21)

A condição do “direto à cidade”, na conceituação de Henry Lefebvre (1968), refere-se à reconquista coletiva do sentido de cidade como obra, resultado das relações sociais, e não do produto, como mercadoria. Esses pedaços de “não-cidade” estão sendo criados para suprir as demandas políticas, frente às necessidades de habitação para famílias de baixa renda, e econômicas de aquecimento da economia via construção civil. As pessoas já não possuem a compreensão do que seria viver na cidade, há uma noção entre os próprios moradores de que o que é ofertado com subsídios federais é o suficiente e o justo. São percepções necessárias para uma compreensão mais próximas dessas dinâmicas que se realizam nesses espaços. Como serão as cidades brasileiras pós MCMV?

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S., ANDRADE, L. (1982). **Habitação e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar.

BASSUL, José Roberto (2002). **Reforma urbana e Estatuto da Cidade**. *Eure*, Vol. 28 Número 84. Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Arquitectura y Bellas Artes. Santiago, Chile: Instituto de Estudios Urbanos.

BONDUKI, N. (1999). **Origens da habitação social no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade.

LEFEBVRE, H. (1968). **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.

LOJKINE, J. **O Papel do Estado na Urbanização Capitalista**. In: FORTI, R. (org.) *Marxismo e Urbanismo Capitalista*. São Paulo: Liv. Edit. Ciências Humanas, 1977.

MACAPÁ, Prefeitura Municipal de. **Prefeitura promove ações para implantação do PTTS no Residencial Mestre Oscar**. Disponível em: <http://www.macapa.ap.gov.br/noticia.php?cod=3205>. Acesso em: 30/08/2015. Macapá, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada**. São Paulo: *Carta Maior*. Publicado em 27/05/2009. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>. Acesso em: 30/08/2015. 2009b

MARICATO, Ermínia. **É preciso repensar o modelo**. São Paulo: Arquitetura e Urbanismo -AU. Ed 186. Publicado em 27/05/2009. 2009a

REYNOLDS, C. e CARPENTER R. (1977). **Financiamento à habitação e distribuição de riqueza no Brasil**. *Revista de Administração de Empresas*. vol.17 Nº.5. São Paulo, 1977.

ROLNIK, R. e NAKANO, K. **As armadilhas do pacote habitacional**. *Revista Le Monde Diplomatique – Brasil*, edição 20. São Paulo, 2009.

MOBILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE NOS PLANOS DIRETORES DE GOIÂNIA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/01/2021

Luana Chaves Vilarinho

Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO
<http://lattes.cnpq.br/2346870516759180>

RESUMO: A mobilidade urbana constitui um aspecto de estrita relevância para o planejamento urbano. Ela é um elemento preponderante na qualidade de vida das pessoas. É um tema muito discutido e desafiador para a gestão das cidades. Seus efeitos negativos estão se tornando cada vez mais evidentes, como por exemplo, a poluição, o congestionamento, acidentes e outros. Em meio a essas problemáticas, os Planos Diretores apresentam-se como uma importante ferramenta na busca de proporcionar uma cidade com maior qualidade de vida, pois destinam uma de suas abordagens à área da mobilidade urbana. Dessa forma, é possível provocar, por meio deste trabalho, uma discussão acerca do papel dos Planos Diretores no contexto da mobilidade urbana em Goiânia. Assim, objetiva-se identificar como a mobilidade urbana foi abordada nos Planos Diretores de 1969, 1992 e 2007.

PALAVRAS - CHAVE: Urbanismo. Mobilidade Urbana. Plano Diretor. Goiânia.

ABSTRACT: Urban mobility is an aspect of strict relevance to urban planning. It is a major element in people's quality of life. It is a much discussed and challenging topic for city management.

Its negative effects are becoming increasingly evident, such as pollution, congestion, accidents and others. In the midst of these issues, Master Plans are an important tool in the quest to provide a city with a higher quality of life, as they target one of their approaches to urban mobility. Thus, it is possible to provoke, through this work, a discussion about the role of Master Plans in the context of urban mobility in Goiânia. Thus, the objective is to identify how urban mobility was addressed in the Master Plans of 1969, 1992 and 2007.

KEYWORDS: Urbanism. Urban mobility. Master plan. Goiania.

1 | INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana, no contexto brasileiro, apresenta origens e naturezas distintas. De um modo geral, ela está relacionada à articulação entre as políticas públicas, como de transporte, circulação, uso do solo e outras. Essa diversidade de políticas torna a mobilidade urbana complexa (KNEIB, 2012).

No Plano Diretor, os problemas urbanos estão relacionados à várias temáticas territoriais, entre elas a própria mobilidade urbana. Em conjunto, o Plano Diretor e o Planejamento estratégico municipal atuam como instrumentos que auxiliam na gestão das cidades e que atuam sobre as populações, o espaço público, a mobilidade e outros (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Assim, a mobilidade urbana e o plano diretor assumem papéis importantes para o ordenamento territorial de uma cidade. No entanto, no planejamento urbano a mobilidade ainda é considerada como mais uma das preocupações para o desenvolvimento urbano, ao invés de ser contemplada como a questão central para o desenvolvimento das cidades (PEDRO; SILVA; PORTUGAL, 2017; MOREIRA, 2008).

Partindo dessas breves considerações para o contexto específico de Goiânia, o presente trabalho promove uma discussão acerca de como a mobilidade urbana foi abordada nos Planos Diretores de 1969, 1992 e 2007. Desse modo, objetiva-se investigar se houve preocupação por parte legislação com relação à mobilidade e como ela foi abordada. Para isso, este trabalho se realizará mediante pesquisa bibliográfica. As principais fontes referenciais serão os próprios Planos Diretores de Goiânia, bem como artigos, dissertações e teses que discorrem sobre o assunto em questão.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental cuja fonte de referenciais serão os Planos Diretores de Goiânia, artigos e dissertações que abordam esses Planos, a temática de mobilidade urbana e Planos Diretores de um modo geral.

A parte de desenvolvimento do trabalho se estrutura em quatro etapas: 1º Conceituar mobilidade e Plano Diretor de modo geral; 2º Contextualizar a mobilidade urbana e Plano Diretor; 3º Identificar como a Mobilidade urbana foi tratada em cada Plano Diretor de Goiânia (1969, 1992 e 2007); 4º Fazer uma discussão das transformações ocorridas com relação à mobilidade urbana nos Planos Diretores de Goiânia.

Para conceituar (de modo geral) e contextualizar (do nacional ao local) a mobilidade urbana e o Plano Diretor são utilizados referenciais teóricos como artigos e dissertações que trazem definições, caracterizações e contextualização dessas duas temáticas.

A identificação de como a mobilidade urbana foi tratada nos Planos Diretores ocorre mediante referências diretas (os próprios planos), bem como em dissertações e artigos que apresentam informações relacionadas a esses Planos Diretores. As informações coletadas de cada Plano Diretor são reunidas em um quadro e analisadas. Após isso, é feita uma discussão geral sobre as transformações que a temática mobilidade urbana teve ao longo dos três últimos Planos Diretores.

Vale ressaltar que neste trabalho o foco de análise são os Planos de 1969, 1992 e 2007, pois há uma quantidade maior de materiais disponíveis que auxiliarão nesse estudo, ao contrário dos Planos de 1938 (Plano de Urbanização), 1952-1954 (Plano de Ewald Janssen), 1959-1962 (Luís Saia). Estes, por sua vez, são feitas apenas algumas descrições e considerações com base em referências indiretas (artigos e dissertações), enquanto nos Planos de 1969, 1992 e 2007 terá como principal base os próprios Planos

Diretores (pesquisa documental e bibliográfica).

3 | CONCEITO DE MOBILIDADE URBANA E PLANO DIRETOR

O termo mobilidade se define como um atributo relacionado às pessoas e aos bens, e corresponde às respostas dadas pelos indivíduos diante a necessidade de deslocamento. Já a mobilidade urbana é definida como um atributo relacionado à cidade e corresponde à facilidade das pessoas e bens se deslocarem na malha urbana fazendo uso de transportes motorizados, não motorizados, sistemas viários e de toda a infraestrutura urbana (GOIÂNIA, 2007; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Nessa definição, a mobilidade se trata de deslocamento independente da escolha modal, como automóvel, transporte coletivo, bicicleta e outros. Nesse deslocamento, as pessoas desempenham diferentes papéis – pedestre, motorista, passageiro etc. Há diversos fatores, tanto no âmbito individual como no âmbito urbano, que restringem ou condicionam o deslocamento dos indivíduos nas cidades, como por exemplo, idade, restrição de capacidade individual, renda, habilidade motora, acesso à infraestrutura urbana (sistema viário, rede de transporte público) e outros (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

Quanto ao conceito de Plano Diretor, este é considerado como um instrumento de planejamento e gestão das cidades. Ele atua no desenvolvimento e na expansão urbana buscando organizar o espaço de modo a garantir o direito a uma cidade com maior qualidade de vida. O Plano Diretor pode ser considerado como um agente promotor de políticas urbanas que possibilita garantir os princípios constitucionais do desenvolvimento sustentável, função social da cidade e da propriedade, igualdade e participação social (BRASIL, 1988; PEREIRA; STEPHAN; PINTO, 2017).

Os princípios do Plano diretor são norteados pelo Estatuto da Cidade. Definido como um instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e ordenamento das cidades, o Plano Diretor deve ser compatibilizado com os regulamentos da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Estatuto da Cidade. O desafio dos Planos Diretores é planejar de modo democrático o futuro dos núcleos urbanos inserindo os agentes sociais, econômicos e políticos nessa discussão (REZENDE; ULTRAMARI, 2007). A partir dessa abordagem conceitual de mobilidade urbana e Plano Diretor buscou-se apresentar a importância que essas duas temáticas têm para o planejamento urbano.

4 | PLANO DIRETOR E MOBILIDADE URBANA: CONTEXTUALIZAÇÃO

Os primeiros Planos Diretores foram elaborados entre o final do século XIX e início do século XX em decorrência da demanda provocada pelo processo de industrialização e desenvolvimento econômico das grandes cidades europeias. Nas décadas de 1950 e 1970, os Planos Diretores são colocados em pauta de discussão devido ao crescimento

demográfico. Nos anos 1980 e 1990, os Planos Diretores foram caracterizados pela busca de metas a curto prazos em decorrência de mudanças no cenário político, econômico, como o fim da Guerra Fria, a globalização, a instabilidade do mercado financeiro e a desaceleração do crescimento demográfico (FREITAS, 2009; FERREIRA, 2013).

No contexto brasileiro, a ideia de Plano Diretor se apresentou nos anos 1930, aparecendo pela primeira vez no Plano Agache¹. Após isso, essa ideia passou a ser adotada pela elite da sociedade brasileira, principalmente entre arquitetos e engenheiros ligados aos problemas relacionados às áreas políticas e urbanas. As experiências iniciais dos primeiros Planos Diretores se caracterizaram como iniciativas locais e não se configuraram como uma política urbana de âmbito nacional, e assim continuou sendo objeto isolado até o golpe militar em 1964 (VILLAÇA, 2005; FERREIRA, 2013. CAMPOS; NASCIMENTO, 2006).

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, conduzido pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SFH (criado pela Lei nº4.380/1964), foi o primeiro ciclo de elaboração de Planos Diretores, enquanto o segundo ciclo ocorreu após a Constituição Federal de 1988 (MOREIRA, 2008).

Com a Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ser encarregados de executar a política de desenvolvimento urbano a fim de garantir o bem-estar da população e as funções sociais da cidade; a elaborarem o Plano Diretor como um instrumento de ordenar o desenvolvimento e a expansão urbana; e a definirem o serviço público de transporte coletivo. A Constituição lançou bases para a discussão da política urbana. No entanto, por meio do Estatuto da Cidade e da criação do Ministério das Cidades, em 2003, que a discussão sobre integração entre planejamento urbano e transportes veio a ocorrer (COSTA, 2008).

Após treze anos da promulgação da Constituição de 1988, o Plano Diretor teve a população como um ponto muito importante em sua elaboração, além de passar a ser obrigatório em cidades com 20 mil ou mais habitantes. Em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) os Planos Diretores passaram a ter caráter participativo, tornando parte integrante do planejamento municipal (FERREIRA, 2013. FREITAS, 2009).

No Estatuto da cidade é estabelecido que as cidades com mais de 500 mil habitantes devem elaborar um Plano de Transporte Integrado compatível ao Plano Diretor ou nele inserido. Em 2005, essa denominação foi modificada para Plano Diretor de Transportes e Mobilidade – PlanMob (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007). Esse Plano é um instrumento da política de desenvolvimento urbano que contém diretrizes voltadas a proporcionar acesso amplo e democrático à cidade, buscando tornar possível o exercício da mobilidade da população. Com o PlanMob², houve a busca de incorporar nos municípios um novo

1 Este Plano foi elaborado por Alfred Agache para o Rio de Janeiro, entre 1928 e 1930, para resolver os problemas funcionais da cidade, proporcionando-lhe a feição de capital e provocar na população um ideal social de vida moderna. Foi um marco na evolução do urbanismo brasileiro (MOREIRA, 2007).

2 O PlanMob é um instrumento que deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana.

conceito de planejamento da mobilidade urbana, incluindo a participação popular nas etapas de elaboração (COSTA, 2008; BRASIL, 2001; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

Atualmente, o Plano Diretor é considerado como um importante instrumento do planejamento urbano nacional. Como foi possível perceber, sua valorização adveio desde as décadas de 1990 e 2000, e os principais fatores, conforme mencionados anteriormente, foram: a Constituição de 1988 ter transmitido aos Planos Diretores a prática de implementar a função social da propriedade e buscar uma política de descentralização político-administrativa; com a Constituição, o Estatuto da Cidade poder avançar com o propósito de garantir o interesse no uso do solo e nos bens urbanos (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Com relação à mobilidade urbana e sua contextualização nacional, convém destacar que aproximadamente, quatro décadas atrás, grande parte da população brasileira vivia na zona rural e os núcleos urbanos apresentavam pouca demanda por transporte de massa. Atualmente, esse cenário se mostra o oposto, pois grande parte das pessoas estão vivendo nas cidades. Devido a esse rápido crescimento urbano brasileiro a população tem enfrentado problemas urbanos, como por exemplo, nos sistemas de transporte. A mobilidade urbana foi se caracterizando, a partir da década de 1950, pelo aumento do uso de veículos motorizados, por investimentos voltados a viabilização desse tipo de deslocamento sem viabilizar outros modos de transporte. Como consequência, houve aumento de consumo do espaço viário, do tempo de viagem e emissão de poluentes (CARVALHO, 2016; VASCONCELLOS, 2016).

Nos anos 2000, com a criação do Ministério das Cidades, Estatuto da Cidade, Política de Mobilidade urbana, PlanMob e outros instrumentos, é possível perceber que a temática mobilidade urbana passa a ser mais contemplada nos processos de planejamento e desenvolvimento urbano. Isso se torna explícito, por exemplo, nos Planos Diretores, pois através do Estatuto da Cidade é exigido que esses Planos insiram a temática da mobilidade e do transporte em suas diretrizes ou que haja a elaboração de um Plano de Mobilidade e transporte para os municípios (BRASIL, 2001).

Partindo desse contexto geral da mobilidade urbana e Plano Diretor para um contexto específico é possível observar com maior precisão o grau de relevância que a mobilidade foi assumindo no panorama do planejamento urbano brasileiro. Sendo assim, o contexto específico a ser analisado é o caso da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

5 | MOBILIDADE URBANA NOS PLANOS DIRETORES DE GOIÂNIA (1969, 1992 E 2007)

Goiânia, capital do Estado de Goiás, está localizada na região Centro-Oeste do Brasil e possui uma população estimada pelo censo do IBGE, em 2018, de 1.495.705 habitantes. Fundada em outubro de 1933, Goiânia foi planejada pelo urbanista Atílio Corrêa Lima (FERREIRA, 2013).

Esta cidade teve cinco fases de desenvolvimento e seis Planos Diretores. Essas fases se dividem em: a criação do lugar, cujo período vai de 1933 a 1950; ampliação do espaço, 1950 a 1964; concentração de lugares no espaço, 1964 a 1975; expansão urbana, 1975 a 1992; espaços segregados, 1992 até atualmente. Com relação aos Planos Diretores houve os de 1938 (concluído e oficializado), 1959-1962 (concluído, mas não oficializado), 1967-1979 (desenvolvido), 1989-1992 (desenvolvido e oficializado), 2000 e 2007 (publicados) (GOIÂNIA, 2008; PASQUALETTO; SOUZA, 2014).

Abordando cada Plano Diretor sob o prisma da mobilidade urbana é possível ressaltar, de modo breve, que no Plano de 1938 houve priorização às avenidas principais e à sua largura, no Plano de 1964 o sistema viário foi priorizado, nos Planos de 1964 e 1992 houve a menção ao transporte coletivo e às vias, e por fim o Plano de 2007 que ressaltou o pedestre, a ciclovia, a acessibilidade, o ônibus e o adensamento dos corredores de transporte (KNEIB, 2012).

Com os Planos diretores, Goiânia não conseguiu evitar a reprodução de problemas urbanos similares aos de outras cidades brasileiras, como por exemplo, relacionados ao transporte coletivo, ao déficit habitacional, segregação social e outros. Além disso, Goiânia passou por um período ausente de planejamento, equivalente às décadas de 1950 e 1960 que contou com duas tentativas de elaboração de Plano Diretor: Plano de Ewald Janssen (1952-1954) e o Plano de Luís Saia (1959-1962). No entanto, essas duas tentativas não foram efetivadas (RODOVALHO; PASQUALETTO, 2012; GONÇALVES, 2003).

Entre essas duas tentativas de planejamento, o Plano de Luís Saia foi o mais conhecido e foi o que marcou o fim da atuação e interferência do Estado no espaço urbano de Goiânia. Este foi o último Plano que o governo estadual encomendou, no entanto, ele não foi executado, pois o governo de Mauro Borges foi deposto e Saia era militante de esquerda. Assim, seu Plano foi esquecido (GONÇALVES, 2003).

O Plano de Saia, de um modo geral, buscou identificar os problemas urbanos e suas origens, as potencialidades de desenvolvimento da cidade e com disso elaborar as propostas que pudessem corresponder a esses dados. Os instrumentos urbanísticos utilizados no Plano foram unidade de vizinhança, zoneamento, sistema viário hierarquizado e sistema de áreas verdes. Com relação aos aspectos relacionados à mobilidade urbana, Luís Saia teve o sistema viário como definidor do zoneamento, sendo que ambos eram considerados problemas centrais do planejamento. Ele considerava que o uso do solo não tinha substância se a trama viária não lhe correspondesse. Para Saia, o sistema viário carecia de hierarquia e de estar integrado à circulação interurbana (MOTA, 2004).

O Plano Diretor de Ewald Janssen também foi uma tentativa de organizar o espaço urbano de Goiânia. No entanto, ele era mais modesto e não possuía o grau de complexidade que o Plano de Saia apresentava. Em seu Plano buscou enfatizar a necessidade de planejar o crescimento da cidade preconizando dois pontos: a divisão de todas as áreas (estabelecer o zoneamento urbano) e o planejamento do tráfego (sistema viário adequado

e eficiente). Este ponto relacionado ao tráfego foi o que Janssen dedicou maior atenção. Ele ressaltou a necessidade de se elaborar um Plano Geral de Tráfego de modo a estudar as ligações dos principais eixos da cidade com a rodovia (GONÇALVES, 2003).

Antes de partir para a análise dos próximos Planos Diretores (1969, 1992 e 2007), convém ressaltar a importância que o Plano de Urbanização Da década de 1930 teve para o desenvolvimento urbano inicial de Goiânia. Esse Plano foi elaborado por Attílio Corrêa Lima em 1933. Questões como zoneamento, topografia, áreas verdes, hierarquia viária e tráfego configuraram-se como um dos principais pontos deste Plano. Houve, ainda, a proposta de dividir a cidade em dois centros: um administrativo e outro comercial. No entanto, o engenheiro Armando de Godoy foi contratado para dar continuidade na urbanização da cidade, haja vista que a atuação de Attílio no planejamento urbano de Goiânia foi dispensada. Assim, parte de seu Plano foi executada e as demais partes foram alteradas pela construtora Coimbra Bueno, sendo esta responsável por contratar Armando de Godoy (VIEIRA, 2011; RODOVALHO, 2008; RIBEIRO, 2004; GONÇALVES, 2003).

Plano Diretor de Goiânia de 1969

Na elaboração do Plano Diretor de 1969, Goiânia apresentava crescimento vertiginoso (14% ao ano), carência de habitações, e essas características serviram como base para definir o caráter do Plano que era o de planejar Goiânia utilizando os conjuntos habitacionais como indutores ao adensamento e à expansão urbana. Os principais objetivos desse Plano se concentraram no uso do solo, no sistema viário, na expansão urbana, no desenvolvimento econômico, na integração entre todas as entidades agentes e no aperfeiçoamento da administração municipal (GOIÂNIA, 1969; WILHEIM, 1969).

Partindo desse panorama geral do Plano de 1969 para informações mais específicas relacionadas à mobilidade urbana é possível verificar no Quadro 1 os principais pontos desse Plano relacionados à essa temática de mobilidade. Convém ressaltar que este plano não explicita o termo mobilidade, no entanto, para análise desse trabalho foi buscado nesse documento medidas que se relacionavam ao campo da mobilidade, por exemplo, vias, sistema de transporte.

MOBILIDADE URBANA

- A) As vias de expansão (Leste-Oeste) terão a função de ordenar o desenvolvimento da área urbana, enquanto as vias de integração (Norte -Sul) terão a função de integrar os aglomerados lineares.
- B) Os cruzamentos entre as vias de expansão e de integração deverão ser previstos mediante solução técnica mais adequada a fim de garantir a fluidez do trânsito.
- C) Determinar um sistema de transporte que permita a localização residencial condizente com as demais localidades.
- D) O sistema de transporte coletivo a ser revisto em função de novos regulamentos de concessão, com melhor distribuição de linhas, localização de estação rodoviária e outros que marcarão o desenvolvimento da cidade.
- E) Previsão de em 1980, a população contar com meios de transporte rápido de massa. Dependendo da quantidade de viagens, seria justificável a existência de um metrô.
- F) Previsão de vias preferenciais ao transporte coletivo e áreas verdes lineares.
- G) Distribuição de densidade populacional ao longo das vias preferenciais.

Quadro 1 - Medidas relacionadas a mobilidade urbana no Plano Diretor de 1969.

Fonte: WILHEIM (1969). GOIÂNIA (1969). Adaptado pela autora, 2019.

Com quadro acima (Quadro 1) nota-se que Willheim no Plano de 1969 se preocupou com o sistema viário e com o sistema de transporte. Por parte do sistema viário a preocupação foi em determinar que as vias de Leste-Oeste auxiliassem no desenvolvimento das áreas urbanas, enquanto as vias Norte-Sul integrassem os aglomerados lineares. (Figura 1). E também, promover a distribuição da densidade populacional ao longo das vias preferenciais. E por parte do transporte coletivo, este foi tratado como uma temática que precisava ser revista de modo que houvesse uma adequação ao sistema viário, ao uso do solo e à população.

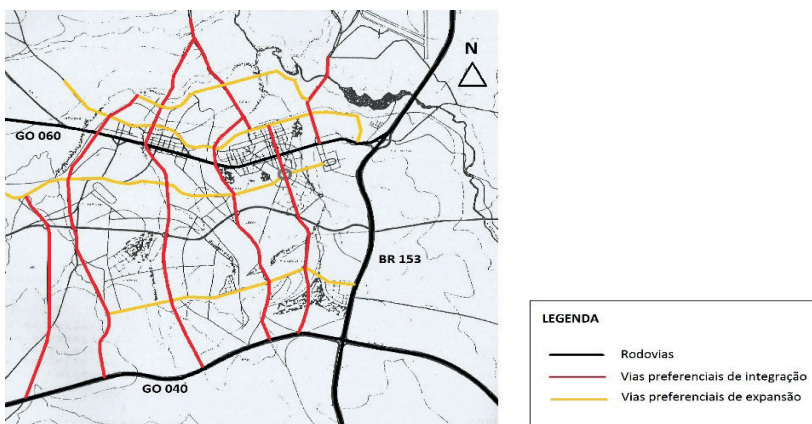


Figura 1 – Vias de integração e expansão propostas no Plano de 1969.

Fonte: GOIANIA, 1969.

Diante dessa abordagem, pode-se considerar que esse Plano contemplou a mobilidade urbana mediante a melhora do transporte público coletivo e sua integração com o uso do solo, e também mediante a estruturação viária. No entanto, nesse Plano não se encontra explícita a palavra mobilidade, priorização ao transporte coletivo e ao pedestre, mas há um início de preocupação relacionado a essa temática.

Plano Diretor de Goiânia de 1992

Em 1992, houve a elaboração do Plano Diretor de Goiânia com o objetivo de adequar sua legislação municipal à política urbana estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Foram introduzidos nesse Plano Diretor os conceitos de função social da propriedade e a sustentabilidade. A estrutura urbana proposta consistia em dividir o município em zona urbana e zona de expansão urbana (RODOVALHO, 2008).

Esse Plano teve como principais objetivos compatibilizar a ordenação territorial com o desenvolvimento econômico social, ordenar o crescimento da cidade, vincular a atuação administrativa à política urbana, desempenho das atividades econômicas e fixar os critérios que asseguram a função social da propriedade (GOIÂNIA, 1992). Partindo dessas considerações gerais do Plano Diretor de Goiânia de 1992 para o âmbito mais específico relacionado à temática mobilidade urbana verifica-se no Quadro 2 as principais informações identificadas referentes à mobilidade nesse Plano Diretor.

MOBILIDADE URBANA
A) Ampliação do sistema de circulação que assegure acesso a toda a cidade.
B) Ampliação de um sistema de transporte coletivo que seja integrado, eficaz e não poluente.
C) A compatibilização dos efeitos indutores do transporte coletivo às propostas de uso e ocupação do solo;
D) Priorização do transporte coletivo para circular na malha viária.
E) Promoção de melhoria da utilização das vias, com integração física da malha viária.
F) Nas áreas habitacionais tráfego controlado de veículos; nas áreas centrais, sub-centros e outras áreas de concentração de emprego tráfego controlado com facilidades ao pedestre.
G) Rede viária básica com uso do solo se tornem os principais componentes da estrutura urbana.

Quadro 2 - Medidas relacionadas a mobilidade urbana no Plano Diretor de 1992.

Fonte: GOIÂNIA (1992); RODOVALHO (2008). Autoria própria (2019).

A partir do Quadro 2 é possível considerar que este Plano de 1992 contemplou a mobilidade principalmente nos aspectos relacionados à estruturação viária, pois com os dados coletados diretamente do Plano e reunidos neste Quadro 2 observou-se que termos relacionados à circulação e rede viária, por exemplo, estavam mais em evidência do que transporte público coletivo. Este por sua vez, foi tratado neste Plano como um meio de transporte prioritário à população, e que deveria continuar com a proposta de integrá-lo ao

uso e ocupação do solo, conforme mencionado no Plano de 1969.

Entre o Plano de 1969 e o Plano de 1992, é possível perceber singelas diferenças, pois ambos abordaram de modo semelhante a temática mobilidade, apesar de não se ter esse termo presente nesses documentos. No entanto, dentro do assunto mobilidade urbana ressalta-se transporte coletivo e estrutura viária como os principais elementos abordados nesses dois planos. Eles foram abordados a partir de perspectivas semelhantes: melhorar o transporte coletivo e adequá-lo ao uso do solo e ao sistema viário. Os termos como mobilidade, ciclovia, sustentabilidade etc. vão ser tratados no Plano Diretor de 2007.

Plano Diretor de Goiânia de 2007

O Plano Diretor de 2007, promulgado pela Lei Complementar nº171 de 29 de maio de 2007, teve como principais objetivos construir uma cidade compacta, que gerasse empregos, contemplasse o transporte coletivo mediante a construção de corredores exclusivos, promovesse uma política habitacional para a população de baixa renda e que houvesse a implantação de programas de revitalização urbana. Este Plano apresentou seis eixos estratégicos de desenvolvimento urbano: sustentabilidade socioambiental; ordenamento territorial; mobilidade, acessibilidade e transporte; desenvolvimento sociocultural; desenvolvimento econômico; e gestão urbana (FERREIRA, 2013).

A política urbana presente neste Plano Diretor buscou se estruturar a partir de princípios como igualdade, oportunidade, transformação e qualidade, cujo objetivo era garantir a função social da cidade e da propriedade urbana, bem como garantir uma requalificação do município para se alcançar uma cidade mais justa e sustentável (GOIÂNIA, 2007). Partindo dessa visão geral sobre o Plano Diretor de Goiânia de 2007 para o panorama específico da mobilidade urbana, o Quadro 3 reúne as principais abordagens que esse Plano fez sobre a temática de mobilidade.

MOBILIDADE URBANA

- A) Rede viária básica e de transporte coletivo como elemento de suporte para o modelo de uso e ocupação do solo.
- B) Implantar a rede viária de modo a privilegiar o sistema de transporte coletivo, cicloviário e de pedestre.
- C) Promover a mobilidade urbana sustentável.
- D) Priorização dos veículos não motorizados sobre os motorizados, dos deslocamentos coletivos sobre os individualizados, e dos deslocamentos das pessoas sobre os bens e mercadorias.
- E) Estimular os meios não motorizados de transporte e sua integração com os modais de transporte coletivo.
- F) Estruturar a rede viária de modo a favorecer a acessibilidade e a circulação.
- G) Organizar e fiscalizar o trânsito.
- H) Consolidar a importância do deslocamento dos pedestres e com isso tornar as calçadas como parte das vias.
- I) Propiciar mobilidade às pessoas, inclusive aquelas com algum tipo de deficiência, permitindo o acesso à cidade e aos serviços urbanos.
- J) Corredores exclusivos para transporte coletivo.
- K) Adoção de programas para implantação das diretrizes: Programa de Planejamento e Adequação da Rede Viária; Programa de Sistematização do Transporte Coletivo; Programa de Gerenciamento do Trânsito; Programa de Promoção da Acessibilidade Universal.
- L) Implantação de veículos articulados, bi-articulados, veículos leves sobre trilhos e modais com tecnologia metroviária.
- M) Estrutura viária planejada para dar suporte a circulação das pessoas e que seja compatível com as diretrizes de uso e ocupação do solo.
- N) Integração territorial com as malhas viárias dos demais municípios conturbados.
- O) Adensamento nos corredores de transporte público.

Quadro 3 - Medidas relacionadas a mobilidade urbana no Plano Diretor de 2007.

Fonte: GOIÂNIA (2007). Autoria própria (2019).

Analisando o Quadro 3 é possível perceber, em termos quantitativos, como aumentou a abordagem relacionada à temática da mobilidade urbana. O grau de importância relacionado à mobilidade se elevou, pois consta neste Plano de 2007 um capítulo exclusivo para tratar dos assuntos relacionados ao transporte coletivo, à circulação e à estrutura viária. Nos Planos anteriores não ocorreu dessa maneira. A mobilidade era tratada de modo breve e não havia esse termo explícito.

Com isso, pode-se perceber que o Plano de 2007 inseriu o conceito de sustentabilidade na mobilidade objetivando proporcionar uma cidade mais compacta, com maior qualidade de vida. Assim, propôs uma priorização maior à acessibilidade ao transporte público coletivo e ao não motorizado, à ciclovia, ao pedestre. No entanto, é possível verificar a ausência de uma proposta de Plano de Mobilidade Urbana, o qual é previsto pela Lei 12.587/2012 que definiu a Política de Mobilidade Urbana.

Desse modo, pode-se considerar que este Plano contemplou mais a temática da mobilidade urbana se comparado com os Planos anteriores, em que buscou nos princípios de igualdade, sustentabilidade, acessibilidade, qualidade para propor um deslocamento mais eficiente à população.

Análise geral da mobilidade urbana nos Planos Diretores de Goiânia

A partir das informações reunidas nos quadros 1, 2 e 3 referentes à mobilidade urbana nos Planos Diretores (1969, 1992 e 2007) é possível estabelecer um panorama comparativo entre o que cada Plano abordou referente à essa temática de mobilidade. Desse modo, foi feito um quadro pontuando, de forma objetiva, os principais elementos referentes à mobilidade e quais dos Planos Diretores abordaram esses elementos. Assim, é possível fazer uma análise geral dessas informações e verificar o nível de relevância que a mobilidade urbana teve no planejamento urbano de Goiânia. (Quadro 1).

ELEMENTOS RELACIONADOS À MOBILIDADE URBANA	PLANO DE 1969	PLANO DE 1992	PLANO DE 2007
Mobilidade Sustentabilidade			x
Estrutura viária	x	x	x
Transporte público coletivo integrado ao uso do solo	x	x	x
Acessibilidade			x
Circulação			x
Plano de Mobilidade			
Pedestre		x	x
Priorização do transporte não motorizado			x
Priorização do transporte público coletivo		x	x

Quadro 1 – Principais elementos da mobilidade urbana e sua presença nos Planos Diretores de Goiânia (1969, 1992 e 2007).

Fonte: Goiânia (1969; 1992; 2007). Autoria própria (2019).

A partir do Quadro 1 observa-se que a mobilidade urbana foi tratada de modo progressivo nos três últimos Planos Diretores. No Plano de 1969, essa temática foi abordada nos aspectos de transporte e estrutura viária. No Plano de 1992, progrediu um pouco mais ao inserir a priorização do transporte coletivo sobre o transporte individual e o pedestre. No Plano de 2007, ocorre um relativo salto de informações. Neste último Plano é introduzido o conceito de sustentabilidade, de acessibilidade, circulação e priorização do transporte não motorizado – as ciclovias. Desse modo, nota-se que o último Plano abordou de modo mais acentuado a questão da mobilidade, dando a ela um maior destaque no Planejamento Urbano de Goiânia.

Com as informações encontradas nos referenciais bibliográficos utilizados no presente trabalho, é permitido entender que possivelmente isso ocorreu devido aos crescentes problemas urbanos, como congestionamento, poluição etc. Conforme mencionado por Ferreira (2013), Goiânia apresenta sérios problemas relacionados ao trânsito, transporte coletivo ineficiente, muitos veículos nas vias. Desse modo, diante de um panorama assim, o planejamento urbano tem buscado inserir a temática da mobilidade

como um dos pontos estratégicos a ser projetado e desenvolvido a fim de proporcionar uma cidade com maior qualidade de vida para a população.

A importância com relação à mobilidade foi se elevando gradativamente a cada Plano Diretor. O que antes não era destacado, como a presença do pedestre, a priorização do transporte coletivo e dos não motorizados, passou a ter uma pauta de relevância no Plano de 2007. A busca por uma cidade mais sustentável, por uma cidade para pessoas e não para automóveis ficou evidente no último Plano Diretor de Goiânia. No entanto, não houve a elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana.

Em contraponto à expressiva importância que a mobilidade se apresentou, Goiânia continuou apresentando algumas deficiências na mobilidade urbana, por exemplo, congestionamento, ineficiente serviço de transporte coletivo, corredores preferenciais ao ônibus sendo disputado por veículos individuais, acidentes de trânsito, entre outros. De acordo com Neto; Kneib (2016), Goiânia, mesmo com um Plano Diretor repleto de diretrizes priorizando uma mobilidade eficiente, ainda apresenta ser uma cidade que aplica pouco do que é planejado.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade principal entender como a mobilidade urbana foi tratada nos três últimos Planos Diretores de Goiânia. Para isso, foi necessário compreender o panorama geral que envolve essa temática de mobilidade. Assim, partiu-se do contexto geral do conceito e contextualização de mobilidade urbana e de Plano Diretor para chegar no contexto específico de Goiânia. Referente à essa cidade buscou-se analisar os três últimos Planos Diretores a fim de verificar como a mobilidade foi tratada em cada um desses Planos.

Com as informações obtidas de cada um dos Planos e reunidas em quadros, foi possível verificar que a relevância da mobilidade aumentou a cada Plano Diretor. Nos Planos de 1969 e de 1992 não havia menção ao termo mobilidade urbana, mas em ambos foram abordados aspectos relacionados ao transporte coletivo e à estrutura viária. Nesse sentido, observou-se como a mobilidade foi abordada: de modo breve, mas houve preocupação em melhorar a condição do transporte público no deslocamento urbano e melhorar a estrutura viária em benefício do transporte.

No Plano de 2007, houve um relativo avanço, pois foi proposta a mobilidade urbana pautada na sustentabilidade, acessibilidade, igualdade e qualidade. Nessa perspectiva, foi inserida a valorização ao pedestre, inclusão social, incentivo e priorização ao uso do transporte público coletivo e ao não motorizado, integração modal, desestímulo ao uso do automóvel entre outros a fim de garantir acesso amplo e democrático ao espaço urbano e à uma cidade com maior qualidade de vida.

Dessa forma, de um modo geral pode-se considerar que os três Planos Diretores

trataram a mobilidade urbana como um elemento importante na estrutura urbana. No entanto, sua relevância foi gradual nos Planos Diretores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da cidade**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. **Desafios da mobilidade urbana no Brasil**. Econstor, Texto para discussão, n.2198. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília: 2016.

CAMPOS, E. T.; NASCIMENTO, D. T. do. **Instrumentos de planejamento territorial urbano**: Plano Diretor, Estatuto da Cidade e a Agenda 21. Florianópolis: UFSC, 2006.

COSTA, Marcela da Silva. **Um índice de mobilidade urbana sustentável**. Tese (tese em Engenharia Civil) – USP. São Paulo, 2008.

FREITAS, L.P.M.de. Plano Diretor Participativo como Instrumento de Gestão do Território Municipal: possibilidades e limites a partir do Estatuto da Cidade. In: **XI Simpósio Brasileiro de Geografia Urbana – Simpurb**. Brasília: UnB, 2009.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **Uma reflexão sobre a expansão e a mobilidade urbana: uma análise do Plano Diretor de Goiânia – GO**. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v.5, n.15, p.62-86. dez. 2013.

GOIÂNIA, Prefeitura de. **Plano Diretor de 2007**. Goiânia: SEPLAM, 2007.

____. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - PDIG de 1969**. SEPLAM.

____. **Plano Diretor de 1992, vol. 1 e 2**. SEPLAM.

____. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.(2008). **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG 2008**. Goiânia, 2008.

GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional / UFG, 2003.

KNEIB, E. C. Mobilidade urbana e qualidade de vida: do panorama geral ao caso de Goiânia. **Revista UFG**, n. 12, Ano XIII, 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável**. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **PLANMOB – Construindo a cidade sustentável**. Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. Brasília, 2007.

MOTA, Juliana Costa. **Planos Diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano.** Dissertação (dissertação em Arquitetura e Urbanismo) – USP. São Paulo, 2004.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Urbanismo e modernidade: reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro.** R.B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 9, n.2. nov. 2007.

MOREIRA, Helion França. **O Plano Diretor e as funções sociais da cidade.** CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Rio de Janeiro, 2008.

NETO, Wilson Lopes Mendonça. KNEIB, Erika Cristine. (2016). **Centralidades e acessibilidade por transporte coletivo em Goiânia: análise exploratória de variáveis espaciais.** In E. C. Kneib (Org.). Projeto e cidade - mobilidade e acessibilidade em Goiânia. Goiânia: Editora UFG.

PASQUALETTO, Antônio. SOUZA, Fábio de. **A mobilidade em Goiânia sob a ótica do transporte coletivo.** Estudos, Goiânia. V.41, especial, p.5-16. set. 2014.

PEDRO, Lucilene Moreira. SILVA, Marcelino Aurélio V. da. PORTUGAL, Licínio da Silva. **Desenvolvimento e mobilidade sustentáveis.** In: PORTUGAL, Licínio da Silva (org.). Transporte, mobilidade e desenvolvimento urbano. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Andréia Xavier. STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. PINTO, Neide Maria de Almeida. (2017). **Plano Diretor: uma análise da instrumentalidade no município de Ponte Nova – MG.** I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil - UFV.

REZENDE, Denis Alcides. ULTRAMARI, Clovis. **Plano Diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual.** RAP, Rio de Janeiro. 2007.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes.** Goiânia – GO. Ed. UCG. 2004.

RODOVALHO, Márcia Oliveira. **Análise do planejamento urbano e efetividade dos Planos Diretores de Goiânia.** Dissertação (Dissertação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – PUC GO. Goiânia, 2008.

RODOVALHO, Márcia. PASQUALETTO, Antônio. **Eficácia e efetividade no Plano Diretor de Goiânia.** Estudos. V. 39, n.1, p.45-60. Goiânia, 2012.

VIEIRA, Patrick di Almeida. **Atílio Corrêa Lima e o planejamento de Goiânia – um marco moderno na conquista do sertão brasileiro.** Urbana, V.4, N.4. Unicamp, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor.** (2005). Disponível em: <<http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Mobilidade cotidiana, segregação urbana e exclusão.** In: Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: 2016.

WILHEIM, Jorge. **Urbanismo no subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

Data de aceite: 01/03/2021

Elisabete B. Castanheira

professora/pesquisadora/ Estácio/ UNISA
<http://lattes.cnpq.br/7440090624630380>

RESUMO: Um dos paradoxos que a cidade abriga, segundo Lynch (2011), é o fato de o habitante ser ao mesmo tempo ator e observador “desse espetáculo”. A ideia de fragmentação progressiva da memória urbana (nas palavras de Koolhaas, 2010) atribui uma qualidade de assepsia aos centros urbanos, fruto de uma urgência construtiva que acaba por desconstruir a identidade local e cuja organicidade define o âmbito de discussão deste trabalho. A narrativa do presente artigo busca referencial teórico nos autores que discutem a apropriação da cidade a partir da base, para refletir sobre a proliferação das iniciativas *Bottom Up* na cidade de São Paulo. O artigo, em sua parte inicial, contempla um recorte do pensamento contemporâneo sobre o direito a cidade, o comportamento emergente e a construção de lugares que reflitam e legitimem o valor identitário. Na sequência, o trabalho apresenta iniciativas de apropriação urbana no centro de São Paulo e, como conclusão, uma reflexão sobre a cidade, cuja qualidade experimental de um laboratório faz dela um espaço próprio (e propício) para a criação e articulação de ideias a partir da iniciativa cidadã.

PALAVRAS - CHAVE: Práticas Criativas, Urbanismo Tático, Iniciativas Bottom Up, Inovação Não Tecnológica, Inovação Social.

ABSTRACT: One of the city's paradoxes, according to Lynch (2001), is the fact that the inhabitant can be, at the same time, the actor and observer of "this performance". The progressive fragmentation of urban memory (in Koolhaas's words, 2010) grants an aseptic characteristic to urban centers, result of having an urgency to build buildings. This urgency deconstructs local identity, which in turn defines the discussion scope included in this article. The narrative developed hereby anchors in a few authors' ideas for theoretic reference. It discusses city appropriation as a root concept, in order to reach the subject of Bottom Up initiatives proliferation, taking place in the city of São Paulo's bounds. The article initially delineates a contemporary framework of thought. Then, it dives into the discussion about having the right to experience the city—an emerging behavior—and also to build places which reflect on, and vouch for, identity value. Subsequently, this work presents a few urban appropriation initiatives inside São Paulo's city center. The work's conclusion is a reflection upon the city, seeing that it functions almost like a lab, experimentally. The city quintessentially favors the creation and articulation of multiple ideas. People's initiatives precisely trigger that starting point.

KEYWORDS: Creative Practices, Tactical Urbanism, Bottom Up Initiatives, Non-Technological Innovation, Social Innovation.

INTRODUÇÃO

Para Lefebvre (década de 1960) o urbano e a cidade se distinguem na medida em que o

primeiro se refere a congregação social enquanto o segundo abrange uma determinada área na qual inserem-se posições e orientações distintas. O primeiro traduz a centralidade e o segundo, se transforma ao longo da história por força da ação mercantilista.

Jacobs, também na década de 1960, refere que para uma ampla compreensão das cidades seria necessário entender um fenômeno, que na perspectiva da autora seria essencial, e que dizia do mix possível dos usos que a cidade abriga (e do produto daí resultante) e não apenas da justaposição destes usos onde não há interação, mas, sim, apenas práticas dispersas.

Na impossibilidade de entender a cidade como um ser fruto da diversidade, esta passa, a não mais constituir um espaço vivido, mas, antes, um espaço de transição: seja a transição da casa para o trabalho, da casa para a escola, entre tantos outros trajetos possíveis.

Essa infinidade de rotas traçadas, que acontece no nível zero, abriga os praticantes ordinários da cidade cujas impossibilidades visuais efetivam a mobilidade opaca e cega da cidade habitada, como refere Certeau (1998).

Para o autor é no rés-do-chão que os passos da pressa moldam espaços e tecem lugares que efetivam a cidade por meio de um processo de apropriação do sistema topográfico e da realização espacial do lugar, implicando, segundo o autor, no estabelecimento de contratos pragmáticos sob a forma de movimentos (CASTANHEIRA, 2015 p.83).

A cidade em sua essência, comporta a qualidade de um laboratório, o que faz dela um espaço próprio (e propício) para a criação e articulação de ideias a partir da iniciativa cidadã, como refere Rosa (2011). Aqui, segundo o autor, as novas conexões e redes estratégicas focam processos locais abertos a táticas *Bottom Up* (de baixo para cima) que acabam por constituir novas formas de pensar a cidade demandando um planejamento capaz de absorver o que emerge e o que é gerado pelos meios urbanos.

Transitando do geral para o específico, é possível dizer que no Brasil, a urgência construtiva do regime militar visou, por duas décadas (entre 1964 e 1985), aumentar a oferta viária e assim, por meio da grandiosidade destas e outras construções, traduzir a era do progresso. Nesse contexto, a interação do cidadão com a cidade se transformou, promovendo uma relação de distanciamento e estranheza. Os edifícios-clubes, murados, que se apartam da cidade e isolam o habitante, aliados a proliferação de espaços de convívios que abarcam lazer, cultura e interação por meio de redutos de alimentação e comércio homogêneos constituem a cidade contemporânea. Neste espaço o habitante com menos recursos é excluído para bairros novos, periféricos e despidos de toda e qualquer infra estrutura, enquanto a centralidade abonada, se quer cada vez mais asséptica e renovada.

Neste contexto, nos tempos mais recentes, a centralidade de São Paulo vê emergir um movimento onde o cidadão busca resgatar a relação com a cidade, não só na tentativa

de se reposicionar enquanto conteúdo frente a imensidão do continente urbano paulistano e de toda a sua complexidade, mas, também, assumindo para a si a quota parte de responsabilidade na construção da urbanidade.

OBJETIVOS

Como objetivo geral, a investigação em curso, procura conhecer o processo contemporâneo de urbanismo tático.

E, como objetivos específicos, procurar conhecer:

- O processo de ocupação do espaço público e ações de microplanejamentos;
- As reverberações da prática do urbanismo tático no entorno imediato;
- O papel interpretado pelos agentes mobilizadores desta atitude de cidadania e o protagonismo cidadão que daí advém.

METODOLOGIA

O método de escrita procura identificar um referencial teórico no qual se aborda o público e o privado, o direito a cidade, o lugar enquanto valor identitário e a espetacularização da cidade para então, chegar aos movimentos *bottom up* e a emergência dos comportamentos, por meio de estudos de caso de ações cidadãs de intervenção urbana (circunscritas ao âmbito do chamado centro expandido da cidade de São Paulo - região oeste).

1 | CIDADE, COMPORTAMENTO E CONSTRUÇÃO

A revolução industrial alterou a configuração da ocupação urbana ao longo do século XIX e, no caso do Brasil, atravessou o século XX, concentrando 80% dos habitantes do país nas cidades, o que acentuou, como refere Somekh (2008), uma configuração espacial de desigualdade e exclusão.

Nesse panorama de alterações sociais, está o projeto urbano, que em contraposição ao novo urbanismo (ASCHER, 1995) projeta soluções transversais homogêneas, sem ter em conta as especificidades e necessidades locais, numa prática inflexível e apartada do contexto. Esse novo urbanismo, primeiramente, entende a construção do urbano de forma híbrida: público e privado interagem procurando atuar de forma conjunta levando em consideração a flexibilização necessária da sociedade contemporânea, cada vez mais dinâmica e polifônica. Nos princípios traçados por Ascher (1995) é recorrente a menção da incerteza e da necessidade, diante do que é indeterminado, de uma profunda reflexão que antecede o projeto que, mais do que desígnio e desenho (BENNATI ALVIM, SGUIZZARDI ABASCAL E SAYÃO DE MORAES, 2001)

se transforma em “ferramenta de análise e instrumento de negociação”. Há um quê de exploratório na visão de Ascher (1995): atores públicos e privados devem procurar as modalidades de realização dos objetivos da forma mais eficiente para a coletividade e para o conjunto dos intervenientes que, efetivamente, requer novos tipos de formulação dos projetos e das regulamentações. Recorrente também é a questão da diversidade funcional urbana e da polivalência dos equipamentos que, por si só, convergem para a necessária flexibilização e adaptação às necessidades de uma sociedade plural que está na base das premissas do autor.

Tratar do urbano, implica necessariamente refletir o público e o privado enquanto justaposições de uma construção e convivência que materializam a cidade.

Em contraposição ao que está murado, inacessível, a propriedade privada, está o público e que para Arendt (1958) contempla dois aspectos: o da visibilidade e o do próprio mundo. O primeiro relaciona-se com exposição irrestrita, com a exuberância do que é exterior, do que é passível de ser observado e admirado (ou odiado) e, neste sentido, com a própria realidade, que nas palavras da autora se resume àquilo que é visto (e, eventualmente ouvido) por todos. O segundo, que está vinculado ao mundo, na perspectiva da filósofa,

Não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto das mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se sentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. (ARENDDT, 1958 p. 62)

Esse compartilhamento, que para a autora constitui a esfera pública, contém um paradoxo: se por um lado é o responsável pela coexistência dos habitantes da cidade, é, por outro, aquilo que evita a recorrência de uma colisão intermitente.

Tratar do público e do privado, por sua vez, levanta outras questões: a primeira delas remete à morte do espaço público e a segunda ao novo espaço público. Para Sobarzo (2006) não cabe decretar a morte do espaço tornado público. Este vocábulo carrega antes, uma carga tal de transformação que, nas palavras do autor, remete efetivamente ao que aparentemente popular, é na verdade, semipúblico ou pseudopúblico. Nega a sua condição de *Publicus* (relativo ao povo) para se fechar sobre si mesmo, dando serventia a grupos seletos e escolhidos. Para o autor são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais “clean” e, em último termo, negando-a, como se de um cenário se tratasse. Apesar da constatação, o autor segue preferindo referir a metamorfose que acometeu o espaço público ou, de outra forma, a análise correria o risco de se tornar tênue e ligeira. A cidade enquanto cenário de uma urbanidade ideal é o que Jacques (2011) denomina de cidade-espetáculo, cuja “ausência,

cada vez maior, de interação entre o usuário e a cidade” (CASTANHEIRA, 2015, p. 43) caracteriza um falso ordenamento pretensamente securitário.

As relações entre espaço público e imagens da cidade contemporânea hoje passam inevitavelmente pelo já citado processo de espetacularização, que é um dos maiores responsáveis tanto pelo empobrecimento das experiências corporais no espaço público contemporâneo quanto pela negação dos conflitos e dissensos nesses espaços e, sobretudo, pela negação, eliminação ou ocultação da vitalidade dos espaços opacos das cidades, as quais também buscam tornar-se mais luminosas, midiáticas e espetaculares. (JACQUES *apud* Rosa, 2011 p. 162)

Tal relação, embora mediada pela força intrínseca do negócio (em contraposição ao ócio) contempla, sem dúvida alguma, as relações sociais, os hábitos e as atitudes da população que bordam o urbano de peculiaridades constituindo a respectiva identidade local e, faz relato, segundo Harvey (2012), do fato da luta pelo direito a cidade ser diretamente proporcional à luta contra o capital.

Para Lefebvre seria preciso encarar (considerando a escrita do texto no final da década de 1970) o perecimento da cidade enquanto território amistoso e de interação face ao fato que o “velho humanismo clássico acabou sua carreira há muito tempo, e acabou mal. Está morto.” (1968, p. 107). Além de ser impossível fazer ressurgir o velho humanismo que, segundo o autor, “encontrou a morte nas guerras mundiais” e nas excessivas demandas pós conflitos, é necessário pensar a “a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade (LEFEBVRE, 1968, p. 107). Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe - esta é a prescrição” (LEFEBVRE, 1968 p. 106)

Diametralmente oposta está a ideia de um “homem novo” que seria, segundo o autor (1968 p. 107), resultado da lógica industrial, enquanto “obra e não produto” e mais importante ainda, a “superação simultânea do velho animal social e do homem da cidade antiga, o animal urbano, na direção do homem urbano, polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com o mundo”, mas, que afinal, ficou aquém das expectativas depositadas (1968 p. 107)

O subsistema de significações do habitante¹, de Lefebvre (1968 p. 110), “diz de suas passividades e de suas atividades” e que, ante a prática, se transforma. Converge para o que em Certeau (1998) recebe a denominação de cidade-conceito cuja tessitura permite a ocorrência de transformações.

1 No texto O Direito à Cidade, o autor refere a necessidade de uma transformação das “démarches e dos instrumentos intelectuais”, em um exercício de reorganização desse instrumental, a saber: a transdução (“que elabora e constrói um objeto teórico a partir de informações que incidem sobre a realidade”); a utopia experimental (“a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências.”) e por fim, os três conceitos fundamentais: a estrutura, a função e a forma, além do sistema (ou antes o subsistema) de significações. (Lefebvre, 1968 p. 110)

A cidade-panorama a que Certeau (1998) se refere como sendo resultado de uma remota observação, platonicamente empreendida do alto de um edifício, se contrapõe ao embaixo, ao *down*, onde estão confinados os praticantes ordinários da cidade cujas impossibilidades visuais efetivam a mobilidade opaca e cega da cidade habitada. É no rés-do-chão que os passos da pressa moldam espaços e tecem lugares que efetivam a cidade por meio de um processo de apropriação do sistema topográfico e da realização espacial do lugar, implicando, segundo o autor, em contratos pragmáticos sob a forma de movimentos (CASTANHEIRA, 2015, p. 84)

Certeau (1998), ante a constatação (ou sentença) que a cidade-conceito se degrada, refuta a imobilidade e propõe um novo caminho de análise: de escala mínima, incontido, ilegítimo e talvez por isto, mais pulsante. São resultantes de redes de vigilância e organização observadora o que faz deduzir, não só autonomia, como também, auto responsabilização.

Sartre (1967, p. 136) chama a atenção para o fato de que as ciências do homem não se interrogam sobre o homem, mas, antes pelo emaranhado constituído pelo desenvolvimento e pelas relações dos fatos humanos. Para o autor, o homem, enquanto agente do inextricável, não se constitui objeto de pesquisa. Aqui, o que se pretende é que seja revelada a complexidade das relações funcionais, dos “processos”.

A elaboração dessa complexidade, que constitui o indivíduo, é influenciada pelo contexto - pelas condições materiais. É, pois, perfeitamente exato que o homem é produto de seu produto: as estruturas de uma sociedade que se criou pelo trabalho humano definem para cada um uma situação objetiva de partida: a verdade de um homem é a natureza de seu trabalho e é seu salário. (SARTRE, 1967, p. 17)

Por outro lado, no entanto, não a resume, pois, é a interação com a realidade social que transforma, que materializa a existência *per si*. Não são as ideias que modificam os homens, não basta conhecer uma paixão pela sua causa para suprimi-la, é preciso vivê-la, opor-lhe outras paixões, combatê-la com tenacidade, enfim, trabalhar-se. (SARTRE, 1967, p. 17)

São as escolhas feitas pelo homem que constituem a sua essência e que são posteriores a sua existência. Primeiro o homem existe, depois o homem é.

E como o indivíduo passa da existência à essência?

Por meio da liberdade

Segundo Wambier (2003), muito embora primeiramente seja considerada uma fatalidade, para Sartre, essa liberdade surge (posteriormente) como uma oportunidade, a partir do momento em que conceitos marxistas passam a habitar o Existencialismo: Nesta fase, Sartre (1967) incorpora categorias marxianas importantes, tais como: trabalho, práxis, alienação, reificação, fetichismo e razão dialética e, afirma, que tais categorias reenviam ao existencialismo. (WAMBIER, 2003, p. 47)

Em Sartre (1967) a liberdade de escolha é uma condição, ao mesmo tempo, em que,

quando determina uma exclusão, materializa uma responsabilidade, inequivocamente, assumida. Para o mesmo autor, essa liberdade que exige tomada de decisões, instala a angústia.

Esta provação faz o homem tornar-se projeto. Desígnio, intenção, design.

Para Dhein (2013), significa dizer que o homem é um livre projeto de constituição de si mesmo que não cessa de tentar se completar.

Sua noção de Projeto nos ensina que é a liberdade que somos que nos condena a escolhermos a cada momento o modo como a indeterminação do existir estará em questão para nós. É, pois, projetando-nos que atribuímos um sentido ao mundo e à nossa própria existência (DHEIN, 2013, p.3).

A mutabilidade dessa liberdade, que altera a condição existencial do indivíduo, por sua vez, altera a configuração do todo. É do particular para o coletivo e vice-versa. É o método (que todo o projeto pressupõe) e que Sartre (1967) propõe como uma compreensão totalizadora do indivíduo: fato e contexto histórico-social.

1.1 Cidade: emergência, comportamento e ativismo

A cidade, é claro, envolve muito mais do que as relações econômicas que nela se desenrolam. Unem-se a elas as relações sociais, a cultura local, os hábitos e atitudes da população, aquelas peculiaridades que fazem um espaço ser diferente de outro e se constituem como princípio vital da cidade.

Jacobs, na década de 1960, refere que para uma ampla compreensão das cidades seria necessário entender um fenômeno, que na perspectiva da autora seria essencial, e que dizia do mix possível dos usos que a cidade abriga (e do produto daí resultante) e não apenas da justaposição destes usos onde não há interação, mas, sim, apenas práticas dispersas.

Na construção do espaço urbano contemporâneo, onde cada vez mais se aparta o habitante em função da riqueza, as centralidades se consolidam como áreas que oferecem abundante infraestrutura urbana em contraponto às bordas da cidade, cuja distância radial aumenta de maneira inversamente proporcional ao custo do metro quadrado das construções, cuja essência periférica dos bairros novos se traduz na ausência de serviços e equipamentos básicos.

Por outro lado, nas centralidades é possível perceber a crescente presença de construções excessivamente muradas, que fechadas sobre si mesmas, assumem o compromisso da segurança e a oferta de uma vida ideal ou fictícia. Este ambiente urbano fausto remete ao que, em Jacques (*apud* Rosa, 2013), recebe a denominação de espetacularização da cidade.

O conceito surge a partir da ideia de assepsia urbana, que, despida do seu ritmo natural, acaba por compor uma dinâmica que não traduz a cidade, se transformando em um cenário apenas. Em algo para ser visto e não vivido. (CASTANHEIRA, 2015, p. 42)

Entre a ideia de um habitar cênico (ainda que paramentado com tudo o que é necessário) e um outro habitar, que desprovido de todos os componentes básicos se consolida como exíguo e apartado, emerge um propósito de participação na construção da cidade.

Este que, para Johnson (2001), determina um comportamento emergente (e complexo), se caracteriza por ser um sistema com múltiplos agentes interagindo dinamicamente de diversas formas, a partir de complexas interações paralelas entre agentes locais, seguindo regras locais e não percebendo qualquer instrução de nível mais alto. Este comportamento se efetiva verdadeiramente emergente (na confluência entre ordem e anarquia), quando todas as interações locais resultam em algum tipo de macro comportamento observável. No conceito de comportamentos emergentes, Johnson (2002) faz referência a Morfogênese, conceito de Allan Turing (1954) e que contempla a reflexão sobre como a partir de algo muito simples é possível atingir um estágio de complexidade e sofisticação. (CASTANHEIRA, 2015 p. 23)

Os processos coletivos e colaborativos buscam, por meio da organização na escala do habitante da cidade, a articulação não só da solução de problemas, mas, também, da proposição de ações sociais e artísticas.

As práticas urbanas coletivas buscam por novas ferramentas capazes de lidar com estas realidades urbanas emergentes. Desta “cidade real”, fruto da experimentação, como refere Rosa (2013), emerge “um espaço construído” que necessita ser revelado, descoberto, explorado. Para o autor, esta emergência criativa se constitui como resposta “à desertificação de espaços coletivos de qualidade”. A manualidade das ações diz de sua escala: micro. A urgência na resolução dessas ações diz de sua temporalidade: agora. É um repertório gestual, onde cada um deles (o gesto) efetiva este formato de intervenção e marca a localidade e a sua identidade. (CASTANHEIRA, 2015 p. 31)

Na perspectiva de Leite (2012) as melhores cidades são aquelas que continuamente sabem se renovar, funcionando similarmente a um organismo (quando adoecem, se curam, mudam). (LEITE, 2012 p. 14).

1.2 São Paulo: lugar construído

A maior cidade do Brasil, São Paulo, é a capital econômica do país (e da América do Sul) e uma das mais desenvolvidas e influentes na América Latina, ranqueada entre 50 metrópoles globais.² Os 12,038 milhões de habitantes (que segundo o IBGE³, deverá atingir os 12,242 milhões em 2030) disputam a cidade, diariamente, com automóveis particulares, caminhões, táxis, entre outros.

² Em 2014, segundo estudo da Civil Service College de Cingapura e a Chapman University. Fonte <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140819_cidade_influente_saopaulo_hb>. Acesso: 9 out. 2016.

³ Fonte IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355030>>. Acesso: 4 out. 2016.

Única representante brasileira no ranking das cidades mundiais a ter maior crescimento absoluto do PIB - Produto Interno Bruto - até 2030, segundo o estudo realizado pela Oxford Economics⁴, o índice de São Paulo passará de US\$ 418 bilhões em 2013 para US\$ 753 bilhões em 2030.

As megacidades, cujos maiores desafios contemplam a mobilidade, a habitação, as questões ambientais, a inclusão social, a governança e as oportunidades, incluindo aquelas oriundas dos territórios informais, segundo Leite (2011)⁵ concentram também os déficits destas demandas: ausência de infraestrutura adequada, altos índices de gastos energéticos, emissão de poluentes, trânsito, tempo de deslocamentos, entre tantos outros.

É nesse território que coexiste a polarização dos deslocamentos: moradores diametralmente distantes dos seus locais de trabalho e que dizimam, em seus trajetos diários, segundo os estudos mais recentes, aproximadamente 3 horas, em média.⁶

Para Arendt (1958), o entendimento contemporâneo do binômio público/privado está vinculado a posse ou não da propriedade, portanto, diretamente proporcional a obtenção de riqueza.

Esta falha de interpretação é tão mais importuna quanto ambas, a propriedade e a riqueza, são historicamente de maior relevância para a esfera pública que qualquer outra questão ou preocupação privada, e desempenharam, pelos menos formalmente, mais ou menos o mesmo papel como principal condição para a admissão do indivíduo à esfera pública e à plena cidadania. (ARENDR, 1958 p. 62)

A demarcação territorial em São Paulo expropria o cidadão. O carro tem a preferência e disputa espaço com o transporte público. Na contra mão desta realidade surge a bicicleta por meio do ativismo, mas, também, por conta de sua inclusão na versão do mais recente Plano Diretor⁷ da cidade de São Paulo.

Surgem igualmente novas formas de pensar a cidade e a sua ocupação a partir da base, das iniciativas *Bottom Up*, quase como uma resposta a crescente oferta (e frequência) de equipamentos urbanos assépticos. Hoje, em São Paulo, a face visível de apropriações dessa natureza é o centro da cidade.

O bairro de Pinheiros, em São Paulo, uma vila indígena tornada núcleo urbano⁸, teve no seu largo, a configuração ideal para a instalação do Mercado dos Caipiras, nos idos de 1910. Cerca de uma década depois, o local começaria a ser conhecido como o largo da

4 Fonte Oxford Economics -Universidade de Oxford. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/as-15-cidades-que-vao-crescer-mais-ate-2030-incluindo-sp>>. Acesso: 9 out. 2016.

5 Leite, C. Sustainable Megacity Visions from São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/6062-24977-1-PB.pdf>. Acesso: 9 out. 2016.

6 Fonte Rede Nossa São Paulo. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/pesquisas/apresentacao-pesquisa-dmsc-2016.pdf?v=4>> Acesso em: 6 out. 2016.

7 Fonte Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo -Lei 16.050 de 31 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31_-_lei_16050_-_plano_diretor_estratgico_1428507821.pdf> Acesso: 9 out. 2016.

8 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1327964-depois-de-11-anos-largo-da-batata-fica-pronto-em-dezembro.shtml>

Batata, em virtude de reunir os produtores da Cooperativa Agrícola de Cotia para a venda dos tubérculos. O Mercado dos Caipiras, já sexagenário, na década de 1970, ganha casa própria, o Mercado de Pinheiros, e deixa o Largo da Batata. O largo, no entanto, continua de Pinheiros e da Batata. Abriga agora uma quantidade incomensurável de transporte coletivo e fluxo automóvel e de pedestre. A posição privilegiada faz do largo um ponto de articulação viária, cuja ampliação é prevista em 1995, na Operação Faria Lima⁹ que tem, entre outros objetivos, a melhoria da qualidade de vida dos moradores e da paisagem urbana. O período de dez que durou a obra gerou uma expectativa não correspondida na entrega do produto.

O projeto contemplou o alargamento das avenidas e a delimitação de uma enorme área vizinha a uma igreja, uma estação de metrô e ao comércio que resistiu à desapropriação e ao interlúdio da operação urbana. A requalificação, no entanto, resultou em profusão de pavimentação e ausência de qualquer mobiliário urbano ou vegetação. A imensa área (notadamente vocacionada para a implantação de uma praça), antes ocupada por intensa atividade comercial, materializa agora, a aridez de um lugar de passagem. Quase um não-lugar. (CASTANHEIRA, 2015, p. 35).



Figura 1 – Largo de Pinheiros/1900.
(Acervo: Raul Goldschmidt)

Fonte - Disponível em: <<http://blog.submarino.com.br/sonar/post/batata-precisa-de-voce/>>
Acesso em: 29 de novembro de 2016.



Figura 2 – Largo de Pinheiros/1980.

Fonte - Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2012/11/05/largo-da-batata-deve-ganhar-terminal-de-onibus-ate-dezembro/>> Acesso em: 29 de novembro de 2016.

9 A Operação Urbana Consorciada Faria Lima (Lei 11.732/1995) compreende 650 hectares e está situada na região sudoeste do município de São Paulo. Tem por objetivos principais reorganizar os fluxos de tráfego particular e coletivo ao implantar o prolongamento da avenida Faria Lima interligando-a às avenidas Pedroso de Moraes e Hélio Pelegrino até alcançar a avenida República do Líbano, além de construir terminal multimodal junto a estações da CPTM e Metrô. Também são objetivos importantes da Operação promover a reurbanização do Largo da Batata e urbanizar as favelas em seu perímetro, ou entorno imediato. Sua adequação ao Estatuto da Cidade resultou na Lei 13.769/04. Fonte: Disponível em: <Prefeitura de São Paulo –Operação Consorciada Faria Lima. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/faria_lima/index.php?p=19591>
Acesso: 04 de novembro de 2014



Figura 3 – Largo de Pinheiros/2011

Fonte - Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=106249558>> Acesso em: 29 de novembro de 2016.



Figura 4 – Largo de Pinheiros/junho de 2013

Fonte - Disponível em: <http://descurvo.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html> Acesso em: 29 de novembro de 2016.



Figura 5 – Lgo de Pinheiros/2014. Mov. A Batata Precisa de Você

Fonte - Disponível em: <<http://blog.submarino.com.br/sonar/post/batata-precisa-de-voce/>> Acesso em: 07 de novembro de 2014.



Figura 6 – Largo de Pinheiros/2014 .

Fonte - Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/gentileza-urbana/indicacao/largo-da-batata-ganha-jardim-com-parque-em-apenas-24-horas/>> Acesso em: 08 de novembro de 2014.

Em 2013, a nudez do largo foi providencial para que os movimentos sociais pudessem exteriorizar a insatisfação em relação ao momento político vivido no Brasil. As manifestações invadiram muitas ruas de São Paulo e o Largo da Batata cumpriu a sua função de *Ágora*¹⁰ ao dar espaço para a expressão política do habitante da cidade.

Pouco tempo depois, diante da passividade do poder público em exterminar a esterilidade do local, emerge o movimento A Batata Precisa de Você. Com o objetivo ativar o largo, o movimento começou por promover uma ocupação regular às sextas-feiras, no final da tarde, onde fosse possível refletir o que se pretendia para aquele espaço.

10 Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquitecturas significativas..... A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço colectivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades. (LAMAS,2010,p.102)

Nossos objetivos são fortalecer a relação afetiva da população local com o Largo da Batata; evidenciar o potencial de um espaço hoje tão árido como local de convivência; testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestrutura permanente que melhore a qualidade do Largo como espaço público. É um exercício de democracia em escala local. Um movimento de cidadania e concretização social e urbanística. Uma maneira que as pessoas têm de lutar, de maneira inteligente e positiva, por melhorias imediatas nas suas condições. A Batata Precisa de Você é um dos projetos do Instituto A Cidade Precisa de Você, sem fins lucrativos, é um coletivo de pessoas interessadas em promover a melhora e a ativação dos espaços públicos urbanos. Ao articular os vários atores de territórios da cidade – comunidade local, movimentos civis organizados, terceiro setor, empresas e poder público – promove a responsabilidade cívica sobre o uso, os cuidados e a gestão do espaço público. (<http://largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/>)

A premissa de uma ocupação mínima, sem estruturas pré concebidas ou elaboradas, reside no interesse do coletivo em propor ações reflexivas, numa perspectiva *Jacobsiana*¹¹ de reunião, de encontro, de diversidade, a partir da qual, era suposto emergir um conteúdo transversal e direcionado à necessidade percebida.

O movimento, uma manifestação cidadã propositiva, se pauta por ser uma intervenção minimamente invasiva em termos de equipamentos ou acessórios. A ideia, segundo a organização, é ocupar o Largo com o que se tem à mão. O acessível torna-se o necessário e, exonera qualquer tipo de megaestruturas ou superproduções. (CASTANHEIRA, 2015, p. 36)

A ideia de uma intervenção diminuta, em termos de recursos materiais, tem como premissa projetual a gambiarra¹², que embora em Portugal, de onde se deduz o vocábulo tenha a sua origem, seja um artefato com finalidades específicas, no Brasil, adquiriu um sentido bastante mais abrangente que configura, inclusive, uma “atitude de improvisação, criatividade, solução alternativa, conserto improvisado”, como refere Bouffleur (2006 p. 35)

O local, cuja resiliência foi colocada a prova, não só em virtude dos 11 anos que duraram as obras, mas, também, por ter descaracterizado por completo o espaço e ainda ter negado as expectativas do usuário, se vê agora tomado por tensões ante a inércia das instâncias governamentais e de sua conduta nula. Assim, dos projetos de gambiarra, a Batata Precisa de Você passou a mobilizar um contingente considerável, por meio das redes sociais, promovendo a formação de novas atividades que incluíram um concurso de mobiliário urbano (e a respectiva instalação do projeto no local) além de uma série de eventos que, em certo sentido, resgatam a cultura brasileira e paulistana, como bailes, festas juninas, entre outros, e, em sentido estrito, a convivência e a interação tendo a cidade por cenário.

11 Relativo aJane Jacobs.

12 A origem etimológica de gambiarra é descrita como duvidosa ou mesmo obscura, mas acredita-se que se relacione à palavra gâmbia, uma derivação do latim *camba* ou *gamba* (perna). Neste sentido, outro termo relacionado à mesma raiz é gambeta -procedimento manhoso, astucioso, pouco decente. Aparentemente, é próximo a este sentido que o termo gambiarra tem sido usado com mais frequência no Brasil. (BOUFLEUR, 2006,p.34)



Figura 7 – Largo de Pinheiros. A Batata Precisa de Você

Fonte - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z_elknSnGHo> Acesso em: 01de dezembro de 2016.



Figura 8 – Largo de Pinheiros. A Batata Precisa de Você

Fonte Figura 8-Disponível em: <https://www.google.com.br/?i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=0ahUKEwigusCb8dvQA hUJipAKHbxaBGAQjhwIBQ&url=http%3A%2F%2Fwww.vitruvius.com.br%2Frevistas%2Fread%2Fminhacidade%2F14.166%2F5176&psig=AFQjCNFXW2zMJ_VNccjqcchoUCj4PamzA&ust=1480986466819959> Acesso em: 01 de dezembro de 2016



Figura 9 –Festa Junina no Largo de Pinheiros

Fonte - Disponível em: <<http://misturaurbana.com/2014/10/a-batata-precisa-de-voce-a-ocupacao-regular-colaborativa-do-largo-da-batata/>> Acesso em: 01de dezembro de 2016.



Figura10 –Baile no Largo de Pinheiros.

Fonte- Disponível em: <<http://misturaurbana.com/2014/10/a-batata-precisa-de-voce-a-ocupacao-regular-colaborativa-do-largo-da-batata/>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.



Figura 11 – Novo Mobiliário no Largo de Pinheiros

Fonte - Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.189/5978>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

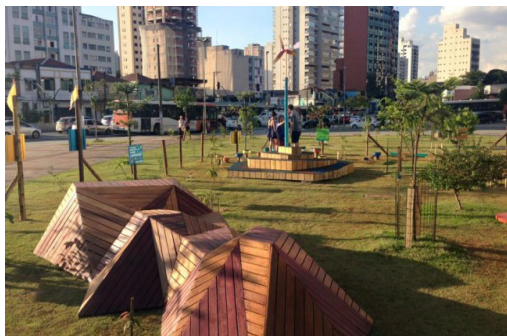


Figura 12 – Novo Mobiliário no Largo de Pinheiros.

Fonte- Disponível em: <<http://ipiu.org.br/portfolio-view/batatalab-concurso-de-mobiliario-urbano-para-o-largo-da-batata/>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

Não muito longe (a 4,2 km) do Largo da Batata, em Pinheiros, emerge uma outra micro ação de urbanismo tático na cidade, a Praça da Nascente, no bairro da Pompéia. De origem Praça Homero Silva, os 12 mil m² de área (que deveriam abrigar uma praça, ou de outra maneira não figuraria a descrição do equipamento urbano em seu nome) armazenavam lixo, mato e alguma violência, até que em 2013, três eventos deram origem ao Coletivo Ocupe & Abrace - Praça da Nascente: a realização de uma horta comunitária, o bloco de carnaval da Água Preta e um *crowdfunding*, intitulado a Pompéia Que se Quer (uma iniciativa de construção coletiva do plano de bairro da Pompéia que ante a especulação imobiliária vê a sua pacata constituição de pequenas moradias dar lugar a um monumental conjunto de torres de alto padrão com todos os problemas daí decorrentes em termos de infraestrutura urbana).

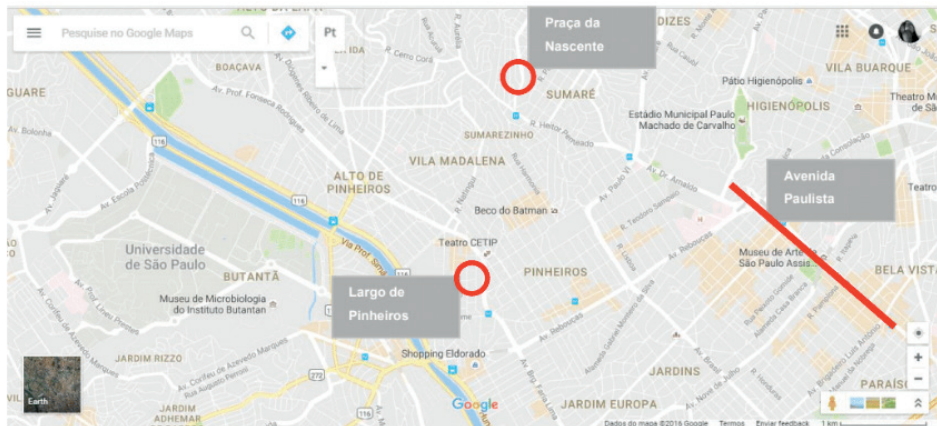


Figura 13 – Mapa com a localização do Largo de Pinheiros/Largo da Batata e Praça Homero Silva/Praça da Nascente

Fonte - Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-23.557449,-46.6955315,14z>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.



Figura 14 – Praça Homero Silva/Praça da Nascente antes

Fonte - Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/recuperada-por-moradores-praca-da-nascente-vira-atracao-na-pompeia-19102014#/foto/11>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

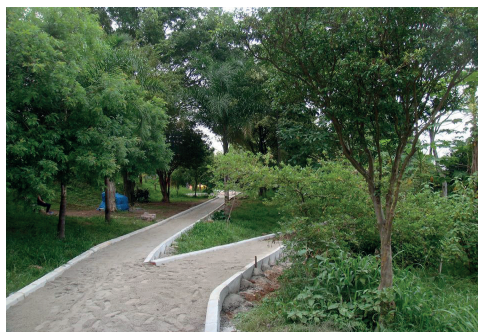


Figura 15 – Praça Homero Silva/Praça da Nascente depois da revitalização.

Fonte - Disponível em: <<https://queminova.catracalivre.com.br/inspira/moradores-fazem-praca-passar-de-acumulo-de-lixo-a-ponto-de-encontro>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

Tendo como objeto promover a convivência e a interação com a natureza, o coletivo entende ser fundamental o estabelecimento de uma ligação afetiva com o espaço urbano onde seja possível recriar o sentido de comunidade ao redor de um objetivo comum materializado em um espaço desfrutado por todos¹³. Para o efeito foi criado um mapa

¹³ Fonte Ocupe & Abrace - Coletivo Praça da Nascente - Disponível em: <<http://www.ocupeeabrace.com.br/>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

afetivo onde os integrantes do coletivo e demais interessados na revitalização do espaço pudessem expressar a sua relação com o espaço e as intenções para o local (Figuras 16 e 17).

O local foi rebatizado de Praça da Nascente tendo em vista concentrar 8 nascentes do Rio Água Preta que deságuam no Rio Tietê, um dos mais importantes da cidade. O processo de resgate do espaço urbano foi feito por um mutirão de moradores que aderiram à iniciativa e que começaram por limpar a praça, criando espaços de convivência e lazer além de promover a preservação das nascentes e da biodiversidade. Depois de restaurada a vitalidade, o local tem sido ocupado por meio de intensa programação cultural que congrega adultos e crianças, mas, tem despertado também o interesse imobiliário. Já está em curso um projeto que contempla um conjunto de torres de alto padrão a ser construído próximo da Praça da Nascente, anteriormente degradada.

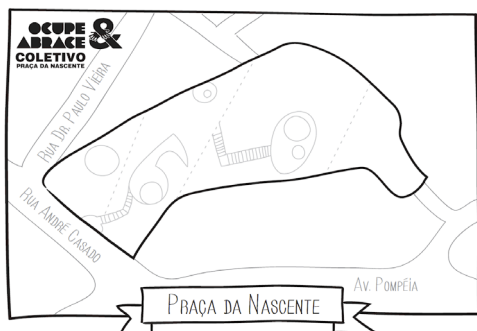


Figura 16 – Mapa Afetivo da Praça da Nascente

Fonte - Autoria do Desenho: Vitor Massao e Tatiana Antunes. Disponível em: <http://www.ocupeeabrace.com.br/?page_id=156> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

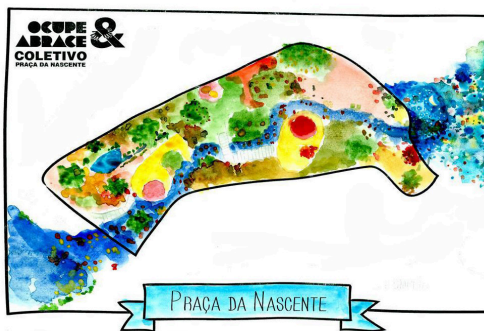


Figura 17 – Mapa Afetivo da Praça da Nascente

Fonte - Autoria do Desenho: Vitor Massao e Tatiana Antunes. Disponível em: <http://www.ocupeeabrace.com.br/?page_id=156> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.



Figura 18 – Atividades na Praça da Nascente

Fonte - Disponível em: <http://www.ocupeeabrace.com.br/?page_id=156> Acesso em: 01 de dezembro de 2016



Figura 19 – Atividades na Praça da Nascente

Fonte- Disponível em: <http://www.ocupeeabrace.com.br/?page_id=156> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

2 | CONCLUSÕES

Historicamente, a noção de apropriação urbana pressupõe um embate entre a propriedade adquirida e a propriedade tomada. Na atualidade, o termo apropriação, adquire um significado ampliado que contempla aquela iniciativa fruto de um comportamento emergente (*Bottom Up*), resultante que é de ações de micro planejamento urbano e de iniciativas colaborativas. “O âmbito da iniciativa é local, o desdobramento circunscrito e se concretiza como iniciativa espontânea, fruto de uma observação minuciosa e articulada” (Castanheira, 2015, p. 3). Ao reconhecimento da necessidade e/ou identificação da oportunidade a serem materializadas na cidade por meio de sua iniciativa, o habitante manifesta a sua cota parte de responsabilidade na construção da urbanidade.

Este reconhecimento e/ou identificação, realidade cotidiana na borda da cidade por questões que envolvem a omissão do poder público, tem se tornado uma prática crescente no centro da cidade de São Paulo percebida quase como uma firme resposta ao que Jacques (*apud* Rosa, 2013) denomina espetacularização da cidade. Esta necessidade da construção de uma urbanidade cada vez mais apartada da realidade paulistana cuja condição cosmopolita provém também, em grande medida, da diversidade que contempla (seja a do mundo ou do próprio Brasil) tem criado espaços de convivência cada vez mais assépticos e pro forma que negam à cidade a sua condição de centro de convivência por excelência.

O distanciamento da ideia de cidade como espaço de encontro, troca e diversidade transforma a realidade urbana, quase que, exclusivamente em espaço de transição: seja para o trabalho, para a escola, para o shopping center, entre tantos outros trajetos possíveis.

A construção desta metrópole polarizada provém, em grande parte, do modelo hegemônico de cidade-empresa e de mercantilização dos processos de projeto, produção,

ocupação e decisão no espaço (Santoro, 2014) que dizem de uma cidade cujo projeto urbano, enquanto instrumento de transformação do ambiente construído, tem resultados praticamente nulos (Bennati Alvim, Sguizzardi Abascal e Sayão de Moraes, 2001) preteridos que são face aos interesses imobiliários (Nobre, 2009).

A pró atividade urbanística de iniciativas como a dos coletivos A Batata Precisa de Você ou o Ocupe & Abrace - Praça da Nascente (e tantos outros surgidos na cidade de São Paulo) materializam a forma como a manifestação da permanente criatividade humana e a tática social podem reger a articulação e a concretização cidadã. Converge para a noção de uma identidade adicional, complementar, tida em Florida (2002), como construída a partir da pluralidade da localidade, do lugar, que para Augé (2012) contempla as noções de identidade, interação e história. Nesta identidade construída está um habitante urbano capaz de entender, não só o seu potencial articulatório edificador, mas, sobretudo, a parcela de efetividade que lhe cabe na construção da urbanidade desejada.

REFERÊNCIAS

Arendt, H. (2000). *A Condição Humana*. (10rd ed). Rio de Janeiro, Brasil: Editora Forense Universitária.

Ascher, F. (2010) *Os Novos Princípios do Urbanismo*. (1st ed) São Paulo, Brasil: Editora Romano Guerra.

Augé, M. (2012) *Não Lugares – Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. (9th ed). São Paulo, Brasil: Papyrus Editora.

Bouffleur, R. (2006) *A Questão da Gambiarra*. São Paulo, Brasil: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Benatti Alvim, A. A. T; Sguizzardi Abascal, E. H e Sayão de Moraes, L. G. (2011). *Projeto urbano e operação Urbana consorciada em São Paulo: limites, desafios e perspectivas*. São Paulo, Brasil: Cadernos Metrópole - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC - Pontifícia Universidade Católica. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5988>> Acesso em: 14 out. 2016.

Castanheira, E. B. (2015) *Práticas Criativas & Territórios Emergentes. O Hibridismo do/nos Elevados*. São Paulo, Brasil: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Certeau, M. A. (1998). *Invenção do Cotidiano*. (3rd ed). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.

Dhein, C. F. A. (2013). *A Noção de Projeto Fundamental em Sartre e os (des)caminhos da Clínica Psicológica*. Rio de Janeiro, Brasil: IFEN Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro.

Harvey, D. (2012). *A Condição Pós-Moderna*. (23rd ed). São Paulo, Brasil: Editora Loyola.

Jacobs, J. (2013). *Morte e Vida das Grandes Cidades*. (3rd ed). São Paulo, Brasil: Editora WMF Martins Fontes.

Koolhaas, R. (2010). *Três Textos sobre a Cidade*. (1st ed). Barcelona, Espanha: Editora Gustavo Gili.

Lamas, J. M. R. G. (2010) *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. (12nd ed) Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. (1st ed). São Paulo, Brasil: Editora Centauro.

Leite, C. (2012). *Cidades Sustentáveis. Cidades Inteligentes*. (1st ed). Porto Alegre, Brasil: Editora Bookman.

Lynch, K. (2011). *A Imagem da Cidade*. (3rd ed). São Paulo, Brasil: Editora WMF Martins Fontes.

Nobre, E. A. C. (2009). *Políticas urbanas para o centro de São Paulo: renovação ou reabilitação? avaliação das propostas da prefeitura do município de São Paulo de 1970 a 2004*. São Paulo< Brasil: Revista USP - Universidade de São Paulo. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/politicas_centros.pdf> Acesso em: 29 out. 2016.

Rosa, M. L. Micro. (2011). *Planejamento - Práticas Urbanas Criativas*. (1st ed). São Paulo, Brasil: Editora Cultura.

Santoró, P. (2014). *As (im)possibilidades de se produzir habitação social na ouc Água Branca*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil: Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2016/06/16/as-impossibilidades-de-se-produzir-habitacao-social-na-ouc-agua-branca/> Acesso em: 29 out. 2016

Sartre, J. P. (1967). *Questão de Método*. (1st ed). Brasil, São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Sobazro, O. (2006). *A Produção do Espaço Público: da Dominação à Apropriação*. São Paulo, Brasil: GEOUSP - Espaço e Tempo (Nº 19, pp. 93 - 111). Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/73992-99508-1-PB.pdf> Acesso em: 29 out. 2016.

Somekh, N. (2008). *Projetos Urbanos e Estatuto da Cidade: Limites e Possibilidades*. São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/131> Acesso em: 29 out. 2016.

Wambier, J. F. (2003). *A Liberdade em Sartre: Unidade entre Projeto e Engajamento*. São Paulo, Brasil: Emancipação. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/38/35>> Acesso em: 14 out. 2016.

CAPÍTULO 10

SUSTENTABILIDADE NA CIDADE: DA RESILIÊNCIA URBANA AO LIXO ZERO

Data de aceite: 01/03/2021

Emília Wanda Rutkowski

UNICAMP, Faculdade de Engenharia Civil,
Arquitetura e Urbanismo, Departamento
Infraestrutura e Ambiente, FLUXUS
Campinas – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/2627710650927316>

Thalita dos Santos Dalbello

UNICAMP, Faculdade de Engenharia Civil,
Arquitetura e Urbanismo, FLUXUS
Campinas – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/7483223263786988>

RESUMO: A preocupação atual com a sustentabilidade urbana é consequência não só da apropriação excessiva dos recursos naturais bem como da concentração das pessoas em cidades a partir da Revolução Industrial. A trajetória do debate sobre a sustentabilidade do desenvolvimento e dos assentamentos humanos ao longo do último século é analisada para apresentar conceitos, estratégias e propostas de ações para a sustentabilidade urbana. Os serviços ambientais urbanos e os objetivos do desenvolvimento sustentável são dois dos instrumentos discutidos para pavimentar um outro caminho rumo a cidades sustentáveis e saudáveis para as futuras gerações.

PALAVRAS - CHAVE: territorialidades; redes técnicas; serviços ambientais urbanos.

SUSTAINABILITY AT CITY: FROM ENVIRONMENTAL WATERSHED TO ZERO WASTE

ABSTRACT: The Industrial Revolution promoted not only people concentration in cities but excessive appropriation of natural resources as well. This is the main concern of urban sustainability. The debate trajectory on human settlements and development sustainability over the last century is analyzed to introduce concepts, strategies and action proposals for urban sustainability. Urban environmental services and sustainable development goals are two of the instruments discussed to pave the way for sustainable and healthy cities for future generations.

KEYWORDS: territorialities, technical networks, urban environmental services.

1 | DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA LINHA DO TEMPO PLANETÁRIA

Século 20

A preocupação atual com a sustentabilidade urbana é consequência não só da apropriação excessiva dos recursos naturais bem como da concentração das pessoas em cidades a partir da Revolução Industrial. A grande oferta contínua de empregos inchou rapidamente os espaços urbanos demandando atenção para com a morfologia, a organização estrutural das cidades, bem como com suas condições naturais e a qualidade de vida de

seus moradores e usuários.

Na década de 1930, percebe-se a dimensão dos impactos negativos da industrialização com o primeiro registro de chuva ácida no Vale de Meuse (Bélgica) (Bolea, 1984). Com a II Guerra Mundial o esforço de guerra induziu os cidadãos a serem cuidadosos com os recursos disponíveis evitando a todo custo o desperdício (Figura 1). Após o conflito, a Guerra Fria reconstrói com rapidez as cidades europeias e, no lado ocidental, o modo de vida estadunidense de estímulo a um consumo insaciável passa a ser sinônimo de bem-estar e sucesso. Essa demanda contínua de produção industrial deixou Londres (Inglaterra), no início de dezembro de 1952, imersa no pânico e caos com o fenômeno da inversão térmica — *Great Smog* —: uma camada espessa de poluição atmosférica pairou sobre a cidade por cinco dias (Figura 2) (Bolea, 1985). A queima de carvão mineral para produção energética e a falta de regulamentações sobre os processos produtivos geraram impactos ambientais em grande escala em diversos lugares do planeta. Em consequência, medidas pontuais em prol da melhoria da saúde pública foram paulatinamente adotadas nos países industrializados (Lima, 2008), inclusive com a transferência das indústrias excessivamente poluentes e/ou ergo-intensivas para países em vias de desenvolvimento¹.



Figura 1 – Cartazes Governamentais (EUA) de Estímulo ao Envolvimento Civil na IIGM.

Fonte: <https://www.archives.gov>

¹ atualmente denominados países de renda média (MIC) pelo Banco Mundial <http://www.worldbank.org/en/country/mic>



Figura 2 – Smog in Londres, Inglaterra (1952)

Fonte: <http://time.com/4554972/great-smog-london-crown-netflix/>

Em 1968, o industrial Aurelio Peccei e o cientista Alexander King reuniram, em Roma, um grupo de pessoas influentes para buscar respostas para a insatisfação, principalmente dos jovens, no mundo ocidental. Esse grupo, conhecido como Clube de Roma, liderado pelo casal Meadows, professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) elaborou um estudo prospectivo de cem anos, considerando a manutenção dos recursos tecnológicos da época (MEADOWS et al, 1973). O relatório “Os limites do crescimento” avaliou que a estabilidade planetária dependia da imposição de limites ao crescimento da população. O alarde foi grande frente às teorias de crescimento econômico contínuo incentivado pelo crescimento industrial mundial. Por outro lado, os pesquisadores da Fundación Bariloche, conhecido como Clube Bariloche, reagiram à proposta de controle populacional principalmente dos países que integravam o mundo “subdesenvolvido” e apresentaram um novo vetor de avaliação: acesso a tecnologia (Wirth *et al*, 2004)². Nesse contexto, Maurice Strong, o secretário geral para a Conferência das Nações Unidas em Meio Ambiente Humano — Estocolmo1972 —, convidou os pesquisadores René Dubos e Barbara Ward para coordenarem um relatório não oficial preparatório para a Conferência. Eles construíram com maestria um documento a partir do trabalho de 152 comissionados em 58 países (Ward & Dubos, 1972). Este trabalho, que continua atual, permitiu que a Declaração de Estocolmo fosse uma carta de princípios assinada por todos os países membros. A I Cúpula da Terra também aprovou a criação do Programa das Nações Unidas

² O documento do Clube de Bariloche foi publicado pelo instituto canadense International Development Research Centre em 1976: Herrera, Amílcar; Scolnik, Hugo D. Chichilnisky, Graciela; Gallopin, Gilberto C; Hardoy, Jorge E; Mosovich, Diana; Oteiza, Enrique; Romero Brest Gilda L de; Suárez, Carlos E; Talavera, Luis. Catastrophe or new society? A Latin American world model. Ottawa, International Development Research Centre. 1976. 108pp. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/37876330_Catastrophe_or_new_society_A_Latin_American_world_model (acessado em 12.10.17).

para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Fundo Ambiental na ordem de U\$ 100 milhões.

Na década de 1970 dois terços da humanidade ainda viviam no meio rural, o que justificava a Assembleia Geral das Nações Unidas não considerar urbanização um tema primordial. Entretanto, uma parte significativa dos problemas ambientais mundiais eram reconhecidamente frutos da urbanização, induzindo o PNUMA a acolher, em 1975, a Fundação das Nações Unidas para Habitat e Assentamentos Humanos³, cuja tarefa era “auxiliar os programas nacionais relacionados com os assentamentos humanos através do fornecimento de capital e assistência técnica, particularmente nos países em desenvolvimento” apesar do orçamento minguado (UN Habitat, 2017). Em 1975, a Fundação organizou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos — HABITAT I, realizada em Vancouver (Canadá). A Declaração de Vancouver apontou os assentamentos humanos como instrumento e objeto do desenvolvimento, não sendo aceitáveis situações de urbanização descontroladas. O Plano de Ação da HABITAT I focou em integração harmoniosa, redução de disparidades entre áreas rurais e urbanas, urbanização ordenada, adoção progressiva de padrões mínimos e participação comunitária. A Declaração de Estocolmo havia acrescentado o meio ambiente como direito humano inalienável e a de Vancouver, moradia e serviços adequados como direitos humanos básicos. No ano seguinte a HABITAT I, a ONU HABITAT, a Comissão das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, é instituída como uma unidade funcional do ECOSOC⁴.

O agravamento da crise ambiental com o alerta sobre o buraco na camada de ozônio na Antártida leva o secretário geral da ONU a convidar a ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a presidir a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com a tarefa de formular propostas mais cooperativas entre as nações. Após três anos de audiências e reuniões em todo o mundo, seu relatório *NOSSO FUTURO COMUM* preconiza que o desenvolvimento não deve ser prioritariamente econômico, mas sustentável, sendo essencialmente dependente de empenho político entre todos os segmentos sociais do planeta. (Brundtland, 1987). Com uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado, a Comissão Brundtland (1987) aponta a falta de compatibilidade entre os padrões de produção e consumo e o desalinhamento com o desenvolvimento que a Declaração de Estocolmo tinha como premissa para a qualidade do ambiente humano. O “Nosso Futuro Comum” é um dos documentos base para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92, que aconteceu em 1992. Ela instituiu a AGENDA21 com 15 temas prioritários para a implementação do desenvolvimento sustentável com delegação de responsabilidades, estimativa de custos e possibilidades de financiamento. Em vista disso, a ONU considerou a AGENDA21 um instrumento de planejamento que parte de princípios de proteção ambiental, justiça social e crescimento econômico (UN, 1992). Paralelo ao CNUMAD acontece o Fórum Global,

³ United Nations Habitat and Human Settlements Foundation (UNHHSF)

⁴ United Nations Economic and Social Council, um dos 6 principais órgãos das Nações Unidas.

reunião de ONGs e movimentos sociais das diversas regiões do planeta, tendo Maurice Strong como secretário geral. O Fórum Global escreveu a Declaração dos Povos da Terra e estabeleceu 40 tratados temáticos de compromissos da sociedade civil. Os membros conjuntos do Fórum Global e do CNUMAD esboçaram a Carta da Terra, assinada pelos governos nacionais em 2002, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo (África do Sul).

A CNUMAD havia reconhecido “a gestão adequada dos assentamentos humanos como um pré-requisito para a consecução dos objetivos globais para o desenvolvimento sustentável” (UN, 1992) e, com isso, impulsionou a HABITAT II, que aconteceu em Istambul (Turquia) em 1996. A Declaração de Istambul e a Agenda HABITAT foram consideradas um plano mundial para a obtenção de assentamentos humanos sustentáveis.

Século 21

Para o novo século, a Assembleia Geral da ONU definiu, em setembro/2000, os “8 Objetivos do Milênio” (ODM) que mudariam o mundo e deveriam ser atingidos até 2015. O sétimo objetivo preconizava a Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Nenhum deles trata diretamente da urbanização ou do direito a moradia. O apelo é feito à solidariedade e ao espírito voluntário da sociedade civil para atuar junto com os governos para mudar o mundo. Nesta perspectiva, a terceira Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi organizada. A reunião que deveria avaliar os Rio+10anos em direção ao desenvolvimento sustentável ficou mais conhecida como Rio-10 (Swatuk, 2002). Seu fracasso pode ser computado pela manutenção da agenda liberalizante da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou pela opção por mecanismos voluntários de adesão sem previsão de fontes de financiamento (Holden *et al*, 2008). Às vésperas da Cúpula, SWATUK (2002) questionou se a situação planetária não demandaria mais in-disciplinas. Para Holden *et al* (2008) o saldo positivo aconteceu em situações sugeridas por Rosenau & Czempiel (1992) de “governança sem governos”, paralelas aos eventos propostos, pois corporações e ONGs assinaram um número substantivo de acordos com viabilização financeira.

A exponencialização do liberalismo planetário estimulado pelo Fórum Econômico Mundial⁵ impulsionou os movimentos sociais a organizarem o Fórum Mundial Social “Um outro mundo é possível”, em janeiro de 2001, com o objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. A sustentabilidade do desenvolvimento planetário foi intensamente discutida desde esse primeiro encontro. No ano seguinte dialogando com ambos os fóruns, a ONU organiza, em Nairobi (Quênia), o Fórum Urbano Mundial, para “examinar uma das questões mais urgentes que o mundo enfrenta hoje: a urbanização acelerada e seu impacto nas comunidades, cidades, economias, mudanças climáticas e

5 Reunião anual da fundação Fórum Econômico Mundial que reúne os maiores líderes empresariais, líderes políticos internacionais, economistas e jornalistas, em Davos, Suíça

políticas públicas⁶”. Esse Fórum realiza reuniões a cada dois anos. Em 2005, houve uma experiência diferenciada para viabilizar não só um número maior de participantes, mas também participantes cidadãos de qualquer lugar, desde que conseguisse um acesso à internet. O HABITAT JAM, como ficou conhecido, foi uma experiência única, prévia ao encontro físico em Vancouver no ano seguinte, que permitiu a participação simultânea de 100 mil cidadãos planetários engajados em discutir temas como sustentabilidade ambiental das cidades e acesso sustentável à água nas cidades. Apesar do sucesso não há indícios que outro evento como este seja patrocinado pela IBM em futuro próximo ou facilitado por algum dos organismos da ONU. A mobilidade dos Fóruns Urbanos Mundiais tem contribuído para estimular o debate sobre a meta estipulada pela Assembleia Geral da ONU de “promover cidades e vilas social e ambientalmente sustentáveis, com o objetivo de proporcionar moradia adequada para todos”. Atualmente, o Fórum Urbano Mundial é a principal conferência do mundo sobre urbanismo, sendo uma das reuniões oficiais mais abertas e inclusivas no cenário internacional por reunir, como parceiros trabalhando juntos, líderes governamentais, ministros, prefeitos, diplomatas, membros de associações nacionais, regionais e internacionais de governos locais, ONGs, movimentos sociais comunitários, profissionais liberais, acadêmicos, organizações tradicionais femininas, jovens e grupos de comunidades carentes, dentre outros.

Ao retornar ao Rio de Janeiro com a quarta Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a ONU pretendia que os países membros aprovassem um roteiro estratégico para a economia verde com objetivos ambientais, metas e prazos claros rumo ao futuro que queremos. No entanto, a ausência de líderes chave como Obama, Merkel e Cameron⁷ fortaleceu a proposta defendida pelos países em desenvolvimento, liderados pela Colômbia, de estabelecer “novos objetivos para o desenvolvimento sustentável para melhor proteger o meio ambiente, garantir alimentos e energia aos mais pobres e aliviar a pobreza” (Vidal, 2012). O documento final, futuro que queremos, propôs a constituição de um grupo de trabalho aberto (OWG), que apresentasse para a Assembleia Geral em 2015 uma proposta de objetivos de desenvolvimento sustentável. Em paralelo, a Cúpula dos Povos na RIO+20 por Justiça Social e Ambiental organizada pela sociedade civil planetária convocou todos e todas a “Reinventar o mundo”, debatendo 5 eixos: Direitos, Justiça Social e Ambiental; em Defesa dos Bens Comuns e Contra a Mercantilização da Vida; Soberania Alimentar; Energia e Indústrias Extrativas; e, Trabalho: por uma outra Economia e novos Paradigmas de Sociedade. Em um processo preconizado por Ferguson (1980), a Cúpula dos Povos foi um momento aglutinador de Conspiração Aquariana.

A proposta de estabelecer objetivos claros a serem cumpridos pelos países membros da ONU foi reconhecida como promotora de avanços significativos apesar de nenhum ODM
6 <https://unhabitat.org/wuf/>

7 Barack Obama – presidente dos Estados Unidos da América; Angela Merkel – Primeira Ministra da Alemanha; e, James Cameron – Primeiro Ministro da Grã-Bretanha.

ter sido plenamente atendido. O Brasil foi um dos países que conseguiu cumprir o ODM 1 antes do prazo estipulado e parcialmente a maioria dos outros⁸. Nesta perspectiva, a Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais, o PNUD⁹ e a ONU-HABITAT, apoiados na decisão da Rio+20, construíram um roteiro de suporte às cidades e regiões para o cumprimento da Agenda 2030 por meio dos “17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS). Diferentemente dos ODMs, que selecionaram oito temas reconhecidos como ruins para a humanidade, os ODSs podem ser hierarquizados pela oferta de serviços ambientais – suporte, provisão, regulação e cultural.



Figura 3 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) hierarquizados pela oferta de serviços ambientais.

Fonte: própria

2 | SUSTENTABILIDADE URBANA

Sustentabilidade urbana deriva da discussão do desenvolvimento sustentável no meio urbano. Maclaren (1996) distingue ambos, sendo sustentabilidade um estado desejável ou um conjunto de condições favoráveis que persiste ao longo do tempo; enquanto o desenvolvimento sustentável implicaria em um processo para que a sustentabilidade possa ser alcançada (Maclaren, 1996). Demantova e Rutkowski (2007) propõem que:

⁸ <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>

⁹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

“... a sustentabilidade urbana seja construída através de uma simbiose entre sustentabilidade social (bem-estar humano alcançado pelo acesso indiscriminado aos serviços de ecossistemas ofertados – de provisão, de regulação, de suporte e culturais) e sustentabilidade ambiental (gestão adequada de ecossistemas)” (DEMANTOVA e RUTKOWSKI, 2007).

Essa simbiose pressupõe estratégias de leitura da paisagem, que permitam reconhecer as inter-relações metabólicas naturais e antrópicas da bacia ambiental por meio das redes técnicas e dos serviços ambientais de modo a identificar os elementos que contribuem para a resiliência urbana (Dalbello, 2019).

3 | RESILIÊNCIA URBANA

Segundo Thornbush *et al* (2013) resiliência urbana é uma qualidade dos sistemas sociais, econômicos e naturais da cidade para resistir às intempéries. Como tal resulta da inter-relação entre a rede de governança, as dinâmicas sociais, os fluxos metabólicos e o ambiente construído (Figura 4).



Figura 4 – Resiliência Urbana

Fonte: adaptado de *Resilience Alliance*

SERVIÇOS AMBIENTAIS URBANOS

A Avaliação Ecosistêmica do Milênio¹⁰ foi um processo de avaliação da saúde dos ecossistemas do planeta e sua relação com o bem-estar humano, que durou 5 anos e envolveu mais de 2500 pesquisadores do mundo. Foi avaliado que os ecossistemas,

¹⁰ <https://www.millenniumassessment.org/en/index.html>

independente em qual bioma esteja, oferta serviços de modo a viabilizar sua própria existência. Esses serviços são de quatro tipos: suporte, provisão, regulação e cultural. Os serviços de suporte são os básicos que fundamentam todos os outros serviços. Os de provisão ofertam produtos que sustentam as relações dos ecossistemas. Já os serviços de regulação ofertam benefícios materiais, enquanto os culturais os não materiais. No ecossistema urbano identifica-se como serviços suporte as geotécnicas como relevo, as infraestruturas, a rede hídrica, a vegetação e a fauna, bem como o zoneamento real. Os serviços urbanos de provisão são principalmente os sistemas de moradia, de saneamento, de saúde pública, de educação, de transportes, de segurança. Os benefícios materiais ofertados na regulação podem ser a mobilidade, a ordem pública, o bioclima agradável, a segurança alimentar, o patrimônio cultural, histórico e ambiental; enquanto os imateriais estão relacionados às artes, ao lazer, à justiça social inclusiva e solidária.

REDES TÉCNICAS

Na paisagem da cidade nem sempre as redes técnicas são facilmente perceptíveis. Demantova (2009) define rede técnica como o sistema de fixos (objetos técnicos) integrado por fluxos (matéria, serviços e informação). A rede técnica ambiental, uma estratégia metodológica para a gestão das áreas verdes urbanas, teve seu conceito construído por Demantova (2009). De acordo com a autora, a rede técnica ambiental é construída a partir da constatação da adoção da visão de espaço absoluto, onde apenas a introdução de objetos técnicos é vista como indutora das mudanças desejadas, e pela necessidade de se buscar outras visões que analisassem o espaço urbano em sua complexidade, não apenas como um sistema técnico, nem como uma reserva de mercado ambiental para o sistema capitalista de produção, mas como um sistema socioambiental (Demantova, 2009).

Apesar de a rede técnica ambiental criar em sua conectividade, principalmente, uma relação bioclimática diferenciada, a sustentabilidade urbana depende da sustentação de outras redes técnicas. Na perspectiva da sustentabilidade socioambiental, uma rede técnica relevante é a de resíduos sólidos, que integram infraestruturas, serviços e controle social.

“(P)ara tanto, devem ter em conta os agentes sociais que demandam, utilizam e operam os sistemas, assim como os fixos envolvidos nas atividades de manejo, a matéria, os valores e as informações que se põem em circulação”
(Fiore, 2013).

Analisar a gestão dos resíduos sólidos urbanos pela rede técnica de resíduos identifica todos os agentes sociais. É assim que os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis ganham visibilidade e seu trabalho, relevância, assumindo o seu papel como agentes ambientais urbanos.

TERRITORIALIDADE E BACIA AMBIENTAL

A manutenção da resiliência urbana por meio da melhoria contínua dos serviços ambientais ofertados na cidade resignifica o lugar comunitário e suas territorialidades. Nesta perspectiva foi construído um processo de diagnóstico participativo da região central do município de Campinas (São Paulo). A população foi convidada a participar de uma oficina setorizada por bacia hidrográfica para subsidiar o plano local de gestão urbana. Na oficina, os grupos trabalharam em cima de maquetes e mapas da sua região identificando e classificando os serviços ambientais utilizando os ícones do *Green Map System*®¹¹ (Figura 5). Este processo de mapeamento participativo, ou cartografia social, envolve a comunidade, permitindo o compartilhamento de experiências individuais e coletivas (Moore & Garzón, 2010), além de extrapolar a apresentação das características geográficas de determinado local para ilustrar os aspectos sociais, culturais da comunidade local e sua interpretação sobre o território. Assim as pessoas de uma determinada comunidade foram estimuladas a perceber a paisagem urbana através da identificação e da classificação dos serviços ambientais ofertados e dos desafios futuros para aprimorar a qualidade de vida e ambiental de cada região. Se por um lado, é percebido uma nova dimensão de vizinhança, o espaço físico foi reapropriado como bacia não mais hidrográfica, mas ambiental por sua configuração morfológica funcional estabelecida com a identificação das relações sociais do lugar (Rutkowski, 1999).



Figura 5: Mapeamento Participativo

Fonte: própria

Em outro processo de apropriação da cidade como ecossistema, a bacia ambiental foi trabalhada como matriz pedagógica (Assis e Rutkowski, 2015) e um grupo de agentes comunitários consolidaram a apreensão dos conceitos estudados a partir da espacialização tridimensional do território conhecido como maquetes físicas (Figura 6).

¹¹ Green Map System® (GMS) é sistema padronizado de ícones destinados a identificar locais potencialmente sustentáveis ou com aspectos desafiadores relativos ao vetor ambiental, possui mais de cento e cinquenta (150) ícones. <https://www.greenmap.org/>



Figura 6 – Bacia Ambiental como Matriz Pedagógica

Fonte: própria

A bacia ambiental responde pelas relações no território, contudo a avaliação da oferta dos serviços ambientais e da resiliência urbana remete ao metabolismo urbano e as redes técnicas. A ambiental alinhava as áreas naturais, aos jardins, parques e estruturas antrópicas — infraestruturas verdes — construindo conectividades que aprimoraram a capacidade de resiliência do meio.

LIXOZERO

Destarte a cidade industrial ter sido construída para o consumo sob a premissa de um sistema econômico linear. A manutenção eficiente de oferta dos serviços ambientais urbanos demanda um novo padrão de consumo que remete a economia circular, ou seja, os materiais precisam continuar no sistema produtivo. Esse é um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos ao estabelecer sua ordem de prioridade como não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final em aterro¹². No Brasil, os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis são peça chave para as taxas de retorno de recicláveis aos processos industriais: >90% do alumínio, ~ 40% do papel e do plástico. A garantia da valorização de seu trabalho está na definição de uma rota tecnológica de manejo dos resíduos sólidos urbanos que adote a coleta seletiva solidária. Em 2012, um grupo de

¹² LF 12305/2010, art 9

pesquisadores técnicos, acadêmicos e catadores decidiram sob a coordenação do INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável) organizar o Observatório Nacional de Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS)¹³ com o objetivo de ampliar a reciclagem de resíduos sólidos no Brasil, promovendo a preservação ambiental, a solidariedade, a distribuição de renda, a autogestão e a justiça social. O ORIS conta com representantes de ONGs nacionais e internacionais, universidades e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Desde o início, são organizados dois seminários por ano: um de âmbito nacional discutindo questões afetas às rotas tecnológicas de manejo de resíduos sólidos no Brasil e o outro de âmbito internacional onde são debatidas propostas inovadoras com técnicos e acadêmicos estrangeiros. Fruto desses seminários é a proposta de disseminar a Plataforma LixoZero no Brasil para transformar a paisagem urbana nacional. A Plataforma LixoZero tem como premissa: estimular o consumo responsável e sustentável; reduzir a geração de resíduos; combater o desperdício de alimentos e a incineração de resíduos; Incentivar mudanças de comportamento; evitar a adoção de soluções tecnológicas poluentes por emissão de substâncias tóxicas ou destrutivas de recursos; e, identificar possibilidades de reintrodução dos recursos na cadeia produtiva.

4 | A TÍTULO DE CONCLUSÃO



Fonte: <http://www.redefonte.com/cidades-sustentaveis-serao-uma-das-principais-discussoes-na-rio20/>

<http://iredescps.blogspot.com.br/>

¹³ <http://sustentar.org.br/site/projeto/oris---observatorio-da-reciclagem-inclusiva-e-solidaria>

<http://www.insea.org.br/project/android-projector/>

<http://unisinos.br/blogs/ihu/eventos/por-um-novo-paradigma-civilizacional-como-construir-um-mundo-sustentavel/>

<http://portaldaguaiafluorita.blogspot.com.br/2013/07/carta-da-terra.html>

<http://ambienteregionalagulhasnegras.blogspot.com.br/2012/10/resolucao-define-zona-de-amortecimento.html?view=classic>

Esta imagem singela atribuída às crianças que participaram da RIO+20 circulou nas mídias sociais durante o evento, pode ser considerada um símbolo de como “Reinventar o mundo para o futuro que queremos”. Os puristas identificaram equívocos técnicos sérios nesta paisagem urbana aprisionada por bosques e matas, outros comentaram a ausência de povos tradicionais. Ela representa o que tem atraído a atenção da maioria sobre a sustentabilidade urbana e não minimiza a inquietação sobre quão distante nossas cidades se encontram do desejo das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1988 (1987).

DALBELO, T. S. **Autopoiese Urbana: transição para sustentabilidade**. Tese (doutorado). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2019

DEMANTOVA, Graziella Cristina **Redes Técnicas Ambientais: conexão entre pessoas e lugares**. Tese (doutorado). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009

DEMANTOVA, Graziella Cristina; RUTKOWSKI, Emília Wanda. **A sustentabilidade urbana: simbiose necessária entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social**. Revista eletrônica Arqtextos, 088.07, ano 08, setembro de 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.088/210>

DREXHAGE, John; MURPHY, Deborah. **Sustainable Development: from Brundtland to Rio 2012**. International Institute for Sustainable Development (IISD). United Nations Headquarters, New York, 2010.

FERGUSON, Marilyn. **A Conspiração Aquariana**. Rio de Janeiro: Nova Era, 1980

FIORE, Fabiana A. **A Gestão Municipal de Resíduos Sólidos por meio de Redes Técnicas**. Tese de doutorado do programa de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. 2013.

HOLDEN, Meg; ROSELAND, Mark; FERGUSON, Karen; PEARL, Anthony. **Seeking urban sustainability on the world stage**. Habitat International 32, p. 305–317, 2008. (<https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2007.11.001>)

LIMA, Juliana Chaves Fontes. **Abordagens industriais ambientais : solucionar problemas de poluição ou buscar sustentabilidade ambiental?** Dissertação de Mestrado da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC/UNICAMP, 2008. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000437164&opt=4>

MACLAREN, Virginia W. **Urban Sustainability Reporting**. Journal of the American Planning Association, Vol. 62, No. 2, págs. 184-202, Spring, 1996.

MOORE, E.; GARZÓN, C. **Social Cartography: The Art of Using Maps to Build Community Power**. In: *Race, Poverty & the Environment*. Fall, 2010.

ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E. O. **Governance without government: Order and change in world politics**. Cambridge University Press, New York, 1992.

PEREIRA, A. S.; DALBELO, T. S. **Impactos Ambientais e Sustentabilidade**. Editora SENAC, 2018.

SWATUK, Larry A. **Rio Minus Ten: The Political Economy of Environmental Degradation**. *The European Journal of Development Research*, 14, 264–275, 2002. (doi:10.1080/714000410)

THORNBUSH, Mary; GOLUBCHIKOV, Oleg; BOUZAROVSKI, Stefan. **Sustainable cities targeted by combined mitigation–adaptation efforts for future- roofing**. *Sustainable Cities and Society*, 9, 1–9. 2013 <https://www.hse.ru/mirror/pubs/lib/data/access/ram/ticket/90/150940411175e159aee3697d29c319b42eae1b8601/2013-SCS-Golubchikov.pdf>

UN GA (United Nations General Assembly. **A/RES/47/180 - United Nations conference on human settlements (Habitat II)**. *UN Documents: Gathering a body of global agréments, 1992* (<http://www.un-documents.net/a47r180.htm>, acessado em 21.10.2017)

UN Habitat. **History, mandate & role in the UN system**. 2017 (<https://unhabitat.org/history-mandate-role-in-the-un-system/>, acessado em 21.10.2017)

VIDAL, John. **Rio+20: Earth summit dawns with stormier clouds than in 1992**. *The Guardian online*, 19.June, 2012. 13:00BST (<https://www.theguardian.com/environment/2012/jun/19/rio-20-earth-summit-1992-2012>, acessado em 21.10.2017)

WARD, B.; DUBOS, R. **Only One Earth: the care and maintenance of a small planet**. New York: W W Norton & Co Inc. 262pp. 1972

WIRTH, Ioli G.; BRYAN, Newton A. P.; MOMMA, Adriana Missae; PAVIOTI, Cristiane R; POMPEU, Maria Lígia (LAPPLANE/FE/UNICAMP). **Desenvolvimento sustentável: histórico, conflitos e perspectivas**. In: 4to Congreso Internacional de Educación Superior, UNIVERSIDAD 2004, 2004, Havana. Anais do 4to Congreso Internacional de Educación Superior. Havana, 2004. (https://www.google.com.br/?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiRjueThPPWAhXFQpAKHZ6rB_sQFgg0MAI&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F21814792%2F5529811%2Fname%2F36323482-Desenvolvimento-Sustentavel.pdf&usg=AOvVaw0Kg-dr8IUgEq7ct5yjoAW)

CAPÍTULO 11

A ARQUITETURA SUSTENTÁVEL NO AMBIENTE CONSTRUÍDO: UMA ANÁLISE DA OBRA DE CARLA JUAÇABA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/01/2021

Pyetro Brum Ilha

Universidade da Região da Campanha -
URCAMP, Bagé/RS
<http://lattes.cnpq.br/2621898229354346>

Magali Nocchi Collares Gonçalves

Universidade da Região da Campanha -
URCAMP, Bagé/RS
<http://lattes.cnpq.br/0203419426444629>

RESUMO: Em toda sua complexidade, a arquitetura sustentável se impõe como um instrumento atual de adequação do espaço construído no meio ambiente ao qual a obra será construída. O processo de um projeto arquitetônico aliando o uso de materiais condizentes com o entorno da implantação fazendo o uso de referências em técnicas vernaculares milenares é capaz de assumir um papel de afirmação dos conceitos de “vernacular”, buscando cumprir com objetivos que mitiguem o impacto ambiental do campo de obras no sítio pré-existente. Em cada fase histórica da evolução das construções, os materiais utilizados são elementos componentes e caracterizadores dos períodos arquitetônicos. Durante a evolução do período contemporâneo da arquitetura e do Urbanismo, o uso de materiais condizentes com um baixo impacto ambiental e disponível no meio ambiente passam a ser elementos norteadores para a adoção de uma prática sustentável na

construção. Além disso, os arquitetos assumem certa importância e são capazes de empregar identidade ao projetar edificações condizentes com a constituição natural do sítio. Assim o seguinte trabalho analisa obras construídas da arquiteta brasileira Carla Juaçaba, buscando desenvolver a crítica arquitetônica voltada aos elementos utilizados para integrar o espaço construído com a sustentabilidade no campo da arquitetura. Analisando os conceitos de arquitetura vernacular e com a revisão bibliográfica como metodologia da pesquisa, o seguinte trabalho busca exemplificar a possibilidade de integrar projetos de arquitetura ao conceito de sustentabilidade em que tenha como resultado final baixo impacto energético, impacto material e econômico no meio ambiente e no campo de obras.

PALAVRAS - CHAVE: Sustentabilidade, Carla Juaçaba, Arquitetura, Vernacular

ABSTRACT: In all its complexity, the sustainable architecture is imposed as a current adequacy instrument of the space built in the environment to which the work will be built. The process of an architectural project combining the use of materials consistent with the surroundings of the implementation making the use of references in millenary vernacular techniques is able to assume a role of affirmation of the concepts of “vernacular”, seeking to fulfill with objectives that reduce the environmental impact in the field and pre-existing site. In each historical phase of the buildings evolution, the materials used are component and characterizing elements of the architectural periods. During the contemporary

period evolution of architecture and urbanism the materials use consistent with a low environmental impact become driving elements for the adoption of a sustainable practice in construction. In addition to this, architects assume a certain importance and are able to employ identity when designing buildings consistent with the natural constitution of the site. The following work analyzes works constructed by the Brazilian architect Carla Juaçaba, seeking to develop the architectural criticism focused on the elements used to integrate the space built with sustainability in the field of architecture. Analyzing the concepts of vernacular architecture and with the bibliographic review as a research methodology, the following work seeks to exemplify the possibility of integrating architectural projects to the concept of sustainability in which it has as a final result low energy impact, material and economic impact on the environment and in the field of works.

KEYWORDS: Sustainability, Carla Juaçaba, Architecture, Vernacular

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2004), a agenda 21 obtida como resultado da conferência Eco-92 para a Construção Sustentável em Países em Desenvolvimento define esta como um processo holístico que aspira a restauração e manutenção da harmonia entre os ambientes natural e o construído, afirmando a dignidade humana e encorajando a equidade econômica. Com essa premissa, o seguinte estudo foi norteado à ideia de que o espaço assume o papel de lugar apenas quando é ocupado pelo homem, de maneira física ou simbólica, representado por edificações construídas em fases e tempos diferentes. Nesse lugar, as formas de implantar um projeto arquitetônico representam um papel importante quando projetado ao encontro do entorno existente (NORBERG, 1980). A integração da tecnologia dos materiais e utilização de métodos construtivos vinculados ao que o ambiente ao redor tem a oferecer, é capaz de integrar a sustentabilidade ao campo de obras, de modo a caracterizar o conceito de vernacular (ZANI, 1989). Marques (2009) cita que a arquitetura vernacular é todo o tipo de arquitetura em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída, caracterizando uma tipologia arquitetônica com caráter local ou regional. Assim, o seguinte trabalho é resultado das análise projetual de obras projetadas pela arquiteta brasileira Carla Juaçaba, desenvolvido durante as disciplinas de História da Arquitetura, Urbanismo e Artes e Projeto de Arquitetura VII no curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário da região da Campanha. Segundo Castro (2019), os trabalhos de Carla Juaçaba são conhecidos por seu caráter experimental e moderno e em seus projetos residenciais, a arquiteta demonstra preocupação com a inovação ambiental e socialmente sustentável. São analisados diferentes materiais utilizados nos projetos arquitetônicos residenciais de Carla Juaçaba, buscando compreender e exemplificar características vernaculares como exemplo de integração do lugar construído ao ambiente natural do entorno, de forma aliada à corrente do desenho projetual arquitetônico contemporâneo.

METODOLOGIA

Foi adotado para procedimento metodológico a revisão bibliográfica, que reflete a utilização de material já publicado, tais como artigos e sites da internet. Além de citações e catálogo pessoal dos projetos da arquiteta estudada. Material este utilizado para a construção do referencial teórico, fundamentando as análises e considerações realizadas nesta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Gonçalves e Duarte (2006), no final da década de 1980 e início da década de 1990, as questões de sustentabilidade chegaram à agenda da arquitetura e do urbanismo internacional de forma incisiva. Os princípios vernaculares aliados à prática da arquitetura sustentável passam a ser instrumento importante para arquitetura e engenharia. Aliar o emprego de materiais disponíveis na natureza para as técnicas construtivas assume papel importante em uma campo de obras com a utilização de técnicas vernaculares.



Figura 1: Casa Rio Bonito.

Fonte: <https://www.carlajuacaba.com.br>.

Para Juaçaba (2019), um dos princípios de sustentabilidade em arquitetura é construir com o acessível. Assim como na obra da Casa Rio Bonito (figura 1 e 2), Carla Juaçaba utiliza dos materiais presentes no sítio como eixo motriz para a concepção volumétrica e estrutural do projeto. Ao utilizar as pedras do sítio para a construção de paredes estruturais e vias de circulação vertical a um jardim no telhado, a arquitetura contemporânea se extrapola com as noções de sólido e vazio. Segundo Juaçaba (2003) água, peso, leveza, arcaico e moderno coexistem na cosmologia deste habitat. O deslocamento do solo na construção, além de caracterizar a intenção formal do volume principal, atua como elemento de conforto ambiental, impedindo a capilaridade da umidade do terreno.

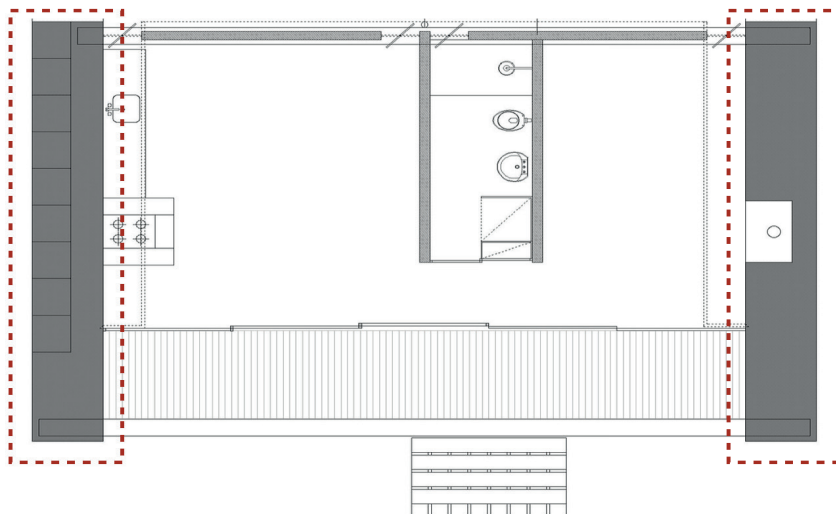


Figura 2: Planta baixa Casa Rio Bonito.

Fonte: <https://www.carlajuacaba.com.br>.

A apropriação do entorno como fornecedor de materiais é uma prática milenar. De acordo com Zani (2003), aproveitar os recursos e materiais locais, de modo a obter rapidez e facilidade construtiva, consegue criar, com a produção da arquitetura, uma linguagem própria e capaz de expressar uma cultura arquitetônica local. Na construção da Casa Atelier (figura 3), Carla Juaçaba projeta a casa em estrutura metálica, com cobertura de laje armada sobre telha de alumínio galvanizado, revestida de argila expandida. Os materiais vernaculares também estão nas portas do atelier, feitas de taquara, costuradas em estrutura de aço, elementos que correm e pivotam, integrando também o ambiente ao entorno contemplativo. Na cozinha o muro de arrimo, disposto em prateleiras, foi feito de pedra bruta retirada do próprio local. A criação de amplos espaços e grandes aberturas para o exterior busca uma aproximação com a natureza. Segundo Marques (2009 apud. Barda, 2007) os arquitetos, com suas obras de edificação, ultrapassam a marcação do tempo, enquanto a arquitetura vernacular, mais espontânea, revela e interliga sua historicidade à tradição.



Figura 3: Casa Atelier. 2001.

Fonte: <https://www.carlajuacaba.com.br>.

CONCLUSÃO

Analisando os dois projetos residenciais da arquiteta brasileira Carla Juaçaba, ficou evidente a possibilidade de uma integração da arquitetura contemporânea com a sustentabilidade no âmbito da adoção de técnicas vernaculares. Ressignificar o exercício projetual ao encontro de uma metodologia construtiva em que a natureza e o entorno moldam a estrutura e aspectos volumétricos, desde o projeto inicial ao canteiro de obras, possibilita construções com baixo impacto ambiental, energético e acessíveis economicamente.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 BRASILEIRA: ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BARDA, M. **Porque conservar.** Revista AU, n. 162.

CASTRO, B. **Carla Juaçaba: “sustentabilidade em Arquitetura é construir com o acessível”** Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://caubr.org.br/carla-juacaba-sustentabilidade-em-arquitetura-e-construir-com-o-acessivel-2/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

GONÇALVES, J.C.S. Duarte, d.h.s. **Arquitetura sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino.** São Paulo/SP. 2006

JUAÇABA, C. **Casa Atelier. 2003.** Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <<https://www.carlajuacaba-com.br>>. Acesso em: 08 set. 2020.

JUAÇABA, C. **Casa Rio Bonito. 2019.** Rio de Janeiro/RJ Disponível em: <[https://www. carlajuacaba-com. br](https://www.carlajuacaba-com.br) >. Acesso em: 08 set. 2020.

MARQUES, C. S. P. **A importância da arquitetura vernacular.** Umuarama/PR Universidade Paranaense - Campus Umuarama, 2009.

NORBERG-SCHULZ, C. **Genius Loci: towards a phenomenology of architecture.** New York: Rizzoli International Publications, 1980.

ZANI, A. C. **Repertório arquitetônico e sistema construtivo das casas de madeira de Londrina. 1989.** 292 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1989.

AVALIAÇÃO DA FUNCIONALIDADE ARQUITETÔNICA EM HÁBITAÇÕES DE DIMENSÕES REDUZIDAS DE FLORIANÓPOLIS

Data de aceite: 01/03/2021

Cláudia Queiroz de Vasconcelos

Dr.^a em Arquitetura e Urbanismo
UNIFESSPA, IEA, Professora Adjunta do curso
de Engenharia Civil
Santana do Araguaia – PA
<http://lattes.cnpq.br/4761669607693743>

Fernando Barth

PhD. em Construções Emergenciais
UFSC, Departamento de Arquitetura e
Urbanismo, Professor Titular
Florianópolis – SC
<http://lattes.cnpq.br/1406437724353919>

Lisiane Ilha Librelotto

PhD. em Construção Sustentável
UFSC, Departamento de Arquitetura e
Urbanismo, Professora Titular
Florianópolis – SC
<http://lattes.cnpq.br/0328950798412598>

RESUMO: Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa sobre a avaliação das habitações de dimensões reduzidas em edifícios multifamiliares, por meio de análise da funcionalidade arquitetônica. Nesse método de Avaliação da Funcionalidade Arquitetônica pretende-se identificar o desempenho de seis estudos de caso, sendo três de categoria Unidade Integrada e três Unidades com um dormitório. Os resultados mostram que os espaços com dimensões reduzidas induzem a sobreposição de usos, por meio de mobiliário

e equipamentos com multifuncionalidade, de modo a atender a diversidade das atividades domésticas. No entanto, cabe aos projetistas ampliar as possibilidades de transformações da unidade e dos elementos construtivos, propondo a previsão de dispositivos para a viabilidade da personalização e adequação dos espaços às necessidades mutáveis dos usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Funcionalidade Arquitetônica; Habitação Reduzida.

EVALUATION OF ARCHITECTURAL FUNCTIONALITY IN SMALL DWELLINGS IN FLORIANOPOLIS

ABSTRACT: This article presents part of the results of the research on the evaluation of reduced dwellings in multifamily buildings through the analysis of architectural functionality. These methods seek to analyze the architectural functionality we intend to identify the performance of residential units, considering functional attributes. The results show that the spaces with reduced dimensions induce the overlapping of uses, by means of multifunctional furniture and equipment, in order to fulfill the various household requirements. However, it is up to the designers to expand the transformation possibilities of the unit and of its constructive elements, laying the foundations for the personalization and adjustment of the spaces to the changing needs of its users.

KEYWORDS: Architecture; Architectural Functionality; Small Dwellings.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa sobre a avaliação das habitações de dimensões reduzidas em edifícios multifamiliares, com abordagem sobre as configurações e a funcionalidade da moradia, considerando os parâmetros de usabilidade e habitabilidade, conforme base de dados de Vasconcelos (2017). Essa categoria habitacional geralmente apresenta conflitos de uso, ou baixo desempenho de uso, devido às restrições espaciais e a sobreposição da diversidade de funções em área útil abaixo do mínimo ou no limite do dimensionamento permitido por normas vigentes e com poucos ambientes.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a moradia é um direito fundamental de todo cidadão, conferindo dignidade a vida de uma pessoa e está relacionada à inserção do ímpeto cidadão ao sentimento de proteção, autoestima e bem estar (BRASIL, 1988). A aquisição da unidade residencial em si, deve pressupor todo um contexto de infraestrutura e de serviços comunitários, observando que essa Constituição condiciona o direito de propriedade ao cumprimento de sua função social enquanto moradia.

A moradia digna vai além do espaço físico da casa, pois agrega a identidade de local, o sentimento de pertencimento e condições de infraestrutura comunitária para o efetivo cumprimento da função de moradia. Ela inclui a representatividade e a igualdade do cidadão perante o seu contexto social, pois não deixa de ser uma necessidade básica, assim como a educação, a saúde e a justiça. Para o atendimento na íntegra dessa necessidade num padrão digno, a habitação deve suprir as expectativas do morador para ser considerada de qualidade.

Assim, este trabalho apresenta resultados a respeito das perspectivas sobre a oferta e a apropriação das habitações de dimensões reduzidas tendo como objetivo de avaliá-las a partir de aspectos conceituais da funcionalidade arquitetônica. Deste modo, o estudo busca mostrar que essas habitações, com fluxo crescente de oferta pelo mercado imobiliário formal, exigem na sua apropriação o uso de conceitos da multifuncionalidade.

2 | DENSIDADE URBANA E ARQUITETURA HABITACIONAL

A densidade é a relação entre o total de uma população e a sua determinada área de efetiva ocupação. No entanto, a alta densidade populacional na área urbana nem sempre apresenta a disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos comunitários como, por exemplo, transporte, saúde, educação, segurança e moradia. A densidade média urbana diz respeito à relação entre a população urbana e o perímetro urbano, considerando apenas a área efetivamente ocupada. E a densidade baixa apresenta características urbanas de baixa quantidade populacional por metro quadrado, ocupação inadequada do solo, com vazios urbanos, ou seja, o espraiamento urbano.

Segundo a United Nations (2015), em estudos sobre a densidade urbana, observa-se que a maioria da população mundial vive em cidades. Isto é acompanhado por um

processo de verticalização de construções residenciais nos grandes centros urbanos, assim como, um movimento de redução significativa e preocupante nas suas áreas construídas per capita. Assim, esse processo de verticalização e adensamento das grandes cidades tem produzido um crescimento no fluxo de oferta desses espaços residenciais cada vez mais reduzidos.

A verticalização habitacional busca a multiplicação do solo, proporcionando a crescente oferta de apartamentos, com maior intensidade nas grandes capitais e em cidades litorâneas do Brasil. Esse fenômeno de edificação caracteriza-se por lotes estreitos e profundos, com oferta de serviços e lazer no próprio empreendimento residencial multifamiliar.

2.1 Diferentes núcleos familiares e grupos de interesse

A tendência da crescente redução de quantitativo de membros que compõem os núcleos familiares, o alto valor especulativo da terra urbana e a vida financeira do usuário, são fatores motivadores que permitem a aceitação da oferta imobiliária de solução alternativa que correspondam às necessidades de diferentes composições de núcleo familiar. A relação de compra e venda de um imóvel só se torna efetiva, a partir do interesse relacionado à sua localização, por investimento ou de querer morar nas proximidades do trabalho, da escola, do hospital, de infraestrutura consolidada ou de serviços comunitários, dentre outras premissas decorrentes do habitat numa cidade.

Os diferentes arranjos familiares com suas necessidades específicas de acordo com o ciclo de vida, demandam por novas soluções de projetos, que tenham conceitos mais flexíveis e que considerem programas de unidades habitacionais também não convencionais. Ou seja, o formato ou a conformação dos arranjos familiares em domicílios particulares tem mudado significativamente no Brasil, com tendência de crescimento nos arranjos unipessoais, casal sem filhos e outro tipo de arranjo com parentesco, como pode ser observado no Gráfico 1.

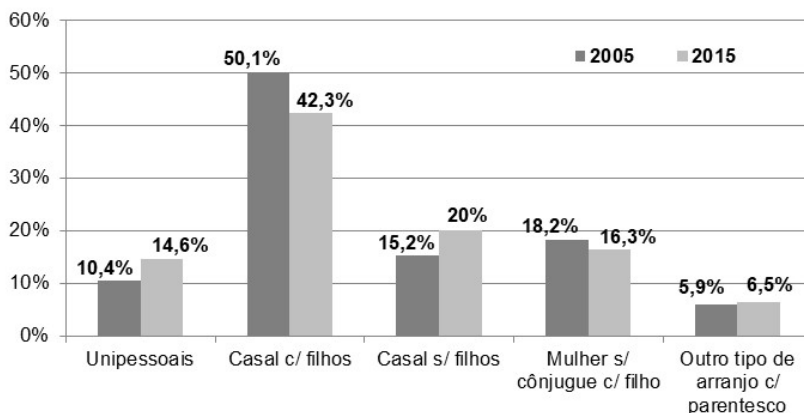


Gráfico 1: Arranjos familiares residentes em domicílios particulares.

Fonte: Autores conforme SECOVI/SP, 2016 e IBGE, 2016.

Segundo IBGE (2016), a tendência de redução na composição das famílias e consequentemente nos tamanhos dimensionais dos domicílios está relacionada não só a queda da fecundidade da população, mas também a queda dos níveis de mortalidade e o aumento da expectativa de vida. Sendo que a população idosa pode ter preferência na aquisição desses tipos domicílios unipessoais ou no máximo para dois moradores.

2.2 Área de estudo: Florianópolis Insular

O estudo de avaliação foi direcionado somente à parte insular do município de Florianópolis, demarcada em cinza, por comportar a maior parte da área urbana, como pode ser observado na Figura 1a. Essa figura destaca o município de Florianópolis de Santa Catarina constituído de 12 distritos administrativos: Sede (continente e ilha), Barra da Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratoles, Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e São João do Rio Vermelho (FLORIANÓPOLIS, 2014). Na Figura 1b constam em destaque na cor cinza escuro os distritos administrativos com maior fluxo de crescimento em área construída da amostra. E na Figura 1c constam os seis estudos de caso selecionados para avaliação desta pesquisa, com relação aos aspectos de funcionalidade arquitetônica.

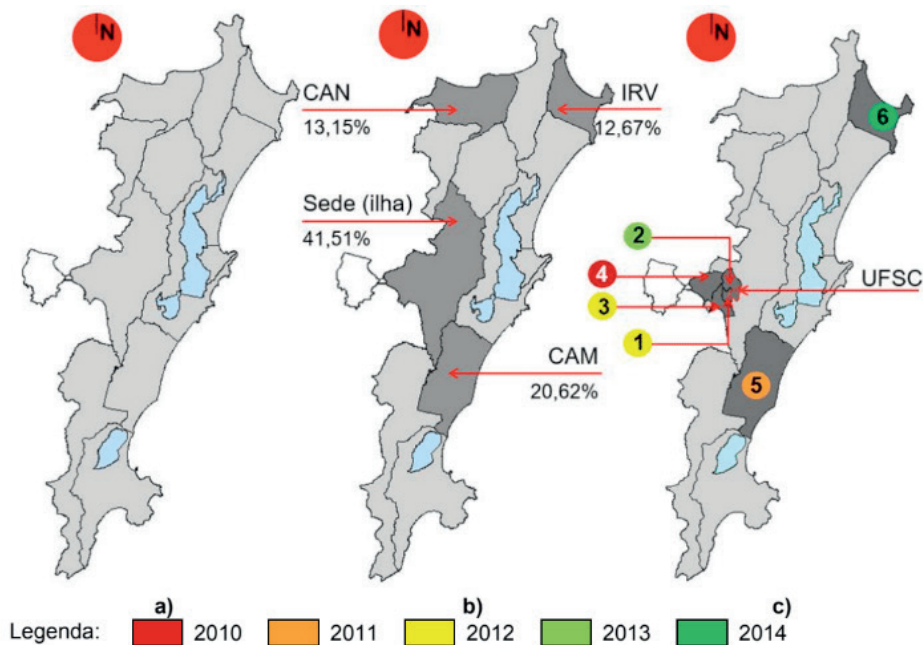


Figura 1: Florianópolis Insular: a) distritos administrativos; b) distritos administrativos com maior fluxo de área construída; c) seleção de estudos de caso.

Fonte: Autores.

Nesse período analisado foi observada a regularidade do fluxo de crescimento na oferta de edifícios de uso residencial multifamiliar de altura média, ou seja, de quatro a nove pavimentos, no período entre 2010 a 2013, atingindo respectivamente o equivalente a 76%, 73%, 74% e 85% do total anual. Em 2013 a oferta destas edificações apresenta um pico de crescimento de 10%, atingindo 85% do total anual, porém em 2014 observa-se uma queda de 23%, atingindo 62% dos edifícios ofertados. Em 2010 os edifícios baixos, com dois a três pavimentos apresentam uma oferta de apenas 5% do total anual. Em 2011 ocorreu a queda de 3% na oferta de edifícios altos, faixas a partir de dez pavimentos, atingindo o equivalente a 16% do total anual, assim como o crescimento de 6% na oferta de edifícios baixos, que se manteve regular no ano subsequente. Em 2012 verifica-se uma nova queda de 2% na oferta dos edifícios altos, com o equivalente a 14% do total anual. Em 2013 observa-se, na oferta dos edifícios baixos e altos, a queda, respectivamente de 5% e 6%, considerando a oferta de 7% e 8% do total anual. Em 2014 observa-se o crescimento na oferta de edifícios baixos e altos, respectivamente de 5% e 18%, observando a oferta anual equivalente a 12% e 26%. Essa oscilação de oferta residencial multifamiliar, pode ser observada no Gráfico 2.

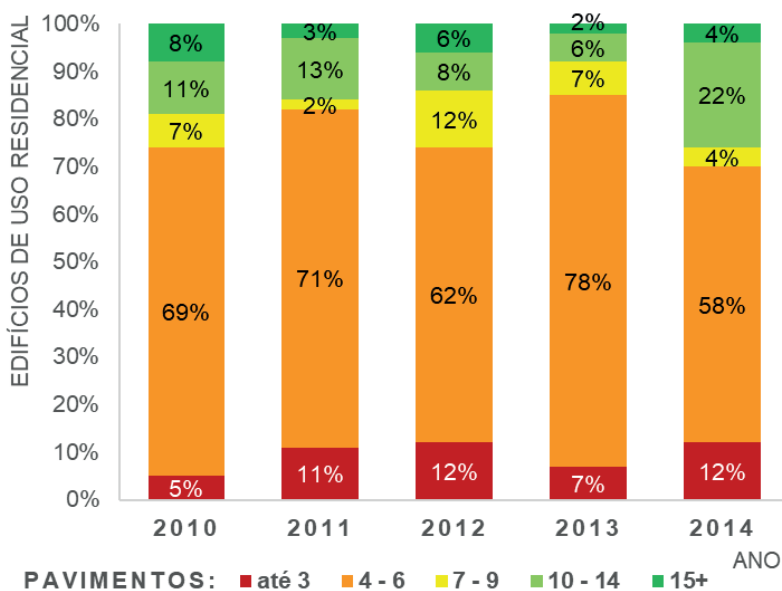


Gráfico 2: Oferta de edifícios multifamiliares por pavimentos na Florianópolis Insular.

Fonte: Autores com base em dados do Arquivo/SMDU/PMF.

A partir dessa amostra pode-se observar a predominância e a regularidade na oferta de edifícios de altura média, categoria de quatro a seis pavimentos, assim como, a regularidade de oferta mínima de edifícios altos, categoria com quinze ou mais pavimentos. Dessa maneira, o panorama e a caracterização da oferta de empreendimento na Florianópolis Insular foram necessários para diagramação da predominância das categorias habitacionais e seleção dos estudos de caso.

3 I FUNCIONALIDADE ARQUITETÔNICA: CONTEXTOS E CONCEITOS

Na arquitetura, a funcionalidade é o princípio pelo qual o projeto de construção deve ser baseado em seu principal requisito, que é ser adequado para ser utilizado. Isto possibilita quantificar os espaços de acordo com as avaliações de atenção aos requisitos espaciais e funcionais dos ambientes.

A função dos ambientes pode ser definida como o conjunto de atividades ou componentes para alcançar um objetivo específico, podendo ser definida pela própria instalação de equipamentos, demarcação por mobiliário ou a compartimentação, fixa ou móvel, dos espaços físicos. A funcionalidade está relacionada à otimização do espaço a partir de condições ideais para o seu uso, considerando aspectos funcionais, configurações e circulações. Esses aspectos podem contribuir para prevenção de falhas ou usos

inadequados.

Segundo Malard (2001), uma casa para ser adequada deve oferecer espaço suficiente para o morador, como também, para todos os seus utensílios, que são necessários ao desempenho das atividades cotidianas, ou seja, a casa tem que funcionar e a criação arquitetônica dos espaços deve ocorrer por tentativa de eliminação de erros, por meio de posicionamento crítico da realidade.

Todas as questões de funcionalidade estão correlacionadas ao conceito de usabilidade, como atributo adotado pela ergonomia e pelo design para abordagens a respeito da qualidade de uso dos produtos, fornecendo elementos para mensuração do desempenho quanto a facilidade de uso mediante a compreensão imediata da função e simplicidade de operação, sem que gere esforços ou conflitos de usos. Dessa maneira, a funcionalidade também pode ser classificada quanto a usabilidade e o design de interface.

A multifuncionalidade busca atender usos simultâneos, sequenciais e/ou esporádicos de modo a garantir segurança e satisfação dos usuários, evitando conflitos e incompatibilidades de usos. Os espaços reduzidos e compactos, tendem a induzir funções sobrepostas, o que pode agravar os conflitos de uso. A compacidade que se observa nos espaços reduzidos coloca em destaque a necessidade de compreender essas novas formas de viver, da apropriação de lugares restritivos e a multiplicidade de usos que se produz nestes ambientes, devido à racionalidade de mobiliário e a sofisticação dos equipamentos denominados como multifuncionais, com atributos de transformação e articulação, pois assumem diferentes funções de acordo com a necessidade do usuário.

Os espaços com sobreposição de usos precisam ser avaliados, quanto as suas condições e eficiência, relacionadas a viabilidade funcional, a partir de métodos que possam gerar uma contribuição acadêmica, considerando as alternâncias de uso temporal, de diferentes funções assumidas pelo dispositivo com multifuncionalidade. Os móveis polivalentes assumem diferentes funções, de acordo com a necessidade do usuário, considerando atividades sequenciais, alternadas ou em função ao quesito de temporalidade.

4 | MÉTODO DA FUNCIONALIDADE ARQUITETÔNICA

Nesse método os aspectos quantitativos estão relacionados a quantidade de mobiliário e de equipamentos mínimos necessários para o funcionamento adequado por ambiente e, de mobiliário e de equipamentos adicionais que complementam e facilitam o dia a dia do morador. Os aspectos qualitativos referem-se à organização ou à disposição espacial do mobiliário e dos equipamentos nos ambientes, considerando os espaços mínimos para os fluxos adequados de circulação e de operacionalização, de maneira segura e adequada.

Para a diagramação dos resultados da avaliação de funcionalidade arquitetônica, por comportar apenas estudos de caso, com apartamentos de até um dormitório, o

número de quesitos por ambiente passou a ser cinco, sendo acrescentado o aspecto da multifuncionalidade para totalizar os seis quesitos do método original.

A representação dos resultados da avaliação de funcionalidade arquitetônica buscou de modo conciso a identificação dos problemas e a apresentação do desempenho, a partir da análise combinatória de cálculos. Essa diagramação mediante gráficos velocímetro e de radar facilitam a compreensão e a visualização da situação real apresentada pelos estudos.

A sistematização do protocolo de cálculo do Indicador de Funcionalidade da Habitação (IFH) foi definido a partir das características de quantidade e qualidade de quesitos, conforme os Indicadores de Funcionalidade dos Compartimentos ou Cômodos (IFC). Desse modo, o IFH resulta da soma das variáveis dos IFC's, que são determinados pela somatória dos seis Indicadores de Funcionalidade dos Quesitos (IFQ's). Ou seja, o cálculo do IFH apresenta a relação entre os conceitos e os indicadores necessários para o melhor desempenho funcional por ambientes e para a unidade.

A sistematização desse protocolo de avaliação de habitações de dimensões reduzidas permite o diálogo entre parâmetros conceituais da arquitetura com o design para fundamentar essa lacuna científica de que ambas categorias, integradas ou com um dormitório, em edifícios induzem a sobreposição de usos, não atendendo de modo satisfatório a funcionalidade arquitetônica quando a sua ocupação dispõe de mobiliário convencional. Vale ressaltar que a qualidade e a durabilidade funcional dessas categorias habitacionais devem buscar o atendimento satisfatório das legislações, de normas e a satisfação do usuário. A capacidade elástica e dinâmica do ambiente construído pode corresponder às especificidades do usuário e ao ciclo de desenvolvimento humano.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O apartamento dimensionado a partir de parâmetros mínimos e em espaços concentrados deve cumprir os requisitos de normas vigentes. O perfil de usuários e a crise econômica têm alavancado a demanda e a oferta por esse tipo de unidade residencial. A localização possibilita a redução ou a facilitação de mobilidade, mostrando-se como fator determinante para quem opta por essa categoria habitacional.

No decorrer das análises observou-se que a categoria de apartamentos com tamanho dimensional reduzido além de comportar poucos ambientes com conceito funcional de neutralidade, apresentam restrições na polivalência de usos, tendo em vista os poucos e limitados espaços.

Desse modo, a adequação dos poucos ambientes às necessidades e especificidades dos diferentes perfis de usuários ou núcleos familiares torna-se um desafio para os profissionais específicos da área construtiva e projeto, bem como um problema para o usuário de perfil tradicional e baixo poder aquisitivo. Vale ressaltar que a solução racionalizada do espaço compacto está correlacionada a otimização do espaço efetivo

com o uso de dispositivos com multifuncionalidade. Na sequência, são apresentadas as sínteses das análises de funcionalidade arquitetônica dos seis estudos de caso. Essa análise da funcionalidade habitacional cumpriu os mesmos critérios:

a) CVR12: atingiu o resultado de IFH65, que indica o conceito “precário”. A avaliação de funcionalidade do apartamento apresentou maior precariedade no banheiro e de dispor de baixa multifuncionalidade, respectivamente IFC7 e IFC9. Essas variações nos resultados, por componente avaliado, indicam o baixo desempenho do apartamento, também em decorrência dos resultados precários tanto da cozinha, quanto da área de serviço, ambos com IFC11.

b) TRI2013: atingiu o IFH61, obtendo conceito “precário”, apresentando maior precariedade na cozinha e no dormitório, respectivamente IFC7 e IFC9. Nessa avaliação, mostrou apenas o ambiente conjugado das salas com desempenho parcial, com IFC12.

c) SCL12: com IFH72, que indica o conceito “parcial”, considerando as variações dos resultados que indicam o desempenho mediano do apartamento, observando que o ambiente com o menor indicador de funcionalidade foi a área de serviço com IFC9, em decorrência da precariedade de espaço de acesso, circulação, aproximação e usabilidade.

d) CEN10: atingiu IFH90, com o conceito “atende parcialmente”, com performance razoável. A variação de desempenho dos ambientes da unidade apresenta índices IFC que variam entre 17 e 11, respectivamente o setor de higiene e a cozinha.

e) CAM11: com o IFH68, que indica o desempenho precariamente adequado. As variações nos resultados por ambiente e do aspecto da multifuncionalidade indicam o baixo desempenho na avaliação, com maior representatividade de menor performance na cozinha que apresentou IFC8.

f) IRV14: com o resultado de IFH83, que indica o conceito “parcial”. De acordo com os cálculos dessa análise, observa-se que o ambiente com o menor indicador de funcionalidade foi o banheiro com IFC10 devido não comportar o quesito de uso simultâneo, assim como também apresentou baixo desempenho nos quesitos: otimização de usos, dimensão adequada, áreas de uso, nível de privacidade e iluminação natural.

A predominância do baixo desempenho dos estudos de caso nas análises da funcionalidade arquitetônica, indica o atendimento precário na maioria dos aspectos avaliados, considerando os pontos críticos que não atendem às dimensões mínimas dispostas no Código de Obras e Edificações de Florianópolis. O espaço mínimo necessário diz respeito a comportar os fluxos de circulação, além de seus respectivos usos.

Na Figura 2 pode-se observar o ranking da funcionalidade arquitetônica dos estudos de caso, em que, dois dos apartamentos integrados superam alguns dos apartamentos com um dormitório, conforme destacado. Ou seja, o resultado não está relacionado diretamente as categorias habitacionais e sim na disposição dos serviços domésticos, a conexão

espacial das funções e a área útil mínima necessária para a operacionalidade da moradia.

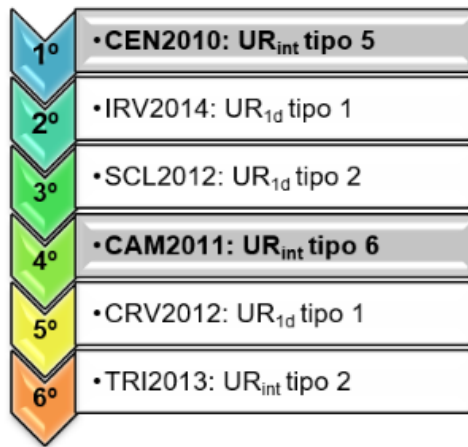


Figura 2: Ranking da funcionalidade dos estudos de caso.

Fonte: Autores.

Os conflitos de situação inadequada foram observados, principalmente nos ambientes da sala de jantar, em relação à obstrução de passagem, no mínimo em uma das laterais e acesso a alguns assentos. Observou-se situação inadequada no entorno da mesa de refeição, com bloqueio do fluxo de circulação, de aproximação e de uso efetivo do ambiente. No banheiro, com relação ao acesso, que não satisfaz a dimensão mínima de passagem livre recomendada pela literatura especializada e normas vigentes, sendo que, em dois estudos de caso, também não atende aos requisitos de dimensionamento e diâmetro mínimo (SCL2012 e IRV2014). Em dois estudos de caso, a cozinha não atendeu ao requisito de espaço mínimo necessário para uso com segurança (CAM2011 e CVR2012).

O espaço da área de serviço não costuma suportar a sobrecarga de suas próprias funções, observando que dois dos estudos de caso, de unidade residencial com um dormitório (CVR2012 e SCL2012) e apenas um dos estudos de unidade integrada (TRI2013) apresentaram área útil inferior a mínima disposta pelo Código de Obras e Edificações de Florianópolis. Por outro lado, com a porta grande de correr na sala de estar tem-se a possibilidade de expandir o uso desse espaço, por meio da integração da sacada, o que permite amenizar o problema de área reduzida do setor social.

6 | CONCLUSÕES

O trabalho destaca aspectos necessários às unidades residenciais integradas e com um dormitório que possam diversificar as configurações e transformações dos projetos

com a finalidade de melhorar o seu desempenho de funcionalidade arquitetônica. A apropriação do espaço, manifestada pela organização, personalização ou customização do apartamento, pode apresentar níveis de complexidades diferentes, em função de serviços e de ocupação do lugar. A busca por soluções alternativas pode subsidiar a melhor adequação dos ambientes às especificidades, perfil e mudanças na vida dos usuários.

As habitações com dimensões reduzidas necessitam de atenção especial, na sua configuração organizacional, de modo a facilitar o uso e melhorar o atendimento das necessidades do usuário. Este trabalho destacou a necessidade de qualificar e adequar esses espaços reduzidos e concentrados às novas formas de comportamento dos usuários, mediante o uso de mobiliário e de equipamentos com multifuncionalidade, para a viabilidade de usos diversos mediante dispositivos articuláveis.

A amostra de apartamentos analisada sinalizou um crescimento significativo das áreas construídas no período de 2011 a 2013. Também se observou o crescimento pontual em alguns bairros com praias, tendo em vista o potencial turístico, e nos bairros do entorno do Campus Central da Universidade Federal, de modo a atender o mercado imobiliário voltado ao público estudantil. Dos apartamentos visitados, nas fases de construção e de uso, observou-se a predominância para uso de aluguel. Também pôde ser observado que o perfil e a situação econômica do usuário tem sido fatores predominantes para alavancar a demanda e a oferta dessas categorias habitacionais.

A avaliação da funcionalidade arquitetônica nessa categoria com restrição de tamanho, possibilita mensurar a adequação ou não do espaço doméstico às necessidades reais dos arranjos familiares diferentes dos convencionais e aos requisitos legais. O confronto entre o ponto de vista do morador e as diferentes análises fundamentadas no referencial teórico possibilitou diálogo e contraponto entre a teoria e a vivência dos usuários nessas unidades com tamanho reduzido. Os relatos dos moradores possibilitaram direcionar as análises de acordo com pressupostos essenciais para essas categorias habitacionais. Esse mecanismo de incorporar a opinião do usuário às determinações teóricas pode abrir um campo de novas descobertas a partir de análises locais e pontuais que consideram os relatos e as opiniões dos moradores, os usuários efetivos da moradia.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa recebeu auxílio financeiro de agência de fomento e agradece a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, vinculada ao Governo do Estado do Amazonas, por possibilitar a sua realização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília: Senado, 1988.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014**. Institui o Plano Diretor de Urbanismo. Disponível em: <<https://bit.ly/2yrfHLG>>. Acesso em: 25 mar 2020.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 60, de 11 de maio de 2000**. Institui o Código de Obras e Edificações e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/nopal>>. Acesso em: 25 out 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/JUCQN6>>. Acesso em: 10 jan 2017.

MALARD, Maria Lúcia. **O método em arquitetura**: conciliando Heidegger e Popper. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUC-MG), Belo Horizonte, v. 8, n.8, p. 128-154, 2001.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO. SECOVI-SP. **Anuário do Mercado Imobiliário 2016**. Secovi-SP (Sindicato da Habitação): São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/CKBr7b>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

UNITED NATIONS. **Revision of World Population Prospects**. Final Report. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. New York: DESA, 2015.

VASCONCELOS, Cláudia Q. de. **Avaliação da compactidade, funcionalidade e flexibilidade em habitações de dimensões reduzidas**: estudos de caso em edifícios de Florianópolis-SC. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis: UFSC, 2017.

APRECIÇÃO DA BIBLIOTECA DOM MARCOS A. NORONHA AO PARECER DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Data de aceite: 01/03/2021

Data da submissão: 05/01/2021

Thayná Moreira Silva

Centro Universitário da Fundação Educacional
de Guaxupé
Guaxupé- Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/4572863947902277>

Ana Cláudia Souza Almeida Dias

Centro Universitário da Fundação Educacional
de Guaxupé
Guaxupé- Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/9006029676503216>

RESUMO: A avaliação da edificação construída é significativa para familiarizar com os elementos constituídos e sua funcionalidade, o que proporciona a análise de desempenho do ambiente com as variáveis que o compõe. Para este estudo foi definida a avaliação da Biblioteca Dom Marcos A. Noronha que teve como objetivo o saber da real situação da ocupação. A metodologia aplicada foi caracterizada como qualitativa e quantitativa. Realizaram-se levantamentos técnicos de campo e aplicação da ferramenta de APO (Avaliação pós-ocupação) que é o questionário aos discentes. Os instrumentos metodológicos possibilitaram aproximação com o ambiente e compreensão das insatisfações e satisfações dos usuários, que apontaram escassez de áreas para estudo coletivo e individual e inconformidades com localização das estantes e disposições dos

acervos. As satisfações foram relacionadas ao ambiente externo e interno relacionadas a iluminação e a estética. A análise observou que é preciso organização do espaço tornando mais diversificado para fins de estudo, visto que as possíveis medidas a serem adotadas futuramente, para adequação do ambiente são de atributo de curto a médio prazo.

PALAVRAS - CHAVE: Avaliação pós-ocupação; Biblioteca; Discentes;

APPRECIATION OF THE LIBRARY DOM MARCOS A. NORONHA TO THE OPINION OF THE SATISFACTION OF USERS

ABSTRACT: The evaluation of the built building is significant to familiarize with the constituted elements and their functionality, which provides the analysis environmental performance with the variables that compose them. For this study, the evaluation of the Dom Marcos A. Noronha Library was defined, which aimed to know the current situation of the occupation. The applied methodology was characterized as qualitative and quantitative. Technical surveys of the field and application of the APO (Post-occupation Evaluation) tool were carried out, which is the questionnaire to the students. The methodological instruments allowed approximation with the environment and understanding of the users' insatisfactory and satisfiements, which indicate scarcity of areas for collective and individual study and non-conformities with the location of the shelves and arrangements of the books. The satisfactions were related to the external environment and internal environment regarding the lighting and esthetics. The analysis observed

that it is necessary to organize the space making more diversified for study purposes, since the possible measures to be adopted in the future to adapt the environment are of short to medium term attribute.

KEYWORDS: Post-occupation;assessment;Library;Students;

1 | INTRODUÇÃO

A relevância da compreensão das características do ambiente construído é diretamente vista na adequação do local às exigências previstas pela função da edificação construída. O ambiente é estudado para atender os anseios da população de uso, desse modo é preciso levar em consideração as necessidades do mesmo.

Segundo Pallasma (2011) a arquitetura tem a possibilidade de enquadrar, deter, reforçar e forçar nossos pensamentos, além de prevenir que eles se percam. A autora ainda afirma que relacionar arquitetura com os sentidos humanos, possibilita a interação do ser com o local, buscando a existência do conforto, satisfação e harmonização com o lugar.

Sabendo desse desígnio foi proposto uma avaliação da edificação construída, havendo como objetivo de estudo conhecer a real situação da ocupação da Biblioteca Dom Marcos A. Noronha do Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé por meio dos usuários. Os dados levantados referem-se à acessibilidade, aspectos estéticos e sobre aspectos de conforto, sendo eles acústico, lumínico e térmico.

O pressuposto buscou trabalhar com características físicas e comportamentais, compreendendo que cada usuário terá uma percepção diferente do ambiente e distintos motivos para estar satisfeito ou insatisfeito. Havendo ciência do suposto foi adotado o questionário que é uma ferramenta de APO (Avaliação-Pós Ocupação) com finalidade de recolher diferentes percepções do lugar avaliado.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

O método adotado foi de caráter qualitativo e quantitativo, sendo definido o questionário com perguntas de múltipla escolha e dissertativa. O conceito quantitativo foi adotado na análise dos dados coletados de modo objetivo. Os instrumentos utilizados foram o levantamento fotográfico, levantamento da temática sobre avaliação pós-ocupação para familiarizar e auxiliar na coleta de dados, descrição do objeto de estudo e produção do questionário.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A instalação da biblioteca aconteceu na data 14 de setembro de 1964, registrada também no Instituto Nacional (INL) como biblioteca universitária, com a finalidade de atender a qualquer pessoa, para desenvolvimento de pesquisa e estudo no local. A figura

(1) a seguir demonstra a entrada onde é localizado o balcão de empréstimo de livros. O armazenamento de livros é visto na maioria das salas, como é mostrado na figura (2).



Figura 1 Acesso a biblioteca Dom
Marcos A. Noronha
Fonte: Arquivo nosso



Figura 2 Sala Rosa
Fonte: Arquivo nosso

A usabilidade da ferramenta de APO proporciona a compreensão analítica e objetiva da dinâmica ocupacional dos usuários na biblioteca, abrangendo então aspectos sócio comportamentais. A avaliação pós-ocupação é um instrumento que tem como objetivo principal analisar a relação do edifício com o usuário (SANTOS et al; 2009).

A ferramenta de APO selecionada para aplicar na coleta dos dados foi o questionário, que segundo Rheingantz et al (2009) o mesmo sobreposto em avaliação de desempenho permite que a análise dos dados recolhidos identifica o perfil dos respondentes e confere a sua opinião acerca dos atributos ambientais analisados.

O questionário foi aplicado no mês de junho de 2019, nos dias 13, 19 e 20. A amostra foram os alunos dos cursos de arquitetura e urbanismo, ciências contábeis, direito, engenharia civil, engenharia mecânica, pedagogia, psicologia e publicidade e propaganda. As perguntas foram de múltiplas escolhas e dissertativa. O gráfico (1) abaixo demonstra os resultados das questões sobre o ambiente externo da biblioteca. Os gráficos (2) demonstra o conceito avaliativo optativo do ambiente interno da biblioteca.

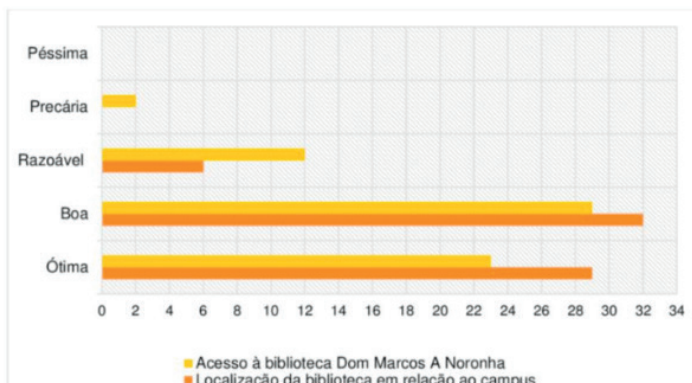


Gráfico 1 Opinião dos discentes sobre o ambiente externo

Fonte: Arquivo nosso

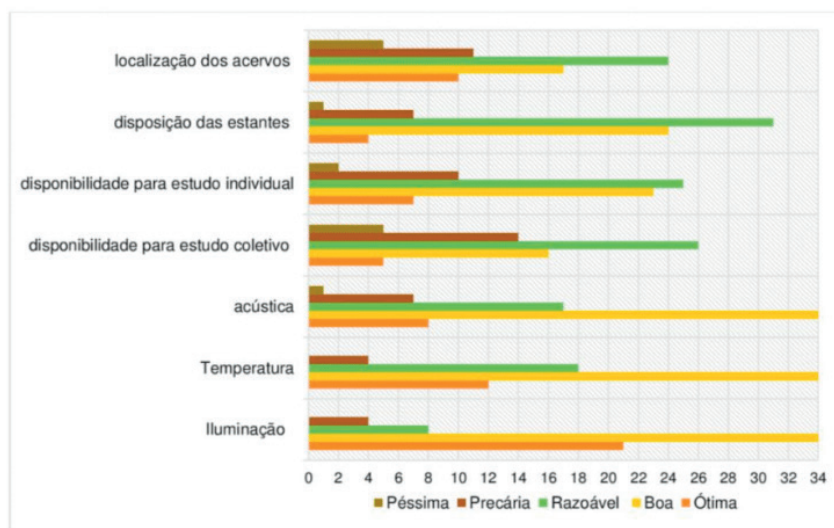


Gráfico 2: Opinião dos discentes sobre ambiente interno

Fonte: Arquivo nosso

Os gráficos sobre o ambiente externo demonstram satisfação dos alunos, relacionados a sua acessibilidade e localização no campus com maior predominância a opinião boa e ótima. A parte interna demonstrou maior índice de opinião razoável sobre a disponibilidade para estudo coletivo e individual, localização do acervo e disposição das estantes. As questões dissertativas que consistiam na opinião sobre a qualidade e defeitos da biblioteca, houve como maior descrição relacionada a satisfação estética agradável, atendimento satisfatório e iluminação. As insatisfações foram relacionadas as escassezes

de tomadas, computadores, acervos, ventilação, ambiente para estudo coletivo e individual. Além de afirmar iluminação ruim na sala dos acervos de arquitetura, insatisfação com o mobiliário, mau funcionamento do wifi e indicação de precisão de projeto de combate a incêndio.

4 | CONCLUSÕES

O estudo proporcionou o conhecimento da biblioteca e do ponto de vista dos usuários sobre a edificação. A aplicação dos instrumentos de análise tornou possível a compreensão de tornar o ambiente menos impessoal, havendo a necessidade da organização do espaço para fins de um local mais acessível a diversidade de estudo para o usuário.

As questões dissertativas possibilitaram compreender que as possíveis mudanças a serem adotadas futuramente se caracterizam de curto a médio prazo.

REFERÊNCIAS

PALLASMA, Juhani. **Os Olhos da Pele**. [S. l.]: Bookman, 2011.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

SANTOS, Emilio Ribeiro Martins dos *et al.* Avaliação do espaço construído: uma análise da biblioteca universitária do UniCEUMA. **Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído**, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/ocs/index.php/SBQP2009/SBQP2009/paper/viewFile/148/99>. Acesso em: 15 abr. 2019.

DESAFIOS PARA ABORDAGENS BASEADAS EM PROJETO: PROJETISTAS COMO FACILITADORES NO PROJETO PARTICIPATIVO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 30/12/2020

Gil Garcia de Barros

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo (FAUUSP)

São Paulo – SP

ORCID iD: orcid.org/0000-0002-0556-0870

RESUMO: Existe uma compreensão cada vez mais clara de como o projeto está evoluindo para um “campo expandido”, lidando com problemas que vão além dos limites normais das profissões de projeto, e enfrentando desafios em complexos sistemas sociotécnicos como educação, saúde, proteção ambiental e desenvolvimento social e econômico. Nesta mudança os profissionais de projeto têm um papel importante e também grandes desafios. Este artigo sugere que o conhecimento das áreas de projeto tem um impacto significativo na criação de futuros preferíveis, ao invés de uma abordagem mais comum de somente selecionar entre futuros prováveis. Ele então discute como os métodos e ferramentas de projeto apresentam obstáculos específicos para um uso mais ampliado de abordagens baseadas em projeto como o proposto pelo Design Estratégico. Finalmente ele propõe que nesta nova forma de projeto, o projeto participativo é um aspecto importante, assim como o papel do especialista em projeto como um facilitador de projeto, agindo mais como um intérprete e intermediário cultural e menos

como o criador de formas e configurações. O artigo conclui com questões que se encontram abertas no campo.

PALAVRAS - CHAVE: Design estratégico, design thinking, projeto participativo, co-design, competências de projeto.

CHALLENGES IN DESIGN-ORIENTED APPROACHES: DESIGN EXPERTS AS FACILITATORS IN PARTICIPATORY DESIGN

ABSTRACT: There is a clearer understanding of how design evolved to an “expanded field”, dealing with problems beyond the normal boundaries of design professions and tackling challenges in complex sociotechnical systems such as education, healthcare, environmental protection and social and economic development. In this move design professionals have an important role and also some major challenges. This article argues that design knowledge has a major impact in creating preferable futures instead of a more common approach to selecting only between probable futures. Then it discusses how design methods and tools present particular obstacles for the wider use of design-oriented approaches such as proposed by Strategic Design. Finally, it proposes that in this new form of design, participatory design is an important aspect, and so it is the role of design experts as facilitators, acting more as cultural interpreters and intermediaries and less as makers of shapes and forms. The article concludes with some open questions in the field.

KEYWORDS: Strategic design, design thinking,

participatory design, co-design, design expertise.

1 | INTRODUÇÃO

Existe uma compreensão cada vez maior e mais clara sobre uma atuação mais ampla para os profissionais de projeto. Nesta nova perspectiva, arquitetos, urbanistas, designers de interação, designers gráficos e outras diversas ocupações similares, que Vassão (2010, p. 21) denomina de Cultura de Projeto, estão avançando em um “campo expandido” que vai além dos domínios tradicionais do projeto (DORST, 2015; SEVALDSON; JONES, 2019).

O projeto deixa de ser uma atividade de especialistas e voltada para objetos específicos e passa a ser reconhecida como uma forma de atuar e pensar que pode trazer grandes impactos positivos para a sociedade, através de inovação social em campos como a educação, saúde, transporte, proteção ambiental, políticas públicas e no desenvolvimento econômico e social (MANZINI, 2015a; MICHELI et al., 2019; NORMAN; STAPPERS, 2015).

Esta transição teve início nos anos 1960 e 1970, quando arquitetos e designers já demonstravam sua preocupação com o aumento exacerbado dos problemas presentes no ambiente e objetos produzidos pela humanidade naquela época (LUCK, 2018; SANDERS; STAPPERS, 2008). Esta nova compreensão sobre a atividade de projeto ganhou novo impulso na última década, devido ao agravamento de problemas globais ligados ao uso predatório de recursos naturais, à exclusão social e desigualdades econômicas (MYERSON; LEE, 2011; SANDERS; STAPPERS, 2014). Atualmente o tema se mostra bastante relevante, tanto porque as respostas atuais para estes complexos desafios sociais se mostram insuficientes (KIMBELL; VESNIĆ-ALUJEVIĆ, 2020) mas especialmente devido à necessidade de inovar e repensar mesmo as atividades mais cotidianas, tendo em vista a disrupção causada pela atual pandemia da COVID-19.

Este uso de abordagens baseadas em projeto como uma estratégia para lidar com problemas “selvagens” fora dos seus campos de atuação tradicionais foi muito popularizado pelo termo *Design Thinking* (BARROS, 2018; BROWN, 2008) ou alternativamente denominado também como Design Estratégico (MERONI, 2008; QUAYLE, 2017, p. 4), que pode ser definido como “um método de pensamento colaborativo, visual e disciplinado para enfrentar problemas complexos (pequenos e grandes) e mudanças sistêmicas. Ele normalmente envolve times multidisciplinares que combinam técnicas de pensamento crítico e criativo com análise de dados para cocriar, testar e desenvolver soluções” (QUAYLE, 2017, p. 4, tradução nossa).

Nesta concepção, as profissões de projeto deixam de ser identificadas exclusivamente com os objetos específicos que atuam, e é possível perceber que as habilidades e competências destes profissionais são compostas de duas partes. Uma parte específica, com os conhecimentos vinculados diretamente aos objetos que tipicamente são tratados por aquela profissão, e outra parte genérica, que é formada pelo enfoque utilizado

em projeto e que é adotado para se lidar com problemas cuja definição é problemática e imprecisa (BARROS, 2019).

Portanto, em termos específicos dos objetos de atuação vemos que arquitetos e urbanistas lidam com edifícios e o ambiente construído, que designers de interação projetam a navegação e funcionalidades de aplicativos e sistemas digitais e que designers gráficos produzem essencialmente produtos de comunicação bidimensional, sejam impressos ou em suportes digitais.

Já em termos do enfoque genérico de projeto temos um componente geral, baseado na combinação de trabalho racional e reflexivo (BARROS, 2018), e compartilhado pelas profissões e ocupações ligadas ao campo do projeto (BARROS, 2019). Além de estar mais alinhada com as transformações recentes no campo do projeto, esta concepção também aponta para uma natureza mais geral da atividade de projeto, que propõe que o “pensamento projetual pode ser aplicado em qualquer área da experiência humana” (BUCHANAN, 1992, tradução nossa).

2 I FUTUROS PROVÁVEIS E PREFERÍVEIS

Nesta nova concepção podemos listar as seguintes habilidades como aspectos centrais desta atuação generalista do projetista: lida com problemas cuja definição é imprecisa; o projetista deve elaborar esta definição de forma ativa; o processo baseado na geração e seleção de soluções; utiliza modelagem como ferramenta neste processo (BARROS, 2019).

Um aspecto em particular que merece ser analisado é a capacidade que profissionais de projeto tem em lidar com a geração e seleção de alternativas e, de forma mais complexa, como esta atividade é um suporte essencial para a geração de cenários possíveis, ou seja, de diversas possibilidades de futuros.

Esta capacidade, treinada durante a formação e exercitada constantemente durante a carreira, pode parecer natural e até “senso comum” para os praticantes da área, mas acho importante mostrar como ela não é compartilhada em outras áreas, e inclusive como é valorizada.

Em um artigo que faz uma ponte particularmente interessante entre o projeto e a área de Administração de Empresas (BOLAND et al., 2008), os autores evidenciam contrastes importantes entre práticas que consideram ruins na área de Administração de Empresas e como elas poderiam melhorar muito se seguissem procedimentos comuns na área de projeto. No caso eles estudam a prática do arquiteto Frank Gehry.

Eles apontam que na Administração de Empresas o comportamento padrão está mais próximo a uma simples escolha entre cenários existentes, e não na criação de cenários possíveis, melhores dos que os atuais. Nas palavras dos autores:

“Em contraste, desde o Taylorismo na aurora da era industrial, as práticas de gestão modernas buscam controlar as incertezas do seu contexto, e a habilidade de prever resultados. Como efeito, a gestão institucionalizada da atualidade busca uma voz monótona ao invés da multiplicidade.

...

De forma semelhante, gestores profissionais frequentemente recorrem a imitar “boas práticas” da sua área como sua escolha preferencial, citando a máxima da gestão, “Não reinvente a roda” mesmo quando reinventar a roda pode ser precisamente o que a situação pede” (BOLAND et al., 2008, tradução nossa).

Portanto não é apenas na configuração de objetos e espaços que esta capacidade de geração de alternativas é fundamental. Também na área da Administração de Empresas e na Administração Pública ela é muito importante, mas não tão presente quanto poderia. Desta forma nossas organizações, públicas ou privadas, grandes ou pequenas, podem estar sendo desenhadas e configuradas apenas com escolhas entre opções existentes, dentro de um espaço de possibilidades muito menor do que o que poderíamos ter.

Acabamos tendo que escolher entre os poucos cenários prováveis, mas não entre outros cenários, talvez melhores e igualmente possíveis, mas que exigem um maior distanciamento das práticas atuais (VOROS, 2003), alcançada justamente através desta capacidade de geração de alternativas. Ao invés de gerar novos e melhores futuros preferíveis, ficamos constantemente replicando o presente dentro de futuros prováveis.

3 I FERRAMENTAS PARA GERAÇÃO DE FUTUROS

Esta é uma das razões para que estas abordagens baseadas em projeto tenham recebido tanta atenção nos últimos 10 anos. Mesmo que os estudos sobre metodologias de projeto sejam dos anos 1960 (BARROS, 2018; KIMBELL, 2011), foi com a divulgação destas técnicas de projeto para outras áreas que o tema ganhou potência e grande repercussão nos anos 2000 (JOHANSSON-SKÖLDBERG; WOODILLA; ÇETINKAYA, 2013).

Segundo uma das definições mais comuns sobre estas abordagens, elas são baseadas em dois pontos que merecem uma atenção particular: os métodos utilizados em projeto e a sensibilidade de um projetista profissional (BROWN, 2008).

No lado dos métodos temos procedimentos, técnicas e ferramentas que dão suporte ao processo de projeto. Por exemplo, o processo de projeto muitas vezes não evolui por fases, mas ocorre através de muitas iterações entre três “momentos” ou enfoques, como **inspiração, ideação e implementação** (BROWN, 2008) ou ligados às atividades de **perguntar, experimentar e fazer** (QUAYLE, 2017, p. 75). Também são recorrentes os kits de ferramentas (*design toolkits*) que compilam técnicas e ferramentas recorrentes (COUTO; LINDEN, 2017), como o *Field Guide for Human Centred Design*, desenvolvido pela IDEO (disponível em: <http://www.designkit.org/>) ou o *Design, Impact and You* desenvolvido pela

ONG Nesta no Reino Unido (disponível em: <https://diytoolkit.org/>).

No entanto estas ferramentas tem um grande impacto no processo, pois uma boa definição do objetivo central de um projeto é evoluir por múltiplos modelos até chegar a uma representação satisfatória do que está sendo projetado (CROSS, 1990). Desta forma, ao passar de um modelo ao outro, é necessário compreender como cada ferramenta irá afetar o processo, e que esta escolha é fundamenta para um bom desenvolvimento do mesmo (GOLDSCHMIDT, 2004), pois além de meras ferramentas de representação, estes modelos são verdadeiras “próteses cognitivas” que os projetistas usam para gerar suas ideias em uma combinação de processos mentais e externalizações no mundo (BARROS; VELLOSO; CARLI, 2013; FISH, 2004). Mais do que ferramentas “prontas para uso”, no design elas são frequentemente adaptadas ou até completamente modificadas de acordo com a situação (BOLAND et al., 2008; JOHANSSON-SKÖLDBERG; WOODILLA; ÇETINKAYA, 2013).

Portanto, tanto a condução do processo de projeto, quanto na escolha e utilização destas ferramentas, os desafios presentes exigem bem mais do que simplesmente dar acesso a um conjunto de ferramentas recorrentes. Existe uma competência de projeto específica que também precisa estar disponível.

O outro ponto mencionado na definição é a “sensibilidade do projetista”. Enquanto os métodos e ferramentas são passíveis de existirem e serem comunicados através de guias e modelos (*templates*), e são mais facilmente descritos e operacionalizados, esta “sensibilidade” se mostra diretamente ligada a um profissional de design. Isto indica que se por um lado podem existir conjuntos de ferramenta (*toolkits*) amplamente disponíveis, ainda dependemos de um conhecimento que não está bem definido e que, neste caso, está diretamente vinculado aos profissionais do projeto.

É muito curioso notar que as críticas ao *Design Thinking* tensionam esta questão. Por um lado, temos críticas que dizem que somente tornando estes conteúdos mais acessíveis e aplicáveis que o *Design Thinking* poderá atingir seu potencial, ou então ele poderá ser apenas mais uma iniciativa de impacto muito menor do que o esperado (COLLOPY, 2019). Por outro, temos as críticas que apontam justamente para a falha que existe na fraqueza de uma descontextualização da proposta e aplicações do *Design Thinking*, que pode gerar um empobrecimento da cultura de projeto com o uma falsa participação no projeto (chamado de “participacionismo”) e práticas apenas superficiais, como o “projeto via post-it” (KIMBELL, 2011; MANZINI, 2016).

Portanto, para que estas ferramentas possam de fato gerar os resultados esperados, é necessário que o processo de projeto seja um processo que combine duas práticas de projeto: a prática baseada no especialista com um projeto orientado para a comunidade (HEKLER et al., 2019).

4 | O DESAFIO DE FUTUROS COMPARTILHADOS

A participação de usuários e outras partes interessadas (*stakeholders*) em projeto não é uma proposta nova e no campo de projeto tem sido chamada de projeto participativo (SANDERS; STAPPERS, 2014). No entanto, dentro desta denominação encontram-se iniciativas com níveis de participação muito distintos, o que exige uma análise mais cuidadosa.

Em um artigo que faz uma análise bibliográfica sobre o assunto temos uma proposta de organização interessante (CAIXETA; TZORTZOPOULOS; FABRICIO, 2019), que pode ser descrita em três níveis, sendo que o último nível se subdivide, da seguinte forma:

- **Nível Informativo:** O nível mais superficial de participação, onde usuários e outros não-projetistas trazem informações sobre suas necessidades e recebem informações sobre o processo e sobre os resultados do projeto, mas sem interferir diretamente no mesmo.
- **Nível Consultivo:** Neste nível o processo de projeto prevê que sejam feitas consultas com usuários e outros não-projetistas, mas esta consulta é controlada pelos projetistas e a interferência no projeto está restrita ao que está presente nestas consultas.
- **Nível Participativo:** É o nível com maior envolvimento dos não-projetistas no processo, que combina e potencializa as competências profissionais de projetistas com o conhecimento específico de não-projetistas, sejam eles usuários ou outras partes interessadas. Nele é possível perceber dois tipos distintos de participação
 - **Projeto Participativo:** Normalmente é um processo mais abrangente e contínuo de projeto, onde as decisões são feitas ao longo do processo de projeto, e onde os não-projetistas influenciam inclusive em como esta participação ocorre no processo. Ocorre em um nível mais estratégico do projeto.
 - **Co-design:** Normalmente está associado à uma participação mais específica e pontual no processo, como em oficinas de co-criação onde projetistas e não-projetistas compartilham ações de projeto. Ocorrem em um nível mais operacional.

Apesar destes termos não serem um consenso na bibliografia, por exemplo, para alguns autores projeto participativo e co-design são tratados como sinônimos (Sanders Stappers 2008), a organização proposta traz uma visão muito interessante sobre o tema.

Portanto, para que estas abordagens baseadas em projeto como o *Design Thinking* ou o Design Estratégico se concretizem é necessário que ocorra o co-design (ou projeto participativo), que pode ser definido com “o processo de projeto geral que resulta da interação de uma variedade de disciplinas e partes interessadas, incluindo usuários finais e especialistas em projeto” (MANZINI, 2015b, tradução nossa).

Nesta configuração de projeto participativo, é importante percebermos que os projetistas passam a assumir dois papéis: além de continuarem sendo projetistas e contribuírem para o time de projeto como tal, também passam a fazer o papel de facilitadores do processo, pois são eles que tem a competência e experiência para lidar com os desafios de processo de projeto, ferramentas e técnicas que são utilizadas em projeto. Ele não é mais o responsável por trazer uma resposta, mas se torna o agenciador deste processo para que a solução seja alcançada coletivamente.

Nesta nova função, de facilitador de projeto, ele busca “colaborativamente expressar, fazer, avaliar e refletir sobre o processo da equipe de forma a permitir coletivamente identificar, enquadrar e ao menos sugerir melhorias para situações problemáticas” (NAPIER; WADA, 2017, p. 159, tradução nossa).

Este novo papel do projetista traz grandes desafios, pois eles se tornam intérpretes e intermediários culturais, e não apenas produtores de formas e configurações finais (KIMBELL, 2011; SANDERS; STAPPERS, 2008). Esta mudança não está completamente alinhada com competências atualmente desenvolvidas em projetistas, e diversos aspectos desta prática precisam ser melhor explorados (LUCK, 2018; MANZINI, 2015a, p. 65; MEYER; NORMAN, 2020).

Por exemplo, um aspecto particularmente desafiador é na comunicação do processo de projeto para os não-projetistas do time. Este processo é complexo e em algumas situações até labiríntico (DUBBERLY, 2004) e são necessárias formas eficientes de se mapear o processo para que a equipe toda possa acompanhá-lo (BRAVO; BOHEMIA, 2019). Outro aspecto desafiador é a condução do processo, que envolve uma camada de meta-cognição sobre o processo de projeto, ou seja, além de entender o que está sendo projetado, é necessário compreender o processo pelo qual esta atividade está sendo feita (BALL; CHRISTENSEN, 2019; DORST, 2015). Mas além do que ocorre normalmente no projeto, esta compreensão deve se dar para o time como um todo, e não apenas para um projetista individualmente (ZAHEDI; HEATON, 2017).

Desta forma colocam-se alguns desafios importantes para uma maior adoção destas abordagens baseadas em projeto presentes no Design Estratégico e *Design Thinking*. Em particular é possível apresentar as seguintes questões:

- Como dar suporte a uma escolha bem informada dos processos, ferramentas e técnicas que devem ser utilizados em cada momento de um projeto?
- Como podemos balancear competências e conhecimentos de projeto mais genéricas e amplamente utilizáveis com outras que exigem a participação de um projetista mais experiente?
- Como aprimorar o uso do conhecimento de projeto para além dos campos tradicionais de projeto?
- Como educar e capacitar os projetistas para esta nova atuação como facilitadores?

Uma possibilidade está justamente na busca de um ponto de equilíbrio entre ferramentas e métodos altamente genéricos (e extremamente flexíveis) com situações recorrentes, onde a existência de padrões e similaridades podem dar origem a versões destas ferramentas particularmente adequadas para estas situações. Mas estamos ainda muito longe de respostas e, portanto, cabe a investigação.

REFERÊNCIAS

BALL, L. J.; CHRISTENSEN, B. T. Advancing an understanding of design cognition and design metacognition: Progress and prospects. **Design Studies**, v. 65, p. 35–59, nov. 2019.

BARROS, G. Racionalidade e problemas selvagens no projeto de cidades inteligentes. In: ROZESTRATEN, A. (Ed.). **Cidades “Inteligentes” e poéticas urbanas**. 1. ed. São Paulo, SP, Brazil: Annablume, 2018. p. 67–91.

BARROS, G. **A contribuição das profissões de projeto no enfrentamento de problemas complexos**. Atas do 3º Colóquio Internacional ICHT 2019 – Imaginário: Construir e Habitar a Terra. **Anais...** In: 3º COLÓQUIO INTERNACIONAL ICHT 2019 – IMAGINÁRIO: CONSTRUIR E HABITAR A TERRA. São Paulo, SP, Brazil: FAUUSP, 2019 Disponível em: <https://sites.usp.br/icht2019/wp-content/uploads/sites/416/dlm_uploads/2019/07/A-contribuic%CC%A7a%CC%83o-das-profisso%CC%83es-de-projeto-no-enfrentamento-de-problemas-complexos.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019

BARROS, G.; VELLOSO, L.; CARLI, L. A Technique to Improve Freehand Sketches of Multi-touch Interactions. In: ANACLETO, J. C. et al. (Eds.). **Entertainment Computing – ICEC 2013**. Lecture Notes in Computer Science. Berlin: Springer Berlin Heidelberg, 2013. v. 8215p. 151–155.

BOLAND, R. J. et al. Managing as Designing: Lessons for Organization Leaders from the Design Practice of Frank O. Gehry. **Design Issues**, v. 24, n. 1, p. 10–25, jan. 2008.

BRAVO, Ú.; BOHEMIA, E. Roles of Design Processes Models as Didactic Materials. **Conference Proceedings of the Academy for Design Innovation Management**, v. 2, n. 1, 30 out. 2019.

BROWN, T. Design Thinking. **Harvard Business Review**, v. 86, n. 06, p. 84–92, 2008.

BUCHANAN, R. Wicked Problems in Design Thinking. **Design Issues**, v. 8, n. 2, p. 5, 1992.

CAIXETA, M. C. B. F.; TZORTZOPOULOS, P.; FABRICIO, M. M. User involvement in building design – a state-of-the-art review. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 26, n. 48, p. e151752, 26 ago. 2019.

COLLOPY, F. Why the Failure of Systems Thinking Should Inform the Future of Design Thinking (06.07.09). **Design Issues**, v. 35, n. 2, p. 97–100, mar. 2019.

COUTO, E. B. DO; LINDEN, J. C. DE S. VAN DER. Toolkits orientados ao design social. In: BERNARDES, M. M. E S.; LINDEN, J. C. DE S. VAN DER (Eds.). **Design em pesquisa: vol 1**. Porto Alegre: Marcavizual, 2017. p. 196–216.

CROSS, N. The nature and nurture of design ability. **Design Studies**, v. 11, n. 3, p. 127–140, 1990.

DORST, K. Frame Creation and Design in the Expanded Field. **She Ji: The Journal of Design, Economics, and Innovation**, v. 1, n. 1, p. 22–33, 2015.

DUBBERLY, H. **How do you design?** San Francisco: Dubberly Design Office, 2004.

FISH, J. Cognitive Catalysis: Sketches for a Time-lagged Brain. In: GOLDSCHMIDT, G.; PORTER, W. L. (Eds.). **Design representation**. London, UK: Springer-Verlag, 2004. p. 151–184.

GOLDSCHMIDT, G. Design representation: Private process, public image. In: GOLDSCHMIDT, G.; PORTER, W. L. (Eds.). **Design representation**. London, UK: Springer-Verlag, 2004. p. 203–217.

HEKLER, E. B. et al. **Exploring, Defining, & Advancing Community-Driven Design for Social Impact**. Companion Publication of the 2019 on Designing Interactive Systems Conference 2019 Companion. **Anais...** In: DIS '19: DESIGNING INTERACTIVE SYSTEMS CONFERENCE 2019. San Diego CA USA: ACM, 18 jun. 2019. Disponível em: <<https://dl.acm.org/doi/10.1145/3301019.3319998>>. Acesso em: 30 dez. 2020

JOHANSSON-SKÖLDBERG, U.; WOODILLA, J.; ÇETINKAYA, M. Design Thinking: Past, Present and Possible Futures. **Creativity and Innovation Management**, v. 22, n. 2, p. 121–146, jun. 2013.

KIMBELL, L. Rethinking Design Thinking: Part I. **Design and Culture**, v. 3, n. 3, p. 285–306, nov. 2011.

KIMBELL, L.; VESNIĆ-ALUJEVIĆ, L. After the toolkit: anticipatory logics and the future of government. **Policy Design and Practice**, v. 3, n. 2, p. 95–108, 2 abr. 2020.

LUCK, R. Participatory design in architectural practice: Changing practices in future making in uncertain times. **Design Studies**, v. 59, p. 139–157, 2018.

MANZINI, E. **Design, when everybody designs: an introduction to design for social innovation**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2015a.

MANZINI, E. Design in the transition phase: a new design culture for the emerging design. **Design Philosophy Papers**, v. 13, n. 1, p. 57–62, 2 jan. 2015b.

MANZINI, E. Design Culture and Dialogic Design. **Design Issues**, v. 32, n. 1, p. 52–59, jan. 2016.

MERONI, A. Strategic design: where are we now? Reflection around the foundations of a recent discipline. **Strategic Design Research Journal**, v. 1, n. 1, p. 31–38, 1 dez. 2008.

MEYER, M. W.; NORMAN, D. Changing Design Education for the 21st Century. **She Ji: The Journal of Design, Economics, and Innovation**, v. 6, n. 1, p. 13–49, 2020.

MICHELI, P. et al. Doing Design Thinking: Conceptual Review, Synthesis, and Research Agenda: Doing Design Thinking. **Journal of Product Innovation Management**, v. 36, n. 2, p. 124–148, mar. 2019.

MYERSON, J.; LEE, Y. Designing with the people, for the people and by the people. **Proc. Design Activism and Social Change**, 2011.

NAPIER, P.; WADA, T. Position Paper: Defining Design Facilitation: Exploring and Advocating for New, Strategic Leadership Roles for Designers and What These Mean for the Future of Design Education. **Dialectic**, v. 1, n. 1, 1 mar. 2017.

NORMAN, D. A.; STAPPERS, P. J. DesignX: Complex Sociotechnical Systems. **She Ji: The Journal of Design, Economics, and Innovation**, v. 1, n. 2, p. 83–106, 2015.

QUAYLE, M. **Designed Leadership**. New York: Columbia University Press, 2017.

SANDERS, E. B.-N.; STAPPERS, P. J. Co-creation and the new landscapes of design. **CoDesign**, v. 4, n. 1, p. 5–18, mar. 2008.

SANDERS, L.; STAPPERS, P. J. From designing to co-designing to collective dreaming: three slices in time. **Interactions**, v. 21, n. 6, p. 24–33, 30 out. 2014.

SEVALDSON, B.; JONES, P. An Interdiscipline Emerges: Pathways to Systemic Design. **She Ji: The Journal of Design, Economics, and Innovation**, v. 5, n. 2, p. 75–84, 2019.

VASSÃO, C. A. **Metadesign: ferramentas, estratégias e ética para a complexidade**. São Paulo: Blucher, 2010.

VOROS, J. A generic foresight process framework. **Foresight**, v. 5, n. 3, p. 10–21, jun. 2003.

ZAHEDI, M.; HEATON, L. A Model of Framing in Design Teams. **Design and Technology Education**, v. 22, n. 2, p. 8–25, 2017.

A DESCONSTRUÇÃO DA FORMA POR DANIEL LIBESKIND

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/01/2021

Marco Aurélio Gimenes de Oliveira

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente – SP, Brasil

Thaís Pichioni Pellozo

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente – SP, Brasil

Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente – SP, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1250004232762026>

RESUMO: O presente trabalho, compreende uma pesquisa do tipo qualitativa, que abordará dados decorrentes de uma revisão de arquitetura, somada a uma análise sob os aspectos da teoria desconstrutivista, que seguem a metodologia de triangulação de dados de Minayo (2005), sendo assim o estudo em questão propõe a verificação do rompimento com a tradição na arquitetura por Daniel Libeskind, analisado aqui através de quatro obras importantes do arquiteto desconstrutivista, buscando dessa forma, esclarecer seu perfil projetual e pensamento arquitetônico. Este objetivo é obtido por meio de estudos bibliográficos que permitem o entendimento requerido. As obras analisadas no presente artigo são o Edifício Vitra; Museu Judaico de Berlim; e Pavilhão Vanke. A última delas, Royal Ontario Museum, possui uma

análise mais aprofundada, reunindo as principais características projetuais do arquiteto, sendo também a obra mais impactante visualmente. O estudo mostra que seus projetos, apesar do cuidado formal, apresentam também um funcionalismo marcante, sendo assim, a teoria do estudo arquitetônico é o rompimento com o tradicionalismo em acordo com suas funções e busca pela sustentabilidade.

PALAVRAS - CHAVE: Estrutura, Formalismo, Fragmentação, Desequilíbrio, Geometria.

THE DECONSTRUCTION OF FORM BY DANIEL LIBESKIND

ABSTRACT: The present work, comprises a qualitative research, which will approach data resulting from an architecture review, added to an analysis under the aspects of deconstructivist theory, which follow Minayo's (2005) data triangulation methodology, thus being the study in question it proposes the verification of the break with tradition in architecture by Daniel Libeskind, analyzed here through four important works by the deconstructivist architect, thus seeking to clarify his design profile and architectural thinking. This objective is achieved through bibliographic studies that allow the required understanding. The works analyzed in this article are the Vitra Building; Jewish Museum in Berlin; and Vanke Pavilion. The last one, the Royal Ontario Museum, has a more in-depth analysis, gathering the main design characteristics of the architect, being also the most visually striking work. The study shows that his projects, despite the formal care, also have a remarkable functionalism, therefore, the theory of architectural study is the break with

traditionalism in accordance with its functions and search for sustainability.

KEYWORDS: Structure, Formalism, Fragmentation, Imbalance, Geometry.

1 | INTRODUÇÃO

As mudanças culturais e científicas do início do século XX puseram por terra a confiança no progresso infinito que havia no século anterior e iniciaram uma nova etapa na cultura e na arquitetura, a qual foi capaz de criar novos modelos universais. As mudanças por trás da crise da modernidade resultam na ruptura desses modelos e na sua destruição teórica no fim da década de 1980. No final do século XX, as diferentes ciências da complexidade propõem de modo explícito a ruptura dos modelos universais de conhecimento. (PEREIRA, 2010).

Ainda segundo Pereira (2010), ao mesmo tempo a arquitetura começa a ser entendida mais como comunicação e desenho, em um processo que leva ao predomínio evidente das formas e ao neoecletismo dos processos. Os arquitetos voltam a dar valor ao complexo, ao irônico e ao ambíguo como características positivas. Em uma espécie de escapismo futurista, se defende a ruptura dos modelos universais de conhecimento e se propõe sua destruição: sua desconstrução como oposição dialética e polêmica, em vez de qualquer ideia de composição arquitetônica.

O termo Desconstrutivismo apareceu pela primeira vez na década de 1980, como uma ideia desenvolvida pelo filósofo francês Jacques Derrida de fragmentação estrutural para explorar a assimetria da geometria, mantendo a funcionalidade do espaço. Iniciou-se uma experimentação com esses volumes, caracterizando um estilo por sua descontinuidade. As regras da arquitetura foram quebradas e a máxima moderna “A forma segue a função” foi completamente abandonada, permanecendo o refinamento e a elegância. Os edifícios foram manipulados de forma a assumir formas geométricas imprevisíveis, mas conservando sua função. (STOUHI, 2018).

O desconstrutivismo possui interpretações diferentes em relação a como ele é alcançado, porém, todas elas levam ao mesmo resultado, um rompimento irrefreável da tradição arquitetônica. Derrida (1950) diz que a desconstrução é uma investigação da técnica e da metáfora arquitetônica, capaz de conceber a ideia de construção. Segundo ele, pode-se entender a desconstrução como um retrocesso, pois desfaz um sistema construído ao longo de anos de tradição e cultura.

Segundo Bernard Tschumi (2006b), a arquitetura não apresenta um conjunto de conceitos que evidencia sua continuidade de questões e as fronteiras de suas atividades. Assim, seus limites são variáveis, possuindo seus temas e seus ideais próprios para cada década. Para ele, cada forma de conhecimento usa diferentes discursos e expressões arquitetônicas, nos informando sobre a situação da arquitetura e suas preocupações e polêmicas.

Surge então a questão de que o desconstrutivismo seria a resposta de sua época e anseios das pessoas que nela vivem, e dessa forma, inevitável. Tschumi (2006a) ainda aponta para os desvios do discurso formalista e a renovação do interesse por eventos arquitetônicos, que têm tomado uma forma programática e imaginária. Começa a discutir o “efeito crítico” dos tipos construtivos tidos como ideais, nascidos da função e transformados em novos programas, dizendo que “se quisermos nos ater a uma ruptura epistemológica com o que é geralmente chamado de Modernismo, então sua contingência formal também deve ser posta em questão”. (TSCHUMI, 2006c, p. 187).

A arquitetura desconstrutivista provém da disjunção de elementos considerados imutáveis ou tradicionais, e indiscutivelmente associados, surgindo em oposição a isso. No entanto, essa disjunção apenas possibilita a compreensão ao longo do tempo, dos elementos separados e únicos, não precisando necessariamente estarem unidos para fazerem sentido. Assim:

O conceito de disjunção é incompatível com uma visão estática, autônoma e estrutural da arquitetura. Mas não é contrário à autonomia ou à estrutura: apenas implica operações mecânicas constantes que produzem sistematicamente a dissociação no espaço e no tempo, em que um elemento programático, com o movimento de corpos ou coisas do tipo. (TSCHUMI, 2006d, p. 191).

De acordo com Eisenman (1987, p. 192), “a figura retórica é uma forma híbrida que sintetiza presença e ausência, e que contém sua própria ausência”. Uma obra deve ser representativa por si mesma e não remeter a elementos que não fazem parte de seu contexto e época. Ela deve ser real e estar contida dentro do que pretende expressar. Se diferenciando da arquitetura dos símbolos que resgatam o passado, da falsa representação, onde representa algo que não está presente. Ainda assim, ela se difere da Arquitetura Moderna, uma vez que ela modifica seu ideal totalmente funcional e o unifica ao formalismo, agregando-o a ele e tornando um edifício um misto das duas coisas, podendo ser muito bem articuladas e apresentadas em conjunto.

Segundo Mugerauer (1988, p. 215), “[...] o objetivo é continuar desconstruindo e reconstruindo, sempre tecendo de novo o novo ambiente em que habitamos.” O pensamento soa como uma crítica aos objetivos desconstrucionistas, uma vez que explicita a impossibilidade de se livrar totalmente de símbolos e a criação de um modelo que venha a se tornar tradicional, já que ao quebrar com os conceitos e caminhos existentes, criam-se novos conceitos e caminhos que os substituem.

Será abordado a seguir a arquitetura e projeto de Daniel Libeskind, renomado arquiteto desconstrutivista que, segundo Libeskind (2020b, p. 1) acredita que “o design atrevido deve ser realizado com tecnologia sustentável e [...] que a arte da arquitetura consiste em criar um impacto máximo dentro das restrições de orçamento e funcionalidade.”

2 | MÉTODOS

A metodologia desse estudo baseia-se numa investigação bibliográfica somada a uma análise através de triangulação de dados, que conforme Minayo (2005, p. 01) se fundamenta numa abordagem qualitativa de pesquisas, “[...] capaz de viabilizar o entrelaçamento entre teoria e prática e de agregar múltiplos pontos de vista seja das variadas formulações teóricas utilizadas pelos pesquisadores ou a visão de mundo dos informantes da pesquisa [...]”, utilizando-se como instrumentos para levantamento livros, sites, artigos e periódicos a partir da compreensão dos fenômenos, por meio de sua descrição e interpretação. Para o presente artigo, como trabalho do tipo levantamento bibliográfico, tem-se inicialmente uma investigação das principais produções no contexto, considerando a peculiaridade do objeto de estudo arquitetônico, tendo como foco o rompimento com o tradicionalismo em consonância com o funcionalismo e a busca pela diminuição nos impactos ao meio ambiente.

3 | RESULTADOS

Daniel Libeskind é um arquiteto americano, nascido na Polônia em 1946. Emigrou para a cidade de Nova York em 1959.

Depois de estudar música, ele recebeu seu diploma como arquiteto profissional na Cooper Union para o avanço da Ciência e Arte em 1970 e uma pós-graduação em história e teoria da arquitetura na universidade de Essex em 1972. Em 1989, depois de vencer o concurso internacional para o museu Judaico de Berlim, ele se mudou para Berlim e fundou o estúdio vivo, sua esposa Salinas, grandes projetos culturais de renome mundial. (LIBESKIND, 2020b, s/ p.).

Em 2003, o Studio Libeskind se instala em Nova York, quando o arquiteto é selecionado como vencedor do concurso para projetar o World Trade Center, e se envolve em design e na realização de um grande número de shoppings e torres residenciais em todo o mundo. A arquitetura da pele, de seu interesse, e seu profundo compromisso com a música, filosofia, literatura e poesia lírica, tem como objetivo criar uma arquitetura ressonante única e sustentável que conte uma história. “Acredito que a arquitetura comunica a riqueza da cultura, mesmo que tenha muito a ver com tecnologia e engenharia, é principalmente um campo cultural. [...] A arquitetura é arte da comunicação, é uma arte da cultura e arte do intelecto, é poesia, é música.” (LIBESKIND, 2020b).



Imagem 1 – Daniel Libeskind.

Fonte: Lara, 2017.

O movimento agora conhecido como desconstrutivismo nasceu com a exposição *Arquitetura Desconstrutivista*, em Nova York, com curadoria do arquiteto vencedor do Prêmio Pritzker de 1979, Philip Johnson, com a assistência de Mark Wigley, atualmente Decano Emérito da Universidade de Columbia. A exposição foca em 7 arquitetos internacionais (Peter Eisenman, Frank Gehry, Zaha Hadid, Rem Koolhaas, Daniel Libeskind, Bernard Tschumi e Coop Himmelblau), cuja abordagem da arquitetura é muito parecida. Os projetos apresentados são uma continuação do construtivismo russo de 1920, mas o objetivo tradicional de harmonia, unidade e clareza é superado pela desarmonia e o mistério. Por fim, Mark Wigley escreve: “Os projetos desta divisão marcam uma sensibilidade e uma diferença na qual o solo em uma forma pura foi perturbado, a forma foi contaminada, o sonho tornou-se uma espécie de pesadelo”. (LIBESKIND, 2020b, s/ p.).

Segundo Libeskind (2020b), a reconhecida imperfeição do arquiteto do mundo moderno intencionalmente viola a ordem e o finalismo do modernismo, através do uso de volumes torcidos diagonais e deformados. Em seguida, no monte da arquitetura construtivista os projetos são ambíguos e descentralizados, apresentam torções, fragmentações e dobras e parecem estar em estado de explosão ou colapso.

Libeskind (2020b) explica que sua abordagem à arquitetura não é ortodoxa e que o processo de design é inevitável, pois as ideias podem vir da música ou de um poema ou podem ser inspiradas pelas coisas mais inefáveis, como a luz e o som mais apropriado,

sendo sua filosofia de design baseada na ideia de que a arquitetura em si é comunicativa, cada um dos edifícios conta uma história única e particular que reflete tanto o conteúdo programático quanto a singularidade, que os edifícios e projetos urbanos são modelados com uma energia humana perfeita e que os edifícios têm a comunidade cultural em que são construídos, por outro lado, de acordo com o lugar, é impossível construir algo significativo se você não entender profundamente. No contexto de um projeto como esse, não apenas o ambiente físico imediato é levado em consideração, mas também a história de um local às tradições relacionadas a isso.

Finalmente, Daniel Libeskind se refere a Teoria da Arquitetura, como a arte que está constantemente progredindo e que se assemelha a um ser humano: tem vulnerabilidades, uma alma, um coração problemas e tensões. “Um projeto é produto de uma análise de lugar, como também de uma evolução que envolve a comunidade e emocionantes seres humanos.” (LIBESKIND, 2020b, s/ p.).

Serão comentadas três das principais obras do arquiteto em estudo, com a intenção de melhor compreender suas características e perfil projetual. A primeira delas é o Edifício Vitra, um prédio de apartamentos localizado no bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo. “É um projeto residencial luminoso próximo às vias importantes e do conhecido Parque do Povo e Ibirapuera, o primeiro projeto do Studio Libeskind na América do Sul.” (LIBESKIND, 2020b, s/ p.).

Como primeira parceria entre o Studio Libeskind e Pablo Slemenson, o prédio possui 14 apartamentos, onde cada um deles apresenta uma planta diferente e ocupa um andar inteiro. (ARCHDAILY, 2015). Segundo o Libeskind (2020b, s/ p.), “o edifício está envolvido em um jogo de transparência e opacidade: com a progressão do sol, o vidro se alterna entre um espelho perfeito do céu e a dinâmica vida da cidade de São Paulo [...]”.

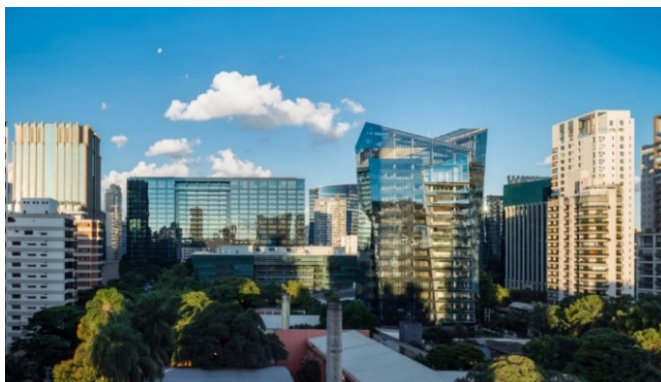


Imagem 2 – Edifício Vitra na paisagem urbana de São Paulo.

Fonte: Studio Libeskind, 2020e.

De acordo com Archdaily (2015, p. 1), “o design ousado do edifício é multifacetado como uma pedra preciosa. As varandas de vidro com jardins verdes se alternam com as fachadas lisas do edifício.” O arranha-céu espelhado tem como conceito sua preocupação com a sustentabilidade, sendo assim, seu partido surge da adoção de diversos meios de reaproveitamento, reutilização e economia de recursos.

Um dos princípios orientadores do projeto foi a adoção de práticas sustentáveis. As soluções sustentáveis empregadas no Vitra incluem um sistema de coleta e reutilização de água da chuva, painéis solares para aquecimento de água, uso de materiais sustentáveis, baixo consumo de energia, vidros de baixa emissividade, sistemas inteligentes de gerenciamento do edifício e gerenciamento eficiente de resíduos gerados durante a construção. O projeto foi concluído em 2015. (LIBESKIND, 2020e, s/ p.)

O edifício Vitra tem como um de seus destaques suas plantas que se diferenciam entre cada pavimento, oferecendo assim uma dinâmica e características únicas em cada um dos apartamentos. “Vitra possui quatorze residências e uma cobertura, cada uma com uma planta única, variando em tamanho de 6.080 a 12.325 pés quadrados.” (LIBESKIND, 2020e, s/ p.).



Imagem 3 – Setorização da planta baixa Duplex I do Vitra, sem escala.

Fonte: ArchDaily, modificado pelo autor, 2020.

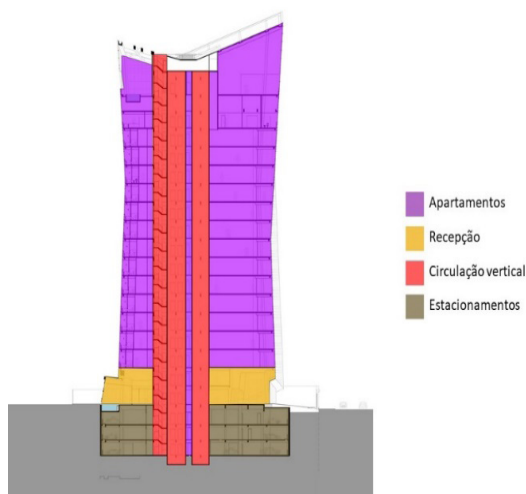


Imagem 4 – Setorialização de corte esquemático do Vitra, sem escala.

Fonte: Archdaily, modificado pelo autor, 2020.

Ao analisar as setorializações de uma das plantas e um corte do edifício, percebe-se sua categorização de espaços bastante definida, de forma funcional e proveitosa quanto suas posições e utilização. “As comodidades incluem: um jardim na base; vistas da cidade em 360 graus em todas as unidades; e instalações de bem-estar (spa, academia e piscina).” (LIBESKIND, 2020e, s/ p.).

A segunda das principais obras analisadas é o Museu Judaico de Berlim, que foi aberto ao público em 2001, e expõe a história social, política e cultural judia na Alemanha desde o século IV até o presente. “Ele integra e apresenta de forma objetiva, pela primeira vez na Alemanha pós-guerra, as repercussões do Holocausto.” (LIBESKIND, 2020a, s/ p.).



Imagem 5 – Museu Judaico de Berlim, ao lado do Museu Barroco.

Fonte: Studio Libeskind, 2020a.

O projeto é formado por duas linhas que traçam o corpo do edifício. De acordo com Yunis (2016, p. 1) “nas interseções dessas linhas estão os “vazios”, espaços que se elevam a 20 metros verticalmente desde o térreo à cobertura e que representam o elemento estrutural do novo edifício e a nova conexão com o edifício antigo”. Não é possível acessar o novo museu, só podendo ser adentrado através do antigo museu barroco, localizado ao seu lado. “Um Vazio corta o plano de zigue-zague do novo prédio e cria um espaço que incorpora a ausência. É uma linha reta cuja impenetrabilidade se torna o foco central em torno do qual as exposições são organizadas.” (LIBESKIND, 2020a, s/ p.). As janelas em fita na fachada parecem cortar o edifício, como se ele possuísse feridas e cicatrizes.

O posicionamento das janelas, precisamente as estreitas fendas, segue uma matriz precisa. Durante o processo de projeto, Libeskind traçou as direções de cidadãos judeus e alemães de destaque em um mapa de Berlim anterior à Guerra, e uniu os pontos para formar uma «matriz irracional e invisível», em que baseia a linguagem formal e a geometria do edifício. (YUNIS, 2020).

Grande parte das paredes do museu não contam com calefação ou condicionamento de ar, nem luz artificial, assim como a “Torre do Holocausto”. O edifício é revestido em zinco, um material que tem uma longa tradição na história arquitetônica berlinense. O zinco não tratado muda de cor e oxida-se com a exposição à luz e às intempéries, criando mudanças na fachada através dos anos. (YUNIS, 2020).

Por último, será comentado sobre uma obra temporária. “Localizado em Milão, na Itália, e exposto em 2015, o Pavilhão Vanke é um pavilhão corporativo, desenvolvido para a empresa asiática Vanke China.” (LIBESKIND, 2020d, s/ p.).

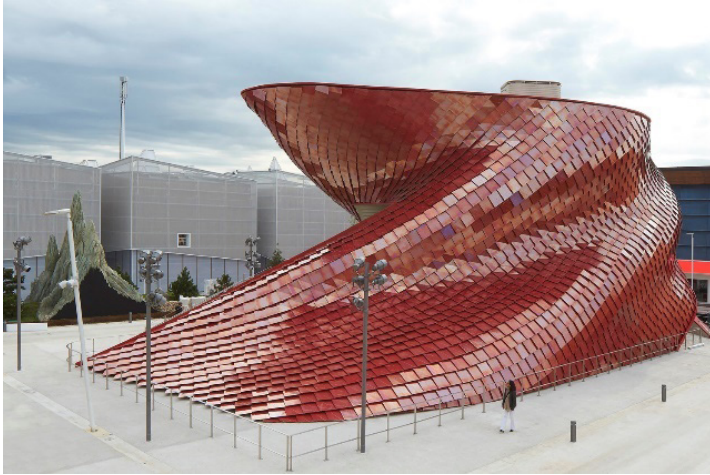


Imagem 6 – Pavilhão de Vanke.

Fonte: Archdaily, 2020.

O Pavilhão de Vanke incorpora três ideias da cultura chinesa que fazem relação com a alimentação. Segundo Archdaily (2015, p. 3), são eles: “a *shi-tang*, uma sala de jantar tradicional chinesa; a paisagem, o elemento essencial para a vida; e o dragão, que está metaforicamente relacionado à agricultura e ao sustento.”

Foi dada importância para a cultura chinesa, que com as cidades forçando as pessoas a viverem próximas umas das outras, corria o risco de esquecimento perda ao longo do tempo. De acordo com Archdaily (2015, p. 4), “[...] é uma estrutura dinâmica que representa o crescimento e a resistência do povo chinês. É uma fusão completa de espaço interno e externo, o que permite um encontro inesperado entre o pavilhão e o espaço público que o envolve.

O pavilhão possuía 800 m², posicionado na extremidade sudeste do Lago Arena, e parecia surgir do Leste, criando uma paisagem dinâmica e vertical (LIBESKIND, 2020d, s/ p.). “Com a presença de um padrão geométrico sinuoso formado através de sua forma curva esticada e suas placas desenvolvidas especialmente para o projeto, totalizadas em 4.000.” (ARCHDAILY, 2015, s/ p.).

As placas geométricas, além de lembrarem um dragão, apresentam características sustentáveis, como autolimpeza e purificação do ar, e seu tom metálico vermelho faz com que diferentes cores sejam vistas, dependendo da luz que incide e reflete a partir de diferentes pontos de vista. (LIBESKIND, 2020d).

Há uma fusão muito bem-criada entre o interior e o exterior do pavilhão. Bambu e uma floresta de telas flutuam sobre um espelho d’água irregular que se molda aos caminhos do visitante. Segundo Archdaily (2015, p. 6), “[...] os visitantes encontram um espaço de

exposição preenchido com uma constelação de 200 telas montadas em uma matriz de andaimes de bambu.”

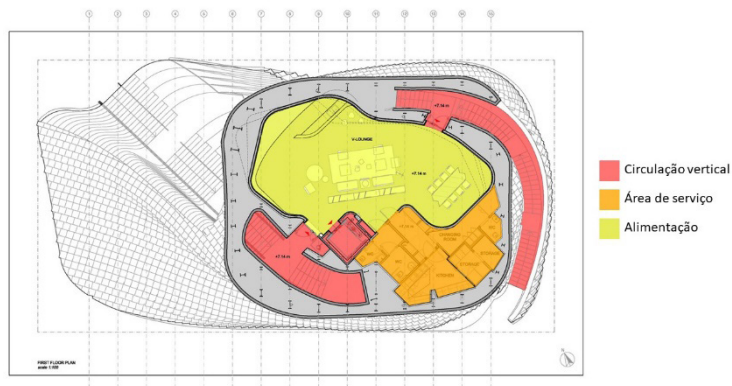


Imagem 7 – Planta primeiro piso, sem escala.

Fonte: Archdaily, modificado pelo autor, 2020.

Segundo Archdaily (2015, p. 6), “A grande escadaria, feita em concreto cinza é esculpida na forma avermelhada [...]. A plataforma de observação no pavimento superior com um jardim irá proporcionar uma vista deslumbrante sobre o lago [...]”.

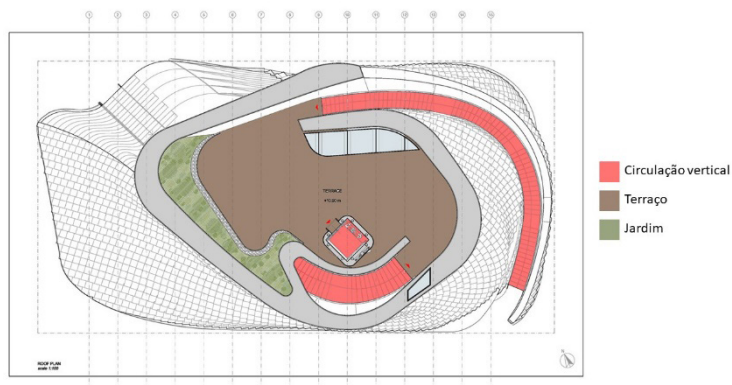


Imagem 8 – Planta último piso, sem escala.

Fonte: Archdaily, modificado pelo autor, 2020.

Através das análises realizadas, é possível notar o caráter extremamente funcional no arquiteto, apesar de suas formas não tradicionais e únicas, que fogem do que as pessoas estão acostumadas a ver. Suas possuem significado, expressando-se bem diante do que elas surgem, seja no Edifício Vitra, seja no Museu Judaico de Berlim.

4 | DISCUSSÃO

A seguir será analisada uma obra de grande relevância, escolhida com foco para este trabalho, na busca por esclarecer o perfil do arquiteto Daniel Libeskind e seu pensamento de romper com a tradição.

4.1 Royal Ontario Museum

O Museu Real de Ontário, conhecido como ROM, está localizado em Toronto, no Canadá, em um dos cruzamentos mais importantes do centro da cidade, sendo o maior museu do país e atraindo mais de um milhão de visitantes por ano. Em vez de construir novos museus para manter suas condições de exposição, o museu optou pela expansão de seus muros, para acomodar melhor a história. “Projetada pelo Studio Daniel Libeskind e inaugurada oficialmente em 2007, a extensão nomeada como Michael Lee-Chin Crystal, oferece quase 9.300 m² de espaço para exposições, nova entrada e novo saguão, uma loja e três novos restaurantes.” (LIBESKIND, 2020c).



Imagem 9 – Situação do ROM.

Fonte: ArchDaily, 2020.

Conforme Arch2o (2020), a nova adição parece dominar o edifício histórico existente, não tendo problemas em forçar sua arquitetura ao tradicional prédio de 102 anos, sem criar

uma transição de uma forma para outra, sendo seu nome derivado dos cinco volumes que se cruzam no edifício, lembrando cristais. Dando atenção e considerando à estrutura antiga, um grande átrio foi projetado fazendo a separação, fornecendo uma visão para as fachadas restauradas do patrimônio. Para o projeto, ainda foram renovadas dez galerias já existentes no antigo prédio.

O projeto foi ganhador de três grandes prêmios: “Ontario Steel Design Awards” pelo Instituto Canadense de Construção em Aço (2007), nomeado uma das “Novas Sete Maravilhas do Mundo” da Conde Nast Traveler (2008) e o “Sistema d’Atore Metra” do XVII Concorso Internazionale (2009). (LIBESKIND, 2020c).

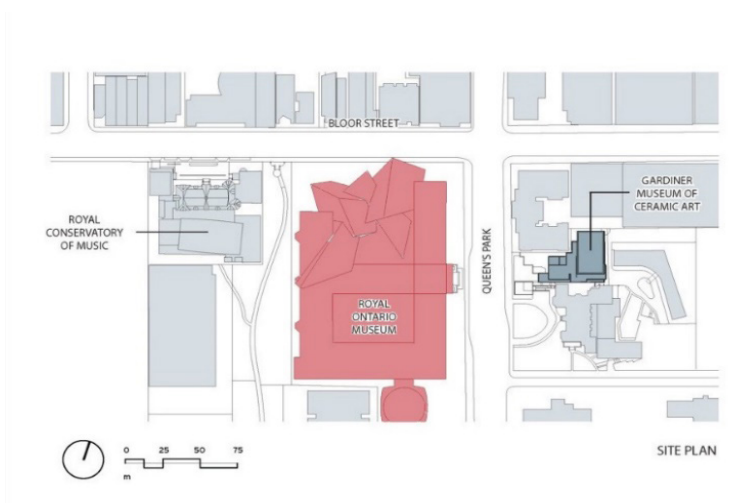


Imagem 10 – Royal Ontario Museum Crystal.

Fonte: Arch2o, 2020.

O Royal Ontario Museum é um exemplo de edifício contemporâneo que acaba por estar em disjunção com seu entorno, parecendo deslocado contra o fundo de edifícios históricos. “A diferenciação é justificada pelo programa que contêm, com o choque de sua presença contribuindo para se tornar um ícone, uma vez que suas formas incomuns geram uma resposta do público, não competindo com outros a sua volta.” (CROCKETT, 2016).

A grande estrutura criada por Libeskind parece ter pousado sobre o prédio do antigo museu, ao mesmo tempo sugere que tenha brotado ali. “O acréscimo reforça a importância e a beleza do edifício antigo, criando um ponto de contemplação para o mesmo, onde o espectador pode apreciar a beleza do velho aproveitando o espaço do novo.” (LIBESKIND, 2020c).



Imagem 11 – Royal Ontario Museum.

Fonte: Architizer, 2020.

Segundo Architizer (2020), o programa do museu oferece uma oportunidade maravilhosa para a nova arquitetura dramática e a criação de uma grande atração pública. “O Crystal transforma o caráter secreto e parecido com uma fortaleza do ROM, transformando-o em uma atmosfera inspirada dedicada ao ressurgimento do Museu como um centro dinâmico de Toronto.” Os edifícios históricos, complementados com uma arquitetura avançada e arrojada, formam um conjunto que regenera o significado urbano do Museu, que se torna uma vitrine de pessoas, eventos e objetos, transformando o complexo em um destino de classe mundial.

Para Cao (2019), Libeskind criou uma estrutura de formas prismáticas organicamente entrelaçadas, transformando essa parte importante de Toronto e todo o complexo do museu em um farol luminoso, usando prismas de vidro e aço, onde todo o nível do solo é unificado em um espaço contínuo, com clareza de circulação e transparência, explorando as mesmas formas para forçar parte do programa do museu para fora do edifício histórico, surgindo “um espaço experimental que procura investigar conceitos de acessibilidade e os limites entre a esfera pública e privada.”

Dos cinco novos cristais criados, dois desses são dedicados ao espaço da galeria, se cruzando para criar o espaço conhecido como Spirit House, que consiste em um grande átrio que sobe do nível do solo até o quarto andar, com pontes que o atravessam em vários níveis. “Um dos cristais contém a Stair of Wonders, escadaria que apresenta vitrines de

exposição, e outros dois cristais abrigam um restaurante.” (ARCH20, 2020).

Segundo Arch2o (2020, s/p.), o edifício foi construído em estrutura de aço com revestimento de alumínio e janelas de vidro. Embora o exterior seja caótico, a interseção de espaços feitos pela forma de cristal cria uma variedade de átrios em diferentes níveis do museu, oferecendo uma ampla variedade de vistas únicas para as galerias e para o mundo que está progredindo lá fora.

Libeskind também conseguiu trazer uma sensação de urbanidade para o interior do Crystal, que parece uma série de espaços unidos por passarelas, pontes, pontos de vista e janelas. Claramente, o edifício foi projetado para proporcionar o máximo prazer aos visitantes, para ser um artefato por si só, não apenas um receptáculo, a 'caixa preta' que obcecou os curadores por muito tempo. (HUME, 2007, s/p.)

Segundo Derrida (1950, p. 164) o desconstrutivismo rompe com o sonho da forma pura da arquitetura tradicional, surgindo de uma análise do porquê um edifício não pode fugir dos padrões de estética estabelecidos com o passar dos anos, através de sistemas filosóficos e culturais, deixando claro suas ideias de não destruição com uma estrutura aparentemente instável mas que não gera um colapso na edificação, identificando na impureza ao mesmo tempo convencimento e tortura, como um interrogatório. “A nova ala do museu provoca, instiga e choca o público, aflorando a imaginação e deixa todos atentos e apreensivos com a sensação de instabilidade aliada as dimensões do prédio, impondo sua presença como edifício expressivo que reflete a vida contemporânea.” (LIBESKIND, 2020c).



Imagem 12 – Royal Ontario Museum, fachada, relação entre o velho e o novo.

Fonte: Architizer, 2020.

Através da sua arquitetura, Daniel Libeskind, transmite um sistema complexo de relações entre o significado da história do projeto e o projeto em si, tornando-o um elemento tangível. Fica claro que, o processo de desenho requer uma sensibilidade que somente um arquiteto pode entender e, a arquitetura dos edifícios devem contar uma história e, por sua vez, deve apresentar uma identidade do contexto em que se encontra.

O desconstrutivismo de Libeskind refere-se ao fato de que, a composição do edifício deriva da história da discussão arquitetônica de onde ele nasce, a forma, como, e por quê. Sendo assim, a arquitetura deve ser compreendida como uma forma de linguagem que permite a comunicação com as pessoas e transmite uma mensagem para elas, ou seja, os edifícios funcionam como geradores de emoções.

Devido ao constante avanço tecnológico, a inovação é um fator determinante na arquitetura, capaz de atender às atuais necessidades globais, propondo soluções adequadas ao novo contexto, mediante projetos que conciliam economia, estética e função, incluindo questões de caráter ambiental e social. Daniel Libeskind é um visionário inovador e corresponde à busca arquitetônica na contemporaneidade que associa forma à emoção humana. Sua obra é atemporal, pensada no seu contexto e, ainda capaz de atingir um design que dialoga com as pessoas e o lugar.

REFERÊNCIAS

ARCH2O. **Royal Ontario Museum | Studio Libeskind**, 2020. Acessado em 08 Maio 2020 <<https://www.arch2o.com/royal-ontario-museum-studio-daniel-libeskind/>>

ARCHDAILY. **Expo Milão 2015: Pavilhão de Vanke/Daniel Libeskind**, 11 Maio 2015. Acessado em 01 Maio 2020 <<https://www.archdaily.com.br/br/766633/vanke-pavilion-expo-milao-2015-daniel-libeskind>>

ARCHDAILY. **VITRA/Studio Daniel Libeskind + Pablo Slemenson Arquitetura**, 06 Abr 2015. Acessado em 02 Maio 2020 <<https://www.archdaily.com.br/br/764928/vitra-studio-daniel-libeskind>>

ARCHITIZER. **Royal Ontario Museum**, 2020. Acessado em 08 Maio 2020 <<https://architizer.com/projects/royal-ontario-museum/>>

CAO, Lilly. **10 Intervenções Contemporâneas em Museus Históricos**, 15 Jul 2019. Acessado em 07 Maio 2020 <<https://www.archdaily.com.br/br/920695/10-intervencoes-contemporaneas-em-museus-historicos>>

CROCKETT, Lauren. **Protagonismo ou mimetismo? Como arquitetos lidam com o contexto**, 2016. Acessado em 08 Maio 2020 <<https://www.archdaily.com.br/br/793351/protagonismo-ou-mimetismo-como-arquitetos-lidam-com-o-contexto>>

DERRIDA, Jacques. **Uma arquitetura onde o desejo pode morar**. Entrevista a Eva Meyer. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. Páginas: 166-172. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

EISENMAN, Peter. **A Arquitetura e o Problema da Figura Retórica**. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. Páginas: 193-199. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

HOME, Christopher. **Museum as Artifact**, 26 Maio 2007. Acessado em 06 Maio 2020 <https://www.thestar.com/opinion/columnists/2007/05/26/museum_as_artifact.html>

LARA, Luiz Carlos. **O início profissional destes arquitetos é surpreendente. Saiba como foi**, 08 Ago 2017. Acessado em 05 Maio 2020 <<http://44arquitetura.com.br/2017/08/7-arquitetos-famosos-carreira-inicio/>>

LIBESKIND, Studio. **Jewish Museum Berlin**, 2020a. Acessado em 12 Maio 2020 <<https://libeskind.com/work/jewish-museum-berlin/>>

LIBESKIND, Studio. **Profile**, 2020b. Acessado em 22 Maio 2020 <<https://libeskind.com/profile/>>

LIBESKIND, Studio. **Royal Ontario Museum**, 2020c. Acesso em 06 Maio 2020. <<https://libeskind.com/work/royal-ontario-museum/>>

LIBESKIND, Studio. **Vanke Pavilion**, 2020d. Acessado em 02 Maio 2020 <https://libeskind.com/work/vanke-pavilion/>>

LIBESKIND, Studio. **Vitra**, 2020e. Acessado em 01 Maio 2020 <<https://libeskind.com/work/vitra/>>

MINAYO MCS, ASSIS SG, SOUZA ER, **organizadores. AVALIAÇÃO POR TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS: ABORDAGEM DE PROGRAMAS SOCIAIS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. 244 pp.

MUGERAUER, Robert. **Derrida e Depois**. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. Páginas: 200-177. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à História da Arquitetura**, [Recurso Eletrônico]. Traduzido por Alexandre Salvaterra. – Dados Eletrônicos. – Porto Alegre: Bookmam, 2010.

STOUHI, Dima. **O que é Desconstrutivismo?**, 28 Ago 2018. Acessado em 22 Maio 2020 <<https://www.archdaily.com.br/br/900679/o-que-e-desconstrutivismo>>

TSCHUMI, Bernard. **Arquitetura e Limites 1**. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. Páginas: 173-177. São Paulo: Cosac Naify, 2006a.

TSCHUMI, Bernard. **Arquitetura e Limites 2**. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. Páginas: 179-182. São Paulo: Cosac Naify, 2006b.

TSCHUMI, Bernard. **Arquitetura e Limites 3**. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. Páginas: 184-188. São Paulo: Cosac Naify, 2006c.

TSCHUMI, Bernard. **Introdução: Notas para uma Teoria da Disjunção Arquitetônica**. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. Páginas: 189-191. São Paulo: Cosac Naify, 2006d.

YUNIS, Natalia. **Clássicos da Arquitetura: Museu Judaico de Berlim/Daniel Libeskind**, 09 Nov 2016. Acessado em 12 Maio 2020 <<https://www.archdaily.com.br/br/799056/classicos-da-arquitetura-museu-judaico-de-berlim-daniel-libenskind>>

NEGROS E MULHERES NA ARQUITETURA E URBANISMO

Data de aceite: 01/03/2021

Data da submissão: 29/12/2020

Franciely Ferreira Cruz

Estudante do ensino médio e curso técnico em Edificações
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Registro
Pariquera-Açu / São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/0174495109972572>

Giselly Barros Rodrigues

Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestra em Habitação pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Arquiteta e Urbanista pela Universidade Anhembi Morumbi e Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus São Paulo
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP – Campus São Paulo
São Paulo / São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6485805298131356>

RESUMO: As desigualdades étnico-raciais, de gênero e sócio territoriais são um retrato da sociedade brasileira e estão fortemente presentes no sistema de ensino de base até o superior, afetando principalmente os estudantes negros que em sua maioria são pobres. No início dos anos 2000 foram implantadas políticas públicas focadas nas ações afirmativas para

auxiliar o ingresso dos estudantes negros na universidades públicas, essas políticas mostraram-se eficientes já que houve aumento de estudantes negros, porém nos cursos considerados de maior prestígio – Arquitetura e Urbanismo, objeto de estudo desta pesquisa – este aumento não foi tão expressivo. Foram analisados dados dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo dos Institutos Federais do Brasil, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas, concomitantemente foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o ingresso dos discentes negros nas universidades, políticas públicas sociais e raciais. A pesquisa mostra que apesar do aumento do número de negros nas universidades públicas nos últimos anos, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo esse aumento não é proporcional aos dados étnico-raciais brasileiros atuais. A partir da investigação dos dados concretos foi possível estabelecer narrativas explicativas, produzindo conteúdo, contribuindo com uma leitura mais completa sobre o quadro étnico-racial no meio. Também foram coletados dados do censo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, que ilustra o perfil étnico-racial e de gênero dos profissionais em atividade. Sendo assim as desigualdades de gênero na Arquitetura e Urbanismo também foram discutidas nessa pesquisa, onde a questão de gênero mostrou-se ser um aspecto ainda pior do que o étnico-racial, já que as mulheres recebem os menores salários, menor visibilidade e destaque, apesar de representarem a maioria das profissionais. A pesquisa demonstra que é urgente aprimorar as ações afirmativas com foco étnico-racial aumentando o ingresso de alunos

negros, assim como há urgência na equidade de gênero na Arquitetura e Urbanismo.

PALAVRAS - CHAVE: Negros na Arquitetura e Urbanismo; Mulheres na Arquitetura e Urbanismo; Estudantes negros; Cursos de maior prestígio; Ações afirmativas.

BLACK PEOPLE AND WOMEN IN ARCHITECTURE AND URBANISM

ABSTRACT: The ethnic-racial, gender and socio-territorial inequalities are a portrait of Brazilian society and are present in the basic education system up to the universities, affecting mainly black students who are mostly poor. In the early 2000s, public policies focused on affirmative actions were implemented to help black students come in public universities. These policies are efficient since there has been an increase in black students, but in courses considered more prestigious - Architecture and Urbanism, object of study of this research - this increase was not so expressive. Data were analyzed about students of Architecture and Urbanism of the Federal Institutes of Brazil, São Paulo University and Campinas State University, at the same time bibliographic researches were done about admission of black students to universities, social and racial public policies. The research shows that despite the increase in the number of black people in public universities in recent years, in the Architecture and Urbanism courses this increase is not proportional to the current Brazilian ethnic-racial data. From the investigation of the concrete data it was possible to establish explanatory narratives, producing content, contributing to a more complete reading about the ethnic-racial situation in the Architecture and Urbanism. Data were also collected from the census of the Brazilian Council of Architecture and Urbanism, which illustrates the ethnic-racial and gender profile of professionals in activity. Thus, gender inequalities in Architecture and Urbanism were also discussed in this research and gender issue is an even worse aspect than the ethnic-racial one, since women receive the lowest salaries, less visibility and prominence, despite representing the majority of professionals. This research demonstrates that there is an urgent need to improve affirmative actions with an ethnic-racial focus increases the enrollment of black students, as well as there is urgency in gender equity in Architecture and Urbanism.

KEYWORDS: Black people in Architecture and Urbanism; Women in Architecture and Urbanism; Black students; Larger prestigious courses; Affirmative actions.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo país com o maior número de negros do mundo, no país cerca de 56% da população é declarada preta ou parda (IBGE, 2019). De acordo com o IBGE a população pode se autodeclarar negra, que é considerada a raça, subdividida por dois grupos de acordo com a cor da pele - os pretos com o tom de pele retinto e os pardos com tons de pele menos retintos.

Guimarães (2015) e Silva e Silvério (2003) afirmam que mesmo sendo maioria, os negros permanecem desde os primórdios até os tempos atuais sendo vítimas de preconceito, discriminação e racismo. Além disso, a equidade entre negros e brancos está longe de ser alcançada, as desigualdades sociais, étnico-raciais, culturais, educacionais e territoriais são um retrato da sociedade brasileira. Desde o fim do período escravocrata os negros

permanecem à margem de qualquer projeto de nação, há tempos foram sendo reprimidos e encurralados a serviços com menores remunerações (GONÇALVES e AMBAR, 2015).

A desigualdade no ensino dos negros está presente desde o ensino fundamental até o superior, onde os brancos possuem vantagens e são privilegiados, além disso, as oportunidades de acesso ao ensino superior é uma seleção direta e indireta onde as classes sociais tem um grande peso (BOURDIEU, 1998).

A população pobre frequenta a escola pobre, os negros pobres frequentam escolas ainda mais pobres (...) toda vez que o sistema de ensino propicia uma diferenciação de qualidade, nas piores soluções, encontramos uma maior proporção de alunos negros. (ROSENBERG, 1990, p. 103 apud SILVA e SILVÉRIO, 2003, p. 86)

Frente a essas desigualdades educacionais e principalmente no acesso as universidades públicas, em meados dos anos 2000 foram implementadas políticas públicas com foco em ações afirmativas na tentativa de possibilitar o acesso dos mais pobres, negros e indígenas no ensino superior. Antes da implementação das cotas o acesso dos negros nas universidades eram escassos e confirmavam as desigualdades entre os segmentos raciais no ensino superior (QUEIROZ, 2004), mas, apesar da implementação da Lei de Cotas 12.711 de 2012, essas desigualdades ainda permanecem.

Artes e Ricoldi (2015) relatam que o número de negros nas universidades aumentou entre os anos de 2000 e 2010, mas é importante analisar considerando quais cursos que estão sendo frequentados por eles, já que *“Estudos indicam que as mulheres e os negros concentram-se em cursos de menor prestígio”* (ARTES e RICOLDI, 2015, p. 863).

O foco dessa pesquisa é analisar o perfil étnico-racial dos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, considerado um curso de maior prestígio segundo Queiroz (2004). Com objetivo de investigar e criar novas hipóteses sobre as motivações para a falta de representatividade negra no meio discente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo - apesar das cotas raciais - pesquisando na literatura e dados estatísticos levantados pelas instituições de ensino e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Gouvêa (1999) afirma que as faculdades de Arquitetura e Urbanismo têm os cursos voltados para o atendimento de apenas 3% da população, as elites. Há portanto o distanciamento da população mais pobre com a área de Arquitetura e Urbanismo, já que é fora da sua realidade e do seu cotidiano.

A pesquisa embasou-se em revisão bibliográfica onde foi pesquisado o acesso dos negros nas Universidades; As políticas públicas de cotas raciais implantadas no Brasil e o Sistema educacional desigual considerando os aspectos sociais e étnico-raciais. Foram analisadas as políticas públicas implementadas para a inserção do negro nas universidades com a Lei de Cotas 12.711/2012 e a Lei federal 10.639/03.

Sequencialmente foram levantados e analisados os dados estatísticos publicados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e dados publicados pelos órgãos

responsáveis pelos levantamentos estatísticos dos estudantes das Universidades públicas - Plataforma Nilo Peçanha, Anuário estatístico da Universidade de São Paulo e Anuário da Universidade Estadual de Campinas.

O desenvolvimento dessa pesquisa baseou-se no levantamento e cruzamento de dados estatísticos do meio acadêmico e profissional, além do estudo das políticas públicas e revisão bibliográfica. Ao longo da pesquisa foi identificada a importância em analisar também as questões de gênero na área, levantando assim a interseccionalidade, já que as desigualdades entre homens e mulheres é um fator relevante no meio.

2 | DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

De acordo com Silva e Silvério (2003) e Guimarães (2015) a população brasileira tem uma forte variação de tons de pele, tornando-o um país mestiço com uma sociedade diversa e multicultural. Apesar dessa mestiçagem as desigualdades étnico-raciais são enormes e em inúmeras áreas.

De acordo com Artes e Ricoldi (2015) é evidente a desigualdade no acesso, desenvolvimento e conclusão nas diferentes etapas do ensino básico até o ensino superior, que se relacionam com a questão de cor dos estudantes, causando uma inferioridade no conhecimento principalmente aos estudantes negros, que são marcados não só pela sua cor, mas também por outras questões sociais, de gênero, região de moradia, renda e faixa etária.

Como as desigualdades existem desde o ensino fundamental e pela necessidade dos estudantes mais pobres – maioria negros – terem que trabalhar cedo para ajudar no sustento familiar, há uma visão de que o trabalho poderá oferecer um futuro melhor do que a escola pode, e aos poucos a ideia de cursar o ensino superior vai sendo impedida, resultando em poucos estudantes negros ingressando nas universidades brasileiras (GONÇALVES e AMBAR, 2015; FARIA, 2019).

Desde o período escravagista, passando pelo período pós-escravidão, há imagem do negro no Brasil está sempre relacionada ao trabalho[...] A escravidão existiu, é um período vergonhoso de nossa história, mas nem por isso deve ser ignorado, principalmente quando ainda podemos perceber esse reflexo em nossas escolas. (FARIA, 2019, p.13)

A pequena absorção dos estudantes negros no ensino superior é relacionada à falta de qualidade de ensino básico, que acarreta em uma preparação insuficiente para os vestibulares, que tem a finalidade de medirem a qualidade e quantidade de conhecimento dos estudantes, não tendo uma oportunidade diferente para que sejam avaliadas outras habilidades (GUIMARÃES, 2015).

Nesse sentido as ações afirmativas mostram-se importantes como um instrumento para a mudança e reparação histórica, tratando de um método para compensar as desvantagens vividas pelas vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Com

foco em auxiliar os estudantes as cotas raciais - que fazem parte das ações afirmativas são essenciais, pois contribuem no combate às desigualdades étnico-raciais no acesso às universidades, dando oportunidades para que jovens negros ingressem no ensino superior (QUEIROZ, 2004; SILVA e SILVÉRIO, 2003).

A Lei de Cotas (12.711), implantada em 2012, contempla ações afirmativas que vêm com o propósito de construir uma sociedade mais justa, reconhecendo culturalmente, politicamente e academicamente a diversidade presente na sociedade brasileira, tentando reduzir as desigualdades étnico-raciais (SILVA e SILVÉRIO, 2003).

Artes e Ricoldi (2015) e Gonçalves e Ambar (2015) relatam que nos últimos 10 anos, a partir da execução de políticas das ações afirmativas, houve um expressivo aumento no número de negros no ensino superior, com essa melhoria o número de estudantes deixou de ser quatro brancos para um negro, e passou a ser dois estudantes brancos para um estudante negro.

No Quadro 1 foram compiladas as principais leis e ações afirmativas implantadas nas instituições de ensino superior – Universidade de São Paulo (USP), Institutos Federais (IFs) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Comparando as instituições de ensino observa-se que a USP possui a isenção da taxa de inscrição, ações afirmativas para estudantes oriundos de escolas públicas e para pretos, pardos e indígenas, além de vagas olímpicas enquanto a UNICAMP possui as mesmas políticas públicas acrescidas das cotas étnico-raciais e o vestibular indígena.

Já os IFs possuem a Lei de cotas 12.711 que contempla 50% das vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, oriundos de escolas públicas com renda salarial abaixo e acima de 1,5 salário mínimo, além das vagas destinadas a pessoa com deficiência conforme a Lei 13.049 de 2016. As vagas olímpicas não aparecem nos IFs, já as vagas para as pessoas com deficiência só aparecem nos IFs e o vestibular indígena existe apenas na UNICAMP.

USP	IFS	UNICAMP
Lei Estadual nº 12.782 - Isenção da taxa de inscrição /2007	Lei de cotas nº 12.711 - vagas dos estudantes aos estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas /2012	Isenção da taxa de inscrição /2000
Ação Afirmativa - Escolas Públicas /2014	Lei Nº 12.711 - Ação Afirmativa escola pública, com renda IGUAL ou INFERIOR a 1,5 salários mínimo /2012	Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) /2004
Ação Afirmativa PPI - pretos, pardos e indígenas/2017	Lei Nº 12.711 - Ação Afirmativa escola pública, com renda SUPERIOR a 1,5 salário mínimo /2012	Cotas étnico-raciais /2017
Vagas Olímpicas /2019	Lei Nº 13.049 – A Pessoa com Deficiência /2016	Vestibular Indígena /2017
		Vagas Olímpicas /2018

Quadro 1. Ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior

Fonte: Extraído das plataformas da USP, Nilo Peçanha e UNICAMP, 2020

É possível analisar que as cotas étnico-raciais iniciaram 5 anos antes nos Institutos Federais do que na USP e UNICAMP, porém as ações afirmativas para estudantes provenientes de escolas públicas existem desde 2014 na USP e na UNICAMP desde 2004 com o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social – PAAIS que visa estimular os jovens de escolas públicas a ingressarem na universidade através do vestibular.

Ao analisar o total de ingressantes pretos, pardos e indígenas das instituições de ensino - USP, UNICAMP e os IFs - percebe-se que na USP (que contém a menor quantidade de ações afirmativas) apenas 22% dos estudantes são negros e indígenas, enquanto na UNICAMP (que possui mais ações afirmativas do que a USP) possui 33%, já os Institutos Federais possuem o melhor cenário, cerca de 60% dos estudantes se autodeclararam pretos, pardos e indígenas em 2020 (Quadro 2).

É possível observar que a quantidade de ações afirmativas implantadas nas instituições de ensino e o ano da suas implantações impactam diretamente no número de estudantes negros e indígenas, como a USP foi a última instituição a adotar a política de cotas raciais a proporção de estudantes pretos, pardos e indígenas é quase 1/3 da proporção dos IFs, que possuem ações afirmativas contendo políticas de cotas raciais e sociais há muito mais tempo. A UNICAMP implantou cotas raciais no mesmo ano (2017), mas diferente da USP já possuía outras ações afirmativas desde 2004, gerando um aumento de 11% de pretos, pardos e indígenas quando as duas instituições são comparadas.

Instituições de ensino	Total	Pretos, Pardos e Indígenas	%
USP	8.301	1.824	21,98
UNICAMP	3.399	1.128	33,2
IFs	1.023.303	449.327	60,29

Quadro 2. Total de ingressantes pretos, pardos e indígenas nas instituições de ensino

Fonte: Extraído de Nilo Peçanha, Anuário estatístico da UNICAMP e da USP, 2020

Por meio das cotas étnico-raciais que a UNICAMP implantou em 2017 é possível aferir que houve um aumento de 13,3% de ingressantes pretos, pardos e indígenas entre os anos 2018 e 2019, porém entre 2019 e 2020 o número reduziu em 4% e de 2018 para 2020 um aumento de quase 10% conforme apresentado no Quadro 3.

Ingressantes	Total	Pretos, Pardos e Indígenas	%
2020	3.399	1.128	33,2
2019	3.428	1.275	37,2
2018	3.327	794	23,9

Quadro 3. Ingressantes pretos, pardos e indígenas na UNICAMP

Fonte: Extraído do Anuário estatístico da UNICAMP, 2020

Na USP é possível analisar o perfil dos estudantes matriculados onde verifica-se que a maioria se autodeclarou branca em 2020 conforme apresentado no Gráfico 1, 72% brancos e 22% negros (pretos e pardos), esse número é ainda muito desequilibrado em função da política de cotas raciais implantada tardiamente na instituição.

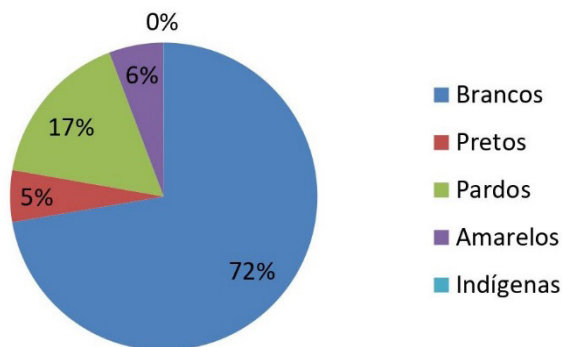


Gráfico 1. Dados étnicos raciais dos estudantes matriculados na USP (2020)

Fonte: Extraído do Anuário estáticos da USP, 2020

Como pôde ser observado, apesar da implantação das cotas raciais as desigualdades ainda permanecem nos espaços acadêmicos, principalmente em determinados cursos, Queiroz (2004) afirma que os brancos ocupam os cursos de maior prestígio enquanto os negros estão presentes em cursos menos prestigiados. Os cursos considerados de maior prestígio são aqueles que têm maior destaque social e podem ter melhores remunerações financeiras, estes em sua maioria são mais disputados do que os considerados de menor prestígio.

Segundo dados coletados do Anuário estáticos da USP (2020), o curso de Arquitetura e Urbanismo (período integral) teve 25,9 candidatos por vaga no último vestibular, enquanto Medicina (período integral) variou de 80 a 130 candidatos por vaga – ambos são considerados cursos de maior prestígio – por outro lado, cursos considerados de menor prestígio possuem uma disputa muito menor, Pedagogia (noturno) no último vestibular contemplava em torno de 5 candidatos por vaga enquanto Letras (matutino e noturno) tiveram entre 3 e 6 candidatos por vaga. Comparando os cursos considerados de menor prestígio com o de Arquitetura e Urbanismo constata-se que os de menor prestígio podem ser até 8 vezes menos concorridos no vestibular, quando os mesmos são comparados com os cursos de Medicina a concorrência pode ser até 43 vezes menor.

Para Bourdieu (1998) os estudantes de classes sociais elevadas possuem condições sociais muito mais avançadas e tendem a ter maiores chances e vantagens ao entrar em um curso de prestígio, ao contrário dos jovens das classes baixas – em sua maioria negros – que são direcionados para os cursos menos valorizados. Ele complementa dizendo que o capital cultural distancia ainda mais os jovens das classes sociais altas das baixas, já que os de classe alta possuem mais tempo para se dedicar aos estudos, além de bens culturais como livros, viagens, cursos e acesso a mais informações, ou seja, são privilegiados quando comparados aos estudantes de classes baixas, onde muitos têm a necessidade

de ajudar na economia doméstica, não possuem tanto acesso à informações, muito menos experiências extracurriculares e culturais.

Sendo o curso de Arquitetura e Urbanismo considerado um curso de maior prestígio percebe-se que nas instituições de ensino existe uma forte presença de estudantes brancos e maioria absoluta ou total de docentes brancos, isso reflete-se também na área profissional com a presença majoritária de arquitetos e urbanistas brancos conforme ilustrado no Quadro 4. Os profissionais pretos e pardos totalizam 18,14%, refletindo menos de um terço da população negra brasileira considerando a proporcionalidade aos dados publicados pelo IBGE.

Arquitetos formados	Branco	Pardos	Pretos	Indígenas	Amarelos	Não informam
	78,14%	13,81%	4,33%	0,21%	1,75%	1,75%

Quadro 4. Dados étnico-raciais dos arquitetos e urbanistas do Brasil

Fonte: Extraído de 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo, 2020

Entre os estudantes a maioria da presença branca na área de Arquitetura e Urbanismo também é vista, nos Institutos Federais do Brasil – apesar de possuírem políticas de cotas raciais e sociais – apresentam maioria de estudantes brancos no curso conforme indicado no Quadro 5. É importante destacar que os cursos de Arquitetura e Urbanismo analisados encontram-se em 10 campus de todos os Institutos Federais presentes no território brasileiro.

É possível notar um avanço irrelevante de estudantes pretos de 2018/2017 para 2019/2018 e uma queda para 2020/2019, enquanto de 2018/2017 para 2019/2018 houve um aumento de 5% de brancos que se perpetuou até 2020/2019, no caso dos estudantes pardos houve um avanço importante de 7% de 2018/2017 para 2019/2018 e ainda maior – quase 8% – para 2020/2019, totalizando 15% de aumento no número de estudantes pardos nos últimos 3 anos. Ainda assim a proporção de brancos é mais da metade (55%) enquanto a dos negros gira em torno de 43% considerando o melhor cenário de 2020/2019.

Período	Branco	Pardos	Pretos	Indígenas	Amarelos
2018/2017	50,46% (549)	21,78% (237)	7,54% (82)	1,01% (11)	0,64% (7)
2019/2018	55,38% (638)	28,39% (327)	8,33% (96)	0,87% (10)	7,03% (81)
2020/2019	55,40% (734)	36,23% (480)	6,94% (92)	0,83% (11)	0,60% (8)

Quadro 5. Dados étnico-raciais dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo dos IFs

Fonte: Extraído da Plataforma Nilo Peçanha, 2020

A partir dos dados apresentados afere-se que a presença negra ainda é baixa nos cursos de Arquitetura e Urbanismo dos Institutos Federais, apesar das cotas sociais e étnico-raciais, indo ao encontro da afirmação de Queiroz (2004) que diz que estudantes negros – que em sua maioria tem um ensino de qualidade inferior ao dos estudantes brancos – possuem uma dificuldade maior de conquistarem o ingresso nos cursos mais prestigiados.

Quando são comparados os dados étnico-raciais dos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e dos cursos considerados de menor prestígio como Pedagogia e Letras nos Institutos Federais do Brasil (Quadro 6) verifica-se que o número de negros na Arquitetura e Urbanismo é de 43,17%, enquanto na Pedagogia o número aumenta em 9,62% totalizando 52,79%, já em Letras o aumento é ainda maior 12,07%, totalizando 55,24% de estudantes pretos e pardos em 2020.

Cursos	Brancos	Pardos	Pretos	Indígenas	Amarelos
Arquitetura e Urbanismo	55,40%	36,23%	6,94%	0,83%	0,60%
Pedagogia	45,12%	43,89%	8,90%	0,82%	1,27%
Letras	43,90%	43,52%	11,72%	0%	0,86%

QUADRO 6. Dados étnico-raciais dos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia e Letras dos IFs

Fonte: Extraído da Plataforma Nilo Peçanha, 2020

De acordo com Faria (2019) os estudantes negros acabam ingressando nos cursos de humanas em função do período que os cursos são oferecidos, já que grande parte dos estudantes possuem necessidade de trabalhar, por isso optam por cursos noturnos. Outro fator que influencia é a falta de preparo que esses jovens sofrem por conta de seus níveis de ensino serem inferiores ao dos outros estudantes, o que causa um sentimento de não estarem aptos a cursar Engenharia, Medicina e Arquitetura, ratificando o que Bourdier afirmou anteriormente.

Cabe salientar que ao longo dessa pesquisa observou-se a importância em analisar as questões de gênero, já que a interseccionalidade – gênero, raça e classe social – não estão desassociadas e também pela quantidade expressiva de profissionais mulheres (79%) na Arquitetura e Urbanismo no Brasil como pode ser observado no Quadro 7.

Arquitetos formados	Gênero	
	Feminino	Masculino
	79%	21%

Quadro 7. Dados de gênero dos arquitetos e urbanistas do Brasil

Fonte: Extraído do 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo, 2020

Porém as arquitetas e urbanistas não são tão valorizadas quanto os homens, um dos exemplos são os salários das mulheres pretas muito inferiores ao dos homens brancos que têm seus rendimentos médios quase duplicados como mostra o Quadro 8.

Gênero e Raça	Rendimento Médio
Mulheres Pretas	R\$3.436,15
Mulheres Pardas	R\$3.965,81
Mulheres Brancas	R\$4.906,25
Homens Pretos	R\$5.682,63
Homens Pardos	R\$5.541,58
Homens Brancos	R\$6.565,51

Quadro 8. Rendimentos dos arquitetos e urbanistas do Brasil por gênero e raça

Fonte: Extraído do 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo, 2020

Para Kensani de Klerk (2020) – arquiteta preta sul-africana – as mulheres na Arquitetura não recebem tanto prestígio quanto os homens, e isso só aumenta quando inclui-se a raça, para ela a Arquitetura pode ser vista como a “praia da hegemonia” (Figura 1), onde os homens brancos permanecem confortavelmente e respirando ar fresco, enquanto os homens negros estão na beira da praia tendo algumas dificuldades, porém encharcados, já as mulheres brancas estão batalhando para chegar a praia, enquanto as mulheres pretas estão no fundo do mar, lutando para respirar, tentando nadar, quase nunca chegam na areia e quando chegam é difícil acreditar que conseguiram.

Diante disso e dos dados apresentados no Quadro 8, onde os homens negros recebem salários mais altos até do que as mulheres brancas, nota-se que a questão de gênero é mais relevantes do que a questão étnico-racial na Arquitetura e Urbanismo quanto o quesito analisado é a equiparação de gênero e étnico-racial, ou seja, ainda mantém o homem branco como um retrato arquitetônico. Nesse sentido novamente a mulher negra encontra-se na base da pirâmide, excluída e tentando sobreviver, tanto no meio acadêmico como no profissional.

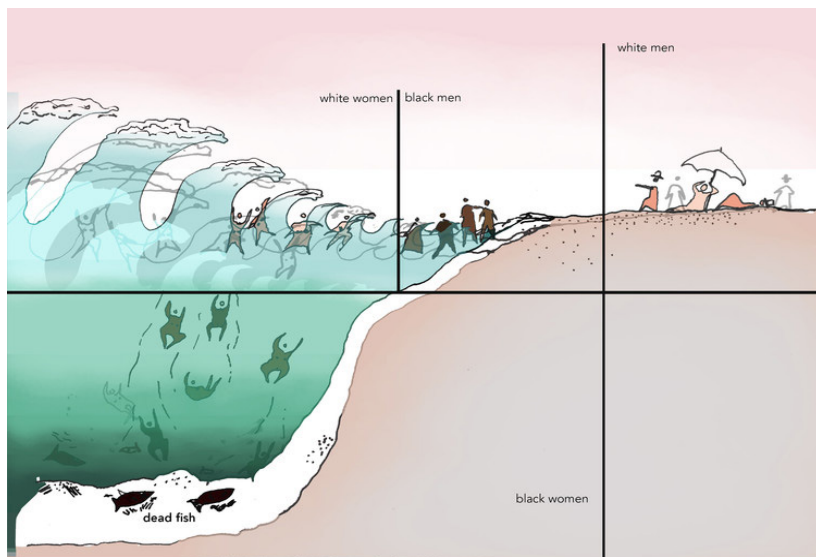


Figura 1. Ilustração da praia da hegemonia

Fonte: KLERK, 2020

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos dados coletados das instituições de ensino e pesquisa bibliográfica foi possível aferir que apesar do aumento no número de ingressantes negros nas universidades públicas resultado da implementação das ações afirmativas, nos cursos considerados de maior prestígio – como o de Arquitetura e Urbanismo – esse aumento ainda não é proporcional considerando os últimos dados étnico-raciais brasileiros divulgados. Pôde-se verificar que apesar das políticas públicas (de cunho social e étnico-racial) existentes nos Institutos Federais do Brasil o número de estudantes negros ainda é menor nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, em 2020/2019 era de 43%, três anos antes 29%.

Cabe destacar que a área de Arquitetura e Urbanismo é elitista e majoritariamente branca (75% dos profissionais), além de não dialogar diretamente com a população ou oferecer serviços para a maior das pessoas de classes sociais mais baixas o que pode distanciar jovens negros e pobres de se identificarem com o curso, além disso, grande parte dos cursos – se não todos – são em período integral nas universidades públicas, distanciando ainda mais os jovens negros e pobres, sem contar os inúmeros materiais que devem ser adquiridos para o desenvolvimento dos trabalhos e a carga horária excessiva de trabalhos que devem ser realizados ao longo dos semestres. Esses pontos citados são relevantes para analisar o tipo de curso que estão sendo oferecidos nas universidades e para quem e merecem ser aprofundados em pesquisas posteriores.

As políticas de ações afirmativas mostram-se fundamentais para a construção de

universidades menos desiguais, mas ainda assim é necessário avançar dentro de cada curso considerado de maior prestígio tornando-os acessíveis e plurais. A bibliografia confirma a hipótese deste estudo demonstrando que nos cursos de maior prestígio o acesso do negro nas Universidades ainda é baixo apesar da política de cotas raciais, isso deve-se as questões socioeconômicas e também ao capital cultural, já que muitos negros – em sua maioria de baixa renda – sequer cogitam cursar Arquitetura e Urbanismo, pois não se reconhecem nesta área. A literatura também corroborou a hipótese de que o curso de Arquitetura e Urbanismo é elitista e excludente, já que a área não dialoga com as classes sociais mais baixas.

Por fim, as questões de gênero na Arquitetura e Urbanismo demonstrou que é ainda mais relevante do que a étnico-racial no que tange as desigualdades no meio, quando comparados os rendimentos salariais fica clara essa disparidade e isso só se intensifica quando o gênero é vinculado a raça, ou seja, a mulher negra na base da pirâmide. São necessárias ações que minimizem essas desigualdades e trabalhem com equidade de gênero e étnico-racial, além das questões sociais, ou seja, é necessário trabalhar a interseccionalidade dentro das instituições de ensino.

Silvio Almeida (2020) – professor universitário, Jurista e filósofo – no Programa Roda Viva veiculado no dia 22/06/20 na TV Cultura disse: “[...] *as mulheres negras hoje lideram o Movimento Negro [...] É impossível pensar a dimensão da luta antirracista se não houver também uma luta pela igualdade de gênero, isso é fundamental.*” Não é possível falar de raça, sem incluir gênero e aspectos sociais e para que as ações sejam de fato efetivas é necessário trabalhar a interseccionalidade dentro da Arquitetura e Urbanismo, seja no meio profissional, discente ou docente.

REFERÊNCIAS

1º DIAGNÓSTICO DE GÊNERO NA ARQUITETURA E URBANISMO. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

ALMEIDA, Silvio. PROGRAMA RODA VIDA. São Paulo: TV Cultura, 22 jun. 2020. Programa de TV. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. **Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010.** In Cadernos de Pesquisa v.45 n.158 p.858-881, out./dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: As desigualdades frente à cultura,** in NOGUEIRA. Maria Alice; CATANI. Afrânio, Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social – notas provisórias,** in NOGUEIRA. Maria Alice; CATANI. Afrânio, Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRASIL. Lei no 10.639, 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», e dá outras providências.** Brasília, DF, 20 dez., 1996.

BRASIL. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.** Brasília, DF, 29 ago., 2012.

FARIA, Gisele Curi de. **Dificuldades encontradas por jovens negros no acesso à Universidade.** 2019. Tese (Doutorado) - Instituto Federal Goiano-Campus Avançado Ipameri, Docência do Ensino Superior, Ipameri, GO.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. **A questão racial, a universidade e a (in) consciência negra.** p. 202 à 213, 2015.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo.** Brasília: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas.** In Cadernos de Pesquisa, n. 118, março, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 de Set. de 2020.

KLERK, Khensani de. **O peixe morto na praia: o problema das “mulheres na arquitetura”.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/919254/o-peixe-morto-na-praia-o-problema-das-mulheres-na-arquitetura>. Acesso em: 01 ago. de 2020.

PERFIL SOCIOECONÔMICO GERAL DA UNICAMP. Disponível em: <http://www.comvest.unicamp.br/estatisticas-comvest/estatisticas-sociais/perfil-socioeconomico/perfil-socioeconomico-geral/>. Acesso em 3 de Nov. de 2020

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O negro e a Universidade brasileira**, in HAOL, N. 3, Invierno, p. 73-82, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Robert et al. **Educação e ações afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Avaliação pós-ocupação 145, 146, 147, 149

B

Biblioteca 7, 145, 146, 147, 148, 149

C

Co-design 150, 151, 155

Competências de Projeto 150

Complexo Portuário 57, 60, 61, 62, 63, 66

D

Design de interiores 10, 11, 15, 16

Design Estratégico 150

Design Thinking 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158

E

Ecletismo historicista 69

Educação Patrimonial 6, 34, 35, 36, 37, 41, 42

Estudantes negros 178, 179, 181, 183, 187, 189

F

Festa 6, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 106

Formalismo 160, 162

Fragmentação 66, 68, 94, 160, 161

Funcionalidade Arquitetônica 7, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 143

G

Goiânia 7, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

H

Habitação Reduzida 133

Habitação social 72, 73, 77, 112

I

Iniciativas Bottom Up 94

Inovação Não Tecnológica 94

Inovação Social 94, 151

Interpretação Arquitetônica 6, 69

M

Macapá 72, 75, 76, 77, 78

Mapas Conceituais 5, 6, 1, 2, 3, 8, 9

Maranhão 34, 35, 36, 38, 41, 42

MCMV 7, 72, 77

Mirante da Balaiada 34

Mobilidade Urbana 5, 7, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Mulheres na Arquitetura e Urbanismo 179

Museu Dom Diogo de Souza 6, 69, 70, 71

N

Negros na Arquitetura e Urbanismo 179

Neurociência 5, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 23, 25, 29, 30, 32

Neuroeducação 10, 15, 16, 22

P

Patrimônio 5, 6, 23, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 55, 69, 121, 172

Plano Diretor 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 102, 144

Política pública 72

Porto do Açu 57, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68

Potencial Econômico 57, 59, 66

Práticas Criativas 94, 111

Projeto Participativo 8, 150, 155, 156

Projetos arquitetônicos 1, 2, 75, 128, 192

R

Redes Técnicas 113, 120, 121, 123, 125

Revolta da Balaiada 34, 41

S

Serviços Ambientais Urbanos 113, 120, 123

Sustentabilidade 5, 7, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 160, 166

T

Territorialidades 113, 122

Tradição 22, 43, 44, 47, 48, 49, 53, 54, 55, 75, 160, 161, 168, 171

U

Urbanismo Tático 94, 96, 107

Urbanização 5, 7, 72, 73, 74, 78, 80, 85, 116, 117

V

Vernacular 127, 128, 130, 132

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS:

ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS:

ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021